

coleção | RELAÇÕES
| INTERNACIONAIS

HISTÓRIA SOCIAL DA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

TORCUATO S. DI TELLA

HISTÓRIA SOCIAL DA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA

2ª Edição revisada



Brasília - 2017

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
André Luiz Ventura Ferreira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Título original:

Historia social de la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Troquel, 1998.

Tradução:

Ana Carolina Ganem

Revisão e notas técnicas:

Rafael Pavão

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Capa:

Imagem do Obelisco e da bandeira nacional da Argentina, na Praça da República,
Buenos Aires. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2017

D411 Di Tella, Torcuato.

História social da Argentina contemporânea / Torcuato Di Tella. – 2. ed. rev. - Brasília : FUNAG,
2017.

417 p. - (Coleção relações internacionais)

ISBN 978-85-7631-672-5

1. História social - Argentina. 2. Política - Argentina. 3. Presidência da República - Argentina.
4. Economia - Argentina. 5. Governo militar - Argentina. 6. Política e governo - Argentina.
7. Imigração - Argentina. 8. Movimento trabalhista - Argentina. 1. 9. Sistema partidário - Argentina.
I. Título. II. Série.

CDD 306.982

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

APRESENTAÇÃO

Sérgio Eduardo Moreira Lima¹

A presente versão, em português, do livro *História Social da Argentina Contemporânea*, de autoria do Professor Torcuato S. Di Tella, constitui iniciativa editorial para promover no Brasil o conhecimento do nosso grande vizinho e parceiro no Mercosul. Embora a relação com a Argentina seja estratégica para o Brasil e para o processo de integração regional, existe ainda uma lacuna bibliográfica nos dois países, nas respectivas línguas, português e espanhol, a respeito de narrativas e análises históricas que facilitem o entendimento mútuo.

Esta edição busca contribuir para o preenchimento desse vazio. Representa, igualmente, uma homenagem ao autor, grande intelectual, sociólogo e estudioso argentino, cujo pai, de origem italiana, fundou o Instituto que se tornou a conceituada Universidade Torcuato di Tella, e cujo irmão, Guido, foi chanceler na gestão do Presidente Menem, no período 1991 a 1999. A ideia da segunda edição era poder contar com um posfácio do Professor Di Tella, que atualizasse a narrativa histórica, estendendo-a até a eleição do Presidente Macri. Tive o prazer de conversar com ele

1 Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

algumas vezes por telefone e visitá-lo em 2016 em seu apartamento em Buenos Aires, acompanhado da Secretária Fernanda Soares dos Santos, da Embaixada do Brasil. Pudemos testemunhar, então, seu entusiasmo pelo empreendimento, sobretudo diante da perspectiva de ajudar na aproximação entre Brasil e Argentina por meio de dados e análises capazes de gerar o interesse em compreender a formação e o desenvolvimento de seus povos.

Infelizmente, esse esforço pelo lado argentino não pôde ser concluído como desejávamos em razão do falecimento de Di Tella. Diante da importância do livro e de seu autor, a Funag decidiu ultimar a revisão do texto e editá-lo, acrescentando o prólogo do conhecido jornalista Ariel Palacios, correspondente em Buenos Aires há muitos anos e conhecedor da realidade argentina.

A publicação cobre, assim, desde as raízes históricas da Argentina, a gênese de sua formação social, cultural e econômica, até o final do século XX e o início do governo de Néstor Kirchner. O autor narra de forma crítica, com a ironia que lhe era característica, a epopeia da formação da Argentina contemporânea. Nesse percurso, são tratados o processo de independência, a consolidação do Estado argentino, o apogeu do regime oligárquico, as reformas eleitorais, o peronismo, os períodos militares e a redemocratização.

Este livro se soma à *Integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”*, de Alessandro Candéas, cuja 2ª edição revisada foi publicada recentemente pela Funag, ainda em meio às comemorações dos trinta anos da Declaração do Iguazu, que marca o processo de aproximação entre os dois países, já no contexto da redemocratização e da criação das condições para a integração regional.

Gostaria de registrar meu agradecimento ao Ministro Alessandro Candéas, então Diretor do IPRI, e ao seu sucessor, o Ministro Paulo Roberto de Almeida, que deram sequência ao

projeto, bem como ao analista de Relações Internacionais Rafael Pavão pela revisão do livro e redação das notas de rodapé. Expresso ainda o reconhecimento ao Doutor Luiz Antônio Gusmão pela revisão técnica final da obra; e, especialmente, ao jornalista Ariel Palacios pelo elucidativo prólogo, que tão bem contextualiza o trabalho de Di Tella e instiga o leitor a avançar em sua leitura. A ideia do projeto original é do Embaixador Carlos Henrique Cardim, ainda quando Diretor do IPRI.

O estudo da história social da Argentina permite, ademais, ao leitor preparar-se para melhor compreender a evolução do relacionamento com o Brasil. O objetivo da Funag, instituição vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, é contribuir para formar uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional. Estou certo de que o livro que ora apresentamos ao leitor brasileiro constitui subsídio útil para conhecer nossos vizinhos e parceiros argentinos e, a partir daí, poder avaliar as perspectivas de um destino comum.



PRÓLOGO

Seu sobrenome constituía uma “grife” na Argentina – era um Di Tella – que o blindava de críticas de neoliberais (seu pai havia sido um poderoso empresário, um dos emblemas do capital argentino), que o salvava dos ataques dos nacionalistas (sua família havia sido um dos bastiões da burguesia nacional) e dos intelectuais de esquerda (seu pai, um imigrante italiano, havia financiado desde Buenos Aires o antifascismo durante a Era Mussolini e ele e seu irmão Guido fundaram o Instituto Di Tella, o mais importante centro de arte de vanguarda da América Latina nos anos 60).

O portenho Torcuato Di Tella, antes de fazer 25 anos, havia se casado com uma indiana – Kamala – e fundado o Clube Socialista de Hyderabad, na Índia. Mas, o governo local considerou que ele estava se intrometendo na política e não renovou seu visto. Di Tella teve que partir. Este foi um dos diversos momentos de polêmica e de *globe-trotter* que Di Tella teve em sua vida. Na sequência foi a Londres, voltou à Argentina, morou nos Estados Unidos, foi embaixador na Itália, além de ser professor em diversas universidades em todo o planeta, entre diversas outras funções.

Mas, além de seu *pedigree* familiar, ele tinha seus quilates intelectuais próprios. Escreveu trinta livros nos quais dissecou a história e a economia argentina com didatismo e elegante sarcasmo.

Di Tella ironizava as diversas gerações que tentaram enxergar no país realidades inexistentes: “uma geração acreditava que Paris estava em cada esquina de Buenos Aires [...] e outra achava que Sierra Maestra estava presente em cada favela argentina”.

Qual é a grande vantagem para um não argentino ler uma obra de Di Tella? É a de que Di Tella não militava nos setores que geralmente protagonizam os antagonismos argentinos. Ele é uma daquelas escassas vozes que não se alinham automaticamente e integralmente a um dos lados em feroz conflito com outro.

A diferença da Argentina para o Brasil é que este, na maior parte de sua história independente, foi o país do consenso político e do sincretismo cultural (e religioso). Foi a terra dos arranjos políticos onde havia espaço para boa parte do leque partidário se acomodar em cargos públicos. Foi também o país do “deixa disso”. O antagonismo em terras brasileiras havia sido (e, repito, na maior parte da sua história) algo raro.

Mas a vizinha meridional, a Argentina, na contramão do Brasil, foi na totalidade do tempo um país onde o antagonismo foi o *leitmotiv*. Ou melhor, um furibundo antagonismo. Desde os tempos da independência argentina a atitude de *consensuar* (ou conciliar) foi uma ação desconhecida. Não era sequer malvista. Simplesmente inexistia. Era inimaginável. Enquanto o Brasil era comandado por um imperador, as várias partes da Argentina eram controladas por caudilhos que lutavam entre si.

Morenistas *versus* saavedristas foram substituídos por outros grupos no ringue político argentino: federais *versus* unitários. Estes foram seguidos pelos conservadores contra os radicais. Na

sequência a briga foi entre radicais e peronistas. Depois vieram os kirchneristas *versus* os antikirchneristas.

Mas os livros de Torcuato salvam-se desse binarismo brega. Di Tella possuía o que os espanhóis chamam de *desparpajo*, isto é, aquele jeito de falar ou agir sem timidez e que poderia parecer insolência ou ironia, mas que consiste, no fundo, em pura sinceridade. Quando, em maio de 2004, o escritor Horacio Salas renunciou ao posto de diretor da Biblioteca Nacional argentina, declarou que nunca sabia quando Di Tella (na época secretário da Cultura, seu chefe direto) falava com ele seriamente ou quando estava zombando de sua cara. Na realidade Di Tella estava fazendo as duas coisas ao mesmo tempo, já que dizia coisas sérias em tom cômico. Parafraseando o ditado, Di Tella podia perder um amigo mas não perdia a oportunidade de fazer uma piada (uma piada de tom acadêmico, com grande embasamento teórico, à qual dedicava longos minutos).

Di Tella tinha aquele grácil jeitão dos poucos intelectuais ricos de berço que podem se dar ao luxo de dizer cruamente o que pensam sobre o governo de plantão sem correr o risco de perder o emprego ou algum subsídio. “Bom, como eu tenho uma situação econômica sólida, não me importa dizer as coisas que eu digo, mesmo que por isso perca o emprego”, disse em uma entrevista no início deste século. Sua última mulher, Tamara Di Tella, que tinha uma rede de academias de pilates, explicou o assunto de forma mais crua, embora sorrindo com encanto: “Ter 10 mil alqueires de fazendas sempre ajuda!”.

Di Tella geralmente desprezava os governos. E, quando pronunciava algum raro elogio sobre alguma gestão presidencial (inclusive a dos Kirchners, para os quais trabalhou), a frase tinha uma ácida ironia camuflada no meio das palavras. Mas esse

polêmico intelectual também era saborosamente cético sobre as oposições de plantão.

Na época em que foi secretário de Cultura (de maio de 2003 a novembro de 2004) disparou uma série de frases que escandalizaram simultaneamente integrantes do governo Kirchner e da oposição:

- “O país é uma casa que está pegando fogo e a cultura é o galinheiro dos fundos” (em alusão à crise econômica e social argentina, indicando que a cultura não era a prioridade quando no país milhões passavam fome).
- “Mais do que os bumbos dos sindicatos reclamando, me preocupam o roubo de tantos livros da Biblioteca Nacional” (indicando que os protestos dos sindicalistas com seus tradicionais e ensurdecedores bumbos não lhe incomodavam em comparação com a angústia que lhe havia gerado o sumiço de milhares de históricos livros da biblioteca mais importante do país).
- “Para entender a Argentina é preciso entender o peronismo, que é um mistério [...] Na Itália acham que o peronismo tem a ver com o fascismo [...] mas não é assim. O peronismo tem elementos de direita [...] mas tampouco é isso” (explicando a cidadãos italianos o intrincado e contraditório funcionamento do movimento peronista).
- “Para entender o peronismo é preciso apelar à teoria do rabanete: se a gente quer removê-lo da terra, não pode puxá-lo pelas folhas, porque se quebra. É preciso cavar na terra, mas sem machucar as folhas, porque é por aí que o rabanete respira. As folhas verdes do rabanete podem não demonstrar, mas o rabanete é vermelho” (explicando o peronismo a cidadãos italianos que riam às gargalhadas em Roma, perante um grupo de militantes peronistas que olhavam com evidente desgosto).

E, já que este é um livro escrito por alguém que estava “empapado” de Argentina ao mesmo tempo em que a observava com o distanciamento de um E.T., o *História social da Argentina contemporânea* servirá muito ao leitor brasileiro para entender este intrincado país onde moro desde 1995 e no qual sou correspondente internacional de meios de comunicação brasileiros.

O livro de Di Tella também servirá para desmanchar uma série de clichês que existem no Brasil sobre este país vizinho. Há uma frase do acadêmico argentino Pablo Alabarces, da Universidade de Buenos Aires (UBA), elaborada em conjunto com o brasileiro Ronaldo Helal (professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que tenta resumir (com um irônico tom categórico) a intrincada trama de sentimentos mútuos entre os dois lados da fronteira: “Os brasileiros amam odiar a Argentina, enquanto os argentinos odeiam amar o Brasil”. Mas, segundo Helal, “qualquer rivalidade contém uma dose de admiração e de inveja. Somente rivalizamos com alguém que tem algo que desejamos possuir ou superar”. O sociólogo carioca até recorda que a *Iliada* de Homero está repleta de trechos que retratam a admiração mútua entre os soldados gregos e troianos (e entre os heróis Aquiles e Heitor).

Esta relação conta até com um *touch* pontifício (talvez, até beatífico): em meados de 2013, durante sua primeira viagem internacional (coincidentemente, ao Brasil), o papa Francisco brincou com jornalistas sobre os cardeais brasileiros que também haviam sido candidatos no conclave de março desse ano e que foram deslocados por ele, um argentino: “Deus já é brasileiro... e vocês queriam também um papa brasileiro?”. Uma frase portenha digna de Di Tella.

Existem casos nos quais contar o final de um filme é atitude de um desmancha-prazeres. Em outras, dependendo da obra, contar o fim pode servir para saborear melhor os 99% prévios do

filme. Aviso, pois – “ditellianamente” – vou lhes contar o parágrafo final deste livro de Di Tella. Aqueles que não quiserem saber, que desviem o olhar e partam direto para o primeiro capítulo:

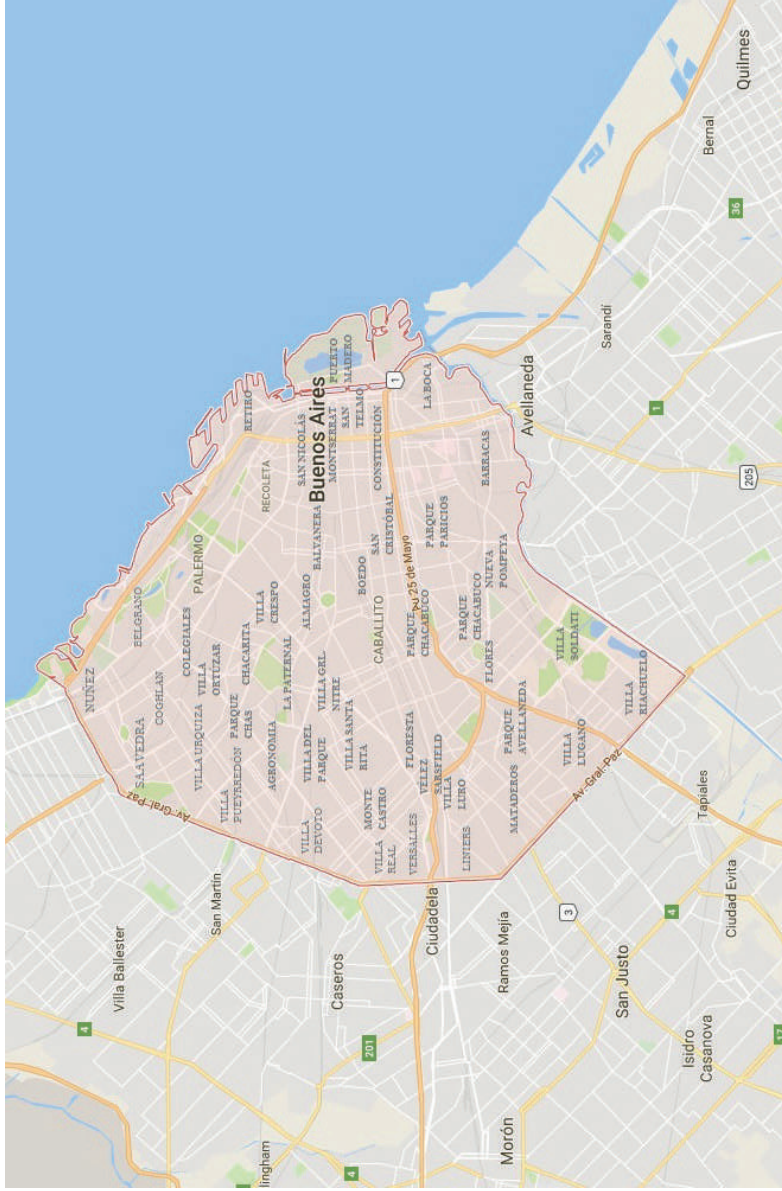
O que acontecerá no futuro só os zelosos deuses o sabem, já que eles proibiram aos humanos conhecê-lo. E se é certo o que dizia Chou-en-Lai, que era muito cedo para ter uma opinião sobre a Revolução Francesa, quanto mais para cobrir com maiores detalhes esses tempos tão recentes. Dessa maneira, amável leitor, me despeço de ti por agora, desejando que leias este livro com alguns tantos comprimidos de calmante à mão e que aprendas dos erros e dos acertos – que alguns houve – desta complicada nação que é a República Argentina.

Ariel Palacios

Buenos Aires, março de 2017



Mapa político da Argentina



Mapa de Buenos Aires

SUMÁRIO

Prefácio25

Capítulo 1

Raízes históricas desde as origens27

Capítulo 2

A presidência de Sarmiento (1868-1874)43

 Trajetória política43

 As ideias sociológicas de Sarmiento44

 O desenvolvimento econômico e cultural55

 A frente política interna: o entendimento com Urquiza
 e a rebelião de López Jordán57

 A sucessão presidencial e a revolução mitrista de 187460

Capítulo 3

A presidência de Avellaneda (1874-1880)63

 A busca da conciliação política63

 A crise econômica e a polêmica industrialista65

 Legislação sobre terras e imigração68

 O protesto social69

Capítulo 4

A ocupação do Pampa e da Patagônia e a capitalização de Buenos Aires	71
A população indígena do sul	71
A conquista das terras ocupadas pelos índios	75
A discutida candidatura de Roca	78
A revolução de 1880	80
A federalização da cidade de Buenos Aires	81

Capítulo 5

Roca, a Geração do Oitenta e o papel dos estrangeiros na sociedade argentina.....	83
As ideias do oitenta	83
Modernização e laicismo	85
A situação dos estrangeiros na sociedade argentina	87
A participação política dos estrangeiros	92
A assimilação dos imigrantes: o papel da educação	95
A sucessão presidencial: sem problemas à vista	96

Capítulo 6

O sistema roquista: entre a revolução e o acordo (1886-1892)...	99
Juárez Celman e a crise econômica de 90.....	99
A Revolução de 90.....	100
Pellegrini e a transação com os opositores	103

Capítulo 7

Uma tentativa fracassada de convivência com a oposição:

Luis Sáenz Peña e José Evaristo Uriburu (1892-1898)	109
O breve episódio de Aristóbulo del Valle	109
A revolução radical de 1893	110
A transição de José Evaristo Uriburu (1895-1898)	112

Capítulo 8

A condição das classes populares no início do século XX	117
As tensões sociais do crescimento	117
O estudo de Biale Massé sobre a classe operária.....	122
As correntes ideológicas no movimento operário	125
O anarquismo.....	127
Os operários autodidatas: a história de Humberto Correale	134
O associativismo apolítico e o Partido Socialista.....	138
O “país político” nos setores populares: uma visão comparativa	142

Capítulo 9

O retorno de Roca: o reformismo conservador (1898-1904)....	149
A consolidação na frente econômica e diplomática	149
Um programa de reforma política	152
A reforma social: a Lei Nacional do Trabalho	158

Capítulo 10

As primeiras tentativas de transição institucional: de Quintana a Figueroa Alcorta (1904-1910).....	161
A presidência de Quintana (1904-1906).....	161

A presidência de Figueroa Alcorta (1906-1910)	164
A agitação social crescente	166

Capítulo 11

A transição à transparência eleitoral: Roque Sáenz Peña e Victorino de la Plaza (1910-1916).....	171
--	-----

A preparação intelectual para a mudança: as ideias do novo século	171
O projeto de Roque Sáenz Peña (1910-1914)	180
A aplicação da Lei Sáenz Peña e a eleição de Hipólito Yrigoyen.....	182

Capítulo 12

As forças sociais em jogo: antecedentes	189
Características do radicalismo: os primeiros tempos e a ideologia	189
O movimento operário e a esquerda	194
O espectro das forças conservadoras e liberais e as origens do nacionalismo.....	202

Capítulo 13

O primeiro governo de Yrigoyen (1916-1922)	207
Trajetória política	207
A difícil situação interna: no governo, mas não no poder ..	210
O impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa	212
A relação com o movimento operário	214
A fácil sucessão: debilidade eleitoral da alternativa conservadora	219

Capítulo 14

A presidência de Alvear (1922-1928).....	223
A divisão radical: yrigoyenismo e antipersonalismo	223
Anos de prosperidade e consolidação institucional	225
A reação conservadora e o nacionalismo de direita	228
A problemática sucessão de Alvear	231

Capítulo 15

A segunda presidência de Yrigoyen (1928-1930).....	235
O “plebiscito” e a chegada tardia de Yrigoyen ao poder	235
Polarização política e golpe	237

Capítulo 16

O regime militar: José Félix Uriburu (1930-1932)	241
As linhas internas	241
A atitude do sindicalismo	243
A eleição presidencial de 1931.....	244

Capítulo 17

A presidência de Agustín P. Justo (1932-1938)	247
A nova equipe governante: a frente política e sindical	247
Caudilhismo conservador e fraude eleitoral	252
A intervenção estatal na economia.....	255

Capítulo 18

Economia e sociedade dos anos trinta até a Segunda Guerra Mundial	259
A produção de carne: criadores e “invernadores”	259
O crescimento da indústria argentina e seus problemas.....	261

O sindicato têxtil: seu início e expansão	265
O triângulo Argentina - Estados Unidos - Grã-Bretanha	269

Capítulo 19

As presidências de Ortiz e Castillo (1938-1943).....	271
A tentativa de abertura de Ortiz.....	271
Os fantasmas da Segunda Guerra Mundial.....	272
Efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a economia argentina	274
O movimento operário e os partidos políticos.....	278
O continuísmo conservador de Castillo e a candidatura de Patrón Costas	282

Capítulo 20

O governo militar (1943-1946).....	285
As primeiras etapas do regime	285
Perón e o movimento operário	288
O 17 de Outubro.....	294

Capítulo 21

As duas primeiras presidências de Perón (1946-1955).....	303
Trajetória política	303
Corporativismo, “comunidade organizada” e industrialização	305
A experiência de governo	311
Segunda presidência, confrontação e queda (1952-1955) ...	316

Capítulo 22

Caos cívico-militar (1955-1966).....	321
A transição militar (1955-1958)	321
A presidência de Frondizi (1958-1962)	325
As eleições e o golpe (1962).....	331
O regime militar provisório (1962-1963)	332
A presidência de Illia (1963-1966)	334
O desenvolvimento cultural dos anos sessenta	337

Capítulo 23

A “Revolução Argentina” (1966-1973).....	341
As complexas alianças	341
O <i>Cordobazo</i> e a violência	346
A crise do regime.....	348

Capítulo 24

O retorno peronista (1973-1976).....	355
A heterogeneidade da força vitoriosa	355
O papel mediador de Perón	361
Luta interna e declínio	365

Capítulo 25

A ditadura do “Processo” (1976-1983).....	369
As facções no novo regime	369
A magnitude da ameaça subversiva ou o mundo daquilo que não foi	372
A política econômica	374
A luta contra a ditadura	380

A luta interna dentro do regime	381
A Guerra das Malvinas, deterioração política e transição (1982-1983)	384

Capítulo 26

Características do sistema partidário argentino	389
Os componentes do peronismo	393
A reestruturação dos partidos políticos	396

Capítulo 27

Um pouco de história recente	399
A presidência de Alfonsín (1983-1989).....	399
A primeira presidência de Menem (1989-1995)	404
Mudanças nas frentes sindical e partidária	408
O Pacto de Olivos e a reeleição de Menem	409
Manutenção e posterior crise do modelo econômico	414
A crise de 2001 e a normalização posterior	418

PREFÁCIO

Este livro de história escrito por um sociólogo combina, como não poderia deixar de ser, um olhar retrospectivo com uma análise mais pormenorizada do tempo recente. Mas atenção, leitor, não pule todos os capítulos iniciais, pois, sem eles, a compreensão fica prejudicada. Em todo caso, depois de satisfazer a sua curiosidade, retorne a eles porque lhe asseguro darão outra perspectiva. Já dizia Tucídides, ao iniciar sua *Guerra do Peloponeso*, que “aqueles que quiserem saber a verdade das coisas passadas e por elas saber e julgar outras tais e semelhantes que poderiam suceder mais adiante, acharão útil e proveitosa minha história”.

Portanto, não pretendo que este relato sirva para dar impulso para detectar as tendências que permitam deduzir o futuro. Esse tipo de tendência não existe: somente parece existir depois que ocorreu, mas bem poderia ter acontecido de outra maneira. Isso é particularmente certo para a Argentina, que várias vezes em sua história passou por mudanças bruscas de orientação, nem sempre felizes, e sem que necessariamente ninguém as tenha proposto. Mas então, para que estudar nosso passado, além de poder ser divertido para algumas pessoas? Esse passado é uma grande fonte de casos, de situações e de partidas memoráveis de xadrez. Conhecer muitas dessas partidas serve simplesmente para jogar melhor em outras que se venha a participar.

Um renomado historiador francês disse certa vez, para justificar perante seus leitores o fato de que estudara a estrutura da propriedade durante a Idade Média, que a situação rural em seu país era consequência disso e, portanto, assim era mais bem explicada. Isso é só parcialmente correto, e não é o principal motivo para a importância da história. Conhecer a luta entre Pepino, o Breve, e os últimos reis merovíngios ou outra que, em tempos mais recentes, contrapôs a Roca e Mitre², é útil porque são casos, exemplos da comédia humana, partidas que nunca se repetem, mas através das quais se pode deduzir as regras do jogo, as melhores estratégias e táticas, e não as tendências que supostamente operariam para nos levar desde então até a atualidade.

Incluí, está claro, um pouco de economia, porque essa ciência oculta (e a realidade que ela descreve) é um dos principais embasamentos em que se desempenha o drama diário, tanto para o comum dos mortais quanto para aqueles que operam nas mais altas esferas. Ainda que não seja especialista nisso, perguntando a meus amigos e lendo alguns livros, me fundamentei para discutir ao menos os temas que cada geração teve que enfrentar.

Um aspecto de que não me arrependo é que inseri gente, indivíduos, pessoas nem sempre famosas neste *racconto*. Não são meras fontes de anedotas, mas disso também há. Sem essa presença humana, com nome e sobrenome – não necessariamente de próceres – um texto perde calor, especialmente se nele abundam interpretações estruturais e sociológicas. Como é meu ofício, incluí algumas delas, mas tratei de não cair em grandes teorizações, que não são mais que imperadores que andam nus sem se dar conta.

Torcuato S. Di Tella

Universidade de Buenos Aires

2 N.E. Bartolomé Mitre Martínez (26 de junho de 1821 – 19 de janeiro de 1906) foi um militar, escritor e político portenho, que exerceu o cargo de presidente da Argentina de 1862 a 1868.

CAPÍTULO I

RAÍZES HISTÓRICAS DESDE AS ORIGENS

Nesta versão, preparada para um público não necessariamente muito informado sobre a história argentina, pareceu-me útil agregar este capítulo que descreve o que se passou antes do período um tanto arbitrariamente definido como “contemporâneo”³. Se voltarmos no tempo, é também discutível o que era a Argentina antes da formação da nova nação como estado independente. Se nos referimos ao território que hoje é a Argentina, então devemos começar pelo menos nos tempos em que fazíamos parte do Império Inca, que compreende grande parte do noroeste do atual país⁴. Mais ao sul estava a belicosa tribo dos calchaquies⁵, que protagonizou várias guerras contra o invasor espanhol. Centrados no Paraguai, viviam os guaranis dedicados à agricultura, e ainda mais ao sul diversas tribos com menor grau de desenvolvimento tecnológico,

3 Luis Alberto Romero, *História contemporânea da Argentina*. Tradução Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

4 Faz-se necessário esclarecer que, ainda que a maioria da atual população da Argentina não tenha antepassados dos tempos pré-coloniais, ou os têm de forma bem marginal, boa parte, aproximadamente 25%, têm-nos em proporções muito significativas, perceptíveis hoje e frequentemente objeto de discriminação.

5 N.E.: Calchaquí era um povo indígena do grupo Diaguita, atualmente extinto, que habitava o noroeste da Argentina desde antes da chegada dos colonizadores espanhóis.

incluindo na Patagônia os araucanos ou mapuches⁶, que tinham uma organização protoestatal e grande capacidade bélica, modo pelo qual resistiram durante séculos ao domínio europeu. A mais importante rebelião indígena foi a de Túpac Amaru e Túpac Catari⁷, com base no Peru e na atual Bolívia, com repercussões no norte argentino⁸.

Durante o domínio espanhol, havia também constantes tensões entre a Coroa e os colonos, das quais a Revolução dos *Comuneros* do Paraguai, no começo do século XVIII – reprimida por várias expedições saídas de Buenos Aires – foi típica, com distinção dos conflitos entre as autoridades civis e as religiosas⁹. Essa situação explodiu ao final daquele século com a expulsão dos jesuítas, que haviam criado quase uma zona autônoma que compreendia boa parte do Paraguai, da Argentina, do Brasil e da Bolívia. A cidade de Buenos Aires e o Litoral¹⁰ dos rios por muito tempo dependeram de Assunção, para finalmente transformar-se na sede do Vice-reinado do Rio da Prata, criado para fazer frente à influência portuguesa. Como a área rio-platense era muito pobre, foi necessário o respaldo do Alto Peru (atual Bolívia), que com sua riqueza mineral iria financiar a nova estrutura administrativa. Desde então a prata de

6 N.E.: Mapuches (também conhecidos como araucanos) é um povo indígena da Patagônia, localizada na porção mais austral da Argentina.

7 N.E.: Túpac Katari (na atual Bolívia) e Túpac Amaru II (no atual Peru) foram lideranças indígenas que, no século XVIII, encabeçaram revoltas contra a colonização espanhola. Ambas as revoltas foram derrotadas pelas autoridades coloniais.

8 Ana María Lorandi, *De quimeras, rebeliones y utopías: la gesta del inca Pedro Bohórquez*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997; Luis Durand Flórez, *Independencia e integración en el plan político de Túpac Amaru*. Lima: PLV, 1973; Isabel Hernández, *Autonomía o ciudadanía incompleta. El pueblo mapuche en Chile y Argentina*. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 2003; Manuel Moreira, *El derecho de los pueblos originarios*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2009; Pedro Andrés García, *Viaje a Salinas Grandes*. Buenos Aires: Sudestada, 1969.

9 Torcuato S. Di Tella, *El modelo político paraguayo*. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

10 N.E.: Nesta, como em diversas passagens da obra, “Litoral” se refere à costa fluvial da bacia platina cujos rios mais caudalosos, em especial o Prata, permitem que navios marítimos de porte razoável vindos do Atlântico, de passagem por Buenos Aires, acessem cidades do interior argentino.

Potosí que ia até Lima começou a ser canalizada através de Buenos Aires, transformada em centro de um comércio florescente, nem sempre legal, que incluía a importação de escravos os quais, até 1810, formavam mais de um quarto da população da cidade¹¹.

Em 1806 e 1807, a Grã-Bretanha, em guerra com a Espanha, invadiu a cidade de Buenos Aires, mas a resistência local com milícias rapidamente organizadas fez com que o projeto fracassasse. O resultado inesperado, de qualquer forma, foi o estímulo ao ativismo popular baseado em sua experiência no uso de armas e na escolha dos seus mandatários, como ocorria então, salvo para os cargos mais altos, nas milícias. Foi assim que se gerou uma mentalidade que pode ser chamada populista, com militares improvisados ou outros de carreira, mas capacitados para manipular os sentimentos da população mais humilde. Manuel Belgrano, economista que logo foi forçado a dedicar-se ao exercício das armas, relembra em sua *Autobiografía* que, nos tempos das invasões inglesas, havia se apresentado para colaborar em um dos regimentos, onde

Se não houvesse tomado a mim mesmo a recepção de votos, poderiam sair dois homens simplórios, mais por seus vícios que por outra coisa, a posicionar-se na cabeça da estrutura. [...] Talvez minha educação, meu modo de vida e meu modo de tratar com a gente, distinto em geral da maior parte dos oficiais que detinha a estrutura, começasse a produzir rivalidades. [...] Houve um oficial que me insultou na presença da tropa e dos dois comandantes que olharam com indiferença um ato tão escandaloso de insubordinação; então comecei a observar o estado miserável da educação de meus conterrâneos,

11 George Reid Andrews, *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: De la Flor, 1989.

*seus sentimentos mesquinhos e até onde chegavam as intrigas por aquele ridículo prest [salário]*¹².

Esse contexto social seria um fator de peso no sistema político que emergiu no país, que alcançou de fato a independência em 1810, com a criação de uma Junta de governo. Nela, como de costume em casos semelhantes, havia um setor mais conservador, dirigido pelo Chefe do Regimento de Patrícios, Cornelio Saavedra, e um mais “jacobino”, com líderes como os advogados Mariano Moreno e Juan José Castelli. O que primeiro realizou a Junta foi enviar expedições militares para ajudar os povos a se libertar das autoridades realistas, coisa que nem todos desejavam fazer ou, em todo caso, preferiam fazê-lo de maneira autônoma e não dependente de Buenos Aires. Isso veio a ocorrer no Paraguai que, assim que se tornou independente, imiscuía-se com frequência nas guerras civis argentinas. No Alto Peru, como era chamado então o atual território boliviano, a numerosa população indígena não considerava os funcionários espanhóis, mas somente os proprietários de terras, em geral *criollos*, como seus principais inimigos, o que dificultava sua adesão às campanhas independentistas. No Uruguai havia também um forte espírito regionalista, agravado por longos anos devido à intervenção portuguesa, consolidado sob a direção de José Gervasio de Artigas, que buscava a autonomia mesmo que dentro de um pertencimento comum à mesma nação, autotizada de Províncias Unidas na América do Sul, nome claramente inspirado no exemplo norte-americano.

À contraposição inicial entre conservadores tradicionalistas e liberais influenciados pelo Iluminismo europeu, logo se combinou a que enfrentavam os centralistas portenhos contra os federalistas das províncias do interior, a quem se somavam os setores populares da própria cidade e do campo de Buenos Aires.

12 Manuel Belgrano, “Autobiografía”, *Escritos económicos*. Buenos Aires: Raigal, 1954, p. 53-54.

O governo central que se pode organizar era permanentemente instável e desmoronou financeiramente por seu apoio à campanha de libertação do general José de San Martín, do Chile, em 1817, que teve continuidade por mar com recursos do país vizinho, até Lima.

Mesmo que às vezes se sustente que as ideias monárquicas eram inaplicáveis a nosso meio, de fato elas foram muito difundidas entre os dirigentes que chegaram ao poder depois da Revolução de Maio¹³. A monarquia era a forma política mais comum na época, e sua versão constitucional à maneira da Inglaterra era considerada o modelo mais adaptado à maioria dos países e, ao que parece, funcionava muito bem no Brasil. Em 1815, com pouco êxito, o governo enviou Belgrano e Rivadavia em busca de uma saída monárquica à crise que ameaçava destruir o poder independente, e quando se expôs no Congresso de Tucumán¹⁴ a forma básica que deveria ter a constituição, as vozes monárquicas fizeram-se sentir, sobretudo nas sessões secretas. Um dos principais promotores desse tipo de solução foi Manuel Belgrano que, além de tudo, defendia que se admitisse um descendente dos incas para conseguir o apoio das populações estratégicas do norte, especialmente da atual Bolívia, e do Peru. Ainda que algumas pessoas ridicularizassem a ideia dizendo que o tal descendente haveria que “tirá-lo bêbado e coberto de andrajos de alguma taverna”, o certo é que na Espanha havia vários personagens distintos que se consideravam descendentes dos incas, pois desde os primeiros

13 N.E.: A Revolução de Maio foi um conjunto de acontecimentos ocorridos entre os dias 18 e 25 de maio de 1810 em Buenos Aires, então capital do Vice-Reino do Rio da Prata cujo território atualmente corresponde aos de Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Tendo resultado na deposição do vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e na criação de um governo local, a Primeira Junta, a Revolução de Maio foi a primeira revolta bem-sucedida no processo de independência da América do Sul.

14 N.E.: O Congresso de Tucumán foi uma assembleia constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata (atualmente a República Argentina), que se reuniu primeiramente na cidade de San Miguel de Tucumán (e depois na cidade de Buenos Aires), entre os anos 1816 e 1820. Foi responsável pela Declaração de Independência da Argentina e pela aprovação da Constituição Argentina de 1819.

tempos os conquistadores se haviam casado com as mulheres da nobreza local. Obviamente que a ideia era conseguir apoio entre os povos originários no Alto e também no Baixo Peru. De todo modo, para a maior parte dos sustentadores do projeto monárquico, o objetivo não era conseguir apoio entre os aborígenes, mas entre as potências europeias triunfantes nas Guerras Napoleônicas. Para isso precisava de um rei do velho continente, que seria visto como uma garantia de que na América respeitavam-se os interesses do comércio internacional e dos possíveis investidores estrangeiros.

Quanto a San Martín, suas preferências políticas eram claramente monárquicas e centralistas. A esse respeito, é interessante ver sua reação ante o plano de coroar um Inca, que tanto havia entusiasmado Belgrano, ainda que os políticos mais orientados dentro da temática econômica, com a consequente necessidade de capitais europeus e abertura comercial a esse continente, viam-no com mais desconfiança. Dizia San Martín a Tomás Godoy Cruz, deputado de Cuyo¹⁵ no Congresso de Tucumán:

Digo a Laprida o quão admirável me parece o plano de um inca no comando; as vantagens são geométricas, mas pela pátria lhes suplico não nos metam em uma regência de [várias] pessoas; no momento que passar de uma, tudo se paralisa e nos leva o diabo; com efeito, não há mais que variar de nome nosso Diretor [o poder Executivo da época] e fica um regente; isso é o mais seguro para que saíamos ao porto de salvação¹⁶.

Fica claro neste texto que o que se pensava era que o Inca fora uma figura um tanto decorativa e, desde já, à frente de uma

15 N.E.: Cuyo é uma região argentina formada pelas províncias de San Juan, Mendoza e San Luis. Localiza-se no centro-oeste do país, próximo ao Chile.

16 San Martín a Godoy Cruz, 22/7/1816, reproduzido em Arturo Capdevila, *El pensamiento vivo de San Martín*. 3ª ed. Buenos Aires: Losada, 1982, p. 49.

monarquia altamente constitucional e limitada, talvez evoluindo até um regime parlamentar, chefiado por um regente (nas palavras de San Martín) ou um primeiro-ministro. O óbvio, para San Martín, era que se ele chegasse às costas do Peru – seu objetivo desde antes de libertar o Chile – como representante de uma monarquia encabeçada por um descendente dos incas, a situação bélica não poderia fazer menos que voltar-se a seu favor e o mesmo ocorreria ao pouco afortunado exército do Norte, incapaz de manter-se no Alto Peru.

Ao mesmo tempo, nota-se em San Martín uma marcada desconfiança em razão do Executivo colegiado, pois, para dar efetividade à democracia, teria que haver uma cabeça capaz de tomar decisões, uma vez que a vontade do povo, expressa pelos votos – diretos ou através do Congresso – fora manifestada. Quanto ao centralismo, compartilhava a opinião muito difundida em setores ilustrados de que, havendo poucos elementos de cultura, era preciso concentrá-los em um centro. Assim, dizia a seu amigo general Guido, escrevendo desde Mendoza:

Morro cada vez que ouço falar de federação. Não seria mais conveniente transplantar a capital a outro ponto, cortando por este meio as justas queixas das províncias? Mas federação! E pode acontecer? Se em um governo constituído e em um país instruído, povoado, artista, agricultor e comerciante notaram-se na última guerra contra os ingleses (falo dos americanos do norte) as dificuldades de uma federação, o que será de nós que carecemos daquelas vantagens? Meu amigo, se com todas as províncias e seus recursos somos débeis, o que não sucederáilhada cada uma delas? Agregue a isso as rivalidades de vizinhança e os interesses que vão de encontro a todas elas, e concluirá que tudo se tornará

*uma leoneira, cujo terceiro componente na discórdia será o inimigo*¹⁷.

O mesmo pensamento com respeito a adequar a Constituição (e as leis e práticas políticas em geral) à idiosincrasia dos povos é repetido em diversas ocasiões, como quando comenta a O'Higgins¹⁸, por motivo de uma recente revolução no Peru:

*Eu estou firmemente convencido de que os males que afligem os novos estados da América não dependem tanto de seus habitantes como das Constituições que os regem. Se aqueles que se denominam legisladores na América tivessem em conta que aos povos não se deve dar as melhores leis, mas sim as melhores que sejam apropriadas a seu caráter, a situação de nosso país seria bem diferente*¹⁹.

Quando sustentava que era preciso adequar a Constituição à mentalidade nacional, o que queria dizer (ele como muitos outros que usavam a mesma frase) era que tinha que se facilitar a atuação de um executivo forte, dentro de normas constitucionais. A excessiva desconfiança em relação ao executivo, expressada por muitos pensadores liberais da época, havia feito com que, em mais de um caso, se repudiasse a existência de um Executivo unipessoal, substituindo o mesmo por um coletivo, como a Primeira Junta e, depois, os Triunviratos. Isso havia ocorrido não somente na Argentina, mas também em outros países, principalmente na Venezuela nos primeiros momentos de sua independência, debilitando a ação do governo. O mesmo argumento, é claro, podia

17 San Martín a Guido, em *El pensamiento vivo de San Martín*, p. 44.

18 N.E.: Bernardo O'Higgins Riquelme foi um militar e estadista chileno, sendo um dos líderes mais importantes da independência do Chile.

19 San Martín a O'Higgins, 3/9/1833, em *Documentos del Archivo de San Martín*, vol. 10. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1911, p. 44.

ser usado também por motivos interessados, como justificativa de uma ditadura. Todavia, o que de fato ocorreu em muitos casos (sendo o Chile e o Brasil exceções) foi que, justamente por não estarem providas de bases legais para exercício de uma autoridade eficaz, preparavam-se as condições para que um setor significativo da opinião pública terminasse aceitando um regime despótico.

A partir de 1820 a unidade nacional ficou decididamente quebrada, com a maior parte das províncias declarando sua autonomia, inclusive a de Buenos Aires, onde, sob a condução de Bernardino Rivadavia deu-se por vários anos uma gestão liberal progressista ainda que nem sempre capaz de canalizar os sentimentos das camadas mais populares. A tentativa de reunificação dirigida pelo mesmo Rivadavia, em 1825, fracassou por causa do esforço bélico ligado à guerra com o Brasil pelo domínio do que logo seria a República do Uruguai²⁰.

Nas guerras civis que por longos anos arrasaram o país enfrentaram-se dois blocos, ou protopartidos políticos: os Unitários, de orientação liberal, ligados às classes médias e altas urbanas, e os Federais, de espírito mais “nacionalista popular”, apoiados pelos grandes e médios proprietários rurais da província de Buenos Aires com seu séquito de gaúchos, aliados aos setores populares dessa mesma área, e a outros do interior do país. Essa luta combinava-se com a que se dava pelo controle das divisas, monopolizada por Buenos Aires, dada a geografia do país.

A violência dessas guerras, e a dificuldade que tinha o centro de se impor, devem ser contrastadas com a situação do Brasil, onde os conflitos entre elites, ou os de tipo regional, tinham em geral uma solução mais consensual. Isso pode ser explicado em parte pela ameaça que, desde as terríveis experiências do Haiti,

20 Tulio Halperín Donghi, *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Buenos Aires criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.

sempre pendia sobre o Brasil: uma rebelião de escravos que poderia desencadear-se caso as elites começassem a lutar denodadamente entre si, mobilizando na luta os demais setores da população, como ocorreu na ilha caribenha²¹. Na Argentina não havia, para os setores dominantes e de classe média, uma ameaça equivalente. Por outro lado, a unidade do Brasil foi feita pela unificação de elites, criada pelo Império e pelo oceano, que permitia mover tropas em poucos dias para reprimir as insurreições regionais. Na Argentina – e igualmente na área onde atuou Simón Bolívar – tinham que ir caminhando ou, na melhor das hipóteses, a cavalo, o que obviamente dificultava as coisas.

A intensidade das guerras civis terminou gerando uma reação autoritária, de fato centralizadora, ainda que sob as bandeiras federais, na pessoa de Juan Manuel de Rosas, fazendeiro e chefe de milícias na zona de fronteira com os índios. Seu governo (1829-1852), primeiramente consensual e, logo, cada vez mais ditatorial, ainda que popular, teve que enfrentar muitas resistências dos Unitários deslocados e de alguns de seus primeiros apoios Federais, assim como agressões exteriores, incluindo duas intervenções anglo-francesas, que se tentou frear na batalha da Vuelta de Obligado sobre o rio Paraná. Durante estes episódios recorreu-se ao terrorismo de Estado contra os opositores, que estavam dispostos a colaborar com o estrangeiro. A capacidade de Rosas de combinar autoritarismo e respeito ao clero e às classes dominantes com apelo popular foi o segredo de seu sistema, como ele mesmo disse em mais de uma ocasião. Em carta ao representante uruguaio, Santiago Vázquez, pouco antes de subir ao poder em fins de 1829, diz que

desde o princípio pareceu-me que nos lances da revolução, os mesmos partidos haveriam de dar lugar a que [a classe

21 Torcuato S. Di Tella, *La rebelión de esclavos de Haití*. Buenos Aires: IDES, 1984.

popular] se sobrepusesse e causasse os maiores males, porque sabes da disposição contra os ricos e superiores que sempre há naquele que não tem. Pareceu-me, pois, muito importante conseguir uma grande influência sobre essa gente para contê-la, ou dirigi-la, e me propus a adquirir essa influência a todo custo; para isso me foi preciso trabalhar com muita constância, tornar-me gaúcho como eles, falar como eles e fazer tudo quanto eles faziam, protegê-los, fazer de mim seu representante, cuidar de seus interesses²².

Em círculos opositores instruídos, começou-se a buscar vias para contrapor-se à ação repressiva do governo na frente cultural e também política. Esteban Echeverría, que havia passado vários anos em Paris em contato direto com as luzes da civilização, e que, desde que voltara, se “penteava à Byron”, fazendo sucesso com as moças e – por motivos diversos – até com os rapazes de sua estirpe, foi o iniciador desta experiência, à qual denominaram Jovem Argentina (mais tarde, no exílio em Montevidéu, Associação de Maio). Contou com a colaboração de Juan Bautista Alberdi²³, Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López (filho do autor do Hino, personagem bem colocada no regime) e Miguel Cané, pai do autor de *Juvenilia*²⁴. Logo formar-se-iam filiais no interior do país e no exílio, onde se integraram entre outros Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento, gente de menor posição social que

22 Carta reproduzida por Andrés Lamas, *Revista del Río de la Plata*, 1871-1877, vol. 5, p. 599. Ver também Tulio Halperín Donghi, *De la revolución de independencia a la Confederación rosista*. Buenos Aires: Páidós, 1980 e Julio Irazusta, *Vida política de Juan Manuel de Rosas a través de su correspondencia*. Buenos Aires: Albatros, 1947.

23 N.E.: Juan Bautista Alberdi (San Miguel de Tucumán, 29 de agosto de 1810 – Neuilly-sur-Seine, França, 19 de junho de 1884) foi um estadista e intelectual argentino, sendo uma das mais importantes influências intelectuais da Constituição Argentina de 1853.

24 N.E.: *Juvenilia* (1884) é um famoso livro de memórias dos tempos de estudante do escritor argentino Miguel Cané (1851-1905).

os iniciadores do movimento²⁵. Echeverría nos conta assim sua experiência, recordando-a em sua *Ojeada retrospectiva* escrita em 1846:

A sociedade argentina estava então dividida em duas facções irreconciliáveis por seus ódios, bem como por suas tendências, que se haviam despedaçado nos campos de batalha por longo tempo: a facção vencedora, que se apoiava nas massas populares e era a expressão genuína de seus instintos semibárbaros, e a facção unitária, minoria vencida, com boas tendências, mas sem bases locais de critério socialista²⁶, e algo antipática por seus arranques soberbos de exclusivismo e supremacia. Os unitários, porém, haviam deixado o rastro de uma tradição progressista. A nova geração, educada em sua maioria em escolas fundadas por eles, acostumada a vê-los com veneração em sua infância, devia ter por eles simpatia ou ser menos federal que unitária. Assim era; Rosas a conhecia bem e procurava humilhá-la, marcando-a com seu estigma de sangue. Considerávamos que o país não estava maduro para uma revolução material, e que esta, longe de nos dar uma Pátria, nos traria ou uma Restauração (a pior de todas as revoluções) ou a anarquia, ou o predomínio de novos caudilhos²⁷. O ponto de arranque, como dizíamos então, devem ser nossas leis, nossos costumes, nosso

25 Juan Pablo Feinmann, *Filosofía y nación*. Buenos Aires: Legasa, 1982.

26 Emprega-se aqui a palavra “socialista” em um sentido mais parecido ao que hoje seria o de “social” ou mesmo “sociológico”, ainda que, em seus textos e os de seus colaboradores, haja influências do socialismo precoce de Paul Leroux, e, por outro lado, de Saint-Simon.

27 N.E.: Liderança popular carismática, típica da América Espanhola, capaz de mobilizar seguidores em sua localidade para finalidades políticas, inclusive de embate ou de enfrentamento em relação a autoridades constituídas.

*estado social. Poucos suspeitavam que o progresso é a lei de desenvolvimento e o fim necessário de toda sociedade livre, mas cada povo, cada sociedade tem suas leis ou condições peculiares de existência. Fazer com que um povo caminhe em direção ao desenvolvimento e exercício de sua atividade conforme essas condições peculiares de sua existência, nisto consiste o progresso normal, o verdadeiro progresso*²⁸.

Com um critério evolucionista parecido, Alberdi sustentaria, também em um escrito posterior, da época do exílio, que “há na vida dos povos, idade teocrática, idade feudal, idade despótica, idade monárquica, idade aristocrática, e finalmente idade democrática”. Nesta sequência era preciso reconhecer a inevitabilidade das etapas, aceitando, como dizia o poeta e político conservador francês Chateaubriand, que o futuro da humanidade é a democracia, mas – agregava Alberdi, para evitar entusiasmos fora de lugar – “o modo de que não seja futura, nem presente, é empenhar-se em que seja presente porque o meio mais cabal de afastar um resultado é acelerar sua chegada com imprudente instância”. Assim como se podia dizer que “Rosas é um mal, e ao mesmo tempo um remédio”, pois “onde haja repúblicas espanholas, formadas de antigas colônias, haverá ditadores chegando a certa altura do desenvolvimento das coisas”²⁹. Apesar desta moderação teórica, as autoridades não se deixaram enganar e, logo, os de maior destaque tiveram que se refugiar na margem vizinha.

28 Esteban Echeverría, “Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el Plata”, publicado na segunda edição do *Dogma socialista*, realizada em Montevideú, em 1846.

29 Juan Bautista Alberdi, em *Obras completas*, 8 tomos, La Tribuna Nacional, Buenos Aires, 1886, vol. 1, p. 115 e vol. 3, p. 223. Para os debates sobre o futuro que se deveria construir para a Argentina, ver Tulio Halperín Donghi, *Proyecto y construcción de una nación Argentina 1846-1880*. Buenos Aires: Ariel, 1995.

Na sequência de Alberdi – que não é meramente retórica – entre o despotismo e a democracia estão as importantes e bem longas etapas da monarquia (constitucional, como a britânica) e da aristocracia, ou seja, o regime de voto restrito, outorgado somente a quem tinha um certo nível de educação ou de recursos econômicos. O problema é que a sequência, neste aspecto, não era tão unilinear como se poderia inferir do texto de Alberdi. Porque já nesses momentos sob o “despotismo” aplicava-se a “democracia”, por obra de Rosas, cujo gênio político consistia precisamente em combinar ambos os aspectos. Para Echeverría o povo era, certamente, manipulável, mas as regras necessárias para fazê-lo eram complexas, e Rosas as conhecia melhor que seus inimigos. Não é que Rosas fosse mais capaz que eles, porém ele ocupava, sem necessariamente pretendê-lo, um lugar social desde o qual se podia lançar a chapa política do autoritarismo com apoio popular, baseada em saber aceitar as características culturais dessa massa e dar-lhes expressão, dosando sabiamente as concessões e os limites. O problema é que não é fácil situar este autoritarismo popular na sequência histórica concebida por Alberdi, seja porque não existem realmente leis que regem as mudanças sociais de modo tão firme, ou bem porque elas são mais complexas e não podem ser reduzidas a sequências unilineares.

Em 1851, já mais pacificado o país e diminuídas as medidas repressivas, houve uma demanda geral de mudanças, que foi recebida pelo general Justo José de Urquiza³⁰, governador da província de Entre Ríos e até esse momento forte apoio do regime. Com a colaboração de tropas brasileiras e uruguaias derrubou Rosas, o qual teve que se exilar na Inglaterra. Os vencedores também instauraram um controle terrorista por um breve tempo,

30 N.E.: Militar e político argentino (1801-1870). Foi um importante caudilho de Entre Ríos, sendo por diversas vezes governador da província. Foi líder do Partido Federal e presidente da Confederação Argentina de 1854 a 1860.

fuzilando centenas de resistentes, mas logo instauraram um regime liberal em todo o país, ainda que frequentemente embasado nos antigos caudilhos federais, agora reconvertidos. Na província de Buenos Aires emergiu como dirigente, com forte apoio em setores médios, Bartolomé Mitre, intelectual feito militar pela força dos acontecimentos, como antes fora Belgrano. Seu partido Liberal dividiu-se, formando um setor mais populista, que não rejeitava mobilizar apoios ex-rosistas nas bases populares dos subúrbios e do campo, com o nome de Partido Autonomista.

As diferenças de interesses e de opiniões entre a província rica, possuidora dos recursos aduaneiros do principal porto internacional, e o resto do país, dirigido por Urquiza, estouraram em uma luta armada na qual se impôs Mitre, em 1861, o que lhe permitiu chegar à Presidência (1862-1868). Seu governo impôs uma forte centralização e desenvolvimento econômico e educativo, e a luta contra caudilhos regionais que resistiam em aceitar as novas condições de predomínio portenho e associação com o capital internacional, como os riojanos Chacho Peñaloza e Felipe Varela, que emulavam seu coprovinciano Facundo Quiroga.

No vizinho Paraguai, desde os anos quarenta era imposta a dinastia dos López, primeiro com Carlos Antonio, patriarca bastante consensual ainda que autoritário, e logo com seu filho Francisco Solano, mais impetuoso e com ambições de superar Luis Napoleão ou mesmo seu tio, e estender as fronteiras do país, talvez até chegar ao Atlântico através do Rio Grande do Sul (com tradição separatista) ou da Mesopotâmia argentina (Corrientes e Entre Ríos). Depois de diversos incidentes que cada historiador conta a sua maneira, iniciou-se uma guerra que uniu Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai (1864-1870), que terminou em uma verdadeira hecatombe, na deposição e morte de López, e na

ocupação por alguns anos do território paraguaio, onde ficariam para sempre as memórias do horrível conflito³¹.

Durante a guerra foi efetuada a sucessão presidencial. Mitre, a frente das tropas, estava bastante debilitado, e não pôde impor um sucessor de sua escolha, chegando nessas condições ao Executivo Domingo Faustino Sarmiento, um civil e educador que não havia desdenhado o exercício das armas durante as campanhas dirigidas por Mitre contra a resistência do interior do país.

31 Efraín Cardozo, *Hace 100 años: crónicas de la Guerra de 1864-1870*. Asunción: Emasa, 1967; León Pomer, *La Guerra del Paraguay. Gran negocio*. Buenos Aires: Caldén, 1968.

CAPÍTULO 2

A PRESIDÊNCIA DE SARMIENTO (1868-1874)

Trajetória política

Domingo Faustino Sarmiento, ao chegar à presidência, coroava uma longa trajetória de jornalista combativo, político apaixonado e lutador pela transformação cultural de sua pátria. Suas análises sobre a realidade social argentina, escritas mais apressadamente e desalinhadamente que as de Juan Bautista Alberdi, têm um nível equivalente de profundidade. Além disso, tiveram grande impacto na opinião pública, que o via como um dos representantes máximos da modernização institucional necessária para situar o país entre as nações de alto desenvolvimento. Pertencia a uma família tradicional antiga, descendente dos primeiros conquistadores e funcionários coloniais, mas que foi muito diminuída em sua posição econômica. Seu pai, que desempenhava papéis administrativos subalternos, desapareceu quando ele ainda era muito jovem, e sua mãe trabalhava ao tear para ganhar a vida. Sua falta de recursos o impediu de usar uma das bolsas que o governo de Bernardino Rivadavia havia dado a cada província para enviar estudantes ao Colégio Nacional de Buenos Aires, de maneira que se viu obrigado, desde a adolescência, a trabalhar

como dependente do comércio, e a completar sua educação de forma autodidata. Em 1831, como resultado das vitórias do chefe federal Facundo Quiroga em Cuyo, teve que emigrar para o Chile, onde ganhou a vida com uma infinidade de ofícios, desde capataz de minas até professor e pequeno comerciante. Passou então por uma experiência de imersão no meio popular, parecida com as que Juan Manuel de Rosas ou Quiroga tiveram em seus respectivos âmbitos de atividade. Retornou à sua província em 1836, e aderiu à Associação de Maio criada por Echeverría, um de cujos membros passaram por San Juan em 1838. Aproveitando um período de maiores liberdades, publicou o jornal *El Zonda* e promoveu diversas atividades culturais com sentido político. Finalmente, confrontado com o governador federal, apesar do apoio que este originalmente lhe havia dado, foi expulso para o Chile. No caminho escreveu, em uma pedra na fronteira, “não se matam as ideias”, em francês, para que os que o custodiavam não entendessem o que dizia. Desta vez posicionando-se melhor, escalou posições na imprensa e na organização de novas experiências educativas, contexto em que colheu experiência abundante. Em sua obra *Facundo*³², publicada em 1845 como folhetim em um diário de Santiago, assim como em outras obras menores e em seus numerosos artigos jornalísticos, havia traçado uma visão nua e crua da realidade nacional.

As ideias sociológicas de Sarmiento

O atraso e a violência política em que se debatia o país eram devidos, no seu entender, em boa parte aos costumes transmitidos pela potência colonial, uma das mais atrasadas da Europa e mentalmente fechada, mesmo em suas épocas de maior esplendor. Sarmiento falava mal da Espanha, mas “como um espanhol”, no dizer

32 N.E.: *Facundo ou civilização e barbárie nas pampas argentinas* é um livro escrito em 1845 pelo educador, escritor e político argentino Domingo Faustino Sarmiento (1881-1888), quando do seu segundo período de exílio em terras chilenas.

de Miguel de Unamuno, que admirava seus escritos e o considerava o melhor autor contemporâneo nessa língua. Sarmiento não era muito mais complacente com a cultura indígena, ainda que esta fosse pouco influente na Argentina, em comparação a outros países do continente. Para cortar essas heranças Sarmiento pensava que o país necessitava de um estímulo cultural, administrado pela educação em massa e pela imigração, preferencialmente originada em países que haviam passado com maior êxito que a Espanha pela revolução do mundo moderno. Mas, apesar da influência espanhola e indígena, Sarmiento apontava os efeitos do ambiente local, marcado pela pouca densidade populacional e pela estagnação do comércio e das comunicações. As classes populares, sobretudo as rurais, nessas condições, só poderiam refletir o atraso e, por sua vez, sustentá-lo com suas atitudes. Neste sentido, não poupava epítetos e enfatizava com sarcasmo os aspectos embrutecedores do tipo de vida a que se via reduzida a população humilde.

Sarmiento não nutria ilusões acerca do papel que essa massa popular ignorante podia desempenhar na transformação do país. Melhor dizendo, via-a como fator do atraso, especialmente por meio de seu apoio aos caudilhos locais. Estes obstaculizavam o progresso econômico ao criar uma instabilidade institucional, baseada justamente na sua capacidade de manejo de massas em impasses cívicos e militares. Durante a presidência de Bartolomé Mitre (1862-1868), Sarmiento havia enfrentado de maneira muito dura a luta contra os últimos levantes de caudilhos, especialmente o do Chacho Peñaloza, em La Rioja³³. Como não apreciava a forma de vida do gaúcho, Sarmiento foi acusado pela escola historiográfica inspirada no revisionismo nacionalista, de ter uma atitude “exterminadora” em relação à população pobre do país. Isto reflete com alguma parcialidade atitudes que efetivamente

33 N.E.: Província argentina localizada a noroeste do país.

Sarmiento expressou, com frequência em cartas que transcrevem um mau humor momentâneo que é preciso contrastar com o resto de sua obra.

Suas análises têm um componente de racismo, o qual era quase universalmente aceito na época como fator explicativo das diferenças humanas. Em *Facundo* ele havia contrastado as ideias dos primeiros reformadores liberais, da época de Rivadavia, com as da geração de então. Os rivadavianos eram uma facção do Iluminismo enciclopedista, demasiado crentes nas virtudes da razão e na adaptabilidade humana às construções institucionais. Sarmiento argumentava que o homem não é tão maleável e que abriga tendências instintivas que temos que valorizar em sua justa força. Essas tendências moldam-se através da cultura, permanecem cristalizadas e são transmitidas pela família em atitudes básicas que só mudam muito lentamente.

Em *Facundo*, referindo-se a estas novas concepções, diz:

Com os paradoxos do Contrato Social, subleveu-se a França; Buenos Aires fez o mesmo. Voltaire havia desacreditado o cristianismo, que foi também desacreditado em Buenos Aires. Montesquieu distinguiu três poderes e prontamente três poderes tivemos nós. Benjamin Constant e Bentham anulavam o executivo, nulo de nascimento constituiu-se aqui. Smith e Say pregavam o livre comércio, livre o comércio, se repetiu. Buenos Aires professava e acreditava em tudo o que o mundo sábio da Europa acreditava e professava. Só depois da revolução de 1830 na França e de seus resultados incompletos, as ciências sociais tomam nova direção, e começam a desvanecer as ilusões. Desde então, começaram a chegar até nós livros europeus que nos demonstram que Voltaire não tinha muita razão; que

*Rousseau era um sofista; Mably e Raynal; uns anárquicos; que não há três poderes, nem contrato social, etc., etc. Desde então sabemos algo de raças, de tendências, de hábitos nacionais e de antecedentes históricos*³⁴.

Não é que a nova visão fosse menos racionalista que a anterior. A diferença era que aplicava a análise, ou seja, a razão, para descobrir a falta de razoabilidade com que, em geral, manipula-se a gente em sociedade. O construtor de instituições deve adaptá-las, então, às características psíquicas e tradições culturais de sua sociedade. Assim, por exemplo, com o problema da autoridade. Rousseau pensava que se baseava – ou devia basear-se – em um contrato, regularmente convencionado entre governados e governantes. Nada disso, diz o novo enfoque, agora adotado por Sarmiento. O problema da revolução americana foi que destruiu os fundamentos tradicionais, conservadores, da autoridade, sem poder substituí-los por outros. Pensar que se podia solucionar o problema com um “contrato” era ilusório. A autoridade deveria ser imposta, usando novos sistemas, mais modernos, mas nem por isso menos embasados na mentalidade primitiva existente a que corresponde a maior parte da, se não toda a, humanidade, inclusive suas camadas educadas:

A autoridade fundamenta-se no assentimento indeliberado que uma nação dá a um fato permanente. Onde há deliberação e vontade, não há autoridade. Explico-me. Arrebatado à Espanha, Fernando VII, a autoridade, aquele fato permanente, deixa de sê-lo, e a Espanha reúne-se em juntas provinciais, que negam a autoridade aos que governam em nome do rei. Isto é a federação da Espanha. Chega a notícia à América, e desprende-se

34 Domingo F. Sarmiento, *Facundo*. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación, 1906, p. 132. Ver também José Luis Romero, *Las ideas políticas en Argentina*. Fondo de Cultura Económica, México, 1959; e Natalio Botana, *La tradición republicana*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

da Espanha, separando-se em várias seções: federação da América. Do vice-reinado de Buenos Aires saem ao final da luta quatro estados: federação do vice-reinado. A República divide-se em províncias, não nas antigas intendências, senão em cidades: federação das cidades.

A República Argentina achava-se nessa crise social, e muitos homens notáveis e bem intencionados das cidades acreditavam que era possível fazer federações cada vez que um homem ou um povo sentiam-se desrespeitados por uma autoridade nominal e de pura convenção. Mas a República Argentina está geograficamente constituída de tal maneira, que há de ser sempre unitária, ainda que o rótulo da garrafa diga o contrário³⁵.

O problema, então, é de como estabelecer a autoridade sem o autoritarismo, o respeito pelas hierarquias sem o servilismo para com os poderosos. O dilema se havia apresentado justamente depois da batalha de Caseros, quando Urquiza derrubou Rosas, mas quis que se continuasse impondo o uso da Divisa Punzó, e Sarmiento negou-se. Por isso e por outras razões tornou a exilar-se no Chile, onde ainda estava Alberdi, que não simpatizava com o grupo portenho encabeçado por Mitre, no poder depois de romper com Urquiza. Para Sarmiento, a estratégia – ou a combinação de elementos de rigidez e elasticidade – a ser empregada contra o caudilhismo autoritário, era diversa da que tipicamente representava Alberdi. Este, em uma célebre polêmica (*Cartas quillotanas*³⁶, 1853), lhe diria:

Não é a resistência, Sr. Sarmiento, o que devem ensinar os bons escritores à nossa América espanhola viciada

35 *Ibidem*, p. 137-138.

36 N.E.: Textos escritos por Alberdi em que ele se opõe às ideias defendidas por Sarmiento. Ver nota 37.

*na rebelião: é a obediência. A resistência não nos dará a liberdade; só servirá para tornar impossível o estabelecimento da autoridade, que a América do Sul busca desde o princípio de sua revolução como o ponto de partida e de apoio de sua existência política*³⁷.

Alberdi fala nesse excerto da obediência ao poder devidamente constituído e enfatiza a necessidade de estabelecer uma autoridade legítima, para opor-se ao autoritarismo sem regras que muito frequentemente havia caracterizado nossos governos. Contra esse autoritarismo, aponta, não é a mera rebeldia o que se precisa, ainda quando em algum momento possa ser necessário apelar ao direito de insurreição contra a tirania, como se fez ao derrubar Rosas em Caseros³⁸ em 1852 ou no 25 de Maio de 1810. Para consolidar um regime de convivência civilizada é preciso, segundo Alberdi, amortecer em alguma medida as demandas de modo a evitar uma confrontação que leve à violência e à guerra civil. Nessa mesma polêmica das *Cartas quillotanas*, criticava os primeiros construtores das instituições livres, na época de Rivadavia, por não haverem tentado “estabelecer um governo que tivesse algo de asiático como o solo de sua aplicação e em que as regras do governo representativo inglês ou norte-americano cedessem seu rigor às peculiaridades desse solo e dessa sociedade”. Em outras palavras, recomendava moderar os preceitos de um sistema constitucional com estrita divisão de poderes para assegurar que as instituições, ainda que em uma versão mais tosca, ao menos conseguissem ser operacionalizadas, dadas as difíceis condições da época. Recriminava Sarmiento por não aplicar sua própria análise de

37 Juan Bautista Alberdi, *Cartas sobre la prensa y la política militante en la República Argentina* (conhecidas como “Cartas quillotanas”, por haverem sido escritas na localidade chilena de Quillota e publicadas originalmente em Valparaíso, em 1853), em *Obras completas*, vol. 4. Buenos Aires: Imprenta de la Tribuna Nacional, 1886-1887, 8 vols., p. 5-94.

38 N.E.: Foi uma das batalhas da guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Nela, o Império do Brasil e seus aliados derrotaram Rosas.

Facundo, em que havia assinalado precisamente as características “bárbaras” ou “asiáticas” de nossa sociedade. Enquanto Sarmiento as apontava como alvo contra o qual atirar, Alberdi acreditava que havia de adaptar-se a essas condições, desenhando instrumentos que funcionavam nesse meio hostil, pois, do contrário, seria pior o remédio que a doença. Alberdi tinha grande confiança na operação das forças econômicas, às quais havia que liberar ao máximo para que produzissem no menor tempo possível seus saudáveis efeitos. O progresso econômico, inevitavelmente, transformar-se-ia também em avanço institucional e político, apenas se soubesse canalizá-lo um pouco sem forçar as tendências naturais. Aplicava um pouco o que Hegel denominava a “astúcia da Razão” ou o que os cultores das artes marciais chamam usar a força do adversário para derrubá-lo. Em uma de suas expressões mais extremas, anos mais tarde, Alberdi escreveria, em *La República Argentina consolidada, con Buenos Aires por capital* (1880):

*Desta imensa mudança não possuem perfeita consciência nem os que a realizaram, nem os que a sofreram, nem os que ganharam, nem os que perderam. Isto provaria que a mudança impôs-se a uns e a outros com o poder despótico da evolução. Somos a obra de leis e forças naturais que nos criam e formam sem nossa intervenção, e que nós acreditamos fazer e governar à nossa vontade*³⁹.

Sarmiento era mais voluntarioso em seus enfoques e pensava que havia de se aproveitar a oportunidade de estar no poder para introduzir ao máximo as novas instituições. Não o preocupava tanto como a Alberdi a perspectiva de produzir um pouco de caos ou desordem no processo, porque isso poderia atuar como elemento vivificador das energias coletivas. Ao contestar-lhe suas *Cartas*

39 Juan Bautista Alberdi, *La República Argentina consolidada en 1880*. Buenos Aires: Librería La Publicidad, 1881.

quillotanas, em “Las ciento y una”, resume assim seus pontos de vista:

Minha viagem à Europa tinha por objeto estudar, sob meu ponto de vista, as questões de interesse público que me interessava conhecer. Duas BASES havia imaginado para a regeneração de minha pátria: a educação dos atuais habitantes, para tirá-los da degradação moral e de raça em que haviam caído, e a incorporação à sociedade atual de novas raças⁴⁰.

Alberdi, já a partir das *Bases*, publicadas há pouco, havia argumentado que a educação por si só havia quase feito mais mal que bem ao país, pois somente ensinava ao povo a absorver “o veneno da imprensa eleitoral, que contamina e destrói em vez de ilustrar”. No melhor dos casos, a educação popular era inócua, e quanto à universitária, considerava que havia sido “fábrica de charlatanismo, de ociosidade, de demagogia e de presunção titulada”. Quase parodiando Sarmiento, naquele livro (publicado em 1852, ou seja, o ano anterior) Alberdi havia dito:

Usa-se este argumento: educando nossas massas, teremos ordem; tendo ordem virá a população de fora. Dir-vos-ei que inverteis o verdadeiro método de progresso. Não tereis ordem nem educação popular, senão pelo influxo de massas introduzidas com hábitos arraigados dessa ordem e boa educação. Multiplicai a população séria, e vereis aos vãos agitadores, desvairados e sozinhos, com seus planos de revoltas frívolas, em meio a um mundo absorvido por ocupações graves. Os povos litorâneos,

40 Domingo Faustino Sarmiento, “Las ciento y una”, em *Obras completas*, vol. 15, p. 209. [N.E.: O termo “BASES” está todo em maiúsculas no original, indicando um jogo de palavras com a obra de Alberdi.]

pelo simples fato de sê-lo, são liceus mais instrutivos que nossas pretensiosas universidades⁴¹.

Sarmiento, em *Las ciento y una*, respondia a Alberdi que justamente para ter bons operários era necessário educá-los:

Para manejar a picareta é necessário aprender a ler, advogado Alberdi! Em Copiapó paga-se 14 pesos ao mineiro rude, alavanca de cega demolição da matéria; e 50 pesos ao mineiro inglês que, graças a saber ler, encomendam-lhe os cortes, socavões e todo trabalho que requeira o uso da inteligência. Para manejar um arado é necessário saber ler, jornalista-advogado! No Chile é impossível por agora popularizar as máquinas de arar, de trilhar, de debulhar o milho, porque não há quem as manipule⁴².

De todo modo, não era fácil responder ao argumento de Alberdi, de que o cidadão de uma comunidade livre não era o que se negava a obedecer, mas sim o que estava disposto a obedecer à autoridade legítima. Porque o problema era como combinar a aceitação de certos aspectos da realidade existente, com o necessário enfrentamento contra os poderes oligárquicos, baseados, paradoxalmente, na mobilização de massas populares. Neste difícil equilíbrio, Sarmiento manteve uma atitude de busca de soluções de “progresso”, negando-se à aceitação pura e simples do desenvolvimento econômico como artífice de todas as mudanças, que era a solução propugnada por Alberdi. Para este último, era preciso assegurar um mínimo de estabilidade política, ainda que com uma boa dose de autoritarismo, para que o capital e a imigração fluíssem até o Prata. O mais viria por acréscimo. Para Sarmiento o

41 Juan B. Alberdi, *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, em *Obras Completas*, vol. 3, p. 417 e 428.

42 Domingo F. Sarmiento, “Las ciento y una”, *op. cit.*, p. 214.

resto não viria automaticamente, havia que estimulá-lo, e para isso era necessária uma maior limpeza eleitoral. Na prática, quando governou, nem sempre a respeitou e tentou vencer as resistências caudilhistas, que considerava “anti-históricas”, mediante a aplicação de uma força muitas vezes brutal. Pensava que a nova população, formada na educação e no trabalho bem remunerado, ia ocupar-se em se fazer respeitar e criaria instituições livres. Durante sua presidência Sarmiento tentou estabelecer o sufrágio secreto, coisa que não conseguiu que fosse aceita por uma Câmara, obviamente, demasiado produto das influências dos governantes provinciais. E justamente enfrentou a oposição da província mais desenvolvida, Buenos Aires, cujo caudilho letrado, Adolfo Alsina, não pensava em desarmar sua máquina eleitoral, baseada em uma mistura de popularidade e intimidação dos eleitores duvidosos⁴³.

Tanto para Sarmiento como para muitos outros escritores da época, era óbvio que um dos fatores do progresso argentino seria a existência de grande quantidade de terras, para uma população escassa. Havia que trazer novos habitantes, que aportassem com eles hábitos de trabalho, de vida familiar constituída e de respeito às instituições. O ambiente de escassez de mão de obra criado em uma sociedade de “fronteira” como a Argentina era capaz de afetar e modernizar aos mesmos imigrantes europeus, muitos dos quais não provinham dos países mais adiantados do continente, e sim dos mais arcaicos, incluindo a tão vituperada Espanha. Para ilustrar o fenômeno migratório, Sarmiento refere-se, em *La condición del extranjero en América*, a um suposto personagem a quem havia visto quando descia do barco, “carregado de ombros, com uma roupinha pobre e muito mal cortada”, caminhando pelo meio da rua como fazia a gente desacostumada a viver em uma grande cidade:

43 José S. Campobassi, *Sarmiento y su época*. Buenos Aires: Losada, 1975, vol. 2, p. 284.

Um mês depois o vimos no átrio da Catedral, contemplando comprazido uma parada, e pelos gestos e olhares compreendia-se que nada do gênero havia visto antes. Já havia ganhado o que comprasse uma vestimenta melhor. Tinha a si mais direito. Um ano depois o encontramos saindo de uma quadra de bola. O exercício, sem dúvida, lhe havia dado animação. Era outro homem. Via-se a léguas de distância que se sentia feliz, livre e igual aos demais. Estava perfeitamente vestido à moda, sem rastros do bronco que desembarcou. Estes são os efeitos da emigração à América do Norte ou à do Sul⁴⁴.

Era razão de se perguntar quem modernizava a quem. O grande modernizador era a existência de amplas oportunidades de trabalho, altos salários e possibilidades de tornar-se independente e estabelecer-se por conta própria. A abundância de terras era a última garantia desta situação. De preferência, terras acessíveis para o trabalhador com vontade de cultivá-las, como ocorria nas zonas de colonização, que Sarmiento projetava multiplicar em sua presidência. De fato, não pôde fazê-lo, mas ainda quando predominava a grande propriedade, se ela era administrada com um critério comercial moderno, igualmente produziria os efeitos assinalados, ao criar uma demanda de trabalho, direta ou indiretamente. Contudo, durante séculos a abundância de terras havia sido uma característica do país, e os efeitos descritos por Sarmiento na passagem citada não aconteceram. O necessário era uma combinação de mudanças institucionais, liberdades públicas, ruptura de monopólios comerciais e mão de obra com potencial para aproveitar rapidamente as novas oportunidades.

44 Domingo F. Sarmiento, "La condición del extranjero en América", em *Obras completas*, vol. 36.

O desenvolvimento econômico e cultural

O desenvolvimento econômico do país continuou estimulado pela abertura de zonas produtivas rurais que, ao serem alcançadas pela ferrovia, podiam enviar sua produção ao exterior em condições rentáveis. Ao incremento das vias ferroviárias somou-se o do telégrafo, que uniu Buenos Aires a Rosário⁴⁵ e Montevideú. Uma exposição industrial em Córdoba mostrou a um público amplo o que se podia produzir no país. Em matéria de colonização, os projetos de Sarmiento de “fazer cem Chivilcoyes”⁴⁶ – aludindo a essa próspera zona caracterizada por pequenos produtores – nunca se concretizaram. A imigração, entretanto, seguiu afluindo. A educação foi promovida, como era de se esperar de um fanático pelo tema. As escolas primárias foram complementadas com outras de formação de professores, as Escolas Normais, e com uma promoção ativa de bibliotecas populares para a educação continuada de adultos. Foram trazidas ao país numerosas professoras norte-americanas para implantar os sistemas mais modernos. Também em níveis superiores foram promovidas instituições de pesquisa como o Observatório Astronômico de Córdoba.

A educação alcançou as Forças Armadas, com a criação do Colégio Militar e da Escola Naval para formar oficiais. Deu-se grande atenção para robustecer-se o equipamento técnico do Exército e da Marinha. Isso era imposto pela situação de guerra ainda existente com o Paraguai, e como preparação ante possíveis conflitos com o Chile e o Brasil. Também era necessário para vencer definitivamente as *montoneras*, formações bélicas baseadas em uma população muito carente, conduzida por caudilhos pouco respeitosos de uma nova institucionalidade. Por outro lado, os militares haviam tido uma participação importante no movimento

45 N.E.: Importante cidade da província de Santa Fé.

46 N.E.: Chivilcoye é uma próspera cidade do interior da província de Buenos Aires.

de opinião que levou Sarmiento à presidência e era conveniente retribuir seu apoio. Na área legal completou-se a tarefa iniciada durante a presidência de Mitre, da redação e aprovação do Código Civil, obra de Dalmacio Vélez Sársfield, e sancionou-se uma lei que fixava a maneira de obter a cidadania por parte dos estrangeiros. Em matéria médica houve que enfrentar a espantosa epidemia de febre amarela que atacou Buenos Aires no ano 1871, possivelmente um efeito da guerra do Paraguai. Os mortos totalizavam quantidades tão grandes que não podiam ser enterrados e houve que ampliar os cemitérios existentes.

A literatura gauchesca⁴⁷, durante este período, marcou o importante feito da publicação da primeira parte de *Martín Fierro*, por José Hernández, em 1872. Os poetas mais tradicionais foram Olegario Víctor Andrade, conhecido por seus cantos patrióticos, Rafael Obligado e Ricardo Gutiérrez. José Manuel de Estrada, católico liberal, foi autor de ensaios históricos que buscavam desenvolver uma ciência política baseada na experiência nacional, especialmente em uma interpretação da época de Rosas e do caudilhismo federal. Diz a respeito, em sua *Política liberal bajo la tiranía de Rosas* (1873):

O Partido Federal, por sua composição e natureza, era um partido popular; assim sendo, via-se obrigado a transigir com os caudilhos que imperavam sobre as massas. A democracia sucumbiu por não haver sido organizada e, quando carece de organização, se corrompe e se degenera em tirania, seja porque as massas oprimam, seja porque as massas abdicuem. Não se resolve a democracia na eletividade dos que mandam nem na “soberania popular”, que é o império do número, um cesarismo multiforme e

47 N.E.: Gênero literário que pretendia recriar a linguagem típica da figura tradicional do gaúcho e retratar sua maneira de viver. Geralmente, o gaúcho é o protagonista de enredos ambientados em espaços abertos e não urbanizados, como o pampa argentino.

*incomprimível. Consiste na solidariedade do povo para o exercício do direito*⁴⁸.

Contrastava esta “solidariedade para o exercício do direito”, base da democracia, com o mero apoio numérico de uma maioria, citando os plebiscitos que convalidavam imposições políticas autoritárias, como o de Rosas, em 1835, ou o que havia aprovado o golpe de Estado de Luís Napoleão, em 1851.

A frente política interna: o entendimento com Urquiza e a rebelião de López Jordán

O primeiro ministério organizado por Sarmiento refletiu a complicada alquimia que era necessária para contentar, senão todas as facções, pelo menos as que representassem “a metade mais um” do poder, não dos votos, que não eram contados com escrúpulo excessivo. Incluiu Vélez Sársfield, dono do influente diário *El Nacional*, de simpatias mitristas; Mariano Varela, de *La Tribuna* e Nicolás Avellaneda, alsinista⁴⁹; e Benjamín Gorostiaga, que havia estado no gabinete de Urquiza. Coube a Sarmiento conduzir a última parte da guerra do Paraguai e enfrentar a rebelião de Felipe Varela, em La Rioja. Em numerosas províncias, continuavam os golpes tramados pelas facções que estavam fora do poder, de raiz federal ou unitária, e Sarmiento interveio muitas vezes para conseguir governos que apoiassem sua política. Na frente internacional, enviou Mitre como delegado perante o governo do Brasil para solucionar as dificuldades que se haviam suscitado com o motivo da paz com o Paraguai. Também houve

48 José Manuel Estrada, *La política liberal bajo la tiranía de Rosas* (1873 [1947]). Buenos Aires: Editorial Estrada, p. 13-14, 26-27, 47-48.

49 N.E.: Partidários de Adolfo Alsina, jurista e político (1829-1877). Foi membro do Partido Unitário e fundador do Partido Autonomista em 1862. Governou a província de Buenos Aires entre 1866 e 1868. Foi vice-presidente de Sarmiento, de 1868 a 18740, e também foi fundador do Partido Autonomista Nacional (PAN).

problemas diplomáticos com o Chile, ligados à ocupação do estreito de Magalhães por esse país, de soberania discutida. Finalmente, chegou-se a um entendimento, ainda que os atritos por problemas limítrofes continuassem durante décadas afetando as relações entre ambos os países.

As boas relações com Mitre não duraram e logo as relações entre ambos os antigos correligionários chegaram à ruptura. Mitre estava preparando seu retorno à presidência e isso só acendeu a rivalidade entre os dois. Em 1870, diante do conflito crescente com o mitrismo, para recompor sua posição no país, o governo nacional chegou a um acordo com Urquiza, selado mediante uma visita oficial a Entre Ríos. Sarmiento havia sido inimigo inflamado de Urquiza, a ponto de ter proposto, em seu momento, a necessidade de eliminá-lo fisicamente se não aceitasse o exílio. Agora a reconciliação pareceu ser total. Com esse passo, Sarmiento conseguia aplacar as oposições que o provocavam, no interior, por parte de grupos federais que seguiam considerando Urquiza como seu chefe histórico.

A composição produziu, como é comum nestes casos, inconformismos nos setores mais extremistas de ambos os bandos. Em Entre Ríos, o representante dessa posição era Ricardo López Jordán, já havia algum tempo, o segundo homem na estrutura de poder nesse distrito, muito querido pelo povo. Dois meses depois da visita oficial, um grupo numeroso adentrou o palácio de San José, onde residia Urquiza, que era então governador da província e o assassinou, dando vivas a López Jordán. Ao mesmo tempo foram mortos em Concordia dois filhos seus, evidenciando um complô bem planejado. Imediatamente, a Legislatura elegeu López Jordán governador. Ainda que este tenha pretendido, em um primeiro momento, procurar e punir os culpados, prontamente demonstrou solidariedade para com eles. É provável que a trama

tenha sido organizada por ele, mesmo que talvez não houvesse querido assassinar, mas somente prender Urquiza, considerado traidor de sua causa.

Sarmiento enviou a intervenção, com um exército que encontrou denodada resistência na província mesopotâmica⁵⁰. Depois de uma longa campanha, López Jordán foi vencido em Ñaembé e teve que refugiar-se no Uruguai, onde gozava de grande apoio no Partido Blanco⁵¹. Após dois anos, em 1873, López Jordán entrou em Entre Ríos a partir do Uruguai, reiniciando sua rebelião, que foi superada por um exército nacional poderosamente armado com os mais recentes progressos da técnica. Refugiado desta vez no Brasil, a cujo governo pediu auxílio, todavia fez um terceiro levante, em 1876, já durante a presidência de Avellaneda. José Hernández, o autor de *Martín Fierro*, era um jornalista ativo, interessado em temas rurais. De formação federal, colaborou com Urquiza, e durante a guerra do Paraguai, residindo em Corrientes, esteve claramente contra a invasão por parte das tropas paraguaias, apesar de certas simpatias ideológicas com o governante do país vizinho. Em seguida, transferido a Buenos Aires onde desde 1869 publicava *El Río de la Plata*, iniciou um discurso de oposição a Sarmiento e também a Urquiza por haver abandonado as mais nítidas posições de seu partido. Nesse sentido, convergiu com López Jordán, a quem apoiou em sua rebelião, motivo pelo qual teve que exilar-se em Montevideu depois da derrota. Em agosto de 1873 houve uma tentativa de assassinato de Sarmiento; os autores eram dois italianos, muito possivelmente pagos por um comitente. Todas as suspeitas indicavam a López Jordán como o autor do feito.

50 N.E.: A chamada "Mesopotâmia argentina" é uma região que compreende as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos, localizadas entre dois grandes rios da bacia do Prata, o Paraná e o Uruguai.

51 N.E.: Blancos e colorados eram as duas facções mais importantes da política uruguaia. Os colorados eram mais propensos a se aliarem ao Brasil.

A sucessão presidencial e a revolução mitrista de 1874

Ao aproximar-se o fim da presidência, apresentou-se como sempre o drama da sucessão. Como era de costume, também, levantavam-se como principais rivais os dois ramos em que se havia dividido o Partido Liberal bonaerense: o “nacionalismo” (chamado assim por seu empenho em fortalecer o poder central, muito pouco parecido ao que hoje se chama nacionalismo), que tinha em Mitre seu candidato natural, e o “autonomismo”, orientado a preservar ao máximo a autonomia provincial bonaerense, para o qual Adolfo Alsina cumpria esse mesmo papel. Uma candidatura provinciana, a de Nicolás Avellaneda, continuadora da de Sarmiento, recebeu todo o calor oficial. Fazia-se cada vez mais evidente que, apesar da força econômica de Buenos Aires, precisava-se do aporte que as províncias, por sua população, podiam fazer nos colégios eleitorais. Um fenômeno social de longo prazo estava ocorrendo, por outro lado. Os grupos econômicos dominantes nas províncias, de qualquer origem, fosse federal ou unitário, estavam decididos a aceitar o sistema criado em Buenos Aires e ter um papel no mesmo. Inclusive muitos se deslocavam para viver na metrópole e acertavam seus negócios com os dos portenhos.

Este fenômeno é o que com o tempo expressou-se no Partido Nacional, um rótulo dado às máquinas eleitorais dos mandatários agrupados na chamada Liga de Governadores. Devido a seu caráter provinciano, tinha muitas raízes de tipo federal. Avellaneda, tucumano, mas muito aportenhado, era seu homem. No fim deu-se a convergência entre Avellaneda e Alsina, contra Mitre. Alsina viu-se obstaculizado por seu portenhismo no caminho à primeira magistratura. Contentou-se com um papel menor, como homem forte do novo regime, do qual seria principal ministro. O Autonomismo portenho, “nacionalizado” com esta aliança, acabou denominado Autonomismo Nacional. Para Avellaneda

não ia ser fácil vencer Mitre, candidato do outro setor portenho e principal representante do que, em forma flutuante, auto-denominava-se Partido Liberal, o setor “nacionalista” desse partido (contraposto ao de Alsina). Mitre mobilizava muita gente na cidade de Buenos Aires e não deixava de ter adeptos na campanha, além de alguns aliados no interior, especialmente os Taboada de Santiago del Estero e outros em Corrientes. Mas quando chegou o dia das eleições, o governo voltou toda sua influência em favor do candidato oficialista. O único lugar, praticamente, onde não pôde forçar os resultados foi a província de Buenos Aires, onde Mitre venceu. Diante do que se evidenciava como uma fraude óbvia em escala nacional, Mitre lançou a rebelião. Mas o poder central já era suficientemente forte para resistir a estas tentativas, e os rebeldes foram derrubados. A sucessão estava assegurada, mesmo a um preço alto, porque se propagava a descrença nas instituições que tanto esforço havia custado construir.



CAPÍTULO 3

A PRESIDÊNCIA DE AVELLANEDA (1874-1880)

A busca da conciliação política

Avellaneda, que chegava ao poder em 1874 após a fracassada rebelião mitrista, em meio a uma séria crise de legitimidade, tinha que cuidar de sua imagem e buscar um entendimento com a oposição, para evitar que esta se voltasse ao caminho das armas. Primeiramente, fortaleceu a aliança que o havia levado ao poder. Um componente desta aliança era aquele formado pela maior parte dos governadores do interior, concentrados em um Partido Nacional muito dependente do favor oficial⁵². O outro componente da aliança era a facção portenha que seguia Adolfo Alsina, chefe do Partido Autonomista, com adesão popular. À Alsina, que acabava de deixar a vice-presidência, foi dado o Ministério da Guerra e da Marinha, enquanto que a Bernardo de Irigoyen⁵³, um abastado portenho de tradição federal, foi confiada a chancelaria. Mas não bastava incorporar esses representantes da opinião pública

52 Não confundir este Partido Nacional, de breve existência e pouca estrutura, com o Partido Nacionalista, dirigido por Mitre, que era uma fração do liberalismo.

53 Sem parentesco com o futuro presidente Hipólito Yrigoyen, que escrevia seu sobrenome de maneira distinta, e de condição social muito mais modesta.

portenha que já estavam integrados ao oficialismo: era necessário chegar a um entendimento com o setor mais “duro” e opositor, ou seja, ao próprio general Mitre e seu Partido Nacionalista, principal ramo do antigo Partido Liberal, o qual havia fundado. Mitre, depois do fracasso de sua tentativa revolucionária, havia se exilado no Uruguai. A busca por uma aproximação levou tempo, porque não era fácil superar as paixões suscitadas pelo episódio. Em maio de 1877, a quase três anos de haver assumido o comando do país, Avellaneda concretizou com Mitre o pacto denominado Conciliação. Por este pacto:

1. Foi outorgada uma anistia àqueles que haviam participado do levante, que desse modo podiam ser reintegrados às disputas cívicas.
2. Dividiram-se entre os signatários as candidaturas nas próximas eleições de governadores e deputados, pois ninguém confiava em uma competição honesta nas urnas. O mais estratégico era o governo da província de Buenos Aires, a qual se considerava o escalão essencial no *cursus honorum* que levava à primeira magistratura. Foi confeccionada uma fórmula mista. Como governador ficou Carlos Tejedor, um independente ligado aos autonomistas e de origem unitária, muito aberto às ideias do general Mitre, ou seja, uma pessoa ideal para atuar como integrador de tendências. Como vice-governador foi proposto José María Moreno, do seio do mitrismo; e as listas de deputados foram confeccionadas com membros de ambos os grupos.
3. No Executivo nacional foram incorporados dois respeitados mitristas (Rufino de Elizalde e José María Gutiérrez) ao ministério.

O mitrismo não podia queixar-se desse arranjo que era quase uma ponte de prata até o poder, mas por essas mesmas razões

um setor de autonomistas até a morte, que não queria aceitar a transação com o inimigo de antes, separou-se do partido mesmo sendo o pacto aceito por seu chefe histórico, Adolfo Alsina. O novo grupo, sob a direção de Aristóbulo del Valle e Leandro Alem, apresentou-se para as eleições de deputados em 1878, mas, privado dos favores oficiais, não pode competir, apesar de ter raízes populares. Esse setor do antigo autonomismo formou logo um novo partido, o Republicano, que se propunha a modernizar as estruturas políticas nacionais e contou com o apoio de Sarmiento. Anos mais tarde tanto Del Valle como Alem formariam a União Cívica Radical (1891).

A crise econômica e a polêmica industrialista

No início de sua presidência, Avellaneda teve que enfrentar uma grave crise econômica internacional. A economia mundial passava por um ciclo depressivo, depois da euforia que a havia caracterizado durante mais de uma década. O resultado foi que os preços vieram abaixo, inclusive os de exportação da Argentina, mas as dívidas seguiam com seus mesmos valores nominais, que agora significavam um peso maior. Avellaneda, interessado em manter o fluxo de capitais e imigrantes do exterior, considerou essencial seguir cumprindo com os pagamentos de juros e amortizações segundo o pactuado, pois, do contrário, o impulso que vinha de fora para o desenvolvimento do país seria cortado. Foram célebres suas palavras de que a honra do país estava em jogo no que diz respeito a seus compromissos e que, se fosse necessário, teria que poupar “sobre a fome e a sede” dos argentinos. Estas palavras o deixavam como alvo fácil da oposição para atacá-lo, pois obviamente os sacrifícios não estariam igualmente distribuídos entre todos. Foram despedidos muitos funcionários públicos e numerosos trabalhadores do setor privado também perderam seus empregos. A crise econômica, iniciada em 1872 e já muito aguda em 1874,

afetava, entre outros louros, a produção de lã, cujos preços de exportação haviam caído notavelmente. Os fazendeiros dedicados a essa atividade, em busca de mercados alternativos, pensaram em promover a elaboração da fibra no país, em fiações e tecelagens que logo venderiam o produto ao consumidor local.

A atitude destes produtores agropecuários em favor de estender suas atividades era parecida com a de outros colocados em posições similares: assim, os cultivadores de cana passavam à elaboração de açúcar nos engenhos, os de vinha tornavam-se donos de adegas, os de grãos pensavam em estabelecer moinhos de farinha ou de azeite, e os de carne tinham como complemento frigoríficos. Claro que nem sempre a conexão era fácil, e somente em poucos casos – sobretudo os açucareiros e donos de vinhas – os próprios empresários dedicavam-se ao aspecto agropecuário e industrial de seus produtos. Para facilitar o estabelecimento da contemplada indústria têxtil era necessária certa proteção alfandegária, ou seja, que se cobrasse uma tarifa de importação suficientemente alta para que o produto estrangeiro não pudesse competir com o local. Foi assim que se sancionou em 1876 uma lei protecionista de aduanas, aprovada pela Sociedade Industrial, entidade na qual convergiam industriais médios ou pequenos e artesãos muito humildes, sem deixar de ter alguns fazendeiros como sócios. Esta composição social heterogênea refletia a presença de um novo grupo de empresários, em geral imigrantes de condições muito modestas, que iam se consolidando e em muitos casos transformavam-se em importantes produtores. Muitos deles ainda não tinham claro se eram realmente patrões, ou bem trabalhadores independentes com mentalidade ainda de operário qualificado que conseguiu estabelecer uma oficina ou negócio próprio. Este grupo foi suficientemente numeroso para determinar que no jornal da associação fossem incluídos discursos do tipo proudhoniano, ou seja, de um socialismo anarquista não

violento e moderado, cooperativista, mas que de todo modo não eram muito congruentes com uma entidade empresarial⁵⁴. Assim, os mais fortes empresários retiraram-se da entidade para formar outra: o Centro Industrial. Só anos mais tarde, em 1887, ambas as entidades reunir-se-iam para formar a União Industrial Argentina e que, assim como suas predecessoras, teve uma afiliação muito diversificada.

O interesse dos setores agropecuários pela indústria não durou muito. A superação da crise, fenômeno cíclico muito típico da economia internacional daquela época, tornou mais rentável a exportação direta, sem pensar na elaboração local. Os exportadores em geral favoreciam uma estratégia de comércio livre, ou seja, de tarifas aduaneiras baixas, para que nossos compradores no exterior não tomassem medidas de retaliação e, por sua vez, fechassem seus mercados à nossas carnes e nossos cereais, ou lhes impusessem tarifas proibitivas. Quando em 1879 discutiu-se outra vez no Congresso a política alfandegária, houve uma maioria oposta a manter o protecionismo. Até 1877, os piores efeitos haviam passado e se pôde continuar com a construção de ferrovias e obras de infraestrutura. A agricultura começou a dar saldos de exportação, e os avanços técnicos – as máquinas inventadas pelo francês Charles Tellier – permitiram exportar as carnes em barcos refrigerados, com o que se abriram enormes perspectivas comerciais. Além disso, a relativa proximidade com a Europa, se comparada a nossos competidores australianos, tornava possível resfriar a carne sem congelá-la, o que era necessário nas remessas da Austrália. Dessa maneira, o produto não perdia seu sabor e chegou a ter grande fama na Europa, pois era mais barato

54 Dardo Cúneo, *Comportamiento y crisis de la clase empresarial*. Buenos Aires: Pleamar, 1967; Jorge Schvarzer, *Empresarios del pasado; la Unión Industrial Argentina*. Buenos Aires: CISEA-Imago Mundi, 1991; Jorge F. Sabato, *La clase dominante en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: CISEA/GEL, 1987.

que o produzido no velho continente e de melhor qualidade que o australiano ou neozelandês⁵⁵.

Legislação sobre terras e imigração

Avellaneda fez uma tentativa séria de assegurar condições para que a pequena e média propriedade prevalecessem no país, seguindo lineamentos já traçados durante a presidência de Sarmiento. Mas não conseguiu êxito duradouro para seu projeto, confrontado com resistências de setores demasiado poderosos. Para começar, assegurou novos lotes aos colonos galeses do Chubut⁵⁶, na Patagônia, cujos números viram-se incrementados por de mesma nacionalidade chegados recentemente. Algo parecido foi feito em Colonia Caroya, principalmente de italianos, de Córdoba, cuja administração foi cedida pela província. De forma mais sistemática, promoveu uma lei, sancionada em outubro de 1876, sobre terras e imigração. Essa lei criava um Departamento de Imigração que promoveria a chegada de colonos, controlando para que não houvesse fraudes nos contratos que frequentemente eram feitos com eles e assegurando que a terra fosse parar em muitas mãos, em pequenos lotes, pois seria melhor do que formar poucas grandes propriedades. Essa política conseguiu por um tempo frear a extensão do latifúndio, mas diante da grande expansão de terras férteis conquistadas em 1879 pela campanha do general Roca, foi difícil controlar a tendência de repartir as novas extensões em grandes unidades.

55 Ezequiel Gallo, *La pampa gringa: la colonización agrícola de Santa Fe (1870-1895)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

56 N.E.: Província argentina localizada na Patagônia, no sul do país.

O protesto social

No início da presidência de Avellaneda a má situação econômica e as desavenças políticas com a principal força opositora, o mitrismo, produziram uma situação muito instável, com vários episódios de violência no protesto popular. A vinda ao país de emigrados franceses que fugiam da repressão a que haviam sido submetidos os que participaram na Comuna de Paris (1871), contribuiu para semear os grãos da rebelião, e certa paranoia ou mania de perseguição nos setores acomodados que viam no comunismo ameaça à sua existência. Em 1872, formou-se um secretariado local da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), conhecida como Primeira Internacional, criada em Londres, em 1864, por Karl Marx, Mikhail Bakunin e outros líderes revolucionários internacionais. Mas o embaixador francês em Buenos Aires informava a seus superiores que “o presidente é um senhor Zimmermann, carpinteiro trabalhador e inofensivo”. Agregava que a associação não era secreta, porque “há liberdade total” e a próxima reunião era anunciada nos diários. Não se tratava em sua maioria de operários, dizia, mas sim de “alguns oportunistas do jornalismo que tratam de explorá-los”⁵⁷.

No começo de 1875, ainda quentes as paixões desatadas durante a revolução mitrista do ano anterior, houve uma agitação anticlerical, tendo como motivo dissensões entre o governo e o arcebispado. Em março a população atacou e incendiou o Colégio do Salvador, dos jesuítas, ficando quatro mortos como resultado da violência, que “recordavam as cenas da Comuna”, segundo exagerava o alarmado embaixador francês. Muitos pensavam que as sociedades secretas revolucionárias, de orientação socialista ou anarquista, eram responsáveis por essa agitação, à qual se

57 Relatório da Embaixada Francesa em Buenos Aires, de 30/4/1872, em Arquivo do Ministério de Relações Exteriores da França, seção Argentina, Série Principal, vol. 50, f. 123-124.

teriam unido os mitristas. Até o fim do ano o mesmo embaixador anunciava que uma “conspiração socialista” iria estourar na noite de 18 a 19 de novembro, mas que ela havia sido desbaratada pela prisão de quase 200 pessoas, a maioria italianos e espanhóis. Como sempre, os rumores ficavam mais fortes. O governo acusava os sempre descontentes mitristas, enquanto a oposição arguia que tudo havia sido forjado pelo governo⁵⁸.

Estas agitações, nas quais participavam muitos dos imigrantes chegados recentemente, unidas à crise que produzia o desemprego, faziam ver com maus olhos os estrangeiros. *La Nación*, órgão do mitrismo, dizia que já havia prognosticado que com o governo do provinciano Avellaneda, estas atitudes antimodernas e prejudiciais iam difundir-se com o apoio ou, no mínimo, a indiferença oficial. Avellaneda, no entanto, apoiou a imigração, especialmente por intermédio de seu ministro Simón de Iriondo. A rebelião de López Jordán em Entre Ríos, em 1876, também pode ser catalogada como parte do protesto social, pelo tipo de apoio que esse caudilho tinha no campo.

58 Relatórios de 5/3/1875 e 22/11/1875, *ibidem*, Série Principal, vol. 52, f. 223-228 e 432-436.

CAPÍTULO 4

A OCUPAÇÃO DO PAMPA E DA PATAGÔNIA E A CAPITALIZAÇÃO DE BUENOS AIRES

A população indígena do sul

A população indígena vivia distribuída em uma ampla região, organizada em unidades tribais, com tecnologia escassa. Os governos nacionais e provinciais, ao longo de muitas décadas, haviam ensaiado diversas estratégias para eles. Em alguns casos, optava-se pela perseguição e extermínio dos aborígenes não restritos à convivência pacífica com os *criollos*. Em outros casos, tentavam pacificá-los, dando-lhes benefícios econômicos, como, por exemplo, remessas periódicas de gado, para que eles não atacassem os moradores da fronteira. O comércio realizado através das terras dos índios era bastante ativo e chegava até o Chile. Os ataques indígenas intensificaram-se na época em que as tribos confederaram-se sob o caudilhamento do cacique Juan Calfucurá e, em seguida, de seu filho Namuncurá. Juan Calfucurá, de origem chilena, invadiu terras atualmente argentinas por volta de 1830, estabelecendo-se na região de Salinas Grandes, próximo a Carhué, no sudoeste da atual província de Buenos Aires. Chegou a unificar muitos caciques de categoria inferior, viveu até uma idade

muito avançada, e morreu em 1873 insistindo para que seu filho Namuncurá “não entregasse Carhué aos *huincas* [*criollos*]”. Calfucurá representou uma política de luta contra os cristãos enfrentando outro cacique, Mariano Rondeau, que havia colaborado com Rosas durante os anos trinta. Calfucurá assassinou Rondeau em meio a uma grande reunião ou parlamento de todas as tribos, em 1834, com o que estabeleceu sua ascendência. Teve como assessor letrado outro chileno, possivelmente *criollo* ou mestiço, Manuel Acosta. A presença de *criollos* nas terras índias era muito comum nesses tempos. Essa população ia desde cativos a comerciantes, incluindo gaúchos temporária ou permanentemente refugiados da ação da lei, tal como o Martín Fierro imaginado por José Hernández. Ao passar o comando a Namuncurá – que também teve um secretário letrado, Juan Paillecura – muitos caciques dependentes rebelaram-se, o que dificultou a resistência contra a campanha de Roca em 1879. Em outras palavras, houve também aí um problema sucessório.

Lucio V. Mansilla, em sua *Excursión a los indios ranqueles*, deixou uma penetrante descrição da vida além das fronteiras baseada em uma visita realizada no ano 1870, a partir de sua sede em Río Cuarto onde era comandante. Uma passagem reveladora é a seguinte:

- *E quanto vale uma vaca?*
- *Não tem preço.*
- *Como não tem preço?*
- *Quando é para comércio, depende da abundância, quando é para comer, não vale nada; a comida não se vende aqui: se pede àquele que tem mais.*
- *De modo que os que hoje têm muito logo ficariam sem ter o que dar?*

- *Não senhor, porque o que se dá tem volta.*
- *Como é isso de volta?*
- *Senhor, é que aqui quem dá uma vaca, uma égua, uma cabra ou uma ovelha para comer, cobra-a depois; o que recebe algum dia há de ter.*
- *E se a um índio rico lhe pedirem vinte índios pobres ao mesmo tempo, o que fará?*
- *Aos vinte lhes dará com volta e pouco a pouco vai cobrando.*
- *E se morrem os vinte, quem lhe pagará?*
- *A família.*
- *E se não tem família?*
- *Os amigos.*
- *E se não tem amigos?*
- *Não pode deixar de tê-los. Mas nem todos os homens têm amigos que paguem por eles.*
- *Aqui, sim; não vê senhor, que em cada cabana há chegados, que vivem do que lhes agencia o dono?*
- *E se resolverem não pagar?*
- *Não acontece nunca.*
- *Pode acontecer, entretanto.*
- *Poderia acontecer, sim, senhor; mas se acontecesse, no dia em que faltasse a eles, ninguém lhes daria.*
- *Cada índio tem uma conta muito grande do que deve e do que devem a ele?*

— *Todo dia falam do que hão recebido e dado com volta.*

— *E não se esquecem?*

— *Um índio não se esquece jamais daquilo que dá nem do que lhe oferecem.*

— *Me disseste que quando uma vaca era para comércio tinha um preço?*

— *Senhor, comércio é: que o que tem lhe faça uma troca ao que não tem.*

— *Então, se um índio tem um par de estribos de prata e não tem o que comer, e quer trocar os estribos por uma vaca, os troca?*

— *Não se usa; lhe darão a vaca com volta e ele dará os estribos com volta também.*

— *E com os índios chilenos? Como fazem comércio? É igual?*

— *Não, senhor; com os chilenos o comércio é feito como os cristãos, a não ser que sejam parentes.*

— *E há pleitos aqui?*

— *Não faltam, senhor.*

— *E quando os índios têm uma diferença, quem resolve?*

— *Nomeiam juízes.*

— *E se algum não se conforma?*

— *Tem que se conformar⁵⁹.*

59 Lucio V. Mansilla, *Una excursión a los indios ranqueles*. Buenos Aires: Emecé, 1989; originalmente publicado como folhetim em 1870, p. 347-348.

A conquista das terras ocupadas pelos índios

O governo de Avellaneda procurou consolidar a soberania na Patagônia, onde havia poucos assentamentos de povoadores *criollos* ou europeus chegados através de nosso país, como os galeses de Chubut. O comodoro Luis Py dirigiu uma expedição de reconhecimento que freou as tentativas do Chile em controlar toda essa região. O país vizinho, por outro lado, estava nesse momento empenhado em uma controvérsia com a Bolívia e o Peru pelas ricas regiões salitreiras de Antofagasta e Tarapacá. Esse conflito estourou uns anos mais tarde, na Guerra do Pacífico (1879-1883), o que valeu ao Chile o domínio dessas duas províncias, mas já desde meados da década de setenta a preocupação por uma possível confrontação ao Norte fazia com que o Chile preferisse não somar mais um a seus problemas de limites. O ministro Alsina havia tratado de consolidar os avanços conseguidos na fronteira com o índio, fazendo construir uma muralha de pau a pique, acompanhada de uma grande vala. Esta defesa, que todos chamaram de maneira um pouco irônica de “a vala de Alsina”, corria próxima à atual fronteira entre as províncias de Buenos Aires e La Pampa. Pensava o ministro em facilitar desse modo a tarefa dos fortins implantados ao longo da vala, e impedir ou pelo menos dificultar os ataques indígenas.

A morte de Alsina, no final de 1877, sendo ainda muito jovem, além de deixar sem chefe sua facção política, recentemente dividida pelos efeitos do pacto da Conciliação, produziu uma mudança na estratégia a ser usada para a conquista dos pampas. O general Julio A. Roca, já distinguido por seu papel na repressão à revolução de Mitre em 1874, assume agora o Ministério da Guerra e, desde logo, implementa uma nova política de expansão. Ele conseguiu que o governo provesse fundos para juntar tropas suficientes para estabelecer de forma definitiva a soberania da Argentina nas vastas zonas habitadas pelo indígena. A prosperidade econômica

conquistada até fins do período de Avellaneda tornou esse esforço possível. Além disso, aproveitou-se a concentração do Chile na guerra com seus vizinhos do norte, para lançar uma importante força armada contra os poucos e mal-armados, ainda que valentes, guerreiros das hostes de Namuncurá.

A campanha foi relativamente breve e produziu numerosas perdas de vidas, tanto entre os guerreiros como no resto da população aborígine. Alguns grupos resignaram-se a aceitar o domínio do cristão e obtiveram terras em propriedade, em geral dadas aos caciques e caudilhos subordinados a eles para que nelas empregassem seus dependentes. Outros foram entregues como *criollos* servos em famílias de burguesia. Muitos, refugiados e em zonas cada vez mais inóspitas da cordilheira, morreram vítimas de doenças e da falta de alimentação adequada, ao se encontrarem em um *habitat* completamente distinto ao que estavam acostumados. O filho de Namuncurá, Ceferino, sendo muito pequeno, foi recolhido pelos missionários salesianos e transformado em um modelo de comportamento religioso, ao ponto de obter a beatificação. A ordem salesiana desde então realizou uma intensa obra de desenvolvimento cultural na Patagônia, orientada ao ensino de ofícios à nova população posta sob seus cuidados espirituais.

Um partícipe francês da expedição, Alfred Ebelot, conta assim um episódio do final da expedição, quando foi ocupado o acampamento de Namuncurá em Lihué Calel:

As cativas eram uma vintena, carregadas de crianças mestiças na sua maior parte, e nelas podia-se perceber as gradações da inoculação da selvageria nessas infelizes mulheres. Elas eram os únicos cristãos que haviam ficado na tribo. Dos desertores que haviam desejado em tempos anteriores participar da vida do acampamento, alguns haviam conseguido escapar, apropriando-se dos

*melhores cavalos; outros haviam sido massacrados, assim como os cativos, para cortar suas veleidades de fuga. Dois pequenos prisioneiros, contudo, haviam sido perdoados, devido a sua pouca idade, um italiano de quinze anos e um belo jovem loiro em quem reconheci, não sem emoção, um compatriota. Havia sido capturado fazia quase três anos. Durante a viagem de volta, que fizemos juntos, tornava a exercitar, lentamente, as línguas de sua infância, o espanhol primeiro, logo algo de francês. Quanto às cativas, [seus donos] lhes haviam dito no dia anterior que, dada a escassez de cavalos e de víveres, elas não eram outra coisa que móveis incômodos, e que as degolariam antes de iniciar a emigração até os Andes. Já se entregavam a todas as angústias do “último dia de um condenado” quando viram brilhar os sabres de nossa vanguarda. Estavam meio loucas e nos davam, em espanhol e em idioma índio, explicações sobre a fuga de Namuncurá, que se as houvésemos escutado nos teriam desorientado completamente. “Podem crer, uma delas nos gritava: Sou cristã, não veem a minha cara?”. A pobre criatura tinha ilusões cruéis: a vida selvagem havia impactado tanto sobre sua fisionomia que não se podia distingui-la das mulheres índias mais que por sua exaltação. Era a filha de um fazendeiro, dono de uma légua quadrada de terra e de um milhar de vacas. Oxalá as crianças que ela traz do deserto, e que de agora em diante são cidadãos da Confederação Argentina, possam chegar a ser gente de bem!*⁶⁰

60 Alfred Ebelot, *Frontera Sur*. Buenos Aires: Kraft, 1968, p. 241-242, baseado em artigos originalmente publicados na *Revue des Deux Mondes*, 1880, p. 111-112 (tradução corrigida com base no original).

Avançando mais até Neuquén⁶¹, onde haviam se refugiado quase todos os sobreviventes índios, os expedicionários encontraram um vale onde se havia assentado um grupo importante de comerciantes chilenos,

tranquilamente ocupados na compra e engorda de animais roubados. Era o último vestígio desse vasto e imoral comércio com selvagens que fez passar durante muito tempo pelas mãos de aventureiros do Chile os ganhos dos pecuaristas argentinos. O lugar eleito era um vale fértil de doze léguas de profundidade por quatro ou cinco de largura,ilhado durante seis meses pela neve. Durante a estação ativa não mantinham mais que uma modesta confiança na lealdade de seus provedores, pois haviam formado e equipado um pequeno exército de trezentos homens para proteger contra eles as compras que faziam. Não é preciso esclarecer que os chefes da colônia se apressaram em enviar ao Comandante Uriburu testemunhos de sua devoção ao governo de Buenos Aires. Foram bem tratados, mas lhes foi deixada uma guarda e autoridades argentinas. É o núcleo de uma cidade: para prosperar, deverá esquecer suas tradições originais⁶².

A discutida candidatura de Roca

Ao aproximar-se do término da presidência de Avellaneda, voltou a aparecer o problema sucessório. Adolfo Alsina, se estivesse vivo, seguramente haveria sido candidato oficialista com apoio dos mitristas conciliados. Seu posto era agora ocupado pelo general Julio A. Roca, tucumano e, portanto, facilmente herdeiro da máquina provinciana manejada por Avellaneda. Carlos

61 N.E.: Província localizada na Patagônia cuja capital é uma cidade de mesmo nome.

62 *Ibidem*, p. 252-253.

Tejedor, governador da província de Buenos Aires pela Conciliação autonomista-mitrista, também aspirava ao cargo presidencial. Seu apoio concentrava-se na província, sobretudo em sua cidade capital, e isso não era pouco em termos de poder e de população, mas devido à Constituição Federal e às pressões do governo, eram poucas as esperanças de chegar à presidência via eleições. Roca, por sua vez, fundiu de maneira mais duradoura a aliança entre a liga de governadores, que se expressava com o rótulo de Partido Nacional, e o autonomismo bonaerense não conciliado, que era maioria nesse grupo e reivindicava as tradições antimitristas do partido. Com ambos os grupos, formou em 1880 o Partido Autonomista Nacional (PAN), destinado a um próspero futuro como máquina oficial das próximas décadas, e com estruturas sempre dependentes do Estado, mas nem por isso isento do apoio popular, que herdou principalmente do alsinismo.

Contra a conjunção oficialista do PAN, que em alguma medida se pode caracterizar como conservadora popular, posicionou-se o grupo da Conciliação. Esta Conciliação unia teoricamente dois partidos, ou facções, a do liberalismo mitrista e a acordista ou “conciliada” do autonomismo. Devido à relativa fragilidade desta última facção, a Conciliação estava dominada pelo mitrismo. Para os mitristas, aceitar o continuísmo do regime, ou seja, a eleição de Roca, era voltar ao domínio dos “caudilhos feudais” do interior sobre a progressista e liberal cidade portenha. Seus inimigos, ao contrário, pensavam que os partidários de Tejedor só desejavam manter os privilégios de uma província que afogava as economias do interior. O problema da sucessão complicou-se com o da federalização da cidade de Buenos Aires. Até este momento, por não haver um distrito federal, o governo nacional estava simplesmente como “hóspede” daquele da província e não podia exercer na própria cidade de sua residência o poder de polícia.

A revolução de 1880

Mitre tinha grande prestígio em todos os níveis sociais na província de Buenos Aires, ainda que desde sua participação na revolução de 1874 havia afastado muitas simpatias, pois já não era mais visto como “hom em de ordem”. Era popular entre a classe média portenha e tinha forte apoio entre os imigrantes italianos. Muitos dos dirigentes dessa coletividade eram republicanos, partidários de Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, que haviam lutado pela unidade de seu país contra o ocupante austríaco, e no exílio montevideano haviam compartilhado com Mitre e os emigrados antirrosistas a defesa da cidade de Montevideú. Os mazzinianos publicavam vários jornais, entre eles o *Amico del Popolo*, que se declarava favorável a uma forma “moderada e científica” de socialismo. Ainda que simpatizasse com Tejedor, estava alarmado porque considerava que sua candidatura era equivalente a uma guerra civil. Os partidários de Mitre facilmente podiam armar-se e prover de elementos humanos numerosos o governador Tejedor, se este decidisse resistir à fraude que proclamou Roca em todas as unidades eleitorais do país, salvo nas províncias de Corrientes e Buenos Aires. O governo nacional via que o governador preparava uma insurreição, comprava armas no exterior para equipar suas milícias aumentadas e não respeitava as autoridades nacionais. Para cortar este foco de resistência, defendeu e fez aprovar no Congresso a lei de Capitalização de Buenos Aires, pela qual a cidade deixava de pertencer à província e estaria sob a autoridade da Nação, e a ordem seria custodiada por uma Polícia Federal que, desde então, ficava estabelecida. A confrontação bélica logo aconteceu e o setor portenho dirigido por Tejedor, com o apoio de Mitre, conseguiu recrutar uma tropa numerosa. Nessas forças figuravam legiões de estrangeiros, sobretudo italianos, sendo que

alguns participavam por convicção, outros, como forma de ganhar um dinheiro extra, atraente, ainda que perigoso⁶³.

Houve esforços ingentes por parte dos setores moderados da Capital para evitar um enfrentamento armado, que culminaram em uma imponente manifestação encabeçada por personalidades como Mitre, Sarmiento e Alberdi. A marcha foi organizada pelas principais associações comerciais, alarmadas pelas consequências de uma luta armada sobre seus negócios e mesmo suas vidas. Mas o caminho até a violência era difícil de controlar. Os grupos mitristas mais exaltados não toleravam que o peso numérico dos eleitores designados pelos “feudos” do interior contrabalançasse a vitória moral que eles consideravam ter alcançado e que se havia refletido em votos somente nas províncias de Buenos Aires e Corrientes. Propunham que, quando o Congresso se reunisse para aprovar ou rejeitar as eleições de cada distrito, haveria que rodeá-lo com uma “manifestação armada” que vigiasse os procedimentos. Afinal a insurreição estourou e o governo nacional, com o Congresso, teve que sair da cidade e insular-se no povoado vizinho de Belgrano. Depois de combates nos arredores da cidade (de 16 a 21 de junho de 1880), com numerosos mortos, as forças nacionais entraram pela região do que hoje é Avellaneda e Barracas, derrotando aquelas que Tejedor havia recrutado e armado.

A federalização da cidade de Buenos Aires

A cessão de território para formar a Capital Federal devia ser aprovada pela província interessada, como exige a Constituição. Buenos Aires foi controlada pelo governo nacional e convocada a renovar a Legislatura. As novas autoridades aceitaram a transferência, não sem antes haver discutido o tema em longas

63 Giuseppe Parisi, *Storia degli italiani nell'Argentina*. Roma: E. Voghera, 1907, p. 261; Jorge Sergi, *Historia de los italianos en la Argentina*. Buenos Aires: Editora Italo Argentina, 1940, p. 407-409.

sessões, pois o governo nacional, ainda que houvesse pressionado o eleitorado, não tinha um controle completo da situação e via-se obrigado a cooptar dirigentes locais de não completa fidelidade. Nessas sessões legislativas, deu-se uma aliança estranha porque alguns setores portenhos do próprio PAN ou próximos a ele opuseram-se a que sua província perdesse uma tão importante sede da economia e da política nacionais. Entre eles, estava Leandro Alem que, apesar de não estar conforme com o mitrismo nem ter participado da rebelião tejedorista, expôs a opinião de que, ao tirar da principal província sua capital, decapitava-se o único poder real que poderia ser um foco de oposição a um governo nacional com possíveis tendências autoritárias⁶⁴.

Juan Bautista Alberdi, que recém retornava do exterior, participou nestes acontecimentos como deputado e escreveu um livro, *La República Argentina unificada con Buenos Aires por capital* (1881), onde apresentava a tese contrária à de Alem. Segundo Alberdi, a coexistência na mesma cidade de dois poderes tão fortes como o nacional e o da maior província, sem outorgar ao Executivo nacional elementos suficientes para impor-se, convidava constantemente à guerra civil. Alberdi desconfiava da capacidade cívica dos habitantes do país e pensava que uma dispersão do poder era inconveniente porque induziria à violência e acabaria com as possibilidades de exercer a autoridade com eficácia. Temia, em outras palavras, o que hoje se chamaria uma “crise de governabilidade”.

64 Leandro N. Alem, *Obra parlamentaria*. La Plata: Cámara de Diputados de la Provincia de Buenos Aires, 1949, 6 vols.

CAPÍTULO 5

ROCA, A GERAÇÃO DO OITENTA E O PAPEL DOS ESTRANGEIROS NA SOCIEDADE ARGENTINA

As ideias do oitenta

Deu-se o nome de “Geração do Oitenta” a um grupo de homens que alcançou notoriedade nesse ano. Alguns deles, como Julio A. Roca e Carlos Pellegrini, chegaram à presidência e por isso são mais conhecidos, quase emblemáticos dessa geração. Outros os acompanharam em posições intermediárias, ou se destacaram na atividade literária ou científica e na imprensa. Ainda que houvesse entre eles diferenças de opinião – como na Geração de 1837 – existe uma experiência comum que os caracteriza: a Argentina deixava de ser a colônia hispano-americana que lutava para se constituir e passava a ser um país moderno, com todas as condições para protagonizar um rápido crescimento econômico e cultural.

Típico representante dessa geração no campo literário e político foi Lucio V. Mansilla, sobrinho de Rosas, que foi educado em Paris e teve uma vida mundana muito brilhante, refletida em seus artigos do diário *Sud América*, logo editados no livro *Entre nous: causeries del jueves* (1889-90). Miguel Cané, político e jornalista,

é lembrado especialmente por *Juvenilia* (1884), onde deixou uma homenagem sentida a quem fora diretor do Colégio Nacional de Buenos Aires, Amadeo Jacques. Outro imigrante francês, Paul Groussac, deixou numerosos trabalhos históricos e foi jornalista e diretor da Biblioteca Nacional. Nessa posição publicou uma revista literária, *La Biblioteca*, continuada como *Anales de la Biblioteca*, que no total abrangeu o período entre 1895 e 1913.

Houve um desenvolvimento da novela popular, em que fez muito sucesso Eduardo Gutiérrez, autor de uma versão em prosa de Santos Vega, e outras obras sobre personagens históricos ou gauchescos, como Juan Manuel de Rosas, Juan Moreira ou Juan Sem Pátria. Muitas destas obras eram representadas em circos como pantomimas, precursor de alguns *shows* atuais de televisão. O ator José Podestá adaptou a obra de Gutiérrez e a difundiu em um teatro popular, iniciado em Chivilcoy, que teve grande sucesso ao circular por uma ampla região do país. Juan Moreira é uma espécie de descendente de Martín Fierro, transformado mais claramente em “gaúcho mau”, mas igualmente vítima da sociedade e até certo ponto objeto de reivindicação. Também na novela de costumes, para um público algo mais culto que o que devorava os folhetins sobre Juan Moreira, destacou-se Fray Mocho (pseudônimo de José S. Álvarez), que deixou numerosas descrições com conteúdo social. Refletindo outros tipos sociais, destacaram-se as novelas *La Gran Aldea* (1884), de Lucio V. López, e *La Bolsa* (1891), de Julián Martel. Houve também um florescimento da poesia, com figuras como Carlos Guido Spano, Ricardo Gutiérrez, Olegario Andrade e Rafael Obligado, cujo poema sobre Santos Vega ficou famoso. Agora o gaúcho já não era uma figura realista, mas sim mítica. No final da obra, Santos Vega, trovador, cai vencido ante Juan Sem Roupas, o imigrante.

Entre as figuras mais políticas, cabe destacar Eduardo Wilde e o grupo católico de Pedro Goyena e José Manuel Estrada. Estes três personagens estavam em polos ideológicos opostos, pois Wilde distinguiu-se por seu anticlericalismo e sua atitude burlona e cética no tocante às convenções sociais. Foi ministro de Miguel Juárez Celman durante os conflitos pelas leis laicizantes. Escreveu profusamente, quase sempre de maneira irônica. Sarmiento apreciou muito suas primeiras produções, pois via nelas um necessário antídoto ao pecado formalismo da sociedade culta portenha da época.

Modernização e laicismo

O general Roca, neto de um imigrante espanhol que havia se instalado em Tucumán, teve sua formação secundária no célebre Colégio de Conceição do Uruguai, onde Urquiza havia criado condições para formar uma elite política, tanto civil quanto militar. Seu batismo de fogo foi cedo e prosseguiu a uma rápida carreira nas armas. Tinha 37 anos quando assumiu a presidência. Sob sua direção foi inaugurado um período de desenvolvimento econômico e educacional muito dinâmico, aproveitando as condições de paz interna que finalmente se haviam criado, assim como a ampliação das terras utilizáveis para a exploração agropecuária⁶⁵. A ampliação do território controlado pelas autoridades nacionais complementou-se com uma expedição ao Chaco pelo general Benjamín Victorica e a fundação da cidade de Formosa. Continuou-se equipando as Forças Armadas, parte em função de um conflito de limites com o Chile, que chegou a resultar no fechamento das representações diplomáticas de ambos os países. Mas logo adiante, em 1881, chegou-se a um acordo, que fixava os limites nos mais altos cumes divisores de águas, ficando o Estreito de Magalhães

65 José Arce, *Roca, 1843-1914: su vida, su obra*. 2 vols. Buenos Aires: Ministerio de Educación y Justicia, 1960.

em poder do Chile e a Terra do Fogo cortada em dois, até o Cabo de Hornos. Com o Brasil houve um litígio com respeito aos limites orientais de Missões, chegando ao acordo de submeter o tema à arbitragem internacional⁶⁶.

Foi também um período de construção de cidades, ou remodelação, como no caso de Buenos Aires. Transformada em município federalizado, com um conselho eleito e um intendente designado pelo Poder Executivo, teve em Torcuato de Alvear (filho do colaborador de San Martín) um promotor incansável de sua transformação edilícia. Por outro lado, Dardo Rocha, governador de Buenos Aires, criou uma nova capital para a província, La Plata, que rapidamente surgiu do nada, como cidade planejada ideal, uma espécie de Washington do sul. Alguns inclusive suspeitavam que os localistas portenhos não perdiam a esperança de reconquistar algum dia sua antiga capital, entregando em troca esta nova utopia urbanística. Na mesma Capital Federal, foi contratada, depois de décadas de negociações frustradas, a construção de um porto de grande profundidade, por uma firma privada, dirigida por Eduardo Madero, com apoio de capitais estrangeiros.

Renovados recursos lançaram a expansão do sistema educacional. Para que os tão necessitados imigrantes se sentissem cómodos no país, era necessário assegurar-lhes a máxima tolerância religiosa, já que muitos deviam vir, segundo os projetos, de países protestantes ou das igrejas ortodoxas eslava ou grega. Para isso, sancionou-se a Lei de Educação 1420 sobre ensino primário gratuito, laico e obrigatório. Para preparar o ambiente, foi organizado um Congresso Pedagógico com a participação de especialistas internacionais e latino-americanos. Isto ocasionou uma resistência dos católicos, especialmente expressada por

66 O conceito de “altos cumes divisores de águas” criaria mais tarde interpretações conflituosas, sobretudo na zona sul, onde as montanhas são mais baixas, e a complexa estrutura de vales faz com que a divisória das águas muitas vezes corra separada da linha dos mais altos cumes.

intelectuais como José Manuel Estrada e Pedro Goyena, que se complicou pela presença de numerosas professoras protestantes em escolas oficiais, e com um conflito no tocante à nomeação de um bispo. Nas violentas discussões que acompanharam esta polarização extrema da opinião, Estrada, professor prestigiado do Colégio Nacional de Buenos Aires, foi destituído de sua cátedra e o mesmo aconteceu com outros funcionários públicos. A situação terminou com uma ruptura de relações com o Vaticano em 1884. Só em 1900 foram reatadas as relações diplomáticas com a Santa Sé⁶⁷.

A situação dos estrangeiros na sociedade argentina

Durante a presidência de Roca a entrada de estrangeiros chegou a uma média de quase 100 mil por ano. A experiência estava se transformando em um cataclismo social, praticamente sem precedentes em nenhum país do mundo. Nos Estados Unidos os estrangeiros nunca superaram 15% do total da população do país. Na Argentina, por outro lado, entre a época de Roca e os anos vinte do século seguinte, a cifra era próxima ao dobro, ou seja, 30%. A esta significativa diferença numérica se agregavam outros fatores qualitativos e geográficos. Efetivamente na Argentina, a concentração no Litoral e, sobretudo, em um par de cidades como Buenos Aires e Rosário era muito grande. A isso se somava que grande parte dos recém chegados progredia e alcançava posições de classe média e empresariais com maior facilidade que no país do norte.

Nas categorias do censo, “empresários” comerciais e industriais e de operários nas grandes cidades do Litoral, as porcentagens elevavam-se a cifras que superavam folgadoamente os dois terços. Esse fenômeno se manteve durante várias décadas. O resultado

67 Néstor Auza, *Los católicos argentinos: su experiencia política y social*. Buenos Aires: Diagrama, 1962.

foi que um setor muito dominante da burguesia urbana do país e da classe operária era estrangeiro, o que não tinha equivalente nos Estados Unidos. Na Argentina, muitos poucos imigrantes se nacionalizavam, enquanto na América do Norte a grande maioria o fazia.

Apresentam-se aqui dois problemas:

1. Por que os estrangeiros, na Argentina, não requeriam a cidadania?
2. Que efeitos tinha sobre o sistema político do país o fato de que uma porção tão alta da população em dois setores sociais tão estratégicos, como a burguesia empresarial e a classe operária, não tivesse acesso ao voto?

Os imigrantes que chegavam à Argentina encontravam um país muito distinto, muito mais “vazio” que os Estados Unidos. A robustez de seu governo era muito mais questionável e, portanto, não tinha tanta capacidade para impor-se sobre os recém-vindos. Ainda naquela época, as camadas humildes da população eram em boa parte mestiças, com um componente significativo de negros e mulatos na Capital. Dadas as atitudes racistas difundidas quase universalmente, o italiano e o espanhol que chegava ao Rio da Prata – e mais ainda em outras partes do continente – sentia que tinha a “aristocracia da pele” e que estava acima de boa parte da população local. Nos Estados Unidos, por motivos semelhantes, o europeu do sul ou do leste que chegava, percebia que não só as classes médias locais, mas também as populares, estavam acima dele, salvo os afro-americanos. A respeito disso, observava Sarmiento:

Nos Estados Unidos, dos trezentos mil imigrantes que chegam ao ano, duzentos e cinquenta mil fazem logo sua declaração de cidadania. Na República Argentina, ninguém requer carta de cidadania, porque, ao que parece, é mais proveitoso; e nos anos posteriores, quando

já se sente a necessidade de ser patriota, o exemplo dos que lhe precederam, as instâncias e lições de seus compatriotas lhe fazem desdenhar tal caráter de cidadão, aprendendo a saborear as vantagens de não o ser e a orgulhar-se de saber que há do outro lado do Atlântico um país, cujo nome pode servir para entreter, dissimular ou extraviar os impulsos do patriotismo. Então principia a nostalgia patriótica, que logo se degenera em ódio e menosprezo ao país onde [vivem]⁶⁸.

Nos Estados Unidos as leis davam vantagens importantes a quem adotasse a cidadania. Na Argentina isso foi testado, mas nunca pode ser adotado. O país tinha que facilitar as coisas para o estrangeiro, para conseguir atraí-lo, competindo com a perspectiva de que ele fosse à América do Norte ou à Austrália. Por outro lado, na classe política argentina, havia um setor que não desejava estender com demasiada facilidade a cidadania aos estrangeiros, pois isso tornaria mais difícil manter o controle político. Mas, simétrica a essa atitude, havia outra entre os líderes das coletividades imigradas que, em geral, em seus jornais criticavam o “abandono da pátria” em que incorriam os que queriam naturalizar-se, pois naquela época a dupla nacionalidade não era admitida. Quanto aos efeitos sobre o sistema político da falta de adoção da cidadania pela grande maioria da burguesia e do proletariado urbano, eles são bem complexos e discutidos pelos pesquisadores. Dá-se aqui um paradoxo, ou um enigma, cuja solução ficará mais clara à medida que nos adentremos na descrição, precisamente, desse sistema político. O paradoxo consiste em que,

- a. por um lado, os estrangeiros, que incluíam pessoas de intensas convicções e alta educação, formal ou autodidata,

68 Domingo F. Sarmiento, “La condición del extranjero en América”, em *Obras completas*, vol. 36, p. 63-90.

tinham, sem dúvida, opiniões políticas, e muitos deles participavam intensamente do esquema político nacional. Já vimos os italianos mazzinianos engajados ao lado de Mitre. Mais adiante veremos outros contribuindo para as agitações operárias, com o anarquismo e o sindicalismo;

- b. por outro lado, ao não poder votar, a grande quantidade de estrangeiros ocasionava uma importante debilidade dos partidos os quais pudessem simpatizar. Estes haveriam sido tipicamente um liberalismo burguês como o mitrista, ou um movimento socialista operário como o que logo dirigiria Juan B. Justo. Esses partidos existiram, mas sua força, sua fixação na estrutura social e nos grupos de interesse, foi muito menor que em um país parecido, mas onde, em vez de estrangeiros, fossem nacionais⁶⁹.

Resultou, então, que duas classes particularmente estratégicas em um processo de desenvolvimento e modernização capitalista, a burguesia empresária urbana e a classe operária, sobretudo a qualificada, eram esmagadoramente estrangeiras – não só imigrantes – e mantinham sua cidadania original. Os argentinos concentravam-se, ao contrário, de cima para baixo, entre os fazendeiros, os militares, os funcionários públicos, a classe média tradicional, principalmente do interior, e os setores mais baixos das classes trabalhadoras. Certamente com o tempo, os filhos dos estrangeiros foram dando um matiz argentino, cidadão, às posições que eles ocupavam no espaço econômico criado por seus pais, mas apesar disso os censos aí estão para apontar 60% ou 70% de estrangeiros que por muito tempo ainda havia entre os empresários

69 Esse país, com o qual se pode comparar a Argentina, é o Chile, onde em vez de constituir 30%, os estrangeiros nunca superaram 5%. O resultado é que tanto o Partido Liberal como o Socialista não são mais fortes no país transandino que no Rio da Prata. Ver Fernando Devoto, *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003; Hilda Sabato e Ema Cibotti, *Hacer política en Buenos Aires: los italianos en la escena pública porteña, 1860- 1880*. Buenos Aires: CISEA-PEHESA, 1988.

e os operários urbanos. Está claro que os filhos adotavam em grande parte as atitudes dos pais. Mas quais eram essas atitudes? É difícil reconstruí-las com exatidão, porém em grande medida implicavam uma atitude de superioridade em relação ao país, de desprezo para com suas tradições, seu sistema político e sua antiga composição étnica. O certo é que havia um fenômeno oposto e simétrico, de desprezo por parte da classe alta crioula e de alguns intelectuais, em relação aos recém-chegados, a quem não escasseavam os motes, adotados inclusive pela população local de mais modestos recursos. Mas se pode resumir a situação desta maneira:

- i. os estrangeiros (não meramente imigrantes) formavam, na Argentina, e principalmente na burguesia e na classe operária, uma avultadíssima porcentagem do total e gozavam de um status social muito alto em comparação com o que tinham ou têm em outros países;
- ii. os estrangeiros sentiam-se relativamente superiores ao resto do país – com exceção da classe alta fazendeira – e esse era um dos motivos pelos quais não se davam o trabalho de adquirir a cidadania.

A segunda afirmação, é claro, é mais questionável que a primeira. É sabido que boa parte dos dirigentes políticos argentinos não tinha muito desejo de facilitar a nacionalização dos estrangeiros, cuja preponderância e eventual esquerdismo se temia. Inclusive foram feitas estimativas do número de horas que seriam necessárias simplesmente para fazer os trâmites. Mas este último argumento não é válido para as camadas mais altas da burguesia que, no entanto, também preferiam manter a proteção de seus consulados àquela duvidosa das leis argentinas. Com respeito às classes populares, algum setor político poderia haver decidido, como nos Estados Unidos, facilitar-lhes os trâmites em troca de uma contrapartida eleitoral. Por que não existiu tal setor político?

Algumas vezes buscou-se a explicação nas atitudes dos dirigentes partidários argentinos, tanto conservadores quanto radicais, que não visualizavam a necessidade de incorporar o estrangeiro. Não obstante, havia grupos que queriam incorporar os imigrantes, entre eles o Partido Socialista, cujo discurso, de qualquer forma, foi desprezado. É demasiado fácil e esquemático dizer que o socialismo viu-se travado em sua ação pelo regime oligárquico, porque tal coisa não ocorreu no Chile, não menos oligárquico que a Argentina. Simplesmente, os estrangeiros, em sua maioria, *não queriam* obter a cidadania. Na realidade, teria sido absurdo, dada sua posição no espaço social, que quisessem fazê-lo.

Em estudos sobre imigração nos Estados Unidos trata-se o tema da rejeição dos nacionais ante os estrangeiros. Na Argentina o problema foi exatamente ao contrário: o desprezo por parte dos estrangeiros (que com seus filhos formavam a maioria, mas não a totalidade do país) em relação aos nativos de tradição mais antiga.

A participação política dos estrangeiros

Dada a situação descrita – deixando de lado as hipóteses explicativas – temos a seguinte cadeia de argumentação:

- i. existia na Argentina uma grande massa de estrangeiros, muito maior que em qualquer caso comparável, com muito peso econômico e social, e eles não obtiveram, salvo poucas exceções, a cidadania;
- ii. como a grande maioria dos membros da burguesia e da classe operária não podia votar, essas classes viam seu influxo nas disputas eleitorais e na formação de partidos políticos seriamente reduzido, em comparação ao que haveria ocorrido em um país em que tudo fosse igual exceto que os estrangeiros fossem nacionalizados (ou pelo menos tivessem cidadania);

- iii. portanto, o desenvolvimento de um sistema institucional capitalista moderno viu-se seriamente afetado, pois ele depende em boa parte da ação das duas classes sociais antes aludidas: a burguesia comercial e industrial, e o proletariado.

O que importa não são somente as simpatias políticas de cada grupo social, mas sim a forma em que contribuem seus membros para a formação da liderança política. Se, por exemplo, para a burguesia comercial, as formas de envolvimento político privilegiam as conexões financeiras, os negócios, as influências atrás dos bastidores e deixam de lado o ativismo nos partidos e também o voto, o resultado será algo bem distinto do paradigma europeu de desenvolvimento da democracia liberal. A retração de toda uma classe social de certas áreas de ativismo político partidário só poderá atolar o sistema. Contra isso, às vezes, argumenta-se que também nos casos de desenvolvimentos mais exitosos do regime democrático liberal, com frequência, os empresários não são os mais ativos na frente político partidária, deixando essas tarefas nas mãos mais experientes dos políticos profissionais, dos membros da aristocracia ou, por vezes, dos próprios militares. Claro que em nenhum caso a passagem de indivíduos da esfera privada à pública será maciça ou nula. Sempre há uma seleção, uma circulação bastante restrita, especialmente em tudo o que supere a mera participação passiva. Os motivos de retração podem ser muito diversos e, de modo algum, se limitam à condição de estrangeiro. A existência de regimes ditatoriais, sejam eles militares e caudilhistas como em muitas partes da América Latina ou, mais tradicionalmente, monárquicos autoritários como na Alemanha e em outras partes da Europa, são motivos óbvios de retração. Mas sempre haverá minorias que se orientem para a esfera da ação pública. O que se deve estudar no caso que aqui nos preocupa é como se davam esses processos de circulação na

Argentina, quais eram os fatores de estímulo ou retração e em que medida eram afetados por sua condição de estrangeiro.

Os estrangeiros estavam submetidos, com certeza, a pressões sociais e econômicas, principalmente ligadas à classe a que pertenciam e à sua condição cultural, que operavam sobre qualquer indivíduo para determinar suas atitudes políticas. Mas, além disso, havia alguns fatores específicos que agiam sobre eles, que complementavam ou corrigiam as determinações mais gerais. Estes fatores específicos operantes sobre os estrangeiros eram os seguintes:

- i. a “corrida para cima” no status que ocupavam, que era mais alto que o que correspondia à sua colocação ocupacional;
- ii. o efeito de “audiência cativa” que predispunha, sobretudo em setores populares e de classe média, os estrangeiros a aceitar a mensagem de certos ideólogos provenientes de seus países de origem;
- iii. a escassa “deferência de status” que os estrangeiros sentiam em relação à classe alta nativa, o que dificultava as possibilidades de consolidação de uma força política conservadora moderna;
- iv. a tendência a privilegiar a “ação corporativa”, dada a pouca repercussão que as iniciativas dos estrangeiros podiam ter no âmbito eleitoral, do qual não faziam parte;
- v. o aparente “internacionalismo”, que em realidade ocultava um nacionalismo residual de seus países de origem, e que dificultava as alianças com outros setores da “política criolla”.

A assimilação dos imigrantes: o papel da educação

As coletividades estrangeiras tinham uma intensa vida associativa, baseada em mutualidades, escolas, entidades culturais e jornais. Alguns sindicatos, na prática, atuavam como sociedades de estrangeiros, pela imensa maioria que esse elemento formava em seu seio. Inclusive, às vezes, a ascendência étnica demonstrava ser uma base mais confiável de solidariedade que a condição profissional comum. Sarmiento teve, na década de oitenta, apesar de seu fanatismo pela educação, atitudes hostis diante de certas atividades culturais dos italianos. Via com maus olhos a existência de escolas financiadas pelas comunidades estrangeiras, em que o ensino, na prática, era todo feito no idioma de origem. Em boa medida, a mesma iniciativa do Congresso Pedagógico Nacional, patrocinada pelo governo, foi uma resposta a programas parecidos dos italianos, que haviam organizado um congresso próprio. As complicações podiam chegar a afetar o desenvolvimento da nacionalidade e mesmo a consolidação geográfica do país. Sarmiento cita um diário alemão que

traz um trabalho sobre as futuras colônias da Alemanha. O autor examina quais são os países onde convenha fundar suas colônias. Em primeiro lugar a Etiópia. Em segundo lugar, as províncias do sul do Brasil, onde já se encontram grupos importantes de alemães. Enfim, os países do Sol – Brasil, República Argentina, Uruguai e Paraguai. Estes diversos países não seriam adquiridos pela Alemanha pela força; o governo não se meterá com eles senão para assegurar a seus nacionais os direitos garantidos pelos tratados. Em dado tempo os países colonizados virão a ser de fato províncias alemãs⁷⁰.

70 Domingo F. Sarmiento, "La condición del extranjero en América", p. 91-115.

Um episódio ocorrido em Montevideu naquela época (1882) ilustra a preocupação de Sarmiento. Dois marinheiros italianos haviam participado de uma briga no porto e foram conduzidos à delegacia, onde sofreram maus-tratos, segundo eles verdadeiras torturas. O capitão de um barco de guerra italiano – ancorado na enseada segundo as práticas da época, que permitiam essa presença de maneira permanente – decidiu fazer justiça com as próprias mãos. Desceu com uns quantos auxiliares armados, foi à delegacia e libertou os presos. Quem pensava ser este senhor capitão, clamava Sarmiento. Pensa que estamos em um país da costa da Barbária ou da África, onde não há instituições locais confiáveis de justiça? Provavelmente grande parte dos estrangeiros efetivamente acreditava nisso e, sem dúvida, o capitão compartilhava o estereótipo. Não é que Sarmiento aprovasse o comportamento da polícia montevideana, mas não podia tolerar esse tipo de intervenção, pretensamente justificada como forma de proteção aos nacionais. Então, a integração e absorção do estrangeiro transformavam-se em temas de grande prioridade, porque podiam afetar a consolidação da nacionalidade. Dissolver essas potenciais colônias através do ensino laico, gratuito e, sobretudo, obrigatório, era uma parte importante da solução. Dessa maneira, as forças – não demasiado poderosas – que na Argentina podiam estar genuinamente interessadas na educação por motivos humanistas, encorpavam-se com outras que viam mais além.

A sucessão presidencial: sem problemas à vista

Durante o governo de Roca houve diversas intervenções nas províncias, mas nenhuma erupção séria de violência. Quando em 1886 aproximava-se a sucessão presidencial, pela primeira vez desde que se constituíra a república, não havia perspectivas de insurreição ou protesto armado perante os resultados. O continuísmo fora armado através da candidatura oficial de

Miguel Juárez Celman, cordobês, ex-governador de sua província e concunhado de Roca. Com a entrega da faixa a um membro de sua família com pouco crédito próprio, Roca esperava que não se obstaculizasse seu retorno posterior à cadeira presidencial. De fato, as coisas se complicaram, e ele teve que esperar dois períodos e, não um só, para voltar à Casa Rosada. Para a vice-presidência foi selecionado Carlos Pellegrini, um portenho autonomista que havia acompanhado Alsina em sua etapa formativa. Perfilava-se nele um político hábil, que pretendia levar uma dose de realismo à atividade pública. Já em sua tese de doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires havia escrito, seguramente inspirado em seu mestre Alsina, que “o ser caudilho é um dever entre nós”⁷¹. Sempre, é claro, que se tenha condições.

A oposição era formada por três grupos principais:

1. o mitrismo, com suas antigas bandeiras liberais, que estava se recuperando do golpe sofrido desde sua participação na revolução de 1880;
2. os católicos, ressentidos pela política laicista do governo de Roca;
3. um dissidente do regime, Bernardo de Irigoyen, que havia sido ministro, mas que se retirou e buscou perfilar-se como candidato independente.

Bernardo de Irigoyen realizou uma interessante campanha pelo país, viajando em vagão especial da ferrovia, ao estilo norte-americano. Pela primeira vez, a extensão da rede permitia fazer este uso inesperado dela. O trem parava em qualquer lugar povoado e, desde o vagão de trás, o candidato se dirigia ao povo congregado⁷².

71 Carlos Pellegrini, *Obras*, vol. 1. 5 vols. Ediciones Jockey Club, Buenos Aires, 1940, p. 293.

72 David Peña, *Viaje político del Dr. Bernardo de Irigoyen al interior de la República*. Buenos Aires, [julho, agosto e setembro de] 1885.

Por outro lado, o mitrismo tentou mobilizar seus simpatizantes, mas sem sucesso. A chapa oficial venceu sem dificuldade.

CAPÍTULO 6

O SISTEMA ROQUISTA: ENTRE A REVOLUÇÃO E O ACORDO (1886-1892)

Juárez Celman e a crise econômica de 90

Quando Miguel Juárez Celman, concunhado de Roca, assumiu a presidência, o desenvolvimento econômico do país seguia em ritmo vertiginoso. Por todos os lados, construía-se tanto no setor estatal quanto no privado. As entradas de divisas também cresciam, ainda que não bastassem para todos os projetos que se apresentavam. Havia que pedir emprestado no país ou no estrangeiro. As grandes obras públicas criavam riqueza, mas ao mesmo tempo geravam uma carga de dívidas que não iria ser fácil de pagar, pois os resultados produtivos não eram sempre imediatos. Bancos de todo tipo, privados e estatais, nacionais e estrangeiros, proliferaram e, em muitos casos, emprestavam sem assegurar-se da capacidade de seus clientes em devolver os montantes outorgados. Aumentou a níveis nunca vistos a atividade na Bolsa, onde pequenos e médios aplicadores podiam empregar seus fundos comprando ações de novas empresas. A especulação acompanhou este processo, gerando toda uma classe de novos ricos e estabelecendo complicadas relações entre políticos e homens

de negócios. Essa euforia não podia durar indefinidamente. Em algum momento, tinha que acontecer uma nova acomodação, uma diminuição do ritmo. A isso se somou uma das típicas crises cíclicas do sistema econômico que se estava formando em escala mundial, combinando uma baixa dos preços dos produtos de exportação – originada por fatores internacionais – com os efeitos da desordem financeira interna. As quebras multiplicaram-se e a economia começava a paralisar. Já em meados de 1889 a situação era vista como grave e os ministros da Fazenda não duravam.

A Revolução de 90

À situação econômica somou-se um novo conflito com a Igreja, devido à sanção da lei de matrimônio civil. Até esse momento os casamentos deviam ser oficializados por algum sacerdote, de qualquer culto reconhecido. Mas muitas comunidades não tinham ministros suficientes do culto para registrar as uniões, além de que os matrimônios mistos abundavam. A partir de então o ato civil seria considerado o único válido. Ou seja, um casal casado apenas pela Igreja não estaria realmente casado. Isso era um verdadeiro escândalo e a reação foi maiúscula. A opinião católica voltava-se assim para a oposição, buscando aliados não necessariamente congruentes com suas ideias, com o intuito de dar uma lição ao governo. Uma convergência dos católicos – entre os quais existia uma gama ideológica ampla – com o liberalismo mitrista e com dissidentes do regime começava a se desenhar. Para apoiar o presidente e Ramón J. Cárcano, indicado como seu sucessor, um grupo numeroso de jovens ligados ao partido oficial brindou um banquete ao “líder único”, tanto do governo quanto do partido oficial (PAN), denominando-se “os incondicionais”. Daí surgiu o apelido de “unicato”, lançado por seus opositores, para caracterizar o regime que, a seu ver, se perpetuava pela especulação, pelo peculato e pela fraude.

No mês de setembro de 1889, foi realizada uma grande reunião opositora no Jardim Florida, local de entretenimento que ocupava todo um quarteirão perto do Retiro⁷³. De lá saiu constituída a União Cívica da Juventude, à qual aderiram desde Mitre e outros liberais até Goyena e Estrada, pelos católicos, junto a figuras próceres como Vicente Fidel López e Bernardo de Irigoyen, e gente nova do tipo de Aristóbulo del Valle e Leandro Alem. Antes de um ano, em abril de 1890, já podiam juntar trinta mil pessoas em um ato público de oposição. Duas coisas eram óbvias: havia liberdade de reunião (ainda que não de sufrágio), mas a opinião estava massivamente contra o governo. Juárez Celman aparentava tranquilidade e saudava a atividade cívica de tantos cidadãos, enquanto mudava o ministério e prometia eleições genuinamente competitivas, com representação para as minorias. Na realidade, não as tinha todas consigo, porque em nosso ambiente tudo isso tinha cheiro de levante armado. Entre os jovens que aderiam em grande quantidade estavam futuros dirigentes partidários, como Hipólito Yrigoyen, sobrinho de Alem, Lisandro de la Torre, que logo fundaria o Partido Democrata Progressista, e Juan B. Justo, organizador do Partido Socialista, misturados a intelectuais como Carlos Ibarguren, que chegaria a ser um teórico do nacionalismo autoritário, e militares como José Félix Uriburu, que chegaria ao poder mediante um golpe de Estado em seus últimos anos de vida, em 1930. O destino se encarregaria de separar tragicamente os caminhos que cada um deles percorreria. Mitre estava um pouco queimado por participar de movimentos armados e, para evitar comprometimentos, decidiu realizar uma viagem à Europa. No dia 26 de julho de 1890, estourou a revolução, iniciada por um setor do exército, dirigido pelo general Manuel J. Campos, que havia sido treinado pelos opositores. A conspiração foi organizada por Alem, que viu então sua hora

73 N.E.: Bairro nobre de Buenos Aires.

de maior brilho. Os rebeldes, incluindo muitos civis, ocuparam o Parque da Artilharia localizado no lugar onde atualmente situa-se o Palácio dos Tribunais, razão pela qual o movimento foi logo conhecido como a Revolução do Parque. Outros efetivos ocuparam as varandas de numerosas esquinas, formando acantonamentos para apoiar o avanço das tropas ou hostilizar o inimigo⁷⁴.

O governo reagiu com prontidão e conseguiu reprimir o movimento rebelde, depois de três dias de luta e quase duzentos e cinquenta mortos. O governo, de toda forma, estava exausto e sem apoio da opinião pública. De outro lado, Roca, em entendimento com o vice-presidente Carlos Pellegrini, estava disposto a sacrificar Juárez Celman para salvar o regime. O presidente teve que renunciar e Pellegrini ocupou seu lugar, disposto a reconstituir a frente política oficial, com a ajuda de seu mentor e amigo Roca, que seguia com a vista fixa em seu possível retorno. Roca fez pressão para conseguir a renúncia de Juárez Celman porque temia que, do contrário, a oposição voltasse a tentar um levante. Em compensação, se os revolucionários tivessem vencido, pensava-se na séria possibilidade de uma prolongada guerra civil, pois o regime mantinha o controle do interior. Havia uma verdadeira situação de pânico econômico combinado com pânico político. Em maio de 1891 os depositantes em vários dos principais bancos da cidade correram para retirar seus fundos, ocasionando a suspensão de pagamentos até que retornasse a calma. José A. Terry, proeminente economista e técnico bancário da época, comentava que “aos males da crise agregavam-se os temores de iminentes revoluções tanto ou mais sangrentas que a de Julho (de 1890)”⁷⁵.

74 Luis V. Sommi, *La Revolución del 90*. Buenos Aires: Pueblos de América, 1957; Roberto Etchepareborda, *Tres revoluciones*. Buenos Aires: Pleamar, 1968; Natalio Botana e Ezequiel Gallo (orgs.), *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Ariel, 1989.

75 José A. Terry, *Finanzas*. Martín Biedma, Buenos Aires, 1898, p. 195. O livro consiste em apontamentos taquigráficos de suas aulas na Universidade de Buenos Aires. Ver Roberto Cortés Conde, *Dinero, deuda y crisis: evolución fiscal y monetaria en la Argentina. 1862-1890*. Sudamericana, Buenos Aires, 1989.

Pellegrini e a transação com os opositores

Apesar da derrota da oposição armada, a situação do governo era insegura, porque era bem possível que a União Cívica tentasse uma nova incursão. De fato, tentaria no ano seguinte (1891) em Córdoba, sem sucesso. Para desarticular essa perspectiva, era necessário dar à oposição uma via de acesso para compartilhar o poder. Pellegrini, ao organizar seu ministério, levou isso em conta. Deu dois cargos a influentes mitristas e um a Vicente Fidel López, independente que havia participado na revolução. Para equilibrar estas concessões, trouxe Roca para o Ministério do Interior, e o general Levalle, chefe da repressão do movimento armado, para o da Guerra, de modo a ter as costas bem guardadas. Paralelamente, no fim do ano, garantiu eleições livres de senadores da Capital Federal, que foram vencidas por Leandro Alem e Bernardo de Irigoyen, dirigentes da facção mais radical da União Cívica⁷⁶.

Para completar essa estratégia, Pellegrini procurou realizar um acordo com Mitre, chefe da oposição, que no começo de 1891 voltava da viagem à Europa que oportunamente havia empreendido o ano anterior para manter-se *au dessus de la mêlée* [acima da confusão]. Tratava-se de planejar as eleições presidenciais, já próximas, que ninguém acreditava que poderiam ser feitas de maneira seriamente competitiva. Fazia-se necessário coligar e chegar a candidatos comumente estabelecidos, pois do contrário o perdedor apelaria novamente às armas. Houve encontros entre Roca e Mitre que foram limando as asperezas. Mas, ao mesmo tempo, a oposição unia-se para lançar seus candidatos. Havia nela, como é comum nestes casos, uma dissidência entre o setor moderado, predisposto a se entender com o governo em troca de algumas concessões, e o mais intransigente. Os favoráveis aos acordos tinham por chefe

76 Miguel Ángel Cárcano, *La presidencia de Pellegrini*. Eudeba, Buenos Aires, 1968; Ezequiel Gallo, *Los nombres del poder: Carlos Pellegrini*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

natural Mitre, os intransigentes ou radicais Bernardo de Irigoyen e Leandro Alem.

Nada mais natural que uma candidatura com Mitre à frente e Irigoyen para vice, e isso foi o que uma convenção decidiu em Rosário. Enquanto isso, o acordo avançava e Mitre estava disposto a buscar uma chapa comum com o oficialismo. O partido do governo estava preparado para apoiar Mitre para presidência, mas isso implicava reservar o segundo cargo para um homem de sua ala, em lugar de Bernardo de Irigoyen. Mitre tinha confiança na sua capacidade negociadora e em que a União Cívica aceitaria as estratégias que ele adotasse.

Mas o protesto do setor mais radical de seus seguidores fez com que o acordo fracassasse. Em junho de 1891 uma facção da União Cívica aprovou uma chapa com o governo, formando a União Cívica Nacional, mitrista, liberal e moderada. A outra parte, pelo contrário, criou a União Cívica Radical que, como seu nome indicava, era mais intransigente ou principista, dirigida por Leandro Alem e Bernardo de Irigoyen. Vendo-se privado do apoio massivo que esperava, Mitre preferiu renunciar a suas ambições e esperar uma próxima vez. Para os radicais, “o acordo foi uma defecção, traindo deveres patrióticos em troca de posições oficiais. Nunca pensamento mais pernicioso penetrou uma causa mais santa. Essa política, ao dar patente de idoneidade aos grandes culpados, aumentou os males e os agravos”, como dizia um *Manifiesto* da União Cívica Radical ao povo da República, de 4 de fevereiro de 1905⁷⁷.

O radicalismo não via a si mesmo, “propriamente como um partido no conceito militante, [senão como] uma conjunção de forças emergentes da opinião nacional, nascidas e solidarizadas

77 “Manifiesto de la Unión Cívica Radical al pueblo de la República, 4 de fevereiro de 1905”, em Gabriel del Mazo (org.), *El pensamiento escrito de Yrigoyen*. Buenos Aires: Talleres Index, 1945, p. 55.

ao calor de reivindicações públicas”, ou seja, o que hoje seria chamado de um “movimento”. Buscava definir-se em um sentido ético extremista, que podia aduzir precedentes em textos bíblicos interpretados um pouco unilateralmente. Hipólito Yrigoyen, em carta a seu correligionário Pedro C. Molina, de Mendoza, dizia que

*todos os cidadãos que não professam o credo da União Cívica Radical contribuem, direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, para afiançar o regime imperante, e se tornam causadores como os próprios autores*⁷⁸.

A renúncia de Mitre a uma candidatura *acuerdista*⁷⁹ afetou o oficialismo, que realmente necessitava cooptar os opositores, única forma de cortar as perspectivas de rebelião, sempre presentes. A situação complicava-se porque gente de seu próprio núcleo também ensaiava novidades, disposta a adequar-se aos tempos. Assim que Roque Sáenz Peña, que havia sido ministro de Juárez, formou com um grupo muito prestigiado de amigos, o Partido Modernista, disposto a fazer respeitar as instituições. O perigo era que o oficialismo se dividisse em vários pedaços e, por fim, o governo caísse em poder dos “irresponsáveis” da oposição, sem acordo prévio. Isso seria o caos e, em meio à crise, as piores consequências se podiam prever, inclusive uma intervenção estrangeira para cobrar as dívidas e impor a ordem. Tinha que se apressar, porque a falta de confiança punha por terra o valor do peso. O valor do ouro (indicador equivalente do que hoje seria o dólar), de 150 pesos em que estava antes da crise, havia subido a 242 ao cair Juárez Celman e, em meados de maio de 1891, já estava a 342. Logo chegaria a 450. Os que tinham dívidas no exterior (ou seja,

78 *Ibidem*, p. 44 e 52.

79 N.T.: Por política “acuerdista” entende-se a transição mediante arranjos de cúpula, quase sempre produto de coalizões formadas entre membros da elite político-militar, sem participação alguma dos setores intermediários e populares. Ver Saguier, 1993.

em ouro) podiam ir pensando em suicídio, enquanto os credores, nacionais e, sobretudo, estrangeiros não por isso dormiam mais tranquilos, pois a cobrança de seus créditos tornava-se altamente duvidosa. De Paris, em fins de 1891, Miguel Cané escrevia a seu amigo Roque Sáenz Peña:

Roque, se visses alguns ingleses que têm mais de um milhão de moedas esfregando as mãos [de desespero, se supõe]; se lesses o artigo do Marquês de Lorne, publicado na Deutsche Revue, incitando a Alemanha a apoderar-se de nosso país; se sentisses como eu esta atmosfera, que forma na Europa a consciência de que somos incapazes de governar-nos; [...] compadeço-me dos homens que governem o país dentro de um ano; se não salvam a independência, sofrerão na história a mais tremenda e injusta condenação⁸⁰.

Neste contexto dramático, a responsabilidade de buscar uma saída política recaiu sobre os ombros de Roca. No fim, encontrou a solução no velho e enfermo Luis Sáenz Peña, católico fervoroso, que já há algum tempo lutava pela pureza do sufrágio e havia estado muito próximo a Mitre. Com esta escolha, Roca dava a impressão de ceder a um opositor, ou pelo menos um independente, e por sua vez anulava Roque. Se por desgraça – que não o quisera Deus – os dissabores da presidência cortassem a vida do Primeiro Magistrado, o comando recairia sobre José Evaristo Urriburu, o vice-presidente designado, de sólida fé roquista. Por algum motivo chamavam Roca de “a raposa”. Só faltava convencer Mitre e os laicistas de que o novo presidente não anularia toda a legislação da década passada.

80 Citado em R. Sáenz Hayes, *Miguel Cané y su tiempo*. Buenos Aires, 1955; ver também Ezequiel Gallo, “Un quinquenio difícil: las presidencias de Carlos Pellegrini y Luis Sáenz Peña”, em Gustavo Ferrari e Ezequiel Gallo (orgs.), *La Argentina del ochenta al centenario*. Buenos Aires: Sudamericana, 1980. O termo “esfregar as mãos” deve haver sido de desespero ante a possibilidade de não poder cobrar seus créditos, não de contentamento diante das desgraças alheias.

Uma vez conseguida esta segurança, Mitre deu sua benção à chapa, com o que se renovou o acordo. Os radicais, estupefatos, pensaram em não participar, mas finalmente apresentaram como candidato à presidência Bernardo de Irigoyen, o chefe de sua ala menos radical, sem nenhuma possibilidade de triunfo, dada a fraude imperante. As urnas convalidaram essa brilhante operação de engenharia política, que eventualmente permitiria a Roca o retorno ao poder mais tarde. Mas teria que esperar outros seis anos para isso, seis anos castigados de emoções, capazes de destruir um organismo menos solidamente estruturado.



CAPÍTULO 7

UMA TENTATIVA FRACASSADA DE CONVIVÊNCIA COM A OPOSIÇÃO: LUIS SÁENZ PEÑA E JOSÉ EVARISTO URIBURU (1892-1898)

O breve episódio de Aristóbulo del Valle

Uma vez instalado na cadeira presidencial, Luis Sáenz Peña, apesar de seus achaques, decidiu inaugurar uma política independente, ainda que sem contar com um significativo apoio próprio no país. Confiou o Ministério do Interior – o mais importante, além do obviamente significativo, da Guerra – a Manuel Quintana, uma figura de clara trajetória antirroquista, próxima ao mitrismo, e completou o gabinete com outras personalidades independentes, sem deixar de incluir algum partidário do regime anterior. As convulsões provinciais continuavam, às vezes, ocasionadas por levantes armados ou golpes repentinos, que exigiam intervenções federais e descompunham as alianças mais cuidadosamente tecidas entre diferentes facções. O pior do caso era que os rumores de uma próxima revolução armada em escala nacional, organizada pelos cívicos (tanto os Nacionais como os Radicais), corriam por todos os mentideiros políticos do país.

Quintana há poucos meses no cargo, enredado nos conflitos provinciais teve que renunciar. Nesse momento (julho de 1893), Luis Sáenz Peña, aconselhado por Pellegrini, arriscou-se e chamou Aristóbulo del Valle, um radical não afiliado ao partido, para que organizasse o ministério. Del Valle, afeito pela experiência, pediu o Ministério da Guerra. Tratou de encher o gabinete com seus amigos da União Cívica Radical, mas estes, influenciados pela intransigência de Alem, se opuseram.

Os radicais já armavam um complô para chegar ao poder mediante um levante cívico militar, e não estavam dispostos a vender esse direito pelo prato de lentilhas que lhes oferecia a Casa Rosada. Os ministérios foram então ocupados por vários Cívicos Nacionais moderados, um simpatizante radical, e outros independentes opostos a Roca. Com esta alquimia conseguiu-se o respaldo de uma maioria no Congresso. Era para se pensar que as artimanhas da “raposa”, desta vez, o puseram a perder. Mas o destino veio em sua ajuda, mediante um estouro revolucionário que cortou pela raiz essa tentativa de evolução institucional que, decerto, se fosse exitosa poria o país em uma linha muito avançada entre os que nessa época praticavam a democracia. A gestão de Del Valle durou pouco mais de um mês (5 de julho a 12 de agosto de 1893).

A revolução radical de 1893

A revolução organizada pela União Cívica Radical estourou em 29 de julho de 1893, na província de Buenos Aires, e propagou-se rapidamente até Santa Fé, San Luis e Tucumán⁸¹, contando com apoio mitrista. Alem era o coordenador das atividades. Hipólito Yrigoyen capitaneava a rebelião em Buenos Aires; Lisandro de la Torre, em Santa Fé, e Teófilo Súa (filho do caudilho federal Juan

81 N.E.: Santa Fé, San Luis e Tucumán são três províncias do noroeste argentino.

Sáa), em San Luis. O governo, dirigido por Aristóbulo del Valle, não reagiu de imediato, especulando que os movimentos poderiam limitar-se a depor as autoridades fraudulentas de suas províncias. Pellegrini, escrevendo depois dos fatos a seu amigo Estanislao Zeballos, dizia que deveriam ter deixado os radicais ganharem na província de Buenos Aires “para que se desfizessem”⁸². Todo mundo sabia que existiam sérias diferenças entre a ala moderada dos radicais, dirigida pela figura prócer de Bernardo de Irigoyen, e o setor mais intransigente, liderado por Alem e seu sobrinho Hipólito Yrigoyen.

Claro que o cálculo era arriscado, porque se lhes fosse permitido controlar várias províncias importantes, sem dúvida os radicais haveriam conseguido uma maioria no Congresso Nacional, capacitando-se a ganhar as posteriores eleições presidenciais. Contudo que não se dividissem, justamente o que esperava Pellegrini. Del Valle, com outra perspectiva, ao contrário, considerava que dessa maneira podia-se facilitar a transição para um regime mais genuinamente democrático. Por isso tratou até o último momento de não mandar a intervenção. Na província de Buenos Aires a União Cívica Nacional, mitrista, apoiou o movimento, agindo por sua conta. Em poucos dias quase toda a província foi ocupada pelos revolucionários, que instalaram um governo radical. O mesmo ocorreu em Santa Fé e San Luis. Mas as autoridades nacionais, contra os desejos de Del Valle, viram-se obrigadas a decretar a intervenção em Buenos Aires. Del Valle desejava assumir ele mesmo esse papel para assegurar-se de uma solução política já negociada, contudo, não conseguiu apoio e teve que renunciar o cargo, em 12 de agosto de 1893, sendo substituído por Manuel Quintana. Nas demais províncias rebeldes o governo nacional também reassumiu o controle, depois de combates

82 Ezequiel Gallo, *Colonos en armas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1977.

banhados de sangue. No total o episódio durou quase um mês, e esteve a ponto de triunfar e ocasionar mudanças em escala nacional. Em Santa Fé, houve outra erupção rebelde em setembro do mesmo ano, com forte mobilização militar, e participação da tripulação de um couraçado, o Andes. Em ambos os episódios, santafesinos misturaram-se com residentes das colônias agrícolas, especialmente alemães e suíços. Na tomada de Rosário por Lisandro de la Torre houve também numerosos italianos, boa parte recrutada como mercenários⁸³.

O ano 1894 foi de consolidação do governo, através de seu ministro Manuel Quintana, que conseguiu restabelecer a ordem em todo o país. Mas seu apoio parlamentar era débil, porque era atacado pelo radicalismo – que tinha alguns representantes, sobretudo da Capital Federal, onde os comícios eram mais genuínos – e pelo roquismo. Afinal, ante um problema suscitado em Mendoza, de difícil solução, o ministro Quintana teve que renunciar, e em poucos dias o presidente Luis Sáenz Peña fazia o mesmo (janeiro de 1895).

A transição de José Evaristo Uriburu (1895-1898)

Ao assumir o vice-presidente José Evaristo Uriburu, retornava a influência direta de Roca no governo. Mitre, seguindo sua política de conciliação, também apoiou o novo mandatário. A situação política consolidava-se, sempre dentro de um regime pouco respeitoso das maiorias eleitorais, mas disposto a evitar a ditadura. A oposição gozava de amplas liberdades de associação e de imprensa, mas não tinha garantias nas urnas, salvo em algumas ocasiões na Capital Federal e na província de Buenos Aires. A falta de eleições genuínas foi gerando na União Cívica Radical um setor

83 Carta de 11 de abril de 1894, de Pellegrini a Zeballos, nessa época embaixador em Washington. Em Carlos Pellegrini, *Obras*, vol. 2, p. 431-432.

cada vez mais intransigente, que se chocava com o mais moderado, dirigido por Bernardo de Irigoyen. Alem, deprimido depois do fracasso de seus planos revolucionários, entrou em um período de declínio, acelerado por sua situação econômica muito ruim, dívidas impagáveis e, segundo dizem, um amor impossível. Decidiu por fim a seus sofrimentos dando-se um tiro, em frente ao Clube do Progresso, aonde se havia conduzido em um carro de aluguel. Em uma carta que deixou instava a seus partidários seguir adiante na luta e assegurar que nela o partido, sendo necessário, “se rompa, mas não se dobre”. Ele havia se rompido, pregando com o exemplo. A direção da ala já denominada Intransigente do partido recaiu sobre seu sobrinho Hipólito Yrigoyen, com o qual, por outro lado, havia tido dissidências ligadas à resolução das várias rebeliões do ano de 1893. Yrigoyen, de todo modo, prosseguiu com as linhas mestras de Alem, e embasou o partido com uma linha de ação que recusava a cooperação e o acordo com forças que considerava imorais.

Aproximando-se a renovação presidencial, a candidatura de Roca tornava-se quase incontrastável, baseada na estrutura de seu partido, o Autonomista Nacional (PAN). Pellegrini, seu possível rival, sendo ainda jovem, preparava-se para a próxima. Por outro lado, nos ambientes da União Cívica Nacional (UCN) e dos radicais formava-se uma convergência – denominada “política das paralelas” – para representar uma forma única de oposição e, para isso, rememoraram os dias heroicos da Revolução do Parque⁸⁴. Parecia que setores dissidentes do PAN poderiam ceder, mas essa perspectiva foi cortada por Pellegrini, que se lançou em uma intensa campanha para disciplinar seus partidários e ridicularizava

84 N.E.: Levante organizado por membros da União Cívica contra a presidência de Celman. Não logrou as finalidades pretendidas, mas conseguiu forçar a renúncia do presidente Celman do PAN, marcando o declínio da elite da Geração de 80.

a possível aliança dessas forças, no fundo tão dissímeis, a UCN e a UCR: as paralelas, definia, eram linhas que nunca se encontravam.

Na União Cívica Radical perfilaram-se claramente duas tendências. A “intransigente”, sob a condução de Hipólito Yrigoyen, era forte na Capital Federal e em Buenos Aires. Mas a maioria, em nível nacional, detinham os “evolucionistas”, cujo líder era Bernardo de Irigoyen. Em uma convenção, em 1897, a maioria decidiu apoiar a convergência com os mitristas, mas o setor intransigente, forte nos principais centros de atividade política do país, não estava disposto a colaborar e tomou a medida de dissolver o Comitê de Buenos Aires, que foi seguida de igual medida na Capital Federal. Com isso, liquidavam no momento as possibilidades eleitorais do partido. Em sua opinião, era um exemplo da admoestação de Alem: antes romper-se que dobrar-se. Uma divisão parecia inevitável. Lisandro de la Torre, do setor “evolucionista”, perdidas as esperanças de que o radicalismo entrasse em uma estratégia moderada, decidiu desligar-se dessa força política.

A pressão para reeleger Roca viu-se auxiliada por um conflito com o Chile, que esteve a ponto de conduzir a uma guerra. A Comissão de Limites, em sua tarefa de demarcação, não entrava em acordo. Já houvera uma complicação em 1893, mas, nesse momento, um Protocolo Adicional pareceu prover uma solução. O especialista Francisco Moreno, do lado argentino, cumpria um trabalho constante, mas o tema requeria uma solução política, não só técnica, já que o conceito dos “mais altos cumes que dividam águas” era demasiado confuso em uma zona de complexa geografia. O armamento de ambos os países era bastante equilibrado, com uma ligeira vantagem para o Chile no campo naval, apesar de sua população menor. Ambos os países encomendaram mais navios de guerra. A Argentina comprou uma unidade italiana e encomendou nesse país a construção de outras duas. O engenheiro Luigi

Luigi recebeu a direção das obras do porto militar de general Belgrano, perto de Bahía Blanca. Houve mobilizações de tropas e preparativos para a luta na cordilheira. Finalmente, em outubro de 1898, quando estava para acontecer a transferência do comando a Roca, efetuou-se um acordo, pelo qual se confiava o interdito à arbitragem da rainha da Grã-Bretanha. Quando aconteceram as eleições presidenciais, em abril de 1898, a chapa do PAN, Julio A. Roca – Norberto Quirno Costa se impôs da maneira mais contundente e seus opositores (mitristas e radicais) quase não tiveram acesso ao Colégio Eleitoral.



CAPÍTULO 8

A CONDIÇÃO DAS CLASSES POPULARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

As tensões sociais do crescimento

A transformação do país no início do século XX era de proporções difíceis de conceber. A Argentina aproximava-se dos países de maior nível de vida do mundo, ainda que internamente os problemas de distribuição da riqueza fossem muito agudos. Nisto, por outro lado, não se distinguia muito de outros países desenvolvidos da época, onde também coexistiam a miséria e a riqueza nos grandes centros urbanos. Todavia, em países como os Estados Unidos e Austrália havia uma estrutura social mais igualitária nas zonas de fronteira, colonizadas por uma população dinâmica, que havia conseguido um maior acesso à terra do que na Argentina e que havia gozado de condições de liberdade política e possibilidades de autogoverno mais cedo que em nosso país. A comparação com a Austrália era particularmente interessante, porque se tratava de um país de população menor que a Argentina, formado com aportes do exterior, e que era uma dependência britânica, ainda que com certa autonomia. Na Austrália os imigrantes, diferente do que ocorria no Rio da Prata, não perdiam

a nacionalidade ao chegar. Quase todos, nessa época, provinham da Grã-Bretanha (que incluía a Irlanda), e as instituições da mãe pátria eram trasladadas ao novo país em formação. A participação política, estimulada pelos costumes cívicos avançados da metrópole, permitiu desde cedo a formação de partidos políticos que reproduziram o esquema europeu em alguma medida, resultando na formação de um Partido Trabalhista, baseado em sindicatos fortes, desde o fim do século. Esse partido teve acesso ao poder em alguns dos Estados que formavam a Federação e em 1910 já exerceu o governo em escala nacional.

Na Argentina, como se viu, a divisão da terra fiscal em parcelas médias efetuou-se em algumas poucas zonas (especialmente nas províncias de Santa Fé e Entre Ríos). Está certo que em outros lugares os imigrantes com capacidade técnica e alguns recursos podiam chegar a ser arrendatários, mas não era a mesma coisa. A concentração nas cidades, especialmente em Buenos Aires, portanto, foi maior do que poderia ser, e o nível de vida popular, ainda que mais alto que em seus países de origem, era muito deficiente para amplos grupos de trabalhadores. Quando havia períodos de desocupação, a situação tornava-se tensa. Na massa imigrada, por outro lado, a adaptação ao novo país era muito mais problemática do que frequentemente aparece através do tempo ou das lembranças um pouco mitificadas de seus descendentes. A grande saga da imigração transoceânica conviveu com longos períodos de angústia e desorganização familiar. Muitas vezes os que vinham eram homens sozinhos, que deixavam para trás as famílias. Não eram raros os casos de matrimônios em que os filhos pequenos eram deixados com os avós, para serem chamados quando seus pais “fizessem a América”, o que não ocorria com tanta rapidez como pensavam, se é que ocorria. Tudo isso criava um caldo de cultivo especial para a proliferação de fenômenos

de protesto mais intensos do que haveria ocorrido se esse grupo humano fosse local em vez de transoceânico.

Por outro lado, com a massa imigrada – muitas vezes procedente de áreas de pouca ou nula cultura cívica – vinham também minorias de maior experiência política. A situação política da massa imigrada era muito especial, pois de um lado o trauma pelo qual passavam os motivava ao protesto. De outro, ao se sentirem estranhos no novo país (do qual não pediam a cidadania, como se viu antes) sua participação na política local diminuía, sobretudo no referente a cotar e afiliar-se a partidos. Mais fácil para eles era integrar-se a sindicatos e outros tipos de associações de defesa de interesses, como as sociedades de socorro mútuo. Além disso, consumiam avidamente uma imprensa em seus próprios idiomas, que lhes dava notícias da pátria longínqua. Em geral, constituíam uma audiência ideal para o discurso dos ativistas de sua própria nacionalidade, aos quais tendiam a dar mais crédito do que faziam em seus próprios países de origem. Desta maneira, os fenômenos de protesto social, originados na Argentina, como em qualquer outro país, pelos efeitos da industrialização e da vida urbana, eram amplificados pelo fator imigratório. Entretanto essa massa estrangeira não se sentia muito identificada com os partidos políticos, sobretudo os que podiam ser tachados de *criollos*, palavra tida em pouco prestígio. Sem dúvida não ocorria tal coisa nos Estados Unidos nem na Austrália.

Enquanto isso, entre os diversos grupos estrangeiros ocorriam tensões, tornando mais difícil a cooperação entre eles. Pode-se ver até que ponto os ativistas operários de então estavam conscientes de que havia um problema aqui. Cita-se a respeito um artigo publicado na época do Centenário⁸⁵ no órgão dos Construtores de

85 N.E.: Centenário da primeira independência argentina, em 1910; o segundo centenário refere-se ao Congresso de Tucumán, em 1816.

Carruagens. Referindo-se à “deficiência de solidariedade que se nota entre nós”, diz que ela

não é igual nos países em que não chega tanta imigração, ali as lutas operárias são mais harmônicas pela simples razão de que, em geral, esses trabalhadores são de uma mesma nacionalidade, o que influi poderosamente para que essa afinidade e união na luta viva entre eles. Atualmente, é quase demasiado o que aqui se conseguiu com a organização operária de ofícios, demasiado, digo, se analisarmos as diferentes nacionalidades que compõe a classe trabalhadora existente, os trabalhadores indigentes que há no país e que atuam nos organismos de resistência; sabem muito bem o que custa a um movimento fazer os estranhos compreenderem, que por ignorância traem seus próprios benefícios, entre os quais há russos, alemães, turcos, etc., trabalhadores estes que, com o tempo, não deixarão de prestar sua ajuda, quando nos possam compreender.

Assim, pois, às dificuldades imagináveis de organizar uma massa muito heterogênea e orientada a “fazer a América”, se somam os conflitos étnicos. Ainda que estes nunca tenham sido na Argentina tão determinantes como nos Estados Unidos, ocasionalmente expressavam-se, chegando inclusive a provocar, em 1901, a divisão da associação de Padeiros. Estimulado, segundo seus críticos, pelos padres, um tal “Ernesto Gómez que, já em outros tempos, havia tentado dividir o grêmio e assaltar a secretaria a altas horas da noite, apropriando-se dos livros e das bandeiras”, agora abriu um local na Rua Santa Fé denominado *Os filhos do trabalho*, logo transformado em Centro Trabalhadores Padeiros do Norte. A perspectiva, opina *El Obrero Panadero*, órgão do sindicato original “Cosmopolita”, é que na agremiação

se agrupem “aqui os italianos, lá os espanhóis, ali os (filhos) *traidores do trabalho* e assim sucessivamente”. No mesmo número, um artigo escrito em italiano por José Boeris, trata do “delicado problema de formar uma sociedade de resistência exclusivamente para padeiros italianos”, afirmando que o pretexto é que na *Cosmopolita* há muita desordem, mas esta não é a solução, ainda que admita que “um profundo antagonismo de índole patriótica reina entre a massa associada”. Pouco depois se informa que no Teatro Libertad convocou-se uma assembleia para formar um *Centro di Operai Panettieri Italianissimi*, título certamente jocoso, mas justificado porque nem sequer aceitavam seus próprios filhos. A esse respeito, Héctor Mattei, que havia sido por nove anos (1887-1896) secretário da antiga *Sociedade Cosmopolita de Resistência e Colocação de Operários Padeiros de Buenos Aires*, manda no número seguinte uma carta negando que ele fosse gerente do *Centro Panettieri Italiani*, pois deixara essa atividade e ganhava a vida como livreiro. O tema segue se complicando, com a aparição de uma sociedade de padeiros do Leste (ou “do Baixo”) que, em outro artigo remetido, justifica a atitude de aceitar elementos expulsos da *Cosmopolita*, que possivelmente tenham se arrependido de seu mau comportamento, e que de todas as maneiras seria pior que “andassem soltos”, diante do qual os editores estranham que “elementos daninhos e antissociais” sejam aceitos em um sindicato. José Boeris, em uma nova contribuição, conta a história do grêmio que, desde a chegada ao país já há uns quinze anos, está degradado entre a minoria de exaltados e a massa que segue sem pensar; o divisionismo já havia sido ensaiado em 1897 pelo célebre Ernesto Gómez, que usou o elemento *criollo*⁸⁶.

86 *El Obrero* (ex *Operário Padeiro*), de 6/10/1901, até 25/1/1902.

O estudo de Biale Massé sobre a classe operária

Em um estudo encomendado pelo governo de Roca ao médico espanhol e especialista do trabalho, Juan Biale Massé, em 1904, pode-se ver uma radiografia da população trabalhadora do país. Contra a opinião comum na sua época, Biale Massé rejeita as explicações racistas e, ao contrário, exalta a capacidade de trabalho dos *criollos* e índios:

O operário criollo, por sua força muscular e sua inteligência, revela uma superioridade notável, e a experiência da oficina, da ferrovia e da agricultura demonstram que ele não é estranho nem refratário a nenhuma arte ou ofício. Essa comprovação demonstra o erro gravíssimo com que se há procedido e se procede em matéria de imigração e colonização, atendendo exclusivamente ao elemento estrangeiro, deixando de lado o criollo, muito mais eficaz e valioso, [que] posto em uma oficina é um excelente trabalhador em quatro meses⁸⁷.

À sua reivindicação do *criollo*, agrega Biale Massé uma ardente defesa da capacidade de trabalho do indígena em várias páginas dedicadas ao Território do Chaco, onde vê um futuro promissor de desenvolvimento agrícola:

Fixo-me primeiramente no índio, porque é o elemento mais eficiente do progresso no Chaco: sem ele não há engenho açucareiro, nem algodão nem amendoim, e ninguém o supera no machado. Se os proprietários do Chaco vissem este assunto com o maior e mais cru dos egoísmos, porém instruído, seriam humanitários por

87 Juan Biale Massé, *El estado de las clases obreras argentinas a comienzos de siglo*. 2ª ed. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1968, p. 30-31, 41-42. Para as citações seguintes, p. 54, 33, 439, 444, 507-508.

egoísmo; mas é certo que não o farão, se a lei não o impõe com mão forte.

Bialet Massé teve uma ampla experiência empresarial no interior do país, principalmente em Córdoba, onde foi contratante da construção do dique San Roque. Constantemente relembra essa experiência em seu relatório, para defender-se das acusações de que era objeto em suas viagens e entrevistas. Seus interlocutores lhe diziam que “era impossível aplicar aqui a legislação do trabalho, que eram teorias dos doutores socialistas de Buenos Aires, que não sabiam o que era uma oficina, nem uma indústria”. Ao ver a resistência do patronato, o estudioso punha ênfase, na apresentação de seu relatório, “na necessidade de impor pela lei o que se faria espontaneamente caso se pudesse dar aos patrões a ciência necessária para que o fizessem por egoísmo. A experiência da prática da lei lhes trará a convicção das vantagens econômicas, da utilidade em dinheiro, que resulta de proceder racionalmente com o operário”.

O resultado que não se operara racionalmente eram as greves, as quais, dentro de certos limites, podiam ser úteis para mudar a situação. Bialet Massé explora detidamente as organizações operárias do interior, indo desde as católicas até as socialistas e anarquistas. A respeito dos círculos de operários católicos, considera-os contraproducentes, pois estão controlados em demasia pelo clero, que lhes impõe uma mentalidade pró-patronal. Mais importante é que se expressem livremente os grupos anarquistas e socialistas que, à medida que consigam algumas reivindicações, vão deixar de lado suas ideias extremistas. Por fim, vão evoluir até um “socialismo australiano”, que considera perfeitamente aceitável. Certamente, haveria resistências entre os mais ideologizados, como aponta, lembrando uma conversa que teve com um militante, em Rosário:

Uma tarde falava com um deles, criollo, de bela presença e de instrução relativa, e lhe disse que, caso eles se organizassem de outro modo, poderiam levar um deputado seu ao Congresso: ele próprio, por exemplo. Sem vacilar me respondeu: Oh não, isso é que não! Em primeiro lugar seria reconhecer o sistema burguês e, em segundo lugar, os mil pesos ao mês, o tratar com aqueles senhores e o luxo me corromperiam, e enforcaria meus companheiros. Em vão tentei fazê-lo refletir que a desconfiança era uma força contraproducente. Era um fanático; o olhar grande de seus olhos, a palidez mate de sua pele trigueira, seus ademanes solenes, e a repetição das frases feitas nos livros de Bakunín e Malatesta, bem o denunciavam; como este há centenas.

Da mesma maneira se poderia haver descrito aqueles que fizeram a Revolução Inglesa ou a Francesa, para não falar da Russa, cuja primeira expressão ocorreria no ano seguinte (1905). Este fanatismo era um fator de perigo para o regime, muito maior que as associações operárias. Comenta, novamente, Biale:

Se o operário não associado é um operário pulverizado, também é um operário irresponsável e há que entender-se com tantos átomos quantos operários; enquanto é fácil entender-se com um só diretório, e a sociedade tem interesse que se cumpram suas disposições; em verdade o que há é que no país não se desenvolveu o espírito de associação, tão necessário aos operários e patrões, dada a forma da indústria moderna.

Em Tucumán tinha havido uma greve açucareira, na qual interveio o delegado da federação sindical nacional, de Buenos Aires, o pintor socialista Adrián Patroni. Biale Massé deu uma

conferência na Sociedade Sarmiento, “bela instituição que perfilha tudo o que significa progresso e discussão científica, da qual fazem parte quase todos os donos de engenhos e canavieiros de Tucumán”. Então soube que no dia seguinte haveria uma assembleia trabalhista na localidade açucareira de Cruz Alta, no domicílio de um operário, talvez de cana. O visitante oficial decidiu concorrer, e deixou esta descrição da reunião, que se fez em

Um pátio circunscrito por três ranchos, à beira do caminho. A audiência compunha-se de vinte e duas mulheres, uns dez ou doze rapazes e, no máximo, duzentos e cinquenta homens, deles uma dúzia de estrangeiros. Todos estavam com a maior compostura; só um vi completamente ébrio, pegaram-no um de cada lado e o tiraram em silêncio da reunião. Tucumanos não eram nem a terça parte, quase todos forasteiros. O orador que dirigia a palavra à assembleia era um crioulo enxuto, nervoso, tipógrafo de ofício, de verbo potente e admirável, que conhecia muito bem seu público e lhe falava na linguagem mais apropriada. Deduzi claramente de minhas observações e da reunião que, se os donos de engenho não concordam com as melhorias que a razão e a justiça exigem, os trabalhadores locais ainda irão dar-lhes muitas dores de cabeça, e ocasionaram perdas dez vezes maiores que o sacrifício, se assim o é, de concordar com as melhorias.

As correntes ideológicas no movimento operário

Em 1890, durante a agitação política que caracterizou esse ano, uma comissão de sindicalistas e intelectuais, entre os quais estavam Juan B. Justo e Germán Avé Lallemand, engenheiro alemão recentemente chegado ao país, convocou a celebração do Primeiro

de Maio. Um grupo reuniu-se numeroso e, para comunicar-se com ele, os discursos tiveram que ser pronunciados em vários idiomas, sem excluir, certamente, o castelhano. Foi formada, nesse momento, uma federação sindical, de vida curta, pois os conflitos entre socialistas e anarquistas já dificultavam a ação conjunta. Paralelamente, proliferavam os sindicatos de ofício, também com forte participação estrangeira, frequentemente menos ideologizados que as tentativas de constituir federações nacionais. Lallemand publicou o jornal *El Obrero*, de clara orientação marxista, que se definia como órgão da federação recém-constituída. Em suas páginas defende-se do ataque de um jornal sindical de Barracas⁸⁸, *La Unión Obrera*, que acusa as pessoas da federação de “serem alemãs”. Responde-lhe que não há que levar em conta este tema da nacionalidade e acusa seu crítico de haver condenado empresas de trem por “serem inglesas”, quando o grave é sua condição de capitalistas⁸⁹.

Mais adiante, Lallemand trava uma polêmica com o *Amico del Popolo*, mazzinianode esquerda, no qual esclarece que “repudiamos a união com a pequena burguesia, que oculta suas tendências de exploração sob o manto do livre pensamento, republicanismo, anticatolicismo, etc”. Também toma a discussão com o *Centro Político Estrangeiro*, expressado no *Argentinische Wocheblatt*, cuja falta de clareza ideológica o leva a apoiar o candidato Bernardo de Irigoyen, que havia prometido dar o voto aos estrangeiros (em eleições municipais). Não trata muito melhor a Alejandro Peyret, que escrevia em *La Prensa*, autointitulando-se socialista, o que não podia ser deixado passar assim, sem mais, pelo exigente órgão intelectual que se acabava de criar. Lallemand foi um intelectual distinto, entre os que difundiram as concepções marxistas no Rio

88 N.E.: Distrito de Buenos Aires.

89 *El Obrero*, 9/1/1892; para as duas citações seguintes, *ibidem*, 16/1/1892, e 6/2/1892.

da Prata, ainda que não se caracterizasse por sua tolerância com as posições que considerava equivocadas. Se a palavra “intransigente” aplicava-se aos radicais yrigoyenistas, nele enquadrava-se ainda melhor, com a diferença de que seu discurso no momento não tinha aceitação entre setores amplos da população do país. Difundia-se, porém, entre uma minoria ativista influenciada pelos intelectuais que vinham junto à massa de imigrantes. *El Obrero* também se definia contra o “sistema protecionista do nefasto ministro da Fazenda Dr. Vicente Fidel López”. O protecionismo alfandegário, que consistia em estabelecer taxas altas de imposto para certos artigos de importação, tinha como objeto permitir sua produção no país, ainda que a custos mais altos que os importados. Dessa maneira pensava-se promover a atividade industrial e a ocupação. A Lallemand preocupava os efeitos sobre o custo de vida da grande massa de consumidores de ingressos modestos, deixando de lado a defesa dos poucos que podiam trabalhar nas indústrias protegidas. Inaugurava desta maneira uma tendência muito sistemática, no movimento trabalhista daqueles tempos, de oposição a medidas de protecionismo alfandegário, o que dificultava estratégias de aliança entre setores sindicais e empresários. Em seu purismo revolucionário, *El Obrero* alegrava-se também de que se estabeleceria um grande comércio, com apoio oficial, ainda que isso produzisse a ruína de alguns pequenos comerciantes. “O destino da pequena burguesia – à qual qualificava de ‘compadrezinhos’ – é perecer e afundar, não há remédio”, afirmava.

O anarquismo

Quanto ao anarquismo, este estava passando, na Europa, por uma etapa particularmente violenta. Seus cultores difundiram no Prata as mesmas estratégias e havia diversas tendências, desde as mais extremas, que acreditavam nas bombas como último argumento contra a sociedade burguesa, até aqueles que favoreciam

formas menos violentas de “ação direta”. Entre os primeiros estavam os que publicavam, em italiano, o jornal *Demoliamo*, de Rosário, cujo título é suficientemente claro acerca de sua orientação e que, em sua primeira página, reproduzia uns versos que terminavam com uma invocação ao “*pensiero* e dinamite”. Na mesma vertente, os franceses de *La Liberté* diziam que “só no sangue a humanidade poderá lavar-se de todas as imundices que a sujam, só no sangue poderá vingar-se de tantas iniquidades que sofre” (18/3 e 3/4/1893). Regozijava-se de que os gesseiros tivessem obtido êxito em sua greve, mas não lhes servira de nada, porque a lei econômica do capitalismo põe limites precisos ao que podem ganhar os trabalhadores.

De La Plata, *La Anarquía* (27/1, 11/3 e 26/10/1895) recomendava aos trabalhadores não confiarem nas simples greves por melhorias salariais, a não ser “naquela matéria gelatinosa descoberta por Nobel”. Perante “as leis de exceção e os fuzis de repetição não nos resta outro remédio que recorrer à dinamite”. O mesmo jornal informava que seus redatores haviam estado em um *meeting* recente, organizado pelos sindicatos em Buenos Aires. Esclarecia que eles não acreditavam nesse tipo de reuniões, mas participaram para fazer propaganda e conseguiram que fossem vaiados dois oradores socialistas e que a outro lhe impedissem de falar. Terminava instando a seus leitores a, no futuro, lutar contra “esses farsantes, em vez de vaias e protestos, [...] atacá-los com punhal na mão, manchado já com sangue burguês e não deixemos nenhum desses canalhas vivo”. Toda esta corrente ia contra a ação dos sindicatos, porque considerava que eles acabavam integrando-se à ordem que queriam combater. Outros grupos anarquistas, ao contrário, sem deixar de lado suas ideias, aceitavam atuar na organização sindical e assumir as responsabilidades de representar os interesses concretos de trabalhadores cujas convicções ideológicas eram muito tênues, o que não tinha nada a ver com

as utopias anárquicas. *La Verdad*, de Rosário, dizia (julho de 1895) que era “inimigo da propaganda explosiva e inflamada, que mesmo podendo ser boa para exaltar, pelo contrário a ninguém convence, e devemos buscar pessoas convencidas e não exaltadas”; senão, poderiam atrair simplesmente os “despeitados”, e isso era perigoso para a organização.

Os conflitos entre as diversas linhas de ação evidenciavam-se acima de tudo em momentos de greve, nos quais havia de ponderar as estratégias alternativas, sem se deixar levar pela emotividade ante um confronto com os patrões, o que poderia ser suicida. Assim, por exemplo, os editores de *El Obrero Panadero*, anarquistas, mas muito ligados à atividade sindical, encaram outro órgão extremista dessa tendência:

*A Nuova Civiltá, falando de concessões e reformas, diz que os homens fortes e inteligentes (e com fontes de vida folgadas, agregamos nós) têm por divisa: ou tudo ou nada. Se os redatores de Nuova Civiltá tivessem calos nas mãos mudariam em seguida seu modo de pensar*⁹⁰.

Em outra ocasião, comenta o mesmo jornal que as tentativas de união devem realizar-se sobre a base da organização, não meramente como resultado de uma greve. Diz acreditar nas greves “enérgicas e revolucionárias”, mas sem organização não dão resultados. Referindo-se àqueles que só exaltam a luta, reconhece que

essas mesmas crenças também nós as tivemos, mas os desenganos sofridos nos serviram de experiência. Os charlatães que pregam que aqueles das estalagens, das praças, do mercado, os não sócios enfim, são tanto ou mais lutadores que os que estão organizados, dizem

90 *El Obrero Panadero*, 3/4/1901, 3/7/1902 e 29/4/1902.

uma solene mentira. Nós entendemos por lutadores, não aqueles que se levantam ao grito de greve, muitos deles por medo de que lhes destroce a alma (os grevistas).

Nesse texto, esboçava-se a alternativa entre embasar a ação em uma minoria consciente e organizada, ou mobilizar a gente “das praças, dos mercados, etc.”, ou seja, a população flutuante que só se movia diante de situações de crise, sem compreender em que estava se metendo. No mesmo jornal, outro colaborador, F. Falco, escreve um artigo dizendo que o grêmio não progrediu porque os ébrios controlam suas atividades, especialmente no local da Rua Andes, onde “se contam os dias em que os Moreiras não armaram algum alvoroço”. Outro tanto se passava na Rua Rincón, onde se chegou a jogar por dinheiro. Nesses lugares desafogavam “a fúria alcoólica”, que recebia mais tolerância por parte dos companheiros que dos donos de tabernas, onde se exercia mais controle sobre os paroquianos. Já no ano anterior os editores haviam advertido que uma greve havia sido perdida, por basear-se em assembleias dominadas pelos desocupados.

Obviamente que aqui se dá uma contraposição entre quem acreditava nas virtudes da associação (desde anarquistas organizadores a socialistas e apolíticos) e os que confiavam em uma explosão relativamente espontânea das classes menos favorecidas. Essas últimas poderiam inspirar-se em um dos aspectos do pensamento de Bakunin, um dos primeiros teóricos do anarquismo, que em sua célebre carta a Sergei Nekaev lhe recomendava trabalhar com “a grande quantidade de vagabundos, tanto ‘santos’ quanto outros, ‘peregrinos’, ladrões, salteadores, todo o numeroso e extenso baixo mundo que, desde tempos imemoriais havia protestado contra o Estado e a soberania”. Na Argentina esses *lumpen*, que por outro lado horrorizavam os socialistas e também, mais tarde, os comunistas – e pelo visto, os próprios anarquistas moderados – eram abundantes. Muitos deles estavam entre os

que fracassavam tentando fazer a América, ou pelo menos em integrar-se na sociedade argentina como trabalhadores estáveis ou pequenos burgueses, o que no momento tinham dificuldades de fazê-lo. Outros, em condições de vida ainda piores, habitavam o interior rural, como os que trabalhavam com a cana, nos ervais ou nas colheitas na zona fora dos pampas, e a esses era muito difícil ter acesso, entre outras razões porque não participavam da subcultura imigratória. Claro que os limites entre ambos os grupos étnicos não eram precisos, já que no pampa fértil moviam-se também migrantes do norte, temporários ou não, enquanto em lugares como o Chaco⁹¹ os trabalhadores de algodão eram frequentemente poloneses e da Europa Oriental, dos últimos vindos do velho continente ou do Oriente Médio.

O problema da organização era central e os dirigentes não alimentavam ilusões sobre as condições que a maioria dos trabalhadores do grêmio tinha para ela. O anarquista *El Rebelde* (24/6, 17/7 e 2/8/1902, e 29/9/1901) se dedica a uma revisão da estratégia, pois reconhece que “desafortunadamente [a massa] ainda deve ser manipulada, porque ainda titubeia na incerteza”. Para adquirir mais força é preciso atrair “os famintos de levita”, ou seja, os intelectuais e outros empregados de escritório. Alguns grupos anarquistas haviam organizado uma “Casa do Povo” como centro de reunião e esparecimento, em um local onde antes estava o Skating Rink (Charcas 1109). Esse lugar servia para reunir a gente quando se produzia uma greve. Mas os grevistas, sem saber o que fazer, iam aos bancos da Plaza Libertad, enquanto que, na Casa do Povo, “apresentavam-se à vista do espectador duas ou três quadras de bola e, nas partes laterais, para onde se olhasse, viam-se numerosos grupos com jogos de moedas e cartas”. Finalmente, as pessoas pressionaram para que fossem enviadas comissões para

91 N.E.: Região ao norte da Argentina. Sendo uma das mais importantes regiões geográficas da América do Sul, o Chaco abrange territórios de Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil.

pedir a arbitragem do chefe de Polícia, ou para negociar com os patrões. Desta maneira, é óbvio, não se chegaria à revolução social.

A utopia anárquica às vezes convergia com esperanças mais imediatas e concretas de escapar da sociedade burguesa e “ir ao campo”. Era então o momento de organizar colônias agrárias utópicas, que tinham uma longa tradição, desde os tempos de Owen e Fourier no Velho Mundo. No jornal anarquista *El Rebelde* (24/6, 17/7 e 2/8/1902, e 29/9/1901) apareceu em 1898 um aviso de um “Grupo Colonizador Tierra y Libertad”, convocando os interessados a uma reunião. Anunciava que

se propõe fundar uma colônia agrícola industrial na forma mais anárquica que praticamente permita o meio ambiente burguês. Para o dito fim formará um fundo monetário para comprar instrumentos de trabalho e terras que estejam situadas perto dos meios de comunicação.

Por não conseguir o dinheiro suficiente para comprar os terrenos que lhes oferecia a Companhia de Colonização Stroeder, acabaram arrendando 500 hectares, com opção de compra. O anarquismo influía bastante nos ambientes da boemia, entre artistas, jornalistas e escritores pouco exitosos. Um deles, Alcides Greca, escrevendo no jornal literário *Ideas y figuras*, apontava a importância desse grupo social, elaborador da “gota de idealismo” que toda ideologia necessita para sobreviver, pois do contrário desaparece pela “irradiação de novas doutrinas que venham impulsionadas pela força insuperável da arte”. Agrega:

Existe um temor, um respeito inato invulgar – e incluso neste a aristocracia e o governo – inclusive todos os homens que pensam com idealismo. Observai, nada mais, o que sucede aos anarquistas literários e aos anarquistas operários. Aqueles, muito mais perigosos,

*muito mais revolucionários que estes, não só são tolerados, senão agasalhados e admirados por todas as classes sociais, e ainda pelas pessoas que constituem os poderes públicos. E são mais rebeldes porque possuem essa força revolucionária própria da arte quando se põe a serviço de uma ideia*⁹².

O escritor anarquista inglês A. Hamon se estende sobre algumas características psicológicas do grupo humano em questão, baseando-se em numerosas entrevistas realizadas por ele no final do século XIX. Primeiramente, admite que, pela natureza de vanguarda do movimento, juntam-se a ele alguns indivíduos desequilibrados, “criminosos ou loucos, do mesmo modo que no começo do cristianismo”. O autor elabora este paralelo, destacando com um jogo de palavras que “o anarquista não chega à convicção pela fé, mas chega à fé pela convicção”, e observa:

*Geralmente, o anarquista não pode flutuar entre duas ideias opostas; uma vez que encontrou o que ele estima ser verdade, para e adere. Elaborou por longo tempo suas ideias e deliberou sua opinião. É mais convencido do que crente. É, evidentemente, um orgulhoso. Ama, na realidade, seu Eu, tem fortes convicções, acredita ser dono da verdade. O orgulho conduz fatalmente à ambição, mas sua ambição é muito particular. Não quer dominar, quer convencer. Prefere a influência ao domínio; seu acentuado proselitismo é uma prova convincente. O que ambiciona acima de qualquer coisa é a difusão de suas ideias*⁹³.

92 Alcides Greca, “Psicología de la Bohemia”, em *Ideas y Figuras*, 8/9/1915.

93 A. Hamon, *Psicología del socialista-anarquista*. Valencia, s.d.; p. 232, 238-239, 247, tradução do original em inglês publicado em 1894-1895.

Os operários autodidatas: a história de Humberto Correale

Para os setores mais carentes da população não era fácil compreender os anarquistas. Às vezes, entretanto, se davam contatos inesperados. Assim lembra Humberto Correale, militante anarquista nascido em 1898, que ainda criança vivia em um bairro de latas (pois as casas feitas eram de latas e chapas em desuso) em uma zona inundável perto do Riachuelo⁹⁴:

Um dia estávamos brincando na Rua Rosetti e aparecem cinco tipos em fila indiana cruzando a ponte do canal trazendo sob seus braços papéis, livros e outras tralhas. Impressionou-nos a aparência, eram a antítese dos tipos do bairro, que costumavam andar com alpargatas e lenços, que eram todos malandros e que, diga-se de passagem, aos pequenos nos tratavam sempre mal. Estes cabeludos se instalaram em uma casa a um metro e meio acima do nível da rua, que tinha uma escadinha. Justo ali nos cativaram. A partir desse momento, davam-nos para ler os diários, os jornais e livros que tinham; mas havia que conseguir-lhes erva-mate, tabaco, açúcar. Íamos a uns estaleiros e conseguíamos lenha, lhes fazíamos o braseiro... que sei eu... fazíamos tudo. Encantava-nos vê-los enquanto conversavam, discutiam e resolviam teoricamente os problemas; tudo diante de nós. Aí, ao conhecê-los, foi quando deixamos de vagabundear. Com seis meses veio a polícia e os levou e nos deram uma bronca danada⁹⁵.

94 N.E.: Córrego que passa pela cidade de Buenos Aires.

95 Testemunho de Humberto Correale, em Carlos M. Jordán, *Los presos de Bragado*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988, p. 151.

Correale era filho de um napolitano cuja família havia tido um sólido armazém em Salerno. O pai de Humberto foi seminarista, mas casou-se com “uma folgadinha” que não sabia nem ler (como a define seu filho, não necessariamente de maneira pejorativa), decidindo então vir à Argentina para iniciar uma nova vida como pintor de paredes, além de fazer-se maçom. Seu filho foi homem de todos os ofícios, mas principalmente daquilo que aprendeu na família. De sua infância, lembra que uma vez, estando um irmão doente, estava sentado na porta de casa, olhando tristemente o barro que havia na rua,

*e então parou um senhor, e perguntou: “seu pai está?”
Eu entro, chamo meu pai, ele sai e se cumprimentam.
O homem entra e conversam por longo tempo. Sai e me diz: “Pegue a bolsa, a cesta” e vão a um armazém na Rua Fraga e Domínguez, que existe ainda, cujo dono era maçom também. A partir daí, acabou a miséria em casa. Conseguiram trabalho e vinculou-se a muita gente, a um dos sócios capitalistas, Rafael Papini, uma pessoa excelente.*

Das duas maçonarias que havia então em Avellaneda, uma, *Los Hijos del Trabajo*, era composta sobretudo por operários, e outra de intelectuais e profissionais, muitos socialistas, que fiscalizavam estritamente a entrada de gente, que devia ser “moral, honesta, decente”, como lembra Humberto, que tomava conhecimento pelas conversas, mesmo que ele nunca tenha pertencido ao grupo. Em uma oportunidade, Barceló, o famoso caudilho conservador da zona, quis afiliar-se, mas nenhuma das duas maçonarias quis autorizar. Como veio a ordem “de cima” para aceitá-lo, e as duas maçonarias seguiam se opondo, elas foram dissolvidas.

Correale começou a trabalhar aos 15 anos de idade em uma oficina que fabricava moinhos, depósitos, porteiras e outros

suplementos para o campo e, desde então, mudou de ofício muitas vezes. Desde rapaz absorveu as ideias de um grupo de anarquistas um tanto poetas que tinham um refúgio próximo ao Riachuelo, “que era o Mar do Prata nosso”. Em casa já tinha começado a se abrir para o mundo das aventuras, permutava livrinhos de 10 centavos, e dali passou a “Salgari, Verne, e depois veio a ilha que ficava no Riachuelo, logo na curva da ferrovia, onde o caseiro, que era um desses parrudos, nos dizia ‘sim, mas cuidado com a horta, com os repolhos’, então nos agarrávamos ao bote e Salgari era um banquete”. Mais que Salgari foi o anarquismo. Os meninos do bairro estavam acostumados a ser maltratados, “quando nos arriscávamos nos bailes, os grandes nos tiravam rasgando, nunca nos tratavam bem. Ao contrário, agora, quando ia ao sindicato, me encontrava com um ser humano amável, afetuoso. Senti-me um desconhecido pois me dei conta de que era outra classe de gente, outra fauna”. E um pouco mais tarde, já iniciada sua militância, foi ver um dirigente anarquista em sua casa: “Eu me deslumbrei. A cozinha era pequenina, mas olhai: Arte, Ciência, Literatura, Filosofia, Sociologia, Agremiação, Teatro. Porque nessa época não havia nem rádio nem TV ao alcance do povo. A realidade é que me cativaram e me peguei naquilo”. As novas ideias foram para ele “como uma química”. No contato com os anarquistas que vinham ao bairro deu-se conta de que tinha que terminar a escola, à noite. Às atividades culturais nos próprios sindicatos, na Escola Racionalista, na Biblioteca Bernardino Rivadavia, acorriam “carpinteiros, pedreiros (que são os primeiros escultores), sapateiros, ferreiros de obra, mecânicos, gráficos e chapeleiros, depois, em Boca, caldeireiros, carpinteiros navais. No Museu de Boca, de Quinquela Martín, há um salão especial onde estão os mascarões de proa. Isso é o que faziam os carpinteiros navais! Era escultura em madeira”. Ele já apreciava a música porque seu pai era

um entusiasta da ópera, e agora se preparava para ir aos domingos copiar na sala de decalque das estátuas gregas de algum museu.

Seus amigos no bairro eram muito variados. Dois vizinhos, que eram “malandros”, viviam de pequenos roubos usando entre outras coisas umas “unhas” que colocavam entre os dedos “para abrir cartas” e que, às vezes, lhe emprestavam casacos quando precisava. Um pedreiro paraguaio era íntimo seu, mas um dia “quis fazer-se de louco, em frente ao mercado, nesse negócio que há na Rua España, e o dono do clube, com a escopeta o baleou e tchau, era uma vez Manolito”. Outro, Freddy Hindle, era filho de um inglês e uma genovesa, que morreram e o deixaram órfão, com um testamenteiro que ficou com tudo. Vinha quase sempre à casa dos Correale (que já eram bastante, com cinco irmãs operárias) para tomar uma sopa de feijões e cabelo de anjo, até que por fim um tio militar soube o que ocorria fez com que lhe devolvessem as propriedades e providenciou que entrasse na carreira das armas, a qual seguiu com sucesso. Mas Freddy sempre dizia que “para a guerra não iria” e voltava ao bairro recordando os velhos tempos.

Correale, apenas começava num trabalho, organizava as pessoas, e “uma vez que a máquina está montada, vamos à outra coisa. E as pessoas se viram sozinhas, não precisam de mim. Então, nas primeiras mudanças, discutia: ‘Mas, companheiro, você está querendo dirigir demais’. Enfim, a outra coisa”. Assim foi serralheiro, pedreiro, pintor (no frigorífico La Negra), ferroviário na seccional Remedios de Escalada, cobrador em uma empresa de transportes e, mais tarde, servente de depósitos de lã até se aposentar em 1970. Viajava pelo interior, para ajudar na organização de outras associações, instalava-se em alguma casinha nos povoados, trabalhava em qualquer coisa, frequentemente na colheita, e sempre se vinculava à biblioteca local, notando que ali “o povo não era politiquero, era solidário”. Toda essa tarefa

organizativa nada custava ao sindicato, porque “viajávamos como *croto*s⁹⁶, nos trens de carga” e assim o mesmo faziam os intelectuais boêmios do anarquismo, como um que era artista, mas ganhava a vida como cabeleireiro, ou “o negro” Mario Anderson Pacheco e Rodolfo González Pacheco, ambos atores e jornalistas, que lhe ensinaram que “as pessoas assumem grande responsabilidade com a palavra”⁹⁷.

O associativismo apolítico e o Partido Socialista

Existia também, além do gremialismo altamente ideológico dos anarquistas, outro tipo mais apolítico, ligado à representação de interesses ocupacionais. Nesses sindicatos, em geral de trabalhadores qualificados, conviviam ativistas de diversas orientações. Os maquinistas de locomotivas agruparam-se desde 1887 na Fraternidade, uma entidade com alta experiência associativa, consciente da condição de seus membros e nem sempre disposta a ligar-se ao resto do movimento operário em ações reivindicativas. Parecida era a situação dos gráficos que, já em 1877, haviam transformado em sindicato sua organização, e protagonizaram a primeira greve em 1878. Os ferreiros, pedreiros, gesseiros, carpinteiros, pintores e outras associações ligadas à construção também se organizaram dessa maneira, ainda que entre elas com frequência ocorressem conflitos em razão da vinculação com os grupos ideológicos. Em 1895, essas agremiações lançaram um jornal, *La Unión Gremial*, cujo programa inicial já anunciava que “não defenderiam ambições pessoais nem de nenhum partido político” e que dariam prioridade à obtenção de melhorias. Em

96 N.T.: *Crotos*: trabalhadores chamados assim porque se beneficiavam do Decreto lei nº 3, de 7 de janeiro de 1920, sancionado pelo governador radical da província de Buenos Aires José Camilo Crotto, que permitia aos trabalhadores rurais, chamados “peones golondrinas” (peões andorinhas), viajarem de graça nos vagões de carga vazios para ir a diferentes localidades quando fossem em busca de trabalho nas colheitas.

97 Entrevista com Humberto Correale. Arquivo de História do Movimento Operário, Instituto Di Tella.

2 de maio de 1895, não puderam negar-se a dar lugar a um artigo, escrito em italiano, tomado de uma revista anarquista, sobre o dia do trabalhador, ao mesmo tempo que, para equilibrar, incluíam um “Inno del Partito Operaio”, do líder socialista da Península⁹⁸, Filippo Turati. A Sociedade de Ferreiros imediatamente protestou por esta interferência política, que “ia contra o programa” e retirou-se da *Unión*, iniciando a publicação de um jornal próprio, *El Mecánico*. Também *La Vanguardia*, socialista, acusava *La Unión Gremial* de ser “semianárquico”. Outro grêmio associado, os Pedreiros, de tendências anarquistas, teve um problema com seu presidente, que foi expulso pela Comissão Diretiva, mas reinstalado ao apelar perante uma assembleia. Os Pintores também brigam com *La Unión*, retiram-se, e criam seu próprio órgão, *El Pintor*, grupo este dirigido pelo socialista Adrián Patroni, que se candidatava a deputado, merecendo a hostilidade dos redatores de *La Unión Gremial*, onde nesses temas convergiam as atitudes dos anarquistas (moderados) em seu meio com as dos apolíticos.

Em 1894 começaram tratativas entre vários núcleos ideológicos e setores sindicais para formar um Partido Socialista. Esses grupos estavam divididos por nacionalidade: alemães de *Vorwaerts*, franceses de *Les Égaux*, italianos do *Fascio dei Lavoratori* e um grupo argentino, o Centro Socialista. Logo em 1896 formou-se definitivamente o partido, mas já dois anos antes contava com um periódico, *La Vanguardia*, organizado por Juan B. Justo. Sua ação foi complementada com a atividade cultural em entidades como a *Sociedad Luz*, de Barracas (1899) e a formação de cooperativas, principalmente de consumo e construção de casas, que se centralizaram em *El Hogar Obrero*⁹⁹. Desde 1897 os anarquistas

98 N.E.: Referência à Península Itálica, à Itália.

99 Juan B. Justo, *Socialismo e organização política*. Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 1998; Hernán Camarero e Carlos Miguel Herrera (orgs.), *El Partido Socialista en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2005; María Cristina Tortti, *El “viejo” partido socialista y la “nueva” izquierda*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

tinham um órgão permanente, *La Protesta Humana* (logo simplesmente *La Protesta*), destinado a longa vida, e sua promoção de atividades culturais e educativas foi também muito intensa. Em 1901, formou-se uma Federação Operária Argentina (FOA), com participação de socialistas e anarquistas e, no ano seguinte, os anarquistas impuseram uma política mais agressiva apoiando uma greve geral de grandes proporções, o que provocou a divisão da entidade. Ao ficarem sós, os anarquistas adicionaram à organização o adjetivo “regional”, que marcava sua ideologia, pois se negavam a reconhecer a “República” e, para eles, só existia uma “região” argentina. Os socialistas formaram então a rival União Geral do Trabalho (UGT). Dentro dela, assim como no Partido Socialista, de toda forma, logo apareceriam secções, sendo a mais importante a protagonizada por um grupo que se autodefinia sindicalista revolucionário, e estava inspirado no exemplo do gremialismo francês, e do escritor Georges Sorel, autor das *Reflexões sobre a violência*. Sorel e os sindicalistas revolucionários não acreditavam na ação dos partidos e tinham uma forte desconfiança em relação aos intelectuais e outros “burgueses” que atuavam no ambiente operário para em seguida controlá-lo. Assim, por exemplo, Silvano Prado, em *La Acción Socialista* (12/3/1910), intitula “La subclase intelectual” um ataque contundente no qual diferencia “os criadores (quase não há na Argentina), dos assalariados da pena”; falará destes, apontando que “talvez o primeiro explorador do trabalho alheio tenha sido o intelectual. Em todo caso, e disso não se tem dúvidas, ele foi o aliado dos fortes e dos exploradores”. Às vezes essa gente vem para vender seus produtos aos trabalhadores, o que é pior; o que se necessita é “destruir a casta intelectual”, para que o trabalho intelectual “não seja monopólio de uma determinada categoria de indivíduos”.

De maneira mais teórica, Julio A. Arraga, também em *La Acción Socialista* (11/2 e 1/3/1905), afirmava que antes acreditava

no papel das ideias, mas agora não se molda “de acordo com o programa do partido, mas sim sobre o próprio movimento operário porque a ideia é impotente para influir nos espíritos e levá-los a conduzir-se de um modo determinado, são os fatos que tem essa virtude”. No número seguinte, outro articulista ridiculariza *La Vanguardia*, que se alegra de que na Grã-Bretanha exista um ministro trabalhista, John Burns, convocado por Lloyd George, o líder do setor avançado do velho Partido Liberal. Com estas críticas e outras que se sucediam diante da crescente integração do gremialismo europeu em seus sistemas políticos, os *sindicalistas* queriam destacar que, para não desperdiçar esforços, havia que se concentrar no associativismo, sem pretender compartilhar bancadas ou ministérios com a burguesia, ou no máximo usá-las para travar o funcionamento do regime.

Para os sindicalistas revolucionários a classe trabalhadora devia organizar-se somente em sindicatos e associações culturais e preparar-se para um acesso ao poder mediante a greve geral, pois pensavam que, depois da tomada do poder, o Estado desapareceria e suas funções seriam assumidas pela associação livre de todos os sindicatos, cada um dos quais administraria seu ramo de produção. Portanto, seu enfoque era próximo ao dos anarquistas, com os quais coincidiam no repúdio aos partidos políticos, mesmo sendo menos violentos.

Toda essa atividade alarmava enormemente os observadores da cena política, que buscavam as causas de tanta agitação. A afluência maciça de imigrantes era um fator facilmente identificável que, sem dúvida, tinha muito a ver com tudo isso, ainda que não fosse o único. Lucas Ayarragaray, escritor católico liberal de prestígio, afirmava que, desde 1880, a imigração por “correntes coletivas”, ou seja, promovida pelo Estado ou por associações empresariais, havia substituído a “individual ou de pequenos

grupos”, causando uma alteração fundamental no ambiente operário, já que o nível de gente que vinha era de muito menor qualificação. Ayarragaray acrescentava, entrando em aspectos não mais ligados à imigração e sim ao estágio de desenvolvimento social do sistema produtivo, que a grande indústria estava substituindo o ateliê artesanal e destruindo os laços pessoais que antes existiam entre patrão e trabalhador, tornando mais difícil o trânsito de uma categoria a outra. Em sua obra *Socialismo argentino y legislación obrera* (1912), explorava a possibilidade de distribuir a população no interior do país, pois só em Buenos Aires e Rosário apresentavam-se conflitos trabalhistas¹⁰⁰.

O “país político” nos setores populares: uma visão comparativa

Para compreender melhor as características do sistema político argentino, principalmente em seu setor popular, é conveniente confrontá-lo com os exemplos da Austrália e da Europa Ocidental, assim como com o do vizinho Chile, menos levado em consideração, mas nem por isso menos importante. Em que direção de sistema eleitoral o partido Socialista poderia dirigir-se no começo do século? O de um país sem burgueses e sem trabalhadores, ou quase. Que não existissem burgueses não importava para os socialistas, ainda que pudesse ser grave para a direita ou para os radicais. Que não houvesse, ou que houvesse muito poucos trabalhadores no registro eleitoral era, por outro lado, gravíssimo, e é quase um milagre que um partido autodefinido como socialista, com componentes bastante radicalizados em seu seio, obtivesse as fortes votações que conseguiu na Capital, já em 1912 e 1913. Os laços orgânicos com a classe trabalhista sindicalizada (estrangeira) inevitavelmente fragilizavam-se diante do peso excessivo que

100 Lucas Ayarragaray, *Socialismo argentino y legislación obrera*. Buenos Aires, 1912.

tinha o ramo político devido ao tipo de eleitorado (nativo, mas em boa parte de classe média) que havia de convencer para ganhar as eleições. Se os estrangeiros votassem, ou seja, caso tivessem pedido a cidadania, é quase certo que o Partido Socialista se teria expandido muito mais, pelo menos no país moderno, o que lhe daria maior embasamento do que obteve. Ainda restaria, nesse caso, o problema de como transcender ao outro setor do país, o *criollo*, mas, dadas as circunstâncias, mesmo no país moderno era difícil firmar raízes sólidas porque seu eleitorado potencial, seu caudal de simpatizantes, não tinha acesso às urnas que constituem, se não o todo, pelo menos parte central do esquema de poder em um país semidemocrático e semiliberal como a Argentina daquele tempo.

O que teria acontecido se na Argentina chegassem muitíssimo menos imigrantes, com uma dotação de recursos econômicos e culturais parecida à que teve, e sua população tivesse permanecido quase completamente nativa? Na realidade, basta olhar para o outro lado da cordilheira para ver uma melhor aproximação a esse espelhamento. O Chile se parece com a Argentina e com o Uruguai (e com a Europa mediterrânea daquela época) por sua economia agropecuária de clima temperado e o pouco peso da escravidão ou da superposição étnica como nos outros países andinos. Como o Chile nunca teve um número excessivo de estrangeiros, seu sistema político acabou ficando mais parecido com o da Europa. A Argentina e o Uruguai, justamente por ter em seu seio muitos estrangeiros, diferenciam-se radicalmente do modelo transatlântico: na Europa não há europeus, há italianos, franceses, alemães. Dito de outra maneira: nos países europeus, semelhante ao Chile, havia muito poucos estrangeiros, enquanto na Argentina, pela grande quantidade deles, entrava em outra categoria, era um país menos “europeu” que o Chile, apesar da alta proporção de europeus na sua população. O resultado foi que o sistema político chileno era (e é) muito mais parecido ao europeu que o argentino ou o uruguaio. No

Chile, havia um partido radical que era mais parecido aos europeus: não tinha um líder populista ou enigmático como Yrigoyen, tinha componentes laicistas importantes (à diferença do argentino) e estava disposto a entrar em acordo com os demais partidos para compartilhar o governo. Nunca havia precisado passar por uma longa etapa de abstenção revolucionária para alcançar as urnas. Na Argentina, o tipo de acordo que Luis Sáenz Peña tentou em 1893, trazendo ao governo Aristóbulo del Valle (líder radical moderado), fracassou, mas era a norma vigente no Chile, onde constituiu a via mestra para a abertura do sistema. Além disso, havia um partido conservador e outro liberal, ambos muito capazes de conseguir votos (alguns comprados), que seguiram tendo vitalidade depois de fundir-se até recentemente quando emergiram novamente com diversos nomes. No começo do século XX, na esquerda chilena havia um partido de orientação socialdemocrata moderada, o Democrata, muito ligado ao sindicalismo e no qual um dos dirigentes era Luis Emilio Recabarren, tipógrafo do norte. Pouco depois formou-se um Partido Socialista de fortes vínculos com a classe trabalhadora organizada e capacidade de penetração nas mais diversas regiões geográficas do país, desde as salitreiras do norte às minas de carvão da área de Concepción e as fazendas de lã da Austrália chilena, e, como o país era mais homogêneo culturalmente, não existia o abismo que separava na Argentina regiões inteiras dominadas pelos estrangeiros das que tinham predomínio nativo. Evidente que os estrangeiros que havia no Chile (4% em 1910) também ocupavam, como na Argentina, uma posição no espaço social mais alta que o que suas ocupações justificavam, mas eram tão poucos que tinham efeito escasso sobre o panorama político. O país político-eleitoral e o país real eram mais congruentes. No Chile os analfabetos não votavam e isso justamente contribuía para a congruência, pois eliminava do eleitorado os que tinham uma posição muito baixa na

pirâmide social (e não a quem ocupava posições bem altas, como na Argentina).

A respeito do Radicalismo argentino, às vezes pensa-se que este foi – ou é – nosso equivalente de um partido liberal burguês e que os filhos dos imigrantes que haviam chegado à condição de classe média fossem seu principal eleitorado. Isso se verificou com o tempo, porém não permite explicar senão superficialmente a forte diferença entre um partido liberal ou radical à europeia e a União Cívica Radical. Assim como o Partido Socialista não podia estar ligado organicamente à classe operária e seus sindicatos, o Radicalismo via-se privado do voto dos setores mais sólidos da burguesia e da classe média empresarial, ficando desse modo nas mãos da classe média nativa, dos setores marginais da burguesia ou aristocracia provincianas. Mais uma vez incongruência e falta de vinculação estreita entre classe e partido em contraste com o Chile. Em 1874, foi sancionado no Chile o que pode ser considerado o equivalente à Lei Sáenz Peña, ficando proibida a reeleição do Executivo e adotado o voto secreto ainda que os analfabetos continuassem excluídos das urnas. Para facilitar a incorporação dos grupos opositores foi adotado o sistema do voto cumulativo para deputados, com efeitos parecidos ao do sistema proporcional. Os efeitos deste pacote não foram tão contundentes como os que geraram as medidas adotadas por Roque Sáenz Peña do outro lado dos Andes para estabelecer o sufrágio secreto (é certo que muitos anos depois). Tampouco o percebe assim a historiografia chilena, que o interpreta, simplesmente, como um passo em direção a uma grande série de medidas que ampliam a participação popular. O Partido Radical chileno continuou competindo nas eleições frequentemente aliado a facções liberais, e via a si mesmo – de forma algo contraditória – ao mesmo tempo como um partido diferenciado e como parte do “grande Partido Liberal”, sempre fragmentado em três ou quatro correntes. O Radicalismo chileno

tinha posições mais extremas no âmbito religioso e também no social (mesmo que com diferenciações internas), mas de modo algum se recusava a participar de um regime que continuava marcado pela influência oficial e, acima de tudo, pela compra de votos, muito menos pensava em combater esse regime com a abstenção revolucionária.

O Radicalismo no Chile diferencia-se bastante de seu homônimo argentino e o mais aparente contraste reside na quase total ausência de caudilhos dominantes no partido chileno: nunca emergiu nele uma figura como a de Leandro Alem ou Hipólito Yrigoyen que pudesse transformar-se em centro de um culto à personalidade e, portanto, nunca houve necessidade de “antipersonalismo”, mesmo existindo correntes mais de direita ou de esquerda. Outra característica central no partido chileno foi seu anticlericalismo, quase ausente no argentino. Por outro lado, o Radicalismo transandino participava na construção de coalizões desde muito cedo. Seus primeiros deputados, definidos como tais, foram eleitos em 1864 e seu acesso a posições de poder foi gradual, sendo que já em 1880 um de seus membros dirigia um gabinete de coalizão no qual um correligionário desempenhava o ministério da Fazenda. Em 1888, formou-se uma organização partidária moderna por meio de uma Convenção constitutiva que, entre outras plataformas, adotou o parlamentarismo, impensável na Argentina.

Em relação à direita, na Argentina ela também não podia estabelecer conexões orgânicas suficientemente fortes com a burguesia, o setor mais modernizado e dinâmico das classes dominantes do país, e novamente a peculiar posição que tinham os estrangeiros na pirâmide social ajuda a compreender o fenômeno. Efetivamente, o sentimento de superioridade da população ultramarina em relação ao país fazia com que sentissem muito

pouco respeito pelas classes altas locais, a cujos equivalentes em seus países de origem teriam considerado seus superiores naturais, pois por mais distintos que fossem, na Argentina eram *criollos*, e isso já os colocava em outra categoria. Ainda que presente em todos os níveis de estratificação, esse efeito estava particularmente prenhe de consequências entre as classes médias e empresariais estrangeiras. Resultado: fragilidade do conservadorismo, que ficava reduzido à regência das forças dos grandes proprietários rurais incapazes de cooptar politicamente na escala necessária à burguesia imigratória. Tanto nos Estados Unidos quanto na Austrália, Nova Zelândia, Canadá e na própria Grã-Bretanha, os partidos conservadores (em alguns casos com o nome de liberais, ou nacionais) foram e são muito fortes porque contam com o apoio da maioria da classe média e incluem organicamente quase toda a classe alta, de cujo seio extraem numerosos dirigentes, militantes e ideólogos. O resultado na Argentina foi um constante zigue-zague entre tentar controlar o país apoiando-se no estranho eleitorado que lhe cabia, ou voltar-se diretamente ao golpismo militar.



CAPÍTULO 9

O RETORNO DE ROCA: O REFORMISMO CONSERVADOR (1898-1904)

A consolidação na frente econômica e diplomática

A situação econômica quando Roca retorna ao poder em 1898 estava afetada por uma grande dívida internacional. Roca decidiu renegociar essa dívida composta de numerosos empréstimos outorgados em diversas condições de maneira a fazer uma consolidação, ou seja, entregar certificados de nova dívida em troca dos antigos. O objetivo, que foi conseguido em parte, era o de obter uma taxa de juros menor e um prazo maior para o pagamento, tudo o que era possível nesse momento dada a mais sólida posição econômica do país. Mas o preço foi alto: o governo argentino teve que se comprometer a reservar uma porcentagem das entradas aduaneiras para que fossem usadas a serviço da dívida antes de atender outras obrigações e, para piorar, aceitava a inspeção inglesa sobre as arrecadações, pois os credores não tinham confiança suficiente de que os fundos fluiriam na direção adequada. O responsável por essa negociação foi Pellegrini. A condição imposta pelos credores não era incomum na época, mas a opinião pública reagiu vivamente. O país recebia uma afronta e, além disso,

o uso de seus recursos para outros fins ficava seriamente limitado. Pellegrini, ao voltar a Buenos Aires, foi agredido em diversas ocasiões. Afinal, a agitação parecia poder produzir uma comoção, pois se combinava a outros motivos de ressentimento contra o governo. Houve mortos e feridos em manifestações públicas. O embaixador francês informava que às manifestações “se havia somado a escória da população e grupos conhecidos de anarquistas mostravam-se nas ruas”. Os opositores da Consolidação faziam, involuntariamente, o jogo dos extremistas¹⁰¹.

Roca decidiu retirar o projeto do Congresso, entregar a cabeça de Pellegrini como preço para uma popularidade recuperada, e obviamente a amizade entre ambos não poderia sobreviver a essa decisão. Por outro lado, era necessário resolver o problema com o Chile, que continuava incandescente mesmo quando, ao finalizar a presidência de José Evaristo Uriburu, ficara decidido submeter as diferenças à resolução de um árbitro, a rainha da Grã-Bretanha. Os ânimos tornaram a encrespar-se, e outra vez parecia aproximar-se um conflito. Roca conseguiu acalmar a agitação realizando um encontro com o presidente chileno nos canais do sul, e ali foi dado o chamado “abraço de Punta Arenas” (1899). A tensão voltou a subir no ano seguinte, difundiam-se os grupos que exercitavam o tiro ao alvo e formaram-se batalhões de estrangeiros residentes, especialmente italianos, e as más línguas diziam que eram fomentados por Fernando Perrone, empresário interessado na venda de barcos de guerra. O Banco Baring de Londres advertia em relação ao perigo de uma baixa desastrosa no valor dos bônus argentinos e chilenos caso fossem à guerra. A ação dos setores mais pacifistas, orientados por Roca e com o

101 Relatórios da Embaixada da França em Buenos Aires, de 5 e 11/7/1901, em Arquivo do Ministério de Relações Exteriores (Paris), Nova Série, vol. 1, f. 145-148 e 153-159. Ver também Roberto Cortés Conde, *Dinero, deuda y crisis*. Evolución fiscal y monetaria en la Argentina. 1862-1890. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

apoio de Mitre e Pellegrini, produziu uma distensão e, finalmente, em 1902, chegou-se a um acordo. Assinou-se um entendimento para dirimir amigavelmente os conflitos pendentes, chamado Pacto de Maio. A empresa Ansaldo, de Gênova, teve que aceitar a rescisão do pedido dos encouraçados de 15 mil toneladas que haviam sido encomendados, e ambos os países assumiram o compromisso de limitar seus armamentos.

Outro conflito de limites com o Chile que provocou menos tensão ocorreu por causa da Puna de Atacama. Segundo o laudo britânico, a área foi dividida e com a parte argentina foi formado o Território dos Andes (dividido muito mais tarde entre as províncias de Catamarca, Salta e Jujuy). Com o Brasil havia outro litígio a respeito da extensão ao leste do Território das Missões, e a decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos deu toda a área em disputa ao Brasil, o que foi aceito pela opinião pública sem reproduzir-se uma agitação equivalente à do caso chileno. Também foi solucionada durante esse período a ruptura de relações com o Vaticano iniciada durante a primeira presidência de Roca, por mediação da ordem salesiana, que tinha intensa atuação na Patagônia. Em 1902, houve um conflito internacional na Venezuela que produziu grande comoção em todo o continente. Inglaterra, Itália e Alemanha mandaram forças navais para bloquear e bombardear os portos do país ante a falta de pagamento da dívida externa. O ministro de Relações Exteriores, Luis María Drago, enviou uma nota aos Estados Unidos instando o país a exercer sua influência para impedir esses excessos. A posição argentina teve ampla repercussão em todo o continente e ficou conhecida como “Doutrina Drago”, que propunha a ilegitimidade do uso da força para cobrar dívidas ou impor outros arranjos econômicos.

Um programa de reforma política

Paralelamente a essas atividades diplomáticas e econômicas, Roca empreendeu um programa de mudanças no âmbito social e político, que foram particularmente intensas na segunda parte de seu mandato quando o acompanhava como ministro do Interior o prestigiado advogado e escritor riojano Joaquín V. González. Este teve como tese de doutorado o “Estudo sobre a revolução”. Ali dizia, um pouco retoricamente, que “o direito à revolução é um direito sagrado dos povos, mas unicamente quando tratam de realizar alguma dessas grandes evoluções sociais tão necessárias para o aperfeiçoamento da humanidade”¹⁰². O problema estava claramente embasado em decidir quais eram essas evoluções sociais necessárias, pois também os anarquistas e socialistas de orientação marxista tinham sua definição a respeito. Desde este trabalho inicial, evidencia-se a preocupação de Joaquín V. González – compartilhada por muitos políticos e teóricos de seu tempo – sobre uma possível subversão massiva da ordem na Argentina. De fato, uma comoção social desse tipo ocorreu no México, em 1910. Um acontecimento dessa magnitude temia-se na Argentina já há algum tempo, o que afetou profundamente a estratégia de muitos atores políticos. Joaquín V. González, nesse primeiro trabalho já citado, agrega que

a instrução gratuita e obrigatória é simplesmente questão de defesa nacional e é necessário extinguir a ignorância, esse manancial de desordem que ameaça nosso porvir. Se não quereis obrigar a todos os pais a instruir a seus filhos, preparai-os para aumentar nossas prisões.

102 Joaquín V. González, *Obras completas*, vol. 1. Buenos Aires, 1935-1937, 25 vols., p. 194; e para as citações seguintes, vol. 1, p. 234 e 250-254; vol. 5, p. 155, 221 e 182 (sessão 27/11/1902 em Deputados).

Não se tratava somente de um problema de criminalidade, mas sim das consequências da presença de uma população pouco disciplinada, e só a educação tornaria impossível que cada soldado fosse “instrumento cego das paixões demagógicas e anárquicas dos partidos exaltados”, ou seja, temia-se que uma revolução iniciada por grupos ideológicos minoritários se propagasse nas filas dos recrutas das forças armadas. Se não houvesse educação, prosseguia González, terminar-se-ia como no Império Romano, vítima do pretorianismo, ou seja, de golpes de Estado dados por forças militares divididas em facções, algumas eventualmente com apoio popular. Outro remédio contra essa possibilidade era a extensão do espírito de associação por meio de experiências cooperativistas ou de outro tipo. Paralelamente, era necessário também reorganizar o Exército, e isso foi conseguido mediante a Lei de Recrutamento Universal, sancionada em 1901, na qual foi criado um registro para toda a população masculina adulta que deveria cumprir o serviço de um ano nos quartéis. Seria dada aos jovens uma Caderneta (*Libreta de Enrolamiento* - equivalente ao certificado de reservista, mas que também era uma identidade eleitoral), para certificar o cumprimento de seus deveres militares. O general Pablo Ricchieri, ministro da Guerra, esteve a cargo das reformas necessárias para converter as Forças Armadas em uma organização mais eficiente. Além disso, pensava-se que o serviço militar obrigatório induziria ideias de ordem, hábitos de disciplina e higiene, e eventualmente uma experiência de trabalho na nova geração. Atuaria como um grande instrumento homogeneizador da população, misturando gente de diversas origens sociais, imigrantes com *criollos*, peões e operários com filhos da classe média. A estes últimos, se estudassem na universidade, se lhes daria uma instrução especial, da qual sairiam como oficiais de reserva em disponibilidade para dispor sua liderança ante qualquer tipo de crise. Já como deputado, pouco

antes de assumir o ministério, em uma discussão com respeito ao estado de sítio, Joaquín V. González afirmava que

muitas vezes nasce uma revolução onde nenhum estadista, mesmo o mais perspicaz, poderia prevê-la. Lecky, o grande filósofo político inglês, faz notar os perigos da plutocracia triunfante, da desigualdade das fortunas, e como nascem essas revoluções por causas aparentemente irrelevantes, mas que se radicam nas profundezas do espírito das massas, sublevadas pelo espetáculo perene das injustiças da vida.

Inesperadamente, produzia-se uma possível coincidência de táticas entre o reformismo conservador do roquismo e o programa moderado de mudanças propugnado pelos socialistas. Estes estavam muito mais dispostos a dialogar com o governo do que os radicais, que confiavam no caminho armado até o poder, ou que os anarquistas, os quais também acreditavam estar aberta essa possibilidade. Em agosto de 1901, depois de uma manifestação por melhores condições de trabalho realizada na Plaza Lorea, conduzida por Adrián Patroni, uma parte dos manifestantes dirigiu-se à Casa Rosada para pedir a intervenção de Roca, atitude pouco grata aos anarquistas. Ao chegarem, Enrique Dickmann e Julio A. Arraga, ambos do Partido Socialista, entrevistaram o presidente e logo saíram com ele à sacada em meio às vaias de uma parte dos presentes, segundo sublinhava o jornal anarquista *L'Avvenire* (15/8/1901). Quando ministro, Joaquín González encarou a reforma da Municipalidade de Buenos Aires e, observando o desenvolvimento das forças socialistas nos municípios alemães e ingleses, invocava seu autor preferido, Lecky, e concluía que tinha de assegurar

um município verdadeiramente representativo de todos seus interesses, de todas suas classes sociais – já que esta

palavra classes está incorporada ao nosso vocabulário político – de todas as novas modalidades que apresenta a cidade de Buenos Aires.

Passava imediatamente a reforma da lei eleitoral, em escala nacional, propondo o voto secreto e que houvesse circunscrições eleitorais curtas que elegessem um só deputado. Assim, o país estaria dividido em uma centena de distritos, e, em alguns deles, poderiam ser impostos candidatos de oposição, sem alterar as estruturas governantes a nível provincial ou nacional. Em outras palavras, uma válvula de segurança para que soltasse algum vapor e a caldeira não estourasse. Para González, “a causa das profundas perturbações do dia é que as classes operárias não têm seus representantes no Congresso”. Haveria de conseguir que elas o tivessem como na Europa e não preocupar-se quando fossem expressas as “teorias mais extremas ou mais estranhas do socialismo contemporâneo, pois é muito mais perigosa a ausência desses elementos”. O que se buscava também era prover vias para que as classes acomodadas de cada circunscrição pudessem ter acesso à liderança política, sem necessidade de passar pela complicada intermediação das estruturas partidárias provinciais. Seria mais fácil – a quem tivesse um pouco de vocação política – atuar em seus bairros, onde estavam concentrados seus interesses. O deputado Vedia, membro informante (na sessão de 15/10/1902), dizia que havia que fomentar a existência de novos “caudilhos”, que, diferentemente dos tradicionais, teriam um papel positivo. Com o rótulo de “um pouco de sociologia nacional”, fazia uma lista de quais seriam essas novas lideranças:

Registro em primeiro [lugar] o patrão da fábrica, o dono da vinha, o proprietário do engenho, o fazendeiro, o explorador de minas, o colono, o proprietário de terras, e chácaras, todos os que, manipulando numerosos

interesses, de qualquer gênero, têm a seu serviço grandes massas de homens. Em segundo, o homem útil a seus vizinhos, curioso de suas necessidades, grande amigo do padre, do juiz de paz, do boticário, do jornalista e do professor escolar; que na segunda-feira solicita a liberdade do pobre trabalhador que se embriagou no domingo; que a este paga sua multa cujo perdão não obteve; que para o outro procura um emprego; que chama a todos seus filhos e como tais os trata; que não se cansa de pedir para sua circunscrição e que tudo pede: o telégrafo, a ferrovia, o bonde, a luz elétrica, a pavimentação. No mesmo grupo pode-se registrar o que chamaremos de intelectual – médico, advogado, político de raça ou de ocasião – que imita o tipo que acabo de esboçar, que vai como ele ao comitê e ao átrio, e que compensa com imaginação e com certa habilidade sua inconstância, realizando por temporadas o que constitui o trabalho permanente, a verdadeira escravidão em que o outro vive e goza¹⁰³.

Aqui há ecos daquilo que, uma geração antes, o dirigente ruralista Eduardo Olivera havia observado, comparando a falta de liderança cívica oferecida pelos fazendeiros argentinos com a ação pública das classes altas inglesas residentes no campo. Sarmiento também havia instado os setores proprietários a cuidar mais diretamente de seus interesses, passando por cima das máquinas políticas que moviam suas clientelas de bravos homens em dias de eleição, amedrontando os cidadãos pacíficos. Finalmente, foi aprovado que as eleições fossem feitas por circunscrições pequenas onde fosse apresentado um só candidato, mas não se aceitou que

103 Reproduzido em J. V. González, *op. cit.*, vol. 6, p. 254. Ver Natalio Botana, *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Sudamericana, 1977; Jorge F. Sábato, *La clase dominante en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

o voto fosse secreto. Interessante o argumento dado por Pellegrini (na sessão de 20/12/1902), que refletia outros semelhantes sustentados na Inglaterra por John Stuart Mill anos antes:

O voto secreto é contrário a certas bases fundamentais de nosso regime político. Uma das condições mais importantes para que este regime funcione com regularidade é a existência de grandes partidos políticos com seus programas, com suas tendências, com seus homens representativos; e são estes grandes partidos políticos os que vêm remediar, na prática, os inconvenientes do sufrágio universal; pois este seria o caos, a anarquia, se não existissem esses partidos, que o disciplinam e que o fazem servir a ideias e propósitos determinados. Mas um partido supõe a ação pública: o meeting, a discussão do candidato, a discussão do programa. Todos os atos preparatórios da eleição são atos públicos, em que cada cidadão professa sua fé, princípios, simpatias. O que significaria a publicidade de todas essas opiniões no momento de condensá-las em um voto, caso se quisesse convertê-las em segredo? Dirão que é para resguardar algum cidadão que não tem independência política bastante para resistir às influências que pesaram sobre ele. Mas não podemos transtornar toda uma legislação para dar um escudo à covardia cívica¹⁰⁴.

O resultado do voto em circunscrições uninominais foi que o socialista Alfredo Palacios, por La Boca¹⁰⁵, chegou à Câmara dos Deputados, e o mesmo ocorreu com alguns radicais. Como disse o deputado Vedia, “é de interesse das maiorias a representação de

104 Reproduzido em J. V. González, *op. cit.*, vol. 6, p. 275-276.

105 N.E.: Bairro de Buenos Aires.

minorias no governo, pois as forças que não encontram meios de ascender a esferas dirigentes dedicadas ao trabalho comum de uma sociedade ficam limitadas, como a quebrar cimento, já que ficaram por baixo, fazendo da escavação seu programa”.

A reforma social: a Lei Nacional do Trabalho

Depois das reformas políticas, Roca e seu ministro escancararam o tema social. Era preciso uma lei sobre relações de trabalho, e para isso foi encomendada uma pesquisa de opinião ao reconhecido especialista Juan Bialet Massé, com o assessoramento de uma comissão formada predominantemente por profissionais de orientação socialista, entre eles Enrique del Valle Iberlucea, José Ingenieros, Manuel Ugarte e Leopoldo Lugones (quem logo evoluiria para a direita nacionalista). O relatório de Bialet Massé, a que nos referimos no capítulo anterior, foi o resultado desse encargo oficial. Recomendava tomar medidas em relação a:

1. Acidentes de trabalho: responsabilidade do patrão ou do empregado e compensação ao afetado.
2. Enfermidade: idem.
3. Horários: duração da jornada e descanso dominical.
4. Regulamentações especiais para mulheres e menores.
5. No setor rural, facilitar o acesso à terra usando lotes de propriedade do Estado ou ainda, em alguns casos, expropriando bens privados não utilizados.

No projeto sobre Lei Nacional do Trabalho apresentado ao Congresso durante o último ano da presidência de Roca, González argumentava, em defesa das inovações que enfrentavam a resistência de grande parte dos patrões do país, que

cada lei ditada na Europa, na América do Norte ou nas colônias australianas é consequência de comoção

*revolucionária e agitações sangrentas, que obrigaram os partidos conservadores a ceder e ampliar o campo de expansão dos direitos e da vida das classes trabalhadoras*¹⁰⁶.

Na Argentina, também, o projeto oficial era resposta às agitações existentes, que preocupavam um amplo espectro político. Em 1902, houve uma séria greve geral concentrada no porto de Buenos Aires, que paralisou as exportações no momento mais crítico da colheita. A violência no movimento operário ampliava-se, e a primeira medida foi de cunho repressivo: a Lei de Residência, sancionada no mesmo ano. Ela permitia ao Executivo expulsar do país todo estrangeiro suspeito de atividades ou discurso subversivo sem a intervenção do Poder Judiciário. Como a grande maioria dos dirigentes operários era de estrangeiros, a medida poderia decapitar praticamente qualquer organização que operava nesse ambiente. Mas a Lei de Residência, dirigida aos anarquistas, foi complementada com o projeto de Lei Nacional do Trabalho para o qual se contou com o apoio notável de intelectuais socialistas e independentes. Nela eram implementadas as recomendações de Biale Massé e agregadas disposições para reconhecer e controlar a atividade sindical e a greve, e era reconhecido o direito dos trabalhadores em greve ao *picketing*, ou seja, a formar grupos de manifestantes em frente às empresas em conflito, para dissuadir os demais operários de entrar no estabelecimento. Esse era um tema particularmente controverso, pois se prestava a intimidações por parte dos ativistas sindicais. A Lei decerto penalizava seriamente o uso de violência nessas e noutras ocasiões, e em toda paralisação prolongada dos transportes nacionais também autorizava, diante de evidências de ações violentas por parte dos sindicatos, a intervir para dissolvê-los. A lei foi rejeitada pelos anarquistas,

106 Em J. V. González, *op. cit.*, vol. 6, p. 320.

que controlavam a principal federação sindical, a FORA, e pela UGT, entidade operária dirigida por socialistas e sindicalistas revolucionários. No Partido Socialista um congresso decidiu, por maioria, enfrentando forte oposição interna, apoiar o projeto, ainda que solicitando mudanças em alguns aspectos¹⁰⁷.

Finalmente, depois de longas discussões, a Lei do Trabalho não foi aprovada pelo Congresso. A oposição era demasiado intensa e, apesar das argumentações de González sobre a necessidade de entregar algo para evitar perder tudo, a maioria do empresariado sentia-se afetada pelo previsível incremento no custo da mão de obra, e temia também as consequências imediatas de uma maior liberdade sindical, por mais canalizada que fosse dentro das normas legais e inspeções das autoridades.

107 José Panettieri, *Las primeras leyes obreras*. Buenos Aires: CEDAL, 1984; Eduardo A. Zimmermann, *Los liberales reformistas: la cuestión social en la Argentina, 1890-1916*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

CAPÍTULO 10

AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL: DE QUINTANA A FIGUEROA ALCORTA (1904-1910)

A presidência de Quintana (1904-1906)

O fim da presidência de Roca foi complicado porque o regime havia perdido um importante componente ao afastar Pellegrini, como consequência do fracasso de sua tentativa de consolidação da dívida externa. O PAN estava dividido, pois os pellegrinistas haviam formado um Partido Autonomista usando o nome do prestigiado partido da época de Alsina, e voltaram-se para o lado da oposição. O mitrismo passava pela crise da retirada de seu criador, que morreria no ano seguinte. Seu filho Emilio havia transformado o partido dando-lhe o nome de Republicano, tratando de recuperar a tradição reformista daquele que décadas antes havia sido impulsionado pelos jovens Del Valle e Alem, e por Sarmiento. Os radicais continuavam em sua abstenção revolucionária. Como Roca não pôde impor facilmente um membro de seu próprio grupo, lançou a ideia de uma Convenção de Notáveis com participação de pessoas de diversos partidos e independentes (entende-se

que todos previamente filtrados por ele). Daí saiu a candidatura de Manuel Quintana, um independente que teve atuação notável como ministro “forte” de Luis Sáenz Peña, cooperando inclusive com a experiência de Aristóbulo del Valle. Junto a José Figueroa Alcorta para vice-presidente a chapa foi facilmente imposta, pois os mitristas sentiram-se em parte representados por Quintana. Em seu discurso inaugural, Quintana propôs uma continuação do programa de abertura social de seu predecessor, afirmando que

o programa mínimo do Partido Socialista argentino é em grande parte aceitável, e pode ser adotado pelos poderes públicos em tudo aquilo que não afete a Constituição, sempre que reconheça a preeminência do Estado e enquanto se detenha ante a propriedade, a família e a herança¹⁰⁸.

A convergência entre um liberalismo conservador mais aberto e um socialismo moderado era uma pauta que se impunha em diversos países europeus, e agora a Argentina queria emular esse processo. Ele implicava, é claro, acelerar a evolução do socialismo no sentido reformista, o que de qualquer forma estava ocorrendo. Na Europa, a nova corrente estava representada pelo escritor alemão Eduard Bernstein e, na Argentina, Juan B. Justo estava claramente incorporado a essa linha, mas a oposição interna era muito forte e ameaçava uma divisão do partido ou o afastamento de setores militantes para posições diferentes. Um exemplo disso foi a separação dos Sindicalistas Revolucionários, inspirados na experiência operária francesa e no teórico Georges Sorel, que se distanciaram do partido em 1906.

A política de abertura social foi confirmada com a incorporação do ministro do Interior Joaquín V. González que ocupou o Ministério da Educação. Mas a realidade dos conflitos sociais,

108 Citado em Diego Abad de Santillán, *Historia argentina*, vol. 3. Buenos Aires: TEA, 1981, 5 vols., p. 568.

aguçada pela difícil absorção dos imigrantes, impediu que os propósitos reformadores se concretizassem. O Código ou Lei Nacional do Trabalho não foi aprovado, a lei de eleições com circunscrições uninominais foi mudada e retornava o velho sistema pelo qual em cada província todos os deputados eram adjudicados ao partido vencedor. Mais grave ainda, o ministro Joaquín V. González teve que enfrentar um sério levante da União Cívica Radical em fevereiro de 1905, a poucos meses de Quintana assumir o comando.

A revolução radical de 1905 foi planejada por Hipólito Yrigoyen, líder incontestável da UCR, e conseguiu adeptos em diversos setores do Exército. Teve que ser desencadeada um pouco antes do previsto, o que foi feito em diversas províncias, incluindo a Capital Federal, mas diferente do episódio de 1893 foi vencida com facilidade. Entretanto, ficou uma marca de intranquilidade. Durante a rebelião em Córdoba, onde os insurgentes tiveram maior êxito, eles capturaram o vice-presidente e o filho do general Roca, ficando este mesmo a ponto de cair em seu poder. Os mais alarmistas temiam que um enfrentamento de longa duração pudesse estimular os anarquistas, que, vencendo seu aparente desprezo para com o radicalismo, poderiam unir-se a ele em uma guerra civil que assumisse proporções maiores. Guerras civis entre facções políticas tradicionais eram muito comuns na América Latina, e já tinham feito estragos na Colômbia, com a chamada Guerra dos Mil Dias (1899-1901) entre Liberais e Conservadores. Algo parecido havia ocorrido no Uruguai, ainda que com menor número de vítimas, com duas rebeliões recentes dirigidas pelo último caudilho oriental, Aparicio Saravia, chefe dos Blancos, contra o governo Colorado (1896-1897 e 1904). O mesmo bem poderia ocorrer na Argentina com as complicações agravadas devido ao maior grau de desenvolvimento do país e o fator imprevisível do papel dos estrangeiros, muitos deles predispostos à violência. Um

desses imigrantes, um catalão anarquista, quis matar o presidente em 1905, mas seu projeto foi tão mal planejado que seu revólver não funcionou.

A presidência de Figueroa Alcorta (1906-1910)

Figueroa Alcorta chegou à presidência pouco depois do falecimento de Quintana, e tratou de incorporar ao gabinete figuras da oposição e, sobretudo, amigos de Pellegrini sem descuidar de um notável roquista, o ex-vice-presidente Quirno Costa. Era urgente demonstrar que havia mudanças para desativar a bomba da revolução radical, que poderia tornar a estourar a qualquer momento. Mas, apesar dos novos ares políticos, o congresso continuava dominado pelos representantes criados no passado pela máquina roquista, que além de tudo seguia controlando várias províncias. Particularmente forte era o feudo fraudulento que Marcelino Ugarte havia criado para si na província de Buenos Aires como herdeiro de Roca nesse distrito. Esta situação gerou um conflito entre a Presidência e a maioria legislativa que estourou no final de 1907, quando o Congresso, convocado a sessões extraordinárias, negou-se a discutir o orçamento para o ano seguinte, o que em teoria deixava o executivo sem poder funcionar. Esse recurso que a Constituição dava ao Congresso era um poder capaz de travar o funcionamento de qualquer governo. No Chile seu uso era habitual naquela época, e estava produzindo uma paralisação do Estado com constantes mudanças de ministérios, agravado pela fragmentação dos partidos políticos. Para evitar essa perspectiva, e como parte de sua campanha para eliminar as fortalezas do roquismo, o presidente, com intuito reformador, decidiu, nos primeiros dias de 1908, dar por terminadas as sessões extraordinárias e sancionar de fato o mesmo orçamento do ano anterior para o seguinte. A medida era de constitucionalidade duvidosa, ainda que não chegasse a constituir uma “clausura do

Congresso”, como foi dito no momento. O presidente proibiu as reuniões de legisladores no Congresso ou em qualquer outro lugar, o que tornou ainda mais grave sua decisão. Figueroa Alcorta, diante da crise que se aproximava, havia explorado o espectro político, e teve duas reuniões com Hipólito Yrigoyen prometendo anistiar os militares radicais para evitar problemas desse lado, mesmo porque subsistia um mal-estar em relação a se suas promoções seriam pospostas ou não. O presidente fez um esforço para “estar bem” com os radicais. Don Hipólito assim comentaria o fato ante uma convenção do seu partido:

O senhor presidente [declarou-me] que não havia tratado cidadãos mais altruístas e patriotas, nem do mais alto pensamento, e que não existia no mundo um movimento de opinião com ideais mais elevados e tão dignos de respeito e consideração. Mas que era preciso convir também, que entre as exigências da opinião e a realidade do governo, havia uma grande distância. Agregou o senhor presidente que fazendo uso da franqueza com que estávamos falando se me permitia dizer que havia um pouco de lirismo em nós.

Ante este duplo drible, Yrigoyen retrucou que

esse juízo depende do ponto de vista em que se olhem as distintas atitudes da vida, e desde o seu era lógico que assim pensasse. Mas que estivesse convencido de que todos e cada um de nós sabíamos bem, que quando menos, valíamos tanto quanto todos e cada um dos demais, sendo para nós muito fácil compreender como se entrava e saía dos governos utilizando todas suas vantagens e benefícios¹⁰⁹.

109 *Ibidem*, p. 64-65

Nesse intercâmbio de amabilidades e alfinetadas o que ficava claro era que os radicais não iam aceitar ministérios: ou tudo ou nada. Mas, pelo menos, havia-se estabelecido um contato, um começo de diálogo. No ano seguinte ao fechamento do congresso, no período correspondente ao início das sessões ordinárias, elas ocorreram normalmente. Nesse ínterim haviam sido realizadas eleições de deputados, que deram uma maioria favorável ao governo, aliado aos seguidores de Carlos Pellegrini que havia falecido há pouco tempo. Na província de Buenos Aires as pressões oficialistas afastaram a máquina de Marcelino Ugarte e a substituíram por outra, que adotou o nome de Partido Conservador, dirigida por figuras como Benito Villanueva, Vicente Casares e Antonio Santamarina. Mais tarde Marcelino Ugarte submeter-se-ia a essa nova situação, reconciliando-se com Figueroa Alcorta e retomando o controle do partido.

A agitação social crescente

Os anos da presidência de Figueroa Alcorta foram de grande expansão econômica, aumento da exportação de cereais e extensão das linhas férreas, ao que se somou também uma instalação de fábricas de elaboração de alimentos e o descobrimento do petróleo em Comodoro Rivadavia. Mas os conflitos sociais continuavam sem solução, e um breve declínio da atividade econômica em 1906-1907 contribuiu para o mal-estar. Já em 1905, depois do fracasso da revolução radical e terminado o estado de sítio, organizou-se uma manifestação operária para o 1º de maio que foi violentamente dissolvida. O embaixador francês considerava que “o antagonismo entre os operários e os patrões ameaça assumir neste país formas tão violentas como na maior parte dos demais países”. No ano seguinte, afirmava que o socialismo “cresce a passos de gigante, e se na Capital Federal está a ponto de impor suas leis, durante três dias tornou-se dono de Córdoba”. Tratava-se aqui de uma greve

da Ferrovia Central Norte que havia paralisado e ilhado a cidade e as manifestações populares não deveriam ser excessivamente hostilizadas pelo governo, pois senão isso teria “sido o sinal para um massacre geral”. Pelo menos assim é como a coisa toda era vista por um importante setor das classes acomodadas¹¹⁰.

Em 1907 foram dissolvidas manifestações operárias em Buenos Aires e nas proximidades de Bahía Blanca¹¹¹, ocasionando várias mortes, e no ano seguinte um atentado contra o presidente fracassou porque a bomba atirada nele não chegou a explodir. No 1º de maio de 1909, a manifestação costumeira em homenagem a essa data produziu uma repressão por parte do chefe de Polícia Ramón Falcón com uma dúzia de vítimas fatais.

O protesto tanto de anarquistas quanto de socialistas fez-se mais ameaçador. No final desse ano, um jovem anarquista russo, Simón Radowitzky, lançou uma bomba contra o odiado chefe de Polícia ocasionando sua morte. A reação oficial e paraoficial não se fez esperar, e grupos de militantes de direita atacaram as sedes dos partidos e jornais de esquerda, como *La Vanguardia* e *La Protesta*, ocasionando numerosas vítimas.

No ano seguinte o terrorismo anarquista voltou a vingar-se fazendo estourar uma bomba no Teatro Colón durante uma das celebrações do Centenário. O Congresso sancionou imediatamente uma Lei de Defesa Social, que complementava a de Residência e dava poderes para perseguir as organizações suspeitas de abrigar orientações violentas ou anarquistas. Nesse mesmo ano em que se celebrava o Centenário estourou no México a revolução que, iniciada pelo moderado Francisco Madero, logo se radicalizou e terminou em um massacre no qual morreu um milhão de pessoas,

110 Relatórios da Embaixada da França, de 22/5/1905 e de 26/12/1906, em Arquivo do Ministério de Relações Exteriores (Paris), Nova Série, vol. 2, f. 44-47 e 54-57.

111 N.E.: Cidade do sul da província de Buenos Aires.

deixando arrasada a classe proprietária de terras. O exemplo mexicano era levado em grande consideração por um amplo setor da opinião pública moderada começando pelo próprio Joaquín González que, escrevendo no começo de 1911, quando ainda não se conhecia o resultado da insurreição, iniciada em dezembro do ano anterior, expunha comparação em um artigo publicado pela *Revista Argentina de Ciencias Políticas*:

Deixando aos historiadores e críticos nacionais a tarefa da comparação do sistema ditatorial argentino com o mexicano, ainda vigente, é oportuno já fazer-se notar a aparição, com caracteres definitivos, dos signos de sua dissolução e renovação. O movimento revolucionário atual os oferece com toda clareza; porque, mesmo que nem todas as revoluções – e cada vez menos – se apresentem com características de êxito incontestáveis, todas elas têm uma virtude em favor dos povos: servem para despertar a atenção dos vizinhos e dos mais afastados sobre a situação e a importância das coisas internamente¹¹².

A preocupação pelo que acontecia no México era de certa forma moderada pela convicção de que não era mais época de revoluções armadas exitosas. Contudo, a mesma realidade mexicana e poucos anos depois a russa, e ainda a alemã, demonstrariam o contrário, decerto estimuladas pelo caos produzido pela guerra mundial. De sua parte, perante o fato consumado do triunfo de Francisco Madero, *La Prensa* o apontava (30/5/1911) como uma espada de Dâmocles que penderia sobre a Argentina caso seus governantes não se reformassem:

112 “La revolución mexicana y los estados de América ante Europa”, e “Las ‘revolucioncitas’ de South America ante la opinión internacional”, em Joaquín V. González, *Obras completas*, vol. 10, p. 216-222 e 222-228, citação na p. 218, publicados originalmente na *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, fevereiro e abril de 1911.

Vede o sistema que cai no México. Há aí o ideal de governo forte recomendado à República Argentina durante trinta anos, sistema que ainda luta para restaurar seu império protestado constantemente pelo povo. Há aí os frutos finais do sistema cuja eliminação fundamental na política argentina corresponde à presidência e às gerações de patriotas da atualidade¹¹³.

O México era “um exemplo que deve instruir nossos mandatários e levá-los a uma reação fundamentada na honra nacional e no patriotismo coletivo”, afirmaria um pouco depois. Em 1915 seguia considerando que

são evidentes os pontos de ligação entre a situação mexicana e a argentina. Uma implacável e belicosa, a outra essencialmente pacífica, ambas revirando-se profundamente desconcertadas e impotentes para resolver seu problema. Ali se traduz no mais horrendo dos pungimentos conhecidos em tempos modernos. Aqui, a anarquia, que sucede à desorientação, é mansa, amaneirada, repugnante, mas igualmente incapaz de produzir soluções¹¹⁴.

Mas nem tudo estava perdido, porque o presidente argentino “tem a oportunidade de reparar em seu país os estragos de um legado análogo ao mexicano”.

Os contrastes étnicos do México viam-se homologados em alguma medida pelos que transformavam, na visão de muitos, os estrangeiros em um foco de ressentimento e de baixa lealdade às instituições nacionais. No México a onda revolucionária havia englobado grupos muito distintos entre si, desde os moderados

113 *La Prensa*, 30/5/1911, citada por Pablo Yankelevich, *La diplomacia imaginaria: Argentina y la Revolución Mexicana*. Secretaría de Relaciones Exteriores, México, 1994, p. 67.

114 *La Prensa*, 27/2/1913 e 15/8/1915, em Yankelevich, *Diplomacia*, p. 76 e 134-135.

de Madero até os anarquistas da Casa do Operário Mundial, e os camponeses índios de Emiliano Zapata. A vulnerabilidade da Argentina a comoções civis do tipo “guerra civil latino-americana” era maior do que hoje poderíamos pensar, como demonstrava sua própria história, e por analogia à de países vizinhos como o Uruguai, no qual o equivalente às rebeliões radicais eram as tentativas do caudilho *branco* Aparicio Saravia de subir ao poder pelas armas (dois levantes, entre 1896 e 1904)¹¹⁵. O “excepcionalismo” argentino tinha seus limites.

115 Alfredo Castellanos, *Aparicio Saravia. El caudillo y su tiempo*. Montevideo: Arca, 1975.

CAPÍTULO II

A TRANSIÇÃO À TRANSPARÊNCIA ELEITORAL: ROQUE SÁENZ PEÑA E VICTORINO DE LA PLAZA (1910-1916)

A preparação intelectual para a mudança: as ideias do novo século

Desde os princípios do século até a Primeira Guerra Mundial houve no país uma intensa fermentação de ideias, que acompanhou os projetos de mudanças que se desenharam a partir do poder. Em alguns casos essas ideias foram elaboradas em esferas próximas àqueles que exerciam as responsabilidades do comando. Em outros casos foram preparadas a partir de posições independentes, ou claramente opositoras. Ao mesmo tempo, os estudos de ciências exatas e biológicas ea expressão artística e literária formavam o pano de fundo para essa introspecção nacional, que alcançou uma criatividade facilmente comparável à da geração de 1837. Já vimos as concepções mais claramente políticas de Joaquín V. González¹¹⁶ que, além disso, se expressou na literatura em suas

116 N.E.: Político, escritor e intelectual argentino (1863-1923). Foi governador de La Rioja, sua província natal.

lembranças de *Mis montañas*. Na análise sociológica da realidade nacional destacaram-se, em posição tanto conservadora quanto liberal, Agustín e Juan Álvarez, Juan Agustín García, José María e Francisco Ramos Mejía, e Estanislao S. Zeballos. Com enfoques reformistas complementam estas análises Augusto e Carlos Octavio Bunge, e José Ingenieros, e em uma linha mais diretamente política, Lisandro de la Torre, Juan B. Justo e uma plêiade de escritores anarquistas.

A substância desta análise pode ser encontrada em uma renovada influência dos conceitos evolucionistas, que haviam sido extrapolados da biologia à sociologia pelo teórico inglês Herbert Spencer. Já havíamos visto Alberdi fascinado com a operação das forças que agem sem que ninguém esteja consciente delas. Agora o evolucionismo atraía pensadores desde a direita até a esquerda, e podia ser reinterpretado de diversas maneiras. Spencer havia pensado na história da humanidade em uma sequência praticamente inevitável, que ia desde uma etapa “militar” a outra “industrial”. Era óbvio que ao sair do caudilhismo, a Argentina poderia ilustrar este processo à perfeição. Dentro da etapa “industrial” o normal era um governo constitucional, ainda que Spencer não esclarecesse necessariamente se iria ser democrático ou elitista, mas dava por certo que seria capitalista. Agora pensadores de orientação socialista acrescentavam que, dentro da etapa “industrial”, uma evolução natural varia desde o predomínio da burguesia e da propriedade privada ao da massa da população, especialmente a classe operária, em um sistema de propriedade pública. Karl Marx havia proposto uma sequência semelhante, porém mais marcada por conflitos e revoluções. Como até o fim do século XIX para grande parte dessa intelectualidade as revoluções sociais não pareciam muito prováveis, começou a difundir-se um enfoque reformista, expresso na Grã-Bretanha por pensadores como Sidney Webb e seus colegas da Sociedade

Fabiana, ligada ao Partido Trabalhista, e na Alemanha por Eduard Bernstein, que teorizou o que já seria uma prática do Partido Social Democrata. Para dar força às perspectivas de mudança que estes analistas percebiam, embasavam-nas nas teorias evolucionistas de Spencer, amplamente aceitas pela opinião pública, em vez de nas mais discutíveis concepções do marxismo. Ingenieros ilustra esta combinação de influências, interpostas pelos livros de Achille Loria, um difusor italiano do socialismo que teve grande repercussão em seu tempo. Ingenieros, dizia em um artigo “Da sociologia como ciência natural”, publicado em 1908, que

a evolução humana é uma contínua variação da espécie, sob a influência do meio em que vive. Por ser uma espécie viva, está submetida a leis biológicas; por ser capaz de viver em agregados sociais, se subordina a leis sociológicas, que dependem daquelas; por ser apta a transformar e utilizar as energias naturais existentes no meio, evolui segundo leis econômicas, especializadas dentro das precedentes. Os diversos grupos sociais necessitam adaptar-se a seu meio e estão submetidos ao princípio biológico da luta pela vida, igual aos grupos de outras espécies gregárias¹¹⁷.

Com este enfoque e outros parecidos, muitos tratavam de evitar a simples prédica moral ou a exortação a favor de certo modelo de sociedade. Isso lhes parecia, sem dúvida, meritório, mas insuficiente. Preferiam detectar na sociedade tendências à mudança, e enfatizar a operação de forças às quais havia que adaptar-se para não ficar jogado em uma vala ao lado do caminho da história. Porque “a evolução social é surda às loas e às diatribes dos apóstolos”. Com esta atitude, Ingenieros e as pessoas que

117 José Ingenieros, “De la sociología como ciencia natural”; artigo publicado em 1908 e incluído em seu *Sociología argentina*, reedição. Buenos Aires: sem data, p. 18-19.

pensavam como ele frequentemente escandalizavam pessoas com sentimentos mais caridosos para com seus semelhantes, mas fascinavam a quem via a possibilidade de acoplar-se a uma poderosa locomotiva histórica que conduziria a um destino melhor, além dos pequenos projetos de grupos, facções ou partidos políticos. A luta pela vida era um fato que se dava, independentemente de gostarmos ou não. Antes de tudo, entre raças, e não havia dúvidas sobre qual era a vencedora. O mesmo entre países, entre classes. Olhando para nosso lado do continente, Ingenieros estava certo de que a Argentina se imporia, com o tempo, como potência regente. Tinha “melhores terras” que o Chile e mais “raça branca” que o Brasil. Havia, no fundo, um elemento de nacionalismo dentro do pensamento socialista de Ingenieros. Em uma medida muito maior esse fenômeno estava internalizado em seu amigo, o poeta Leopoldo Lugones, que desde jovem teve simpatias anarquistas, e cooperou com ele na edição da revista cultural e política *La Montaña*. No caso de Lugones, o fenômeno se dava com muito maior intensidade e, com o tempo, ele chegou a posturas de direita nacionalista. Ingenieros, pelo contrário, evoluiu para a esquerda, simpatizando com a Revolução Russa em suas primeiras etapas. Mas, escrevendo em 1910, afirmava que o nacionalismo é um

*fenômeno natural; não [assim] o patriotismo político, que exploraram todos os tiranos “protetores das raças americanas” sem mais propósitos que apoiar-se nas massas indígenas e mestiças para lutar contra ilustradas minorias da raça branca*¹¹⁸.

Ingenieros pensava que o caudilhismo ou caciquismo latino-americanos eram equivalentes ao “feudalismo medieval europeu” e que refletiam o predomínio do latifúndio. Ao Partido Unitário

118 José Ingenieros, “Función de la nacionalidad argentina en el continente sudamericano”, em *Sociología Argentina*, op. cit., p. 82.

caracterizava como “inimigo político da classe conservadora” e à luta com os federais como um conflito interno aos setores dominantes da sociedade, no qual o papel progressista era o de Rivadavia e seus sucessores na Organização Nacional, Mitre, Sarmiento e Avellaneda, representantes da burguesia. Com o desenvolvimento econômico e o fim das grandes oportunidades de mobilidade social geradas pela fronteira aberta, previa o incremento dos conflitos de classe, como na Europa. Faria isto em vez do dualismo tradicional da política argentina (unitários e federais e seus epígonos), dar-se-ia uma tripartição, entre as classes proprietárias rurais, as comerciais ou industriais e os operários. Entre elas não tem porque sempre haver uma luta, pode em determinados momentos haver etapas de cooperação¹¹⁹. Nem todos os pensadores dessa época coincidiam no determinismo racial que adotava Ingenieros. Assim, por exemplo, Agustín Álvarez, em *¿Adónde vamos?* afirma que o que importa são as ideias que se transmitem e não a raça. Entre nós, “todavia o norte-americano é transformado em sul-americano, em uma variedade do espanhol”¹²⁰. Sua visão é pessimista, como compendia em sua outra obra, algo depressiva, *South America* (1894). Mas sob condições diversas, as raças se transformam:

*O Japão, sem a constituição norte-americana, sem imigração europeia, sem o cruzamento de raças, fazendo a regeneração do pequeno indígena pela educação norte-americana, levanta-se de um salto maravilhoso*¹²¹.

Já vimos como Bialet Massé, também, valorizava a população indígena e mestiça do país, a qual considerava particularmente adaptada para trabalhar nas condições climáticas do Norte. Mas

119 José Ingenieros, “La evolución sociológica argentina”, palestra ao Congresso Científico Internacional de Montevideu, 1901, em *Sociología Argentina*, especialmente p. 74-75.

120 Agustín Álvarez, *¿Adónde vamos?* 2ª ed. Buenos Aires, 1915, p. 325.

121 *Ibidem*, p. 326-327.

tinha seus limites, quando se tratava da população chinesa, nessa época bastante procurada em zonas com escassez de mão de obra, como a costa do Peru ou algumas partes do Caribe:

No estado atual do país, permita-se a entrada de 20 mil chineses, e antes de seis meses não há exército que seja capaz de conter o movimento de extermínio que produziria contra eles a fome dos filhos do país e dos estrangeiros de outras raças. Os constituintes não poderiam prever o problema da imigração chinesa, e os efeitos funestos que a todo lado causa, porque o colosso que forma a Capital Federal é o único em que há salários elevados, e ficaria esta cidade a mercê de bandos que não teriam outro remédio, para defender seu valor de trabalho, que o fogo e o sangue¹²².

A suposição que operava por detrás desta atitude era a de que os chineses estavam acostumados a um baixíssimo nível de vida e a jornadas de trabalho esgotantes. Nessas condições, poderiam tirar o lugar dos demais do mercado de trabalho e logo apoderar-se dos pequenos comércios. Atitude parecida havia em relação aos japoneses, ainda que estes em geral viessem com maior apoio de seu governo. Os chineses chamados *coolies*, eram recrutados em seu país como trabalhadores forçados, com contratos por vários anos, durante os quais eram tratados como escravos. De fato, quase não chegaram à Argentina. O mesmo tema da imigração chinesa podia ser tratado de outra maneira. Assim, por exemplo, um jornal sindicalista revolucionário da época (*La Acción Socialista*, 11/9/1905) argumentava que não deveria haver oposição à chegada de chineses, mas sim educá-los e organizá-los. Agregava que as raças já praticamente não existiam, mas

122 Juan Bialet Massé, *El estado de las clases obreras argentinas, op. cit.*, p. 100.

evidentemente as amarelas estão em uma situação inferior material e intelectualmente em relação aos brancos. São elementos étnicos detidos em sua progressiva ascensão, mas não são imutáveis. São tão susceptíveis de modificação como foram os brancos. Há algum tempo, as nobres raças, como diz Novicow, estiveram em piores condições que os amarelos.

Outro dos primeiros sociólogos da Argentina foi Juan Agustín García, orientado aos estudos históricos. Influenciado pelos métodos mais recentes, escreveu *La ciudad indiana* (1900), exploração do passado da cidade de Buenos Aires. Sua busca de fatores sociais ou culturais, nas anedotas administrativas ou ainda a luta de facções políticas, implica um importante passo adiante no conhecimento da própria realidade. Entretanto, a falta de estudos mais pormenorizados o fez englobar o passado portenho como se Buenos Aires fosse mais uma “cidade antiga” estudada na Europa por Fustel de Coulanges, seu mestre. Também José María Ramos Mejía, médico de profissão, tentou trazer os conhecimentos de outras ciências para buscar uma melhor compreensão dos fenômenos políticos e históricos. Em um trabalho inicial, referiu-se a *Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina* (1878-1882). Seguiu nessa tônica em *La locura en la historia* (1895), e logo extrapolou o enfoque psicológico, dos grandes personagens, à massa populacional, em *Las multitudes argentinas* (1899), que seguia os ensinamentos, nesse momento muito influentes, do sociólogo e psicólogo francês Gustave Le Bon. Seu trabalho mais documentado foi o que publicou sobre *Rosas y su tiempo* (1905), no qual continua sua análise unilateral sobre a psicologia individual, tema perigoso, sobretudo quando não é possível contar com dados muito fidedignos sobre o personagem estudado. Francisco Ramos Mejía contribuiu nestes estudos com *El federalismo argentino* (1889). A reconsideração da figura de Rosas encontrou dois seguidores

importantes. Um foi Ernesto Quesada, historiador de muito boa formação alemã, que tentou uma reivindicação do Restaurador, usando um enfoque que combinava boa documentação com tentativas de “compreensão”, em alguma medida intuitivas, como as que nessa época preconizava toda uma escola de cientistas sociais germânicos. Outro “revisionista” precoce foi Adolfo Saldías, de forte formação liberal, mas que em sua *Historia de la Confederación Argentina: Rosas y su época* contribuiu para valorizar alguns aspectos da obra do governante de Buenos Aires¹²³.

Juan Álvarez foi autor de um importante *Estudio sobre las guerras civiles argentinas* (1914) em que avança sobre as análises anteriores sobre este tema. Já não toma como um fato óbvio que os caudilhos puderam mobilizar as “massas ignorantes”. Explora os fatores econômicos que puderam impelir essas massas a protestar contra a ordem imperativa das coisas, e a buscar uma alternativa em caudilhos locais que lhes assegurassem a defesa de seus modos habituais de vida. Além disso, faz uma correlação entre as oscilações de preços, em que se vê que as crises coincidem com as tentativas revolucionárias (1874, 1880, 1890, 1893). A rebelião radical de 1905, por outro lado, rapidamente fracassou porque a conjuntura estava em ascensão¹²⁴. Álvarez era um típico membro da elite liberal-conservadora de seu tempo, aberturista no social, como Roque Sáenz Peña, e como ele muito preocupado pelas possíveis subversões a serem produzidas caso não se avançasse aceleradamente nas reformas. Presenciou o Grito de Alcorta, uma greve de arrendatários da zona sul de Santa Fé e norte de Buenos Aires, quase todos italianos, em 1912. A greve foi estimulada pela

123 Adolfo Saldías, *Historia de la Confederación Argentina*. Buenos Aires: El Ateneo, 3 vols, reedição, 1951.

124 Juan Álvarez, *Estudio sobre las guerras civiles argentinas*. Buenos Aires: Juan Roldán, 1914, caps. 6 e 7; e para a citação seguinte, p. 106-107, 162, 198. Ver também Plácido Grela, *El grito de Alcorta: historia de la rebelión campesina de 1912*. Rosario: Tierra Nuestra, 1958, e Aníbal Arcondo, *El conflicto agrario de 1912. Ensayo de interpretación*. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, outubro-dezembro 1980.

baixa de preços dos grãos, enquanto os valores dos arrendamentos, fixados em pesos, mantinham-se firmes. Os dirigentes eram três italianos, Francisco, José e Pascual Netri, os dois últimos padres locais e o primeiro influenciado por ideias de esquerda. Os radicais e os socialistas tentaram tirar algum capital político intervindo no conflito, que depois de um longo processo, com cenas de violência, conseguiu se equilibrar, mas deixando resquícios de ressentimento nos atores envolvidos. Diz Álvarez a respeito de Alcorta que foi um “movimento esporádico, prenunciador de maiores transtornos no futuro”. Para evitar que no futuro os arrendatários, expulsos de suas possessões, viessem para Buenos Aires qual novos *montoneros*, era necessário assegurar o acesso à propriedade. Do contrário,

milhares de famílias voltarão ser numerosas na cidade o dia em que, por qualquer causa, os grandes proprietários decidam produzir gado em lugar de cereais. A greve sangrenta já é um fenômeno mais grave e perigoso que as revoluções provinciais.

A poesia com conteúdo de protesto teve dois destacados intérpretes em Evaristo Carriego e Pedro Palacios, conhecido como Almafuerte. Na novela destacaram-se Benito Lynch, Gustavo Martínez Zuviría, que assinava como Hugo Wast e Roberto Payró, cujas *Divertidas aventuras del nieto de Juan Moreira* constituem uma obra de crítica social, em que o descendente de um velho caudilho enfrenta a um intelectual renovador influenciado pelas novas ideias do século. No campo das publicações periódicas culturais e científicas, temos que mencionar a *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, de Rodolfo Rivarola, a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, de Estanislao Zeballos, e a *Revista de Filosofía*, de José Ingenieros¹²⁵.

125 Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo, *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

O projeto de Roque Sáenz Peña (1910-1914)

Os partidos políticos estavam muito desagregados, começando pelo oficialismo, ferido de morte pela ruptura entre Roca e Carlos Pellegrini. As tentativas reformistas dos próprios governos do regime produziam mais divisões, pois nem todos os que faziam o sistema funcionar pensavam que haveria de reformá-lo radicalmente para assegurar sua sobrevivência. Preferiam pensar, parafraseando Luis XV, “O que vem atrás, que se apresse”. De toda forma, a influência oficial sempre servia. O presidente Figueroa Alcorta conseguiu mediante sua gestão em algumas províncias, começando pela de Buenos Aires, impor Roque Sáenz Peña como sucessor. Sáenz Peña tinha uma longa trajetória, como representante de um conservadorismo esclarecido, disposto a correr alguns riscos para abrir o sistema à participação popular. Sua vitória foi produto da fraude, mas deu um passo definitivo para aboli-la, impondo a lei de sufrágio secreto. A campanha de Sáenz Peña caracterizou-se por seu discurso a favor de três “obrigatoriedades”:

1. O sufrágio secreto, baseado em um censo genuíno, e obrigatório.
2. A educação comum, laica, gratuita e obrigatória.
3. O serviço militar para todos, também, obviamente, obrigatório¹²⁶.
4. É mais fácil entender a obrigatoriedade da educação e do serviço militar do que a do voto. Se o voto era um direito, então por que obrigar a gente a exercê-lo?

126 Roque Sáenz Peña, *Escritos y discursos*. Buenos Aires, 1914-1915, 2 vols. Ver também Unión Nacional, *Sáenz Peña: la campaña política de 1910*. 2 vols. Buenos Aires, 1910; e para a citação seguinte, *Ibidem*, vol. 2, p. 104.

Havia várias respostas possíveis, desde as mais ostensivas e públicas até as menos explícitas, mas nem por isso menos importantes. O argumento mais comumente manifestado era que a gente não estava acostumada a votar, e que por isso havia que se fazer do sufrágio obrigatório. Também diziam que um grande setor da população, da classe média para cima, não participava das votações por temor das violências habituais. Agora teriam que enfrentar os riscos, caso não quisessem que todos seus trâmites oficiais fossem dificultados pela falta do selo em sua caderneta. Menos ostensivo era o argumento de que o radicalismo, assim como a esquerda, tinha força somente entre as minorias ativas. Essas minorias podiam determinar o sucesso de uma greve, os gritos de uma manifestação, mas nunca chegariam a formar uma maioria eleitoral. O próprio exemplo europeu demonstrava isso: ali, em condições de liberdade eleitoral, o socialismo raramente superava a quinta ou quarta parte do eleitorado. Sáenz Peña, na mensagem ao Congresso, apresentando sua lei eleitoral, dizia que

sem a inércia egoísta da maioria, as minorias que se agitam no seio de todas as nações jamais chegariam a por em sério perigo a ordem institucional ou política e, ainda, os fundamentos da ordem social.

Supunha-se que a maioria da população, em todos os seus níveis sociais, era basicamente moderada, e aceitava a liderança oferecida pelos setores “esclarecidos”, prestigiosos e endinheirados. O problema era trazê-la à tona, fazer expressar essa “maioria silenciosa”. Daí o voto obrigatório. O patrão da fazenda, o chefe político local, agora poderiam forçar sua gente a ir às urnas, ainda que já não controlassem a forma em que votavam. Era dado como certo que iriam votar, em sua maioria, em alguma variante dos políticos tradicionais. O perigo era a apatia. Em condições em que muito pouca gente se apresentasse para votar, o mais provável, se

pensava, era que se impusessem os ativistas radicais ou socialistas. Para evitar essa eventualidade, apelava-se sistematicamente à fraude, ocasionando ressentimentos e revoltas. Agora, já que havia que deixar de lado a fraude, o melhor era conseguir que a grande massa da população votasse, para afogar as minorias ativistas e ideologicamente antagônicas ao sistema imperante. Se nada fosse feito, o perigo era a continuação da situação existente, em que, segundo Ramón J. Cárcano (o fracassado “delfín” de Juárez Celman), por “um quarto de século o governo e a nação tem vivido vencendo a rebelião estourada, ou temendo a rebelião por estourar”¹²⁷. Tratava-se de uma aposta, no fundo bastante arriscada. De fato, fracassou em seu objetivo principal, que era assegurar uma nova presidência conservadora ou liberal, moderadamente progressista e legitimada pelo voto. Teve êxito em outro objetivo secundário: dividir a oposição legal (radical e socialista), que tomou o caminho das urnas, da subversiva, anarquista, que não iria aceitar essa alternativa e que, em consequência, se veria ilhada. Que é o que de fato aconteceu.

A aplicação da lei Sáenz Peña e a eleição de Hipólito Yrigoyen

Sáenz Peña apresentou seu projeto de lei desde o princípio de sua presidência, com a colaboração do ministro do Interior, Indalecio Gómez, que fez um papel parecido ao que Joaquín V. González desempenhou para Roca. Conseguiu uma maioria que aprovasse seu projeto. Nele, outro aspecto tão importante quanto o do voto secreto era o que buscava assegurar-se que o censo ou lista de eleitores fosse genuíno, para que não votassem mortos e marcianos. Isto foi conseguido usando para identificar o eleitor o domicílio para fins militares, que emitia para cada

127 Ramón J. Cárcano, *Otras cuestiones y juicios*. Buenos Aires, 1914, p. 9; Miguel Rodríguez, *Sáenz Peña y su obra*. Buenos Aires, 1915, p. 50-52.

cidadão uma Caderneta de Reservista (Libreta de Enrolamiento), que também servia como identidade. Por outro lado, o exército protegeria as urnas, para dar mais segurança e evitar que grupos políticos armados se animassem a meter o bedelho no processo, atemorizando a gente ou alterando o registro dos votos. Alei trazia de volta o sistema tradicional de usar as províncias como circunscrições eleitorais, ou seja, não adotou as ideias de Joaquín V. González a respeito dos distritos pequenos, uninominais. Mas para garantir a representação das minorias estabeleceu o chamado sistema de “lista incompleta”. Cada partido só poderia apresentar como candidatos dois terços do número de deputados que correspondiam à província. Dessa maneira ficava assegurado que o segundo partido mais votado, qualquer que fosse o número de sufrágios alcançado, chegasse a possuir uma apreciável representação, ou seja, o terço restante. Mas para isso era preciso ter muitos votos no nível provincial.

Se um partido tinha força só em um pequeno distrito de uma província, certamente não alcançaria a condição de segunda força em escala provincial e não teria representação. Nesse sentido, a Lei Sáenz Peña assegurava menos abertura às pequenas minorias, mas concentradas geograficamente, que o método idealizado por González. A grande inovação, de qualquer forma, era o voto secreto e o registro eleitoral controlado mediante as cadernetas de reservista, cuja pureza era necessária aos efeitos do serviço militar. Nesse sentido as reformas de Sáenz Peña foram de enorme transcendência. Tão logo declarada a vitória eleitoral de Sáenz Peña, que foi baseada na fraude usual, havia rumores que os radicais planejavam outra revolução, como a que acompanhou a assunção de Quintana. Para evitar essa perspectiva Sáenz Peña teve uma entrevista com Yrigoyen, anunciando-lhe seu projeto de lei e propondo que seu partido participasse em alguns ministérios.

Yrigoyen disse que só queria que fosse sancionada a lei e que não poderia aceitar nenhuma cadeira no gabinete.

A primeira prova do novo sistema veio em 1912, com a renovação de poderes em Santa Fé, onde uma intervenção havia eliminado o regime fraudulento preexistente. Os radicais santafesinos, vencendo a resistência de Hipólito Yrigoyen, ainda desconfiado, concorreram e venceram o governo, ainda que sem a maioria absoluta. Em segundo lugar figurou uma coalizão conservadora, e a terceira posição correspondeu à Liga do Sul organizada por Lisandro de la Torre, um político renovador que havia passado brevemente pela UCR e havia se distanciado diante do personalismo de Yrigoyen. Nas eleições nacionais de deputados, realizadas nesse mesmo ano de 1912, venceram os radicais na Capital, onde se desfez o oficialismo, que sequer chegou à minoria, conquistada pelo socialismo. Porém, na província de Buenos Aires o conservadorismo se impôs, em parte por sua popularidade, e em parte porque já haviam encontrado algumas formas de enganar ainda que na cabine devotação escura. Passaram-se alguns anos antes que realmente pudesse ser assegurada a pureza do sufrágio. Em Córdoba, também os oficialistas ganharam o governo por escassa diferença com os radicais. O balanço não era de todo mal para o governo. No ano seguinte, 1913, havia eleições na Capital para senador, vencidas por Enrique del Valle Iberlucea, socialista. Como o eleito era nascido na Espanha, houve no congresso oposição em aceitar sua designação. Essa oposição foi liderada por José Camilo Crotto, radical que, apesar de ser filho de italianos, impugnou a presença de uma pessoa que não só era estrangeiro, mas que tinha convicções nacionais pouco confiáveis, dado o internacionalismo que prevalecia em um amplo setor do Partido Socialista. A Câmara, de qualquer maneira, aceitou sua designação. Já no ano seguinte, 1914, já a maioria na Capital correspondeu aos socialistas, com os radicais em segundo lugar. Obviamente, a Capital não era lugar de

força para os conservadores; mas estes se defendiam bastante bem nas províncias. Em Buenos Aires o conservador Marcelino Ugarte retornava ao governo, ainda que forçando um pouco os números a seu favor mediante a compra de votos, pois, caso os integrantes da mesa eleitoral não vigiassem bem, podia-se vê-lo marcando de alguma forma a papeleta. Em Córdoba chegava ao governo Ramón J. Cárcano, e em Salta Robustiano Patrón Costas, ambos claramente conservadores, mas dispostos a entrar no novo jogo de competição política com uma oposição popular.

Na frente diplomática, Sáenz Peña chegou a um acordo amistoso com o Brasil, com o qual se haviam desenvolvido sérias tensões ao finalizar o período anterior. O desenvolvimento econômico prosseguiu de maneira muito dinâmica, o que se refletiu no Terceiro Censo Nacional (1914), um dos melhores realizados tecnicamente no país. Foi dirigido por Francisco Latzina, um dos homens de ciência que se distinguiram neste período. Formava um trio brilhante, junto ao perito Francisco Moreno, conhecido por seu trabalho no conhecimento da Patagônia, e a Florentino Ameghino, cujas investigações sobre espécies fósseis permitiram ter uma imagem mais completa da evolução das espécies nesta parte do mundo.

Em agosto de 1914, morreu o presidente, e nesse mesmo ano falecia Julio A. Roca. Pouco antes (1906) haviam desaparecido Bartolomé Mitre, Carlos Pellegrini e Bernardo de Irigoyen. Uma nova época nascia com bons presságios porque, fenômeno raro na história, os beneficiários do antigo regime pareciam dispostos a ceder o passo sem demasiadas resistências. Os que apoiavam o projeto de Sáenz Peña conseguiram assegurar-se de que seu sucessor não dera marcha atrás. Um dos partidários da reforma, Miguel Rodríguez, lamentava que o presidente falecido não tivesse feito maiores esforços por organizar um partido em

torno de suas ideias. Em sua concepção o extremismo, ou o que parecia tal, não era perigoso, pois o próprio socialismo, segundo afirmava o historiador italiano Guglielmo Ferrero, se moderaria se chegasse ao governo. Era necessário aceitar quase todo o programa mínimo do socialismo, como lhe havia aconselhado Quintana em seu momento. Sáenz Peña não havia tentado – possivelmente porque não tinha possibilidades concretas de fazê-lo – formar um partido próprio, ou reagrupar em torno dele o que restava do antigo oficialismo do PAN. As forças capazes de uma oposição ao yrigoyenismo eram duas:

1. O Partido Conservador, da província de Buenos Aires, dirigido por Marcelino Ugarte, onde se mantinham as principais tradições do PAN, com poucas convicções acerca da necessidade das reformas.
2. O Partido Democrata Progressista (PDP), dirigido por Lisandro de la Torre, e agrupando diversos partidos provinciais.

Lisandro de la Torre havia atuado brevemente na Revolução de 1890 e na UCR, da qual logo se afastou por dissidências com o personalismo de Yrigoyen. Anos depois formou, na zona de influência de Rosário, a Liga do Sul, partido de gravitação local, apoiado por pequenos produtores, proprietários e comerciantes. Agora emergia à cena nacional, disposto a cooperar com o projeto aberturista ainda que conservador de Roque Sáenz Peña. O Partido Democrata Progressista proclamou a fórmula presidencial encabeçada por Lisandro de la Torre, com um vice, Alejandro Carbó, mais claramente conservador. Lisandro de la Torre, que havia passado pelo radicalismo, sempre teve algumas simpatias por formulações socializantes, que se incrementaram com o tempo, mas elas eram superadas por sua animosidade contra o personalismo yrigoyenista. As forças que agora o apoiavam eram

heterogêneas ao extremo, e isso foi causa de numerosos conflitos internos, bem como tentativas de mudar no último momento a candidatura. Esta sempre podia, no momento da reunião dos colégios eleitorais, ser modificada, com base em transações ou busca de alianças. O Partido Conservador de Buenos Aires ia com eleitores próprios, com liberdade de voltar-se no último minuto a quem preferissem.

A eleição deu o triunfo a Yrigoyen, mesmo que por algo menos que a metade dos sufrágios. O radicalismo de Santa Fé foi dividido, e ali se impuseram os dissidentes, encabeçados por Rodolfo Lehmann, um bem-sucedido colono alemão naturalizado. Os socialistas conseguiram também eleitores na Capital, por minoria, e teriam obtido a maioria se não estivessem divididos. Por um momento pareceu que poderia dar-se a grande coalizão de “todos contra Yrigoyen”, desde a direita até o socialismo, incluindo os dissidentes santafesinos. Mas ao optarem estes por dar suas preferências a Yrigoyen, acabaram as conjecturas.



CAPÍTULO 12

AS FORÇAS SOCIAIS EM JOGO: ANTECEDENTES

Características do radicalismo: os primeiros tempos e a ideologia

O radicalismo emergiu durante o último terço do século XIX como um desprendimento dos partidos tradicionais, especialmente o Autonomista. Leandro Alem, Hipólito Yrigoyen, Aristóbulo del Valle e Bernardo de Irigoyen militaram no partido de Alsina. Os dois primeiros comporiam logo a base do setor intransigente, enquanto os últimos sempre foram mais negociadores. Os quatro se desprenderam do alsinismo em 1877, como protesto ante a Conciliação com Mitre, cuja rebelião fora vencida três anos antes. Buscando novos horizontes políticos, os recém-separados tentaram formar um Partido Republicano com ideias reformadoras e ofereceram a candidatura presidencial a Sarmiento, projeto que não se concretizou. Em vez disso, acabou na confrontação de 1880 e na federalização da Capital. Durante esse episódio o grupo apoiou o governo nacional, contra o levante de Carlos Tejedor, e se solidarizou com o PAN organizado por Roca. Nessa ocasião, foi eleito deputado nacional por Buenos Aires Hipólito Yrigoyen, nas listas do partido oficial. Quanto a Bernardo de Irigoyen, chegou

a ser ministro de Roca. Alem também se filiou em um primeiro momento, mas logo demonstrou sua autonomia e renunciou, ao se opor à entrega da cidade de Buenos Aires¹²⁸.

Durante a Revolução do Parque, de 1890, deu-se realmente o batismo de fogo do que logo seria a União Cívica Radical, ainda que por enquanto unida aos mitristas e aos católicos. Alem foi o chefe da revolução, e depois dirigiu o setor “radical” que rompeu com a política *acuerdista*¹²⁹ que Mitre estava tentando. Em 1891 formou-se o partido, como seção da União Cívica (que foi convertida em União Cívica Nacional, uma ressurreição do velho Partido Liberal, sob a direção de Mitre). Em 1893, o governo de Luis Sáenz Peña, fruto da Conciliação, ofereceu a Aristóbulo del Valle um posto equivalente ao de primeiro-ministro (ainda que esse cargo não existisse constitucionalmente). Era um passo audacioso, que procurava integrar a principal oposição popular às responsabilidades de governo, deixando de lado a via armada. Mesmo que Del Valle não fosse formalmente membro da UCR, na prática, estava estritamente associado a seus homens, especialmente à ala moderada de Bernardo de Irigoyen. Não se logrou o objetivo almejado com esta incorporação e, em seguida, estourou a revolução radical de 1893, em várias províncias. Pouco depois, desaparecido Alem, o partido ficou dividido entre “bernardistas” e “hipolitistas”. Bernardo de Irigoyen seguiu uma estratégia *acuerdista*, que o levou ao governo da província de Buenos Aires (1898-1902), enquanto Hipólito persistia na intransigência e nos complôs com setores das Forças Armadas.

128 Paula Alonso, *Entre la revolución y las urnas: los orígenes de la Unión Cívica Radical y la política argentina en los años '90*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000; Aristóbulo del Valle, *La política económica argentina en la década del ochenta*, com estudo preliminar de Luis Sommi. Buenos Aires: Raigal, 1955; César Augusto Cabral, *Alem: informe sobre la frustración argentina*. Buenos Aires, 1967.

129 N.T.: Por política “acuerdista” entende-se a transição mediante arranjos de cúpula, quase sempre produto de coalizões formadas entre membros da elite político-militar, sem participação alguma dos setores intermediários e populares. Ver Saguier, 1993.

Os objetivos do radicalismo estavam centrados no cumprimento da constituição, buscando uma purificação do voto e um respeito pela autonomia dos três poderes. Mas, além disso, sempre houve aspectos de reforma econômica e social, nos quais nem todos os setores internos coincidiam. Um aspecto central dessas políticas no âmbito econômico era a atitude em relação às terras públicas. O objetivo era conseguir uma divisão mais igualitária, como dizia uma comunicação do já presidente Yrigoyen ao governador de Santiago del Estero, em 1920:

A terra pública, empregada como elemento de trabalho, é o mais poderoso fator de civilização, por conseguinte uma nação com o grau de cultura ao qual chegou a nossa não deve desprender-se de suas terras a não ser para entregá-las ao labor de muitos, à colonização intensa e à radicação de múltiplos lares. De outra maneira, se cai no conceito anacrônico do latifúndio que retarda o progresso¹³⁰.

Paralelamente, ao preservar para amplo uso a terra pública, Yrigoyen defendia a necessidade de proteger a “segunda grande riqueza”, o petróleo, “pondo nas mãos do Estado o domínio efetivo das jazidas petrolíferas e lhe conferindo o monopólio de sua exploração e comercialização”. Como parte de um projeto de desenvolvimento econômico mais equilibrado, Yrigoyen propunha também a saída ao Pacífico desde o Norte argentino, por meio de ferrovias “que pusessem de maneira direta e prática em comunicação com o mundo as zonas do país, cuja situação exclui a ideia de uma via econômica intensa através de uma dependência

130 Gabriel del Mazo (org.), *El pensamiento escrito de Yrigoyen*. 2ª ed. Buenos Aires: Index, 1945, p. 85. Para as citações seguintes, “Mensaje al Congreso Nacional”, 22/10/1929, p. 90-91 “Mensaje al Congreso Nacional”, julho de 1922, *ibidem*, p. 98-99; e “Mensaje al Congreso Nacional”, 16/10/1920, *ibidem*, p. 95.

absoluta do Litoral”. Como resultado dessa atitude de promoção produtiva, seria necessário para o Estado

adquirir uma posição cada dia mais preponderante nas atividades industriais que correspondam principalmente à realização de serviços públicos. Se em alguma parte essas atividades devam ser substituídas no que for possível pelas aplicações de capital privado, será em países de desenvolvimento constante e progressivo, como o nosso.

Quanto às relações entre capital e trabalho, a União Cívica Radical propunha o estabelecimento de um Código do Trabalho – testado sem êxito já na segunda presidência de Roca – e a intervenção do Poder Executivo nos conflitos, quando fosse necessário, para conseguir uma conciliação sem o uso da força. No radicalismo dos primeiros tempos havia um elemento de nativismo xenófobo, mais enfatizado por alguns setores que outros dentro do partido. Ricardo Caballero, que foi vice-governador de Santa Fé (1912-1916), definia-se como de tradição federal e insistia no apoio que tinha a UCR entre “os altaneiros grêmios *criollos* de estivadores, condutores de carroças, cocheiros, serventes de armazéns, peões e consignatários de fazendas e trabalhadores do bairro dos velhos matadouros”. Caballero contrastava esta situação com a da Liga do Sul, de Lisandro de la Torre (precursora do Partido Democrata Progressista) que, diz, “tomou sobre si a ingrata tarefa de nacionalizar estrangeiros de qualquer origem e condição, com fins eleitorais”, obtendo apoio “da plutocracia rosarina, os fortes comerciantes do interior, os colonos italianos e seus filhos”. A invasão estrangeira, a seu ver, ameaçava ao próprio PAN, que “começava a perder sua fisionomia *criolla*; caudilhos do tipo de

Cayetano Ganghi, nascido em Nápoles, atuavam nos comitês, substituindo os característicos e bravios chefes de paróquias¹³¹.

Ganghi era uma personagem curiosa na Argentina, mas muito comum nos Estados Unidos. Lá proliferavam os indivíduos que facilitavam aos imigrantes os trâmites para se tornarem cidadãos, esperando obter em troca seus votos. Os partidos norte-americanos eram os que organizavam essas atividades, é claro. Na Argentina, apesar desse caso pouco comum, em geral os estrangeiros não se nacionalizavam. Não porque os partidos locais não tratassem de conseguir seu apoio, mas porque a resistência em perder sua cidadania de origem era muito grande entre a maior parte dos novos habitantes, como já observara Sarmiento. Quanto às formas da organização partidária, um dos primeiros teóricos do radicalismo, Joaquín Castellanos, sugeria a necessidade do caudilhismo em nosso ambiente. Afirmava que

os males políticos do presente não são a herança dos caudilhos, mas, ao contrário, uma resultante de seu desaparecimento durante um ciclo histórico, no qual ainda se fazem necessários para a organização e direção das forças populares.

Para Castellanos, o ruim não era o caudilhismo, mas sim o caciquismo, e pior de tudo, a indiferença cívica. Talvez haja aqui uma mera questão de nomes – caudilhismo *versus* caciquismo –, mas o fato é que Castellanos estava apontando uma característica geral da política, que é sua necessidade de que venham a emergir personalidades de destaque, capazes de liderar os demais. Uma sociedade moderna gera esse tipo de direção com menor elemento pessoal ao que uma ainda mais nova nas lides cívicas. De qualquer forma, ainda nesses países de maior desenvolvimento político,

131 Ricardo Caballero, *Hipólito Yrigoyen y la revolución radical de 1905*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, reedição, 1975, p. 111, 138-140.

frequentemente a direção tem um elemento surpreendente de personalismo. Não deviam então tornar-se cegos, na cópia de um modelo “moderno” que provavelmente não existia sequer nos países onde se pensava poder encontrá-lo. Estranhamente, Castellanos criticava Roca por não ser um caudilho, pois “não conhece os comitês”. Mais caudilhos, no bom sentido da palavra, haviam sido Mitre, Alem, o próprio Bernardo de Irigoyen e também Pellegrini. É significativo que, ensimesmado na luta interna contra Hipólito Yrigoyen, Castellanos não o reconhecesse como potencial caudilho. Ligado ao tema dos caudilhos estava o dos partidos, que grande parte da opinião pública da época considerava excessivamente facciosos, pouco construtivos. Para Castellanos, por outro lado, “o governo de partido, tal como deve entender-se e não como se tem praticado entre nós, é o verdadeiramente lógico, o mais moral, o único possível em definitivo”. Quanto aos partidos da esquerda, ele não temia seu influxo, pois pensava que eram um fenômeno natural. De qualquer maneira, caso tivesse sido aprovada uma legislação agrária para tirar das cidades a população excessiva que havia nelas, o socialismo teria muito menos força¹³².

O movimento operário e a esquerda

Desde fins do século anterior, o Partido Socialista foi formado agrupando um amplo espectro ideológico, sindical e étnico. Já vimos como vários grupos de estrangeiros participaram em sua formação (1894-1896). Além disso, diversos sindicatos enviaram representantes, e estiveram presentes setores ideológicos filo-anarquistas bem como marxistas de posição mais revolucionária que a de Juan B. Justo, como Germán Avé Lallemand. Um membro da direção do Sindicato de Ferreiros e Afins, anunciando a formação do partido, informava que sua sociedade havia enviado um

132 Joaquín Castellanos, *Labor dispersa*. Lausanne: Payot, 1909, p. 218 e 346.

delegado, ainda que se queixasse da falta de consultas por parte do planejado Comitê Executivo. Os anarquistas italianos de *L'Avvenire* diziam que eles haviam deixado a organização socialista quando foi decidido convertê-la, após longas negociações, em partido com “programa mínimo”¹³³. Também participava um influente grupo intelectual, com figuras como José Ingenieros, Roberto Payró, Leopoldo Lugones e Carlos Madariaga, reunidos em um Centro Socialista de Estudos, criado por Juan B. Justo em 1896. Logo se uniram a eles outros escritores, como Manuel Ugarte. Ugarte enfocava as posições de solidariedade latino-americana, atitude pouco compartilhada no partido. Em 1913, perante o que considerava uma referência depreciativa em relação à Colômbia em *La Vanguardia*, Ugarte inicia uma polêmica, que em seguida toca o tema do nacionalismo e do que ele considerava o “antipatriotismo” e o pouco respeito à bandeira nacional (em contraste com a vermelha da revolução) ostentada pelo partido. A discussão alcançou grande repercussão e em seu transcurso se deu uma briga entre Ugarte e Alfredo Palacios, já deputado, que devia ser resolvida com um duelo entre ambos os cavalheiros. O resultado: os dois expulsos. Palacios retornaria depois de vários anos, enquanto Ugarte continuaria de maneira independente seu discurso de nacionalismo latino-americano com orientação socialista.

A integração de tendências tão diversas como as que haviam convergido em sua fundação resultou difícil de sustentar, e com o tempo o partido evoluiu para uma forma de ortodoxia socialdemocrata que o ilhou um tanto do ambiente político local. Juan B. Justo repudiava a “política *criolla*” e pensava que o processo migratório seguiria com a mesma intensidade durante décadas. Isso teria tornado possível uma forma de ação distinta que a que de fato se impôs cada vez mais, pois continuava existindo um país

133 *El Mecánico*, “Órgano de las Sociedades de Mejoramiento Social de Obreros Herreros, Mecánicos, Fundidores, Caldereros, Maquinistas, Foguistas y Anexos”, de 28/5/1896; e *L'Avvenire*, 4/7/1897.

criollo muito numeroso, que buscava outras formas de expressão. Esta disjunção se enfrentava quando os dirigentes do partido ou do sindicalismo em geral viajavam ao interior para ajudar na formação de sindicatos. Na época em que Biale Massé visitou essa região, o dirigente operário socialista Gregorio Pinto, continuando a tarefa iniciada por Adrián Patroni, tentou organizar de forma sindical os trabalhadores do açúcar (1905). Mas não conseguiu nenhum efeito duradouro, pois para que a gente local se movesse havia que “exercer o papel de monarca de um estado autoritário”, e ele se negava a agir dessa maneira. Talvez tampouco o pudesse fazer, mesmo se quisesse. Anos mais tarde, comentaria, um pouco dubitativo, na *Revista Socialista Internacional* (25/5/1909):

Contribuímos sem querer para que a organização (em Tucumán) não continue. Com as práticas dos grêmios aprendidas, não fomos capazes de dizer aos peões “vão lá”, “fiquem aqui”. Dissemos “a assembleia resolverá”, a comissão, os estatutos... “não há chefes entre nós” [...] Continuo acreditando que assim cumpri com meu dever, mas dói dizer que os peões açucareiros continuam sendo monoteístas. Sem ídolo não há luta¹³⁴.

A preocupação dos ativistas operários com o conceito de “ídolo” era comum naquela época. O jornal sindicalista revolucionário *Acción Socialista* dizia em um editorial denominado “Génesis del ídolo” (29/1/1910), que “a imbecilidade do povo o cria, e o caudilho não pode mais que ser o protótipo do imbecil”. A esse editor, evidentemente, não lhe preocupava ofender nem a seu público nem às autoridades. Certamente pensava que o progresso histórico iria varrer estes ressaibos do passado e da ignorância, e que quem não pertencesse ao setor esclarecido do

134 Gregorio Pinto, *Revista Socialista Internacional*, ano 1, n. 7, 25/5/1909, p. 451; e para a citação anterior, *La Unión Obrera* (órgão da União Geral de Trabalhadores), fevereiro-março 1906.

povo não se daria o trabalho de lê-lo. Para Juan B. Justo – mais cuidadoso em suas expressões que aqueles militantes mais rudes – o importante era a organização da classe operária, conceito que repete em sua *Teoría y práctica de la historia* (1909):

A forma mais simples é o clube ou centro em que se reúnem os trabalhadores de um ramo e uma cidade, sem comissão permanente em seu começo. Quando dispõem já de um local e têm uma caixa para guardar, designam uma comissão, mas esse rudimento de órgão executivo apenas abrevia as tarefas da assembleia, que delibera e resolve ainda sobre as questões mais detalhadas. Não será assim nos principais grêmios das grandes cidades modernas. Impossível que os 8.500 operários alfaiates de Buenos Aires, nem os 15 ou 20 mil trabalhadores da casa Krupp de Essen, reunidos em massas, deliberem com acerto. Necessariamente predominaria nessas multidões a opinião dos homens de voz mais estentórea e gesto desaforado. Ao elevar-se o número de secções coligadas, se faz necessário designar um ou mais funcionários permanentes do grêmio, que é preciso também pagar de um fundo central [e que] desenvolvem suas aptidões e se qualificam cada vez mais¹³⁵.

A seguir, Justo descreve a constituição da agremiação de caldeiros da Inglaterra, “de uma democracia primitiva e inadequada para uma organização de tal magnitude, [que] havia caído em completo desuso e, em realidade, o grêmio era administrado e dirigido por uma burocracia de homens capazes e honoráveis, formada pelos funcionários pagos, sempre reeleitos,

135 Juan B. Justo, *Teoría y práctica de la historia*, reedição, Libera, Buenos Aires, 1969 [1909], p. 350-351. Ver também Donald Weinstein, *Juan B. Justo y su época*. Buenos Aires: Fundación Juan Justo, 1978, e José Aricó, *La hipótesis de Justo: escritos sobre el socialismo en América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

e docilmente secundados pelo comitê executivo”. Este modelo é um pouco extremo, mas obviamente Justo o considera mais eficiente que uma estrutura de maior participação de base. Dá, entretanto, outro exemplo a seu ver mais eficaz, que viu na Alemanha: uma mistura de burocracia centralizada e ativismo nas seções locais. Estas “são sempre, em certa medida, assembleias deliberantes, o que, para a massa de afiliados, deixa mais eficiente sua função educativa. Mas as principais questões relativas à ação da associação são resolvidas pelo Congresso da Federação, formado por representantes com amplos poderes, não por simples delegados com mandato imperativo, e pelo Comitê Federal, eleito e fiscalizado pelo Congresso”.

Os anarquistas, ao contrário, repudiavam toda essa complexa organização que levava à burocracia e talvez à corrupção dos dirigentes, ou pelo menos à perda de seu impulso revolucionário. No caso mais extremo dos anarquistas individualistas, “rejeitavam toda organização artificial, todo regulamento, toda liga, toda espécie de centro ou de simples comissão”. Em um artigo de um jornal dessa tendência, *L'Agitatore*, de Bahía Blanca, intitulado “Sejamos bárbaros”, Julio Camba invocava “a idade venturosa de nossos primitivos, aqueles homens peludos que andavam errantes livremente pelas selvas”. Depois desse exórdio algo retórico, agregava, mais seriamente: “Necessitamos nos rebelar contra a cultura. A força: está aí tudo o que nos faz falta”. Em suas desordenadas leituras nas Bibliotecas Populares, muitas delas criadas por Sarmiento, os militantes se “envenenavam” – já o havia previsto Alberdi – não só com os livros do *corpus* marxista e anarquista, mas também com os de Spencer e ainda os de Nietzsche. Um deles concluía: “O antigo grito ‘proletários de todos

os países, uni-vos’, provocou bancarrota. ‘Proletários de todos os países, rebelai-vos’, é o que temos que gritar”¹³⁶.

Contra a organização burocrática, contrapunham o indivíduo, e não se esquivavam do nome de aristocratizantes que seus adversários lhes lançavam. O mesmo jornal reproduz a respeito um texto do italiano Umberto Faina, em que caracteriza o povo como um grande enfermo, que tem em seu seio “um tumor gangrenoso: a plebe. Foi sempre o sicário dos poderosos, o assassino de todas as aspirações ao bem-estar, à justiça, ao amor”. Ao autor não lhe importa que o chamem aristocrata: o é, diz, “no culto estético, que sinto vivo em mim, de uma ideia que, como a nossa, é nobremente, artisticamente gentil e perfeita”.

L’Agitatore, o jornal onde apareceram esses textos, teve que se mudar para Montevidéu, e logo, ao retornar a BuenosAires, já se definia simplesmente como “bimensile individualista”. Em um artigo de J. Zonchetti, desde Assunção, contrapunha duas grandes tendências: o cristianismo, que acredita no bem aos demais, e o individualismo, que acredita no bem a si próprio, como foi pregado por Emerson, Stirner e Nietzsche. Outros, iniciado seu caminho no anarquismo, terminariam no fascismo, como Juan E. Carulla. Evidenciando algumas de suas posteriores tendências, já em 1915 escrevia no prestigiado jornal cultural dirigido pelo poeta anarquista Alberto Ghirardo, que

a existência de raças superiores e inferiores, em razão de civilização, é inegável, ainda que isso repugne à estreiteza mental de certos sociólogos profissionais. A história nos demonstra que, a todo o momento, uma dessas raças, mais ou menos definida, desempenhou, do ponto de vista

136 Julio Camba, “Seamos bárbaros”, *L’Agitatore* (Bahía Blanca), de 14/4/1906, e para as citações seguintes, de 13/11/1907, 17/12/1908 e o vol. 2, n. 6, s.d. [1905].

da civilização, uma função reitora em relação aos demais grupos étnicos.

No momento, a conclusão que se tinha deste fato era que os anarquistas deviam apoiar os aliados contra Alemanha, apesar de que essa luta não era, obviamente, uma luta de classes¹³⁷. Na revista *Ideas y figuras* se expressava, em geral, o setor mais moderado, mais “organizador” do anarquismo, próximo ao sindicalismo revolucionário. Um dos membros dessa corrente, Juan Pallas, falando da “nova etapa” em que agora se encontrava o movimento operário, que seria de tipo evolucionista, contrastava-a com a tradicional, em que

[o] maior êxito estava destinado para os que falassem mais profundamente aos sentimentos que à razão. A agitação autêntica, demagógica, que propugna pela “revolução social iminente” e que na Europa entrou já em seu ocaso, se acha ainda aqui em sua hora propícia¹³⁸.

Nesse ambiente de ideias tão contrapostas, a Revolução Mexicana de 1910 (que se consolidou em 1920) produziu um efeito comparável ao da Revolução Cubana, décadas depois, mesmo tendo sido logo eclipsada pela que estourou na Rússia. O órgão da Confederação Operária Regional Argentina (CORA), entidade que se havia formado em 1910 com socialistas, sindicalistas revolucionários e alguns anarquistas “evolucionistas” (contra a mais tradicional FORA anarquista), saudava os companheiros mexicanos, em um artigo intitulado “A revolução operária no México. A burguesia em perigo. Ajudemos nossos irmãos”, e afirmava com entusiasmo que “os operários mexicanos realizaram já o que nós jamais sequer tentamos: derrotar forças do exército

137 Juan Carulla, “Alemania debe ser vencida”. *Ideas y Figuras*, 4/1/1915.

138 Juan Pallas, “Nueva etapa”, *ibidem*, 28/5/1915.

sustentadas por forte artilharia”. Isso que o processo estava só começando¹³⁹.

Entre os socialistas e os anarquistas situavam-se sindicalistas revolucionários, que se separaram do Partido Socialista em 1906, e logo se incorporaram a grupos de procedência anarquista, enfrentando os mais “duros”, que controlavam a FORA, que se havia dividido em dois em seu Quinto Congresso, realizado em 1905. Desde então a FORA dos anarquistas era chamada “a FORA do Quinto Congresso”, e seus aderentes “quintistas”, e se expressava no jornal *La Protesta*¹⁴⁰. Seus adversários os condenavam como “clérigos da luta operária”, aduzindo que haviam transformado esse jornal em “uma tribuna mística e antirrevolucionária”. Com menor cortesia, os associados de *La Confederación* os tachavam de “desocupados, ex-policiais, procuradores, maus advogados e aves negras de toda espécie que redigem *La Protesta*”. Por outro lado, a relação entre socialistas e radicais não era fácil, devido talvez às características personalistas e muito *criollas* da liderança de Yrigoyen, assim como ao purismo ideológico do partido dirigido por Juan B. Justo. No Partido Socialista havia certo enfrentamento entre sua prática claramente moderada e reformista, e algumas de suas declarações teóricas, que eram de elevado traço marxista. Para compatibilizar ambas as características, o partido diferenciava seu “programa máximo”, que propunha uma socialização total da propriedade, de seu “programa mínimo”, o único que se apresentava ao eleitorado e sobre o qual se baseava a ação parlamentar e sindical de seus aderentes.

No campo, às vezes também se davam fenômenos de agitação social que podiam ligar-se aos da cidade. Na região do milho, do norte de Buenos Aires e sul de Santa Fé, em 1912, como já

139 *La Confederación*, ano 2, n. 10, julho de 1911.

140 *Acción Socialista*, ano 2, n. 42, de 1/5/1907; *La Confederación*, ano 2, n. 15, 1/2/1913.

vimos, houve um protesto generalizado da grande quantidade de arrendatários, em sua maioria italianos, que cultivavam o cereal nessa área. A greve foi decidida em uma reunião na Sociedade Italiana, da localidade de Alcorta, daí o nome “Grito de Alcorta” com que se conhece este movimento. Durante seu transcurso houve participação de dirigentes socialistas e anarquistas. Também o recém-eleito governo radical de Santa Fé apoiou o protesto, e o mesmo ocorreu com setores da imprensa e do comércio, que culpavam os grandes revendedores internacionais de serem os causadores da crise. Como resultado desta ação coletiva, que durou três meses e envolveu uma grande quantidade de gente, formou-se a Federação Agrária Argentina (FAA), dirigida por Esteban Piacenza, com fortes influências de esquerda. A FAA estabeleceu um acordo de ação conjunta com a FORA de orientação moderada sindicalista, a chamada FORA do IX Congresso.

O espectro das forças conservadoras e liberais e as origens do nacionalismo

O conservadorismo tradicional argentino tinha sua base na classe alta agropecuária, muitos de cujos membros participavam desde muito no ambiente político local. A burguesia, ao contrário, majoritariamente estrangeira e sem carta de cidadania, sofria um déficit de participação e, portanto, debilitava o que poderia haver sido uma força conservadora moderna ou liberal. O Partido Democrata Progressista, em seu início, cumpria esse papel, e por isso foi eleito, em 1916, como principal veículo do esforço renovador, mas continuísta do setor governante. A facção mais nitidamente tradicionalista das forças da direita era o Partido Conservador de Buenos Aires, dirigido por Marcelino Ugarte, que desconfiava das inovações e preferia apostar no que era seguro. A divisão entre essas duas alas da direita ou centro-direita argentina foi a responsável por não haverem podido enfrentar com êxito

o repto de Yrigoyen e por seu apoio eleitoral diluir-se rapidamente. À época do centenário apareceram dois livros que refletiam um crescente sentimento nacionalista. Este começou expressando-se dentro de bases liberais e logo evoluiu em diversas formas. Esses dois livros eram *La restauración nacionalista*, de Ricardo Rojas (1909) e *El diario de Gabriel Quiroga* de Manuel Gálvez (1910).

Ricardo Rojas, cujo pai foi governador de Santiago del Estero, vinha da classe alta local. Estudante em Buenos Aires, passou pelo impacto de se sentir um “João Ninguém” em meio à onda de imigrantes que faziam fortuna e não sabiam nada da sua pequena pátria nem de suas tradições e prestígios. Impactado pela Geração espanhola de 98, que incluía figuras como Miguel de Unamuno, realizou uma viagem à Europa, enviado pelo governo para ver como faziam ali o estudo da história. Deu-se conta de que esses países eram menos internacionalistas do que podiam parecer vistos de longe. Ao voltar resumiu seus pontos de vista em *La restauración nacionalista*.

Manuel Gálvez provinha de família abastada e ligada à política da província de Santa Fé, à qual havia dado caudilhos locais e um governador, tio de Manuel. Tornou-se advogado em Buenos Aires, aonde chegou muito jovem, cheio de ideias de anarquismo cristão absorvidas dos livros de León Tolstói. Também estava influenciado pela prédica de José Enrique Rodó, o autor uruguaio de *Ariel*, obra que teve grande impacto no continente, pois contrapunha o “espiritualismo” latino-americano ao “materialismo” anglo-saxão. Em *El diario de Gabriel Quiroga*, escolhe uma personagem habituada à introspecção e a confiar seus sentimentos ao diário íntimo, para expressar suas próprias ideias. Gálvez buscava uma regeneração nacional por meio de uma pequena elite de gente dedicada a um ideal, sem importar-se com a multidão. Dada esta posição aristocratizante não simpatizou de início com Yrigoyen,

ainda que tenha se aproximado mais tarde para apoiá-lo, já em 1928, mas por pouco tempo. Rojas e Gálvez haviam participado na revista literária *Ideas* (1903-1905), junto a Mario Bravo e Alberto Gerchunoff, que logo se orientariam para a esquerda. Como poetas, admiravam Rubén Darío, mesmo que, como em seguida recordaria Gálvez,

*carecíamos de fervor para com as princesas, as marquesas versalhescas e a Grécia de terceira mão que nos evocavam o mestre e seus discípulos imediatos. Nós éramos muito menos cosmopolitas que eles e, em nossa subconsciência, agitavam-se já, seguramente, as imagens dos seres e das coisas de nossa terra, que faríamos viver mais tarde em nossos livros*¹⁴¹.

Rojas era fundamentalmente laico e, em 1930, afiliou-se à UCR. Gálvez, depois de um breve período esquerdista em sua juventude, converteu-se ao catolicismo e teve uma acidentada evolução ideológica que o levaria ao fascismo e ao apoio à revolução de 1930. Inclusive sua breve fascinação por Yrigoyen (de quem escreveu uma biografia muito vendida em seu tempo) baseava-se em que o via um tanto parecido com o *duce* italiano. Ambos os autores desconfiavam do papel demasiado preponderante dos estrangeiros e pensavam que havia que revisar os enfoques de Alberdi e Sarmiento, mas Gálvez, no Diário, foi mais duro:

Sarmiento e Alberdi falaram com rancor de nossa barbárie e pregaram a absoluta necessidade de europeizar-nos. Tanto nos disseram que efetivamente nos convencemos de que éramos uns bárbaros e com uma admirável tenacidade nos pusemos na tarefa de

141 Manuel Gálvez, *Amigos y maestros de mi juventud*. Buenos Aires: Hachette, 1961, citado em María Inés Barbero e Fernando Devoto, *Los nacionalistas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983, p. 21.

tornar-nos homens civilizados. Para isso, começou-se trazendo das campanhas italianas essas multidões de gente rústica que devia influir tão prodigiosamente em nossa desnacionalização. Depois se imitaram os costumes ingleses e franceses, vieram judeus e anarquistas russos e se converteu Buenos Aires em um mercado de carne humana. Por último todo o mundo pode agora ler Voltaire, Marx, Kropotkine e Bakounine, gastando apenas trinta centavos. Como se vê, estamos completamente civilizados¹⁴².

142 Manuel Gálvez, *El diario de Gabriel Quiroga*, citado em Barbero e Devoto, p. 31-32. Ver também Eduardo Cárdenas e Carlos Payá, *El primer nacionalismo argentino en Manuel Gálvez y Ricardo Rojas*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1978; Hebe Clementi, *El miedo a la inmigración*. Buenos Aires: Leviatán, 1984.



CAPÍTULO 13

O PRIMEIRO GOVERNO DE YRIGOYEN (1916-1922)

Trajetória política

Hipólito Yrigoyen, ao chegar à presidência, aos 64 anos, era quase uma figura mítica no cenário nacional. Suas origens sociais eram muito modestas. Sua mãe, irmã de Leandro Alem, casou com um basco francês analfabeto, Martín Yrigoyen, que distribuía leite em seu carro, ainda na época de Rosas. Com o tempo o pai de Hipólito chegou a ter uma boa frota de carros, dos que se usava para desembarcar passageiros e mercadorias no porto. Alem, seu tio, de vida atormentada, havia tido que enfrentar terríveis adversidades desde a morte de seu pai, fuzilado em 1853, mas havia conseguido ir adiante e tornar-se advogado. Logo, orientou-se para a política e, dado seu ambiente de origem, era-lhe fácil atuar nas estruturas de apoio popular em que se baseava o autonomismo. Alem chegou a ser o caudilho de Balvanera, bairro bravio daquele tempo, pois era perito em conduzir pessoas às urnas, cercá-las, impedir a entrada dos rivais e demais artes da política *criolla*. Apesar disso, desenvolveu uma concepção ética da vida, que transmitiu ao sobrinho, que por sua vez a consolidou com leituras de um filósofo alemão, Karl Krause, discípulo de Kant e teórico dos

valores morais. Na prática política Alem senhoreava sua paróquia, valendo-se dos “rapazes”, especialmente seu filho Lucio e seus dois sobrinhos Hipólito e Roque. Para Hipólito conseguiu um posto de comissário de polícia em Balvanera, é claro, quando tinha apenas 20 anos de idade. Ser comissário nessa zona exigia certos dotes de coragem, força e astúcia, que além de tudo desenvolviam-se com a experiência. Depois de dois anos nesse posto, Hipólito passou por sua primeira prova de fogo: as eleições de deputados no começo de 1874, pouco antes da revolução mitrista ao final desse mesmo ano. Os tiros abundaram, e Alem e seus companheiros não estavam nesse momento necessariamente do lado dos que praticavam a pureza do sufrágio. Isso veio mais tarde.

Enquanto isso, Hipólito seguia com dificuldade a carreira de advocacia, e ao terminar conseguiu um emprego em um escritório jurídico. Quando ocorreu a conciliação entre Avellaneda e Mitre, alguns “ferrenhos” do alsinismo não aceitaram o arranjo e formaram o Partido Republicano, de breve duração. Ante a renovação presidencial de 1880, Alem e Yrigoyen voltaram ao Autonomismo, agora transformado em Partido Autonomista Nacional (PAN), dirigido por Roca. Nas eleições do início desse ano Yrigoyen ingressou na Câmara e, como deputado, conseguiu crédito fácil – era uma época de grande desenvolvimento e euforia financeira – e comprou uma fazenda em Nueve de Julio e mais tarde outra em Las Flores. Logo vieram os anos de ação mais pública, que começaram à sombra de Alem na Revolução do Parque (1890) e nas de 1893, seguido de um distanciamento de seu tio. Ao morrer, este e Aristóbulo del Valle em 1896, a direção do partido ficou nas mãos do moderado Bernardo de Irigoyen (de quem Hipólito não era parente). Hipólito perfila-se então como chefe da ala intransigente e, depois de um enfrentamento com Dom Bernardo,

emerge como chefe único da UCR. Agora a revolução de 1905 será responsabilidade somente sua¹⁴³.

Durante os anos de transição, especialmente sob Figueroa Alcorta e Roque Sáenz Peña, tratou-se repetidamente de cooptá-lo, sem êxito. Também Pellegrini e Marcelino Ugarte tentaram incorporá-lo a seus planos políticos, mas não conseguiram resultados concretos. Já estavam longe os anos de formação na Balvanera de sua juventude, e agora tratava de levar à prática as últimas palavras do caudilho desaparecido: que se rompa, mas que não se dobre. Convicção moral ou obsessão pelo poder não compartilhado, cada um poderia interpretar a sua maneira. O certo é que deste modo canalizava profundos sentimentos populares, desejosos de renovação, que o exaltavam como líder regenerador, ou “reparador” da nacionalidade. Existia uma “causa”, que enfrentava o “regime” corrupto, e o destino quis que chegasse ao governo, mas não ao poder, pela lentidão do sistema representativo em refletir a opinião pública. O Senado, com cargos de nove anos de duração, e um grande peso dado às províncias mais conservadoras do interior, manteve-se como bastião opositor. O mesmo ocorreu com o poder judiciário. A própria Câmara dos Deputados, no começo, lhe era opositora. As minorias renovadoras, ou seja, os Socialistas (da Capital especialmente) e os Democratas Progressistas (de Santa Fé) tampouco o apoiavam, ea tradição intransigente da UCR dificultava-lhe entrar em alianças com estas forças. Entre os próprios radicais, havia grupos dissidentes (fortes em Santa Fé especialmente) com os quais não era fácil entender-se.

143 Manuel Gálvez, *Vida de Hipólito Yrigoyen*. Buenos Aires: Club de Lectores, 1976 (1a ed. 1939); David Rock, *El radicalismo argentino*. Buenos Aires: Amorrortu, 1977; Hebe Clementi, *El radicalismo: nudos gordianos de su economía*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1982 e *El radicalismo: trayectoria política*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1982; Leandro N. Alem, *Autonomismo y centralismo*. Buenos Aires: Raigal, 1954; Víctor Guerrero, *Alem, historia de un caudillo*. Buenos Aires: Raigal, 1951; Osvaldo Álvarez Guerrero, *Política y ética social: Yrigoyen y el Krausismo*. Orígenes ideológicos de la UCR. Buenos Aires: Editorial de la Patagonia, 1983.

A difícil situação interna: no governo, mas não no poder

A maioria dos governos provinciais era resultado de fraude que sistematicamente se havia executado, salvo em alguns distritos. Em muitas províncias as eleições locais eram feitas pelas disposições tradicionais, não as da lei Sáenz Peña, só aplicável às eleições nacionais. O caso mais flagrante era o da Província de Buenos Aires, verdadeiro feudo de Marcelino Ugarte. Dispunha este de uma máquina política distribuída em todas as localidades, com grupos de brigões que complementavam a ação da polícia comprada. Mediante intercâmbio de favores conseguia-se formar uma clientela eleitoral – às vezes formada com cadernetas compradas – não necessariamente majoritária, mas bastante ativa para intimidar os opositores. Um caso famoso foi o assassinato do jovem militante socialista De Diego, em Quilmes, em 1913, segundo denunciava um jornal local, *La Verdad*, pertencente a uma facção rival do mesmo Partido Conservador:

Iniciada a assembleia [de proclamação do candidato socialista Palacios ao governo], sucederam-se os discursos, chegando a vez de nosso convizinho o senhor Francisco Cúneo. Este, com a clareza de expressão habitual, desenhou o processo da atual administração, manifestando os escandalosos negócios que realiza e a maneira como se dilapida o dinheiro público. Na sala havia emissários do intendente, que levavam a versão do que se dizia dele, que estava na confeitaria da estação. No transcurso de sua peroração Cúneo perguntou à sala se estava de acordo com as atuais autoridades, e um não atroador fendeu o espaço para golpear os tímpanos do cacique, que com ar insolente comentava o ato. Um não menos atroador foi a resposta dada à pergunta se

*estavam dispostas as pessoas a derrotar as autoridades. Estes feitos exasperaram o caudilho, despertando seus brutais instintos, que pouco tardaram em estrilar*¹⁴⁴.

Ao terminar o ato, Cúneo teve a má ideia de ir tomar um café na mesma confeitaria, com sua esposa e filho, e foi agredido pela gente que rodeava o intendente. O jovem militante De Diego, então, increpou o chefe comunal por permitir esses procedimentos, ante o qual recebeu uma facada pelas costas, que resultou fatal, e não foi possível castigar os culpados, protegidos pela máquina de influências dirigida por Ugarte. Episódios desse tipo repetiam-se com frequência e as denúncias na imprensa e no Congresso não eram eficazes.

Então, desde o poder executivo, o mínimo que cabia fazer era ordenar a intervenção. Não era fácil justificá-la porque não se havia dado uma grave alteração da ordem, mas podia-se armar uma “pasta” cheia de antecedentes. Afinal, Yrigoyen, durante o recesso do Congresso, decretou a intervenção. Decapitada a hidra, as intervenções em outras províncias sucederam-se. O governo não faria outra coisa senão empregar os elementos humanos com que contava, em muitos casos desejosos de vingança contra as autoridades anteriores, e agora quem cometia abusos, com frequência, eram os próprios radicais. Em algumas províncias que sofreram intervenção os conservadores tinham uma maioria eleitoral, baseada em seus prestígios e nos hábitos de respeito tradicional para com seus superiores por parte da população local, mas a maioria do país continuava apoiando o governo. Várias propostas legislativas de Yrigoyen foram bloqueadas pela maioria adversa que dominava no Congresso. Especialmente significativas foram uma para a formação de um Banco Agrícola, destinado a

144 Relatório do diário de Quilmes, *La Verdad*, reproduzido por Del Valle Iberlucea na sessão do Senado nacional de 4/11/1913. Em Enrique del Valle Iberlucea; *Discursos parlamentarios*, Valencia: Sampere y Cía, 1914, p. 252-253.

ajudar aos colonos, e outra que propunha lançar um empréstimo para formar uma frota mercante nacional.

O impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa

A Primeira Guerra Mundial já estava muito avançada quando Yrigoyen chegou à presidência. A guerra submarina lançada pela Alemanha ameaçava os países neutros cujos barcos se aproximavam dos países em guerra, pois seu objetivo era dificultar a provisão de víveres. Em 1917 um barco argentino foi afundado e, em seguida, outros dois. A tempestade na opinião pública, em sua maioria pró-aliada, foi muito grande, e pedia-se a ruptura de relações com a Alemanha, tal como os demais países do continente. Yrigoyen recusou-se, de modo a marcar a independência do país, sem por isso simpatizar com a política da Alemanha. Conseguiu durante todo seu governo manter a neutralidade e resistir às tentativas de pressão por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. Quando, terminada a guerra, organizou-se a Sociedade das Nações, a Argentina não participou, por considerar que os direitos dos países menos poderosos não estavam suficientemente garantidos. Como parte da política neutralista, Yrigoyen convocou um congresso latino-americano que respaldasse essa posição, mas não conseguiu apoio suficiente e o congresso não pôde ser realizado. A Revolução Russa, iniciada de maneira moderada a princípios de 1917, tomou sua forma mais radical com o acesso dos bolcheviques ao poder no final deste ano e o impacto sobre o movimento operário, a esquerda e a juventude em geral foi muito grande. Pensava-se que estavam criadas as condições para uma série de revoluções socialistas em escala mundial. Algo de certo havia nisso, pois no final de 1918, com a derrota da Alemanha, houve nesse país uma tentativa muito séria, ainda que fracassada, de tomada do poder pelos operários revolucionários. Também na Hungria houve um curto regime

comunista em 1919, e, na Itália nesse ano produziram-se tentativas no mesmo sentido, com ocupações de fábricas e violências por parte de grupos confrontados de direita e esquerda, de onde emergiria o fascismo como reação. Na Argentina, um setor dentro do Partido Socialista separou-se influenciado pela nova experiência, que, ao contrário, foi rejeitada pela maior parte da direção estabelecida. Formou-se o Partido Socialista Internacional (janeiro de 1918), com a incorporação maciço da juventude, dirigida pelo gráfico José Penelóne, o chefe do socialismo chileno Luis Emilio Recabarren temporariamente na Argentina. No fim de 1920, mudou de nome, adotando o de Comunista, e aderiu à Internacional centralizada em Moscou¹⁴⁵.

Vários intelectuais, entre eles José Ingenieros e seu discípulo Aníbal Ponce, simpatizaram com a revolução distante. Ponce, com o tempo, transformou-se em um dos principais teóricos ligados ao partido. O clima de ebulição intelectual e busca de novos horizontes era também um resultado da guerra, que, com sua imensa imolação de vidas, punha em questão todas as certezas tradicionais, e essa atitude foi expressa em mudanças na vida cotidiana, na arte e na literatura, e também na universidade. Em 1918, estourou em Córdoba o protesto contra o sistema muito arcaico de ensino vigente. O movimento ficou conhecido como Reforma Universitária, que propôs a renovação do elenco de professores, a difusão do sistema de concursos para designá-los, a abertura à possibilidade de cátedras paralelas e a participação de estudantes e graduados no governo da instituição.

A Reforma transformou-se em bandeira de gerações de estudantes e intelectuais, e transcendeu em muito o âmbito universitário, chegando a impactar em outros países latino-

145 Emilio J. Corbière, *Orígenes del comunismo argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

-americanos. Sua prédica continental foi levada entre outros por Alfredo Palacios, e contribuiu com a ideologia do principal partido popular peruano daquele tempo, a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) criada por Víctor Raúl Haya de la Torre. Na Argentina houve também algumas tentativas de formar um partido inspirado nesses ideais, mas foram de escasso peso, e de fato os simpatizantes voltaram-se à esquerda ou ao Radicalismo.

A relação com o movimento operário

Os primeiros anos da guerra produziram dificuldades para a economia argentina acostumada a usar insumos do exterior. Não era fácil substituí-los com outros de fabricação nacional, porém, com o tempo esta substituição de importações foi sendo conseguida e aumentaram as atividades fabris, ainda que com custos muito altos. Todo esse setor ficou exposto a graves perdas ao terminar o conflito bélico. As condições para agitações sindicais eram máximas e já nos primeiros meses da presidência as greves proliferaram. Yrigoyen usou sua influência para conseguir acordos, seguindo uma tradição que Roca já havia praticado, mas agora isso se fez em uma escala muito maior. De particular magnitude foi a greve ferroviária de 1917, em que o governo interveio para conseguir uma transação favorável aos sindicalistas.

Outros conflitos eram mais difíceis de solucionar. O principal entre eles foi o que se deu no início de 1919 na grande fábrica metalúrgica de propriedade do empresário de origem italiana Pedro Vasena, que, localizada em Barracas, com seus 2.500 operários, era uma das maiores do país naquela época. Nos primeiros dias de 1919, uma greve local nessa fábrica resultou em violência, ao se oporem os grevistas a que fossem descarregados carros na entrada do estabelecimento, onde alguns desertores ainda trabalhavam com proteção de agentes de segurança contratados pela empresa. Estes dispararam, matando quatro pessoas. No enfrentamento

entre grevistas e polícia, em Buenos Aires, havia um elemento étnico: os operários portenhos viam os repressores como “gente do interior”. Um sinal tão irrefutável de elitismo como Cipriano Reyes conta, rememorando sua participação, como adolescente, nas violências da Semana Trágica, que patrulhas da polícia montada e guardas eram trazidas de “lugares indômitos e fronteiriços do país, integradas em sua maioria por elementos da região de Corrientes e do Chaco, temidos por sua violência e especialmente adestrados para estas emergências. Era gente ignorante que sentia prazer em lançar seus cavalos em velocidade sobre os grupos ou multidões de trabalhadores”¹⁴⁶.

Havia nesse momento duas federações operárias. A numericamente maior, a FORA “do Nono Congresso”, dirigida por sindicalistas e socialistas, seguia uma política moderada e estava orientada a entrar em negociações com o governo para investigar o fato¹⁴⁷. A outra organização rival, a “FORA do Quinto Congresso”, anarquista, estava sempre disposta a aproveitar as oportunidades de confrontação para acelerar as possibilidades revolucionárias. *La Vanguardia*, órgão do Partido Socialista, desaconselhava a violência:

Nem nosso meio político, econômico e social – dizia – nem a capacidade construtiva de nossa classe operária, permitem supor ou esperar a possibilidade de transformações bruscas, fundas e violentas. Ninguém que não seja iludido ou louco pode aconselhar ao povo

146 Cipriano Reyes, *Yo hice el 17 de octubre*, p. 28.

147 Os sindicalistas, como se disse antes, eram uma corrente do movimento operário inspirada na experiência francesa e nas teorias sobre greve geral de Georges Sorel. No começo chamavam a si mesmos “sindicalistas revolucionários”, mas logo eles próprios se autodesignavam simplesmente como “sindicalistas”, o que evidenciava seu maior pragmatismo. Isto pode produzir confusão no uso dessa palavra, razão pela qual a empregamos em itálico para designar a corrente ideológica.

*hoje e aqui um levante armado, no qual teria muito que perder e pouco a ganhar*¹⁴⁸.

Ao realizar-se um cortejo fúnebre, a caminho do cemitério da Chacarita, produziram-se enfrentamentos com a polícia, que logo se generalizaram a uma grande parte da cidade, com um alto número de mortos. Com motivo da conseqüente indignação, os anarquistas tiveram pouca dificuldade em lançar uma greve geral. A greve persistiu vários dias, sendo tomada sua direção, em certo momento, pela mais moderada FORA do Nono Congresso. A violência, contudo, manteve-se, ocasionando uma intervenção do exército. Ao mesmo tempo, grupos de civis armados agiam por conta própria, apoiando a polícia e cometendo barbaridades contra centros políticos e culturais de esquerda, e no bairro judeu, considerando que “russos” e “maximalistas” ou comunistas eram a mesma coisa. Desses grupos emergiu a Liga Patriótica Argentina, dirigida por Manuel Carlés, que teve longa vida como entidade nacionalista de direita, preparada para a ação direta. A violência amainou depois de vários dias, deixando um saldo de 700 mortos e numerosos feridos. Por intervenção do presidente Yrigoyen, chegou-se a uma solução no tema da fábrica de Vasena, favorável aos grevistas.

Apesar desse conflito, no movimento operário, especialmente em seu setor mais pragmático, as simpatias com o governo radical eram amplas. Em junho de 1919, a poucos meses da repressão da Semana Trágica, dizia o órgão oficial dos ferroviários que o de Yrigoyen era o “primeiro governo popular da República”, e celebrava que houvesse designado o ministro de Obras Públicas (encarregado de supervisionar as ferrovias) sem consultar as empresas. Um juiz federal havia condenado vários operários, durante uma

148 Citado em Mirta Henault, *Alicia Moreau de Justo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983, p. 58.

greve, por “abandono do trabalho”. A federação ferroviária pediu reconsideração da medida e encontrou eco no presidente.

Os dirigentes da agremiação estavam em meio ao fogo cruzado. Por um lado, suas convicções de conteúdo revolucionário, pelo menos em nível teórico – na visão dos militantes de base que os acoassavam nas assembleias – recomendavam-lhes não acreditar nos “governos burgueses” nem fazer longas antessalas nos ministérios. Por outro lado, davam-se conta de que algo se conseguia com esses métodos. Ainda que afirmassem estar contra o reformismo e os conciliábulos, diziam que seria um erro não querer entrevistas com as autoridades, como insistiam os anarquistas e os “maximalistas”¹⁴⁹.

Para aqueles que simpatizavam com a Revolução Russa havia também notícias difíceis de interpretar, que vinham da União Soviética. Lá estavam proibidas as greves, e foi imposta a militarização do trabalho, para enfrentar os problemas derivados da guerra civil e a indisciplina tradicional do trabalhador russo. Um anônimo militante ferroviário escrevia em *El Obrero Ferroviario* (1/6/1920) que em condições revolucionárias essas medidas eram justificáveis – supondo-se que fossem de curta duração – não assim em um país burguês como a Argentina¹⁵⁰.

Ao final da presidência gerou-se um sério conflito no sul patagônico, região de grandes fazendas de lã. Em tempos de tosquia concentravam-se massas de trabalhadores itinerantes, muitos deles imigrantes europeus com tradições sindicais, outros provenientes do Chile, gente em sua maioria com menor experiência organizativa, ainda que houvesse minorias muito ativas. Em Río Gallegos, no extremo sul do Território de Santa Cruz¹⁵¹, já em 1920 existia

149 *El Obrero Ferroviario*, 1/6/1919 e 1/4/1920.

150 *El Obrero Ferroviario*, ano 9, n. 85, de 1/6/1920.

151 N.E.: Território localizado no extremo sul da Argentina, na Patagônia. Hoje é uma província.

um Centro de Ofícios Vários, que tratava de organizar também o setor rural, enviando delegados às fazendas onde se concentrava o pessoal temporário. A confrontação intensificou-se com episódios laterais, ocasionando uma greve de curta duração resolvida com satisfação dos sindicalistas. Depois desse êxito tentou-se estender a organização operária às fazendas, e pedir uma série de melhorias aos patrões, no final de 1920, as quais foram concedidas por alguns empresários. Mas em outras zonas rurais a repressão policial contra os delegados sindicais fez-se sentir, e, desde o lago Argentino¹⁵², uma grande massa de manifestantes deslocou-se até a Capital para pedir proteção judicial. No meio do caminho foram alcançados por patrulhas policiais vindas de ambos os extremos, ocasionando-se um tiroteio e vários mortos, incluindo algum da polícia.

Este episódio foi tomado como motivo pelos extremistas de ambos os lados para intensificar a violência, que se difundiu a outros centros de tosquiadores. O presidente então enviou o tenente coronel Héctor Varela à frente de um corpo armado para impor a ordem. Ao chegar em janeiro de 1921, Varela conseguiu acalmar os ânimos. Os operários o receberam com muito boa vontade, e depuseram as armas, entregando os reféns que custodiavam em um improvisado acampamento. Os participantes do conflito se deram por satisfeitos com sua mediação e em poucos meses o militar voltava a Buenos Aires. Alguns grevistas, no entanto, não aceitaram as condições, e se prepararam para seguir com a resistência. O conflito sindical, em compensação, prosseguiu com diversas alternativas, e a repressão oficial complementou-se com a ação de grupos civis de choque pertencentes à Liga Patriótica Argentina. Em agosto, a situação foi agravada com a declaração de uma greve geral no território e a erupção da violência por parte de setores mais extremos de militantes operários. Alguns voltaram

152 N.E.: O lago Argentino é o mais extenso e o mais meridional dos grandes lagos da Patagônia argentina.

a tomar reféns e incendiar fazendas, cometendo abusos que a imprensa magnificou ao infinito. Ante a extensão do novo conflito, Yrigoyen voltou a enviar Varela à frente de mais numerosas forças e, desta vez, o militar, que gozava da confiança do presidente por haver sido militante da insurreição radical de 1905, e que tinha predisposição ao diálogo, vinha com uma atitude mais dura. Muitos donos de fazendas no Sul eram estrangeiros, e ao sofrer os efeitos da violência dos grevistas já transformados em rebeldes – “bandoleiros” segundo a imprensa –, a repercussão internacional fazia-se evidente e muito grave. Na repressão, Varela extrapolou suas ordens e decretou fuzilamentos e represálias que não estavam dentro de suas atribuições. Os mortos chegaram ao milhar, e se tornaram ofensa à política operária e de direitos humanos do governo de Yrigoyen. No Congresso, a oposição tentou um processo de acusação, mas a maioria radical, por solidariedade partidária e para evitar maior desprestígio do exército, a impediu¹⁵³.

A fácil sucessão: debilidade eleitoral da alternativa conservadora

Ao final de sua primeira presidência, Yrigoyen havia conseguido impor governos radicais em grande parte do país. Em alguns locais, teve que enfrentar dissidências internas. Os dois casos mais importantes foram os de Mendoza e San Juan.

Em Mendoza, Yrigoyen depôs o governo conservador com uma intervenção em 1917. O antigo dirigente radical, o “gaúcho” José Néstor Lencinas, cujos seguidores eram apelidados de “descamisados” e “ralé de alpargatas”, era amigo de dom Hipólito

153 Elsa Barbería, *Los dueños de la tierra en la Patagonia Austral, 1880-1920*. Buenos Aires: Universidad Federal de la Patagonia Austral, 1995; Horacio Lafuente, *Una sociedad en crisis: las huelgas de 1920 y 1921 en Santa Cruz*. Buenos Aires: Grupo Editor C.I.E.N., 2002; José Borrero, *La Patagonia Trágica*. Buenos Aires: Peña Lillo y Continente, 1999; Osvaldo Bayer, *Los vengadores de la Patagonia Trágica*. Buenos Aires: Galerna, 1974.

e, com certeza, vencedor nas eleições. Logo se converteu em chefe indiscutível de uma corrente que combinava reformas sociais com uma grande desordem administrativa e maus-tratos aos opositores. Lencinas estabeleceu conquistas sociais como o salário mínimo e a jornada de oito horas. Em seu afã, de assegurar mudanças não respeitou os mecanismos constitucionais, que davam demasiadas vantagens ao regime anterior, entrincheirado em posições legislativas e judiciais. Inclusive houve excessos contra a imprensa. Tanto foi assim que Yrigoyen viu-se obrigado a enviar uma segunda intervenção em 1919. Mas, nas eleições subsequentes, Lencinas voltou a subir à primeira magistratura da província. Morreu em 1920, transferindo a liderança a seu filho Carlos Washington. Diante do caos produzido por seu desaparecimento, Yrigoyen enviou mais uma intervenção, mas ao finalizar esta voltou a impor-se a UCR Lencinista, com Carlos Washington como governador.

Em San Juan¹⁵⁴, Federico Cantoni, filho de um imigrante italiano, proclamava-se discípulo de José Néstor Lencinas. Em dissidência com o setor da UCR que seguia as diretivas nacionais converteu-se em chefe de um movimento que combinou métodos de ação direta e intimidação com medidas de progresso social. Em 1920 havia chegado a vez de San Juan ver seu governo conservador eliminado por uma intervenção nacional. Yrigoyen conseguiu produzir uma unidade dos radicais, assegurando-se que ganhasse o governador radical independente Amable Jones, mas este foi assassinado em 1921. Foi atribuído a Cantoni haver instigado esse crime e muitos outros abusos contra legisladores e membros do poder judicial. Para controlar a situação o Exército nacional teve que intervir, mas o partido que agora formava Cantoni, a UCR Bloquista, robusteceu-se como força majoritária

154 N.E.: San Juan é uma cidade argentina localizada a oeste do país e capital da província de mesmo nome.

que constantemente reemergia depois das tentativas centrais de desalojá-la do poder.

Tanto em Mendoza¹⁵⁵ quanto em San Juan os radicalismos dissidentes adotaram formas populistas, com elementos de esquerda. O irmão de Federico Cantoni, Aldo (governador logo em 1926), havia sido fundador do Partido Socialista Internacional, e tanto ele como seu irmão trouxeram ao regime inaugurado pelo bloquismo iniciativas sociais avançadas. Estranhamente, contudo, em seu antagonismo ao yrigoyenismo, terminaram por aliar-se aos setores de direita da UCR.

As forças conservadoras estavam em um estado de debilidade eleitoral que ameaçava orientá-las cada vez mais para saídas golpistas, ou para modelos não democráticos, como os de tipo corporativista. No momento, essas tendências estavam latentes, ainda que já no exército se houvesse formado uma Maçonaria General San Martín, destinada a resistir às tentativas de Yrigoyen de alterar as cadeias naturais de promoção para favorecer seus correligionários. Entre seus membros, figurava Arturo Rawson, Pedro P. Ramírez, Carlos von der Becke e Juan Pistarini.

Como se deve passar nas sucessões de importantes chefes políticos, a designação recaiu sobre uma figura com poucas possibilidades de converter-se em sério rival. O eleito foi Marcelo T. de Alvear, de uma antiga e proeminente família argentina, neto do prócer da independência. Havia vivido muitos anos em Paris, onde era embaixador, e o consideravam pouco orientado para o poder. De fato, foi um osso mais difícil de roer que o esperado. Seu vice-presidente foi Elpidio González, de clara fé yrigoyenista, posto ali “por se acaso”. Nas eleições, o radicalismo teve 56% dos votos, contra só 24% da principal oposição, a Concentração Conservadora.

155 N.E.: Mendoza é uma cidade argentina localizada a oeste do país, próxima da fronteira com o Chile. É a capital (e maior cidade) da província de mesmo nome.

Os Democratas Progressistas e os Socialistas tiveram que contentar-se com menos de 10% cada um. Os números eram muito desiguais, salvo que todos se uniram contra a UCR. Isso era feio, e decerto que qualquer tentativa nessa direção era marcada a fogo por dom Hipólito como “contubérnio”, uma forma pouco garbosa de matrimônio na época romana. Mas também podia suceder que a UCR se dividisse, o que era acima de tudo natural dado seu grande monopólio do poder, ao menos no aspecto eleitoral, e no final foi isso que aconteceu.

CAPÍTULO 14

A PRESIDÊNCIA DE ALVEAR (1922-1928)

A divisão radical: yrigoyenismo e antipersonalismo

Quando Alvear montou seu ministério só incluiu um yrigoyenista. Além dos encarregados dos ministérios militares, sem afiliação, os outros cinco eram do grupo de antigos partidários de Alem, ou seja, afastados da fidelidade yrigoyenista. O panorama se obscurecia. A direita alegrava-se de ver eliminado todo o elenco plebeu de fanáticos de dom Hipólito. Este, de qualquer maneira, prometia voltar dentro de seis anos, e isso cumpriu. Já com dois anos do novo governo, a divisão havia se materializado. Os seguidores de Alvear – não ele pessoalmente – formaram a União Cívica Radical Antipersonalista, melhor conhecida como “os galeritas”¹⁵⁶. Os yrigoyenistas ficaram com o controle da UCR. Esta divisão facilitou a figuração eleitoral do Socialismo na Capital Federal. O radicalismo era uma força de origens muito heterogêneas. Manuel Carlés, dirigente da Liga Patriótica Argentina, havia sido afiliado radical e, entre os antipersonalistas, incluíam-se alguns dos mais notáveis primeiros orientadores do movimento, como Joaquín

156 N.T.: *Galerita*: tipo de chapéu usado pelas pessoas da classe alta.

Castellanos e Francisco Berroetaveña. Um estranho personagem neste grupo era Benjamín Villafaña, que havia sido governador de Jujuy¹⁵⁷ e estava sendo fortemente atacado pelo vírus do “perigo vermelho”. Em 1919, prometera ir desde o interior “para salvar a nacionalidade de uma guerra civil semelhante à que legara Porfirio Díaz ao México com sua ditadura pacífica de aparente progresso”. Com o tempo, transformou-se em um dos principais agoueiros sobre o perigo revolucionário no país. Em livros como *Nuestros males y sus causas* (1919) e *Hora oscura: la ofensiva radical-extremista contra la sociedad argentina* (Buenos Aires, 1935), denunciava a existência “de 500 mil terroristas”, com o país ameaçado por uma comoção parecida à mexicana, e, ao mesmo tempo, denunciava as negociações dos mais diversos governos, o que o levou a ser muito respeitado em círculos nacionalistas¹⁵⁸.

O antipersonalismo absorveu as diversas dissidências que foram sendo produzidas dentro do partido, por motivos diversos, incluindo os cantonalistas (bloquistas) de San Juan e lencinistas de Mendoza. Estes dois últimos setores, em vez de ser mais moderados e liberais que os yrigoyenistas, eram pelo contrário mais populistas, e gozavam de apoios operários. Durante o governo de Aldo Cantoni, foi realizada uma reforma da constituição provincial (1927), que deu o voto à mulher, sancionou a separação da Igreja e do Estado, reafirmou a laicidade e gratuidade do ensino público, aboliu o Senado e garantiu medidas de segurança social (aposentadoria, salário mínimo, horário máximo, etc.). Medidas parecidas eram promovidas em Mendoza pelos Lencinas, mas concitavam a oposição combinada da direita empresária, do

157 N.E.: Província do noroeste argentino cuja capital é a cidade de San Salvador de Jujuy.

158 Mario Nascimbene, *Benjamín Villafaña*. Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez, 1995; Benjamín Villafaña, *Nuestros males y sus causas*. Buenos Aires: Perrotti, 1919, p. 160-161 e *Hora oscura: la ofensiva radical-extremista contra la sociedad argentina*. Buenos Aires, 1935, p. 68.

radicalismo e da esquerda, que condenavam os abusos do poder, a corrupção e a violência desses regimes.

Anos de prosperidade e consolidação institucional

A economia do país, durante a maior parte da presidência de Alvear, experimentou um notável crescimento. A indústria se havia recuperado da baixa produzida pela finalização da Primeira Guerra Mundial, mas necessitava um maior estímulo para poder enfrentar a concorrência estrangeira. A necessidade de industrializar o país, única forma de seguir dando ocupação a uma população que se tornava cada vez mais urbana, era sustentada por um núcleo de economistas que foi formado por Alejandro Bunge por meio de sua *Revista de Economía Argentina*, prestigiado órgão, publicado desde 1918¹⁵⁹.

Bunge, já desde 1909, havia proposto uma “União Aduaneira do Sul”, englobando Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Isso implicava em uma tarifa aduaneira comum, igual em princípio à mais alta existente, e a total eliminação de restrições ao comércio entre estes países. Um projeto semelhante foi proposto anos depois, no Chile, por Eliodoro Yáñez e outros, em combinação com o próprio Bunge, e, em 1929, o ministro das finanças do Chile pediu ao economista argentino que atualizasse a informação sobre a capacidade produtiva do conjunto, ao qual poderia unir-se o Brasil em uma segunda etapa. A ideia de engrandecer o espaço econômico próprio dos países da América do Sul estava lançada, ainda que não tivesse no momento repercussão a nível governamental. O plano de união aduaneira, como enfocava Bunge, implicava em estender o máximo protecionismo existente a todos os países da área a integrar e estava claramente orientado a promover a atividade manufatureira. Existia, entretanto, um importante setor

159 Ver também Alejandro Bunge, *Una nueva Argentina*. Buenos Aires: Kraft, 1940.

de políticos e economistas que considerava prejudicial estimular excessivamente a industrialização, não porque fosse contra que ela ocorresse, mas sim porque rejeitava os meios quase sempre necessários para dar passos importantes nesse sentido, ou seja, o protecionismo, que, ao encarecer a entrada de mercadorias estrangeiras, aumentava o custo de vida.

Depois de superada a crise do pós-guerra, intensa até 1921/1922, a indústria continuou sua expansão, especialmente a metalúrgica, que de um índice 10 em 1921, passou a 29 em 1926 e a 35 em 1930. O ramo têxtil também incrementou seu volume, ainda que muito menos rapidamente, entre os mesmos anos, de 12 a 15, e 22. A atividade metalúrgica e têxtil, de qualquer forma, era ainda embrionária, como indica o valor se seus índices, cuja base é 100 para 1950. Dentro do conjunto da produção manufatureira, tomando valores promédios para o período 1925-1929, resulta que os títulos têxteis somavam somente 3% (ao que se pode somar 7% de confecções), e os metalúrgicos e de maquinários 7% das vendas. Em sua maior parte, realizavam-se em estabelecimentos pequenos e médios¹⁶⁰. O petróleo era explorado em parte por empresas estrangeiras e, em parte pela empresa nacional *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), muito promovida por Yrigoyen. A campanha em defesa de uma maior exploração pelo Estado dessa fonte de energia foi conduzida pelo coronel Enrique Mosconi, com quem colaborava o coronel Alonso Baldrich¹⁶¹. Em Tucumán, houve

160 Guido Di Tella e Manuel Zymelman, *Las etapas del desarrollo económico argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1967, p. 366 e 395, e Carlos Díaz Alejandro, *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975, p. 222. Os valores históricos estão baseados em tomar por base a produção (têxtil, metalúrgica, etc.) do ano de 1953 como igual a 100, e em comparação a esse valor calcula-se o índice de cada ano.

161 Enrique Mosconi, *La batalla del petróleo*, seleção e notas de Gregorio Selser. Buenos Aires: Ediciones Problemas Nacionales, 1957; Raúl Larra, *Mosconi, general del petróleo*. Buenos Aires: Futuro, 1957 e *El General Baldrich y la defensa del petróleo argentino*. Buenos Aires: Editorial Mariano Moreno, 1981.

problemas sérios que afetaram os três grupos principais em que se dividia a indústria:

1. Os empresários industriais que, além disso, eram donos, em Salta e em Jujuy, de grandes extensões de canaviais (não era assim em Tucumán).
2. Os operários da indústria e os da terra, entre os quais havia uma alta porcentagem de mão de obra temporária, que migrava das províncias vizinhas ou da Bolívia. A sindicalização era ainda incipiente entre eles.
3. Os “donos da cana”, em geral produtores rurais de pequena ou média extensão, muito divididos entre o preço que obtinham dos grandes consórcios industriais e o salário que deviam pagar ante as demandas sindicais ou as regulamentações do governo.

Em 1923, estourou uma greve, acompanhada de ameaças de violência por ambos os lados, e preocupação nas forças armadas em função de uma reprodução dos fenômenos da Patagônia. A situação pôde ser resolvida, com algumas conquistas obtidas pelos trabalhadores. Poucos anos depois, houve outro conflito, desta vez entre industriais e produtores de cana a respeito das condições de moagem. A solução veio por meio do chamado *Laudo Alvear*, de 1928, que estimulava o pequeno produtor, dificultando o uso por parte dos engenhos de suas próprias extensões de cana. A indústria via-se afetada por uma permanente crise, pois as condições ecológicas, sobretudo de Tucumán, não eram ideais para produzir açúcar. Contudo, a profusão de interesses existentes ao seu redor, em todos os níveis sociais, tornou muito difícil fazer qualquer mudança, no sentido de reorientar-se para outros tipos de cultivo¹⁶².

162 Daniel Santamaría, *Azúcar y sociedad en el Noroeste argentino*. Buenos Aires: Ediciones IDES, 1986.

A reação conservadora e o nacionalismo de direita

A reação conservadora, já muito visível na primeira década do século durante os violentos episódios daquela época, exacerbou-se depois da Semana Trágica. A Liga Patriótica Argentina, dirigida por Manuel Carlés, intensificou suas atividades e, ao mesmo tempo, a Associação do Trabalho, inspirada por proeminentes figuras da alta sociedade, vigiava o ambiente sindical e buscava organizar grupos de gente disposta a trabalhar para romper as greves. O afamado poeta Leopoldo Lugones, que havia começado sua vida intelectual como inflamado anarquista, agora passou ao extremo oposto. Durante o ano de 1923, deu uma série de conferências em um teatro da cidade de Buenos Aires, e no ano seguinte, enviado em delegação oficial ao Peru para participar da celebração do aniversário da batalha de Ayacucho, declarou que havia chegado “a hora da espada” para corrigir os vícios da democracia. Em 1925, sendo já presidente Alvear, Lugones entra em uma polêmica com seu amigo Lucas Ayarragaray, intelectual católico liberal. O motivo imediato era uma crise ministerial, que atualizava as dificuldades de manter uma linha firme de conduta em um governo que devia responder à opinião pública. Diz Lugones a seu correspondente:

A imoralidade do governo democrático tampouco requer nova demonstração. É o governo mais caro, porque está obrigado ao suborno eleitoral perpétuo. Por isso se observa que a comprovação das imoralidades mais evidentes e grosseiras não tira popularidade. Nosso sistema constitucional já não tem remédio dentro de si mesmo, porque está morto. O único que sobrevive, quer dizer, o poder presidencial, mantém-se assim porque está em nossa índole. Daí há de sair por iniciativa ou por abdicação, aquela gloriosa ditadura que está triunfante ou que se vê vir para todos os povos de nossa raça. Quer

*dizer, o governo verdadeiramente representativo, não na letra de instituições postiças, mas sim na realidade característica do temperamento nacional*¹⁶³.

Aqui Lugones estava se referindo aos regimes autoritários já estabelecidos na Espanha, com o general Miguel Primo de Rivera (1923-1930), pai do criador da Falange, e na Itália, com Benito Mussolini (1922-1943). Ao falar da “verdadeira representatividade” das novas instituições autoritárias, estava repetindo o argumento comum nos círculos da direita extrema, segundo o qual a relação direta entre massa e um líder que sabe interpretá-la é mais genuína que a que se filtra através de um complexo sistema de representação. Por outro lado, nesses mesmos ambientes, pensava-se que, em vez de um voto por partidos livremente competitivos, era melhor que os interesses sociais fossem representados por meio de associações ocupacionais (empresariais, culturais, operárias), cada uma das quais podia enviar deputados a um congresso corporativo. Desta maneira, pensava-se evitar a demagogia e assegurar que o povo votasse em quem conhecia, dentro de seu próprio círculo de interesses. A representação corporativa, como seria praticada na Portugal de Oliveira Salazar, e como se propunha para Itália e Espanha, tinha em si uma antiga ideia do pensamento católico tradicionalista. Com essa representação, poderia-se evitar, além de tudo, que os setores populares tivessem um peso excessivo. Bastava dar aos grupos sindicais uma proporção não majoritária do congresso, ou seja, fazer com que a representação não fosse proporcional à população, mas sim ao que poderia considerar-se a importância econômica e cultural, o peso social, de cada grupo. Ayarragaray respondeu a Lugones, admitindo as falhas do liberalismo constitucional, mas advertindo-o que

163 Esta e as citações seguintes, reproduzidas em Lucas Ayarragaray, *Cuestiones y problemas argentinos contemporáneos*. Buenos Aires: Lajouane, 1926.

existem conformações legais que, uma vez incorporadas à personalidade política de um povo, não são possíveis de suprimir bruscamente, sem promover perigosíssimos transtornos ou retrocessos. Se nossas multidões eleitorais costumam eleger representantes que se enquadram ao seu nível, não seria razão de culpar disso as instituições. O sufrágio é um dos tantos expedientes políticos de que costumam alçar mão os homens de Estado para governar seus semelhantes. Foram árbitrios dessa índole, em sua época, o direito divino e logo o princípio da legitimidade. Se os partidos resultam deficientes por seu rudimento não é mister culpar a constituição disso, nem tampouco a democracia em abstrato, mas sim a nossa inferioridade ou incipiência política. Propõe o senhor para remediar os vícios criollos e cosmopolitas da política atual, a ditadura latina, supondo-nos latinos a priori. Nosso país, como seus congêneres do continente, são mestiços de sangue e de cultura. Segundo todas as probabilidades a ditadura que certamente o senhor obteria, seria a gauchesca ou soldadesca. Permita-me recordar-lhe que o ditador romano foi criação constitucional com poder transitório, o qual surgia em épocas extraordinárias sem arruinar a constituição, suspendendo-a tão somente.

Lugones respondeu, defendendo-se da imputação de querer impor uma ditadura. Simplesmente, dizia, “a vejo vindo”, feita evidente pela “revisão de valores imposta pela guerra”. Fazendo outra excursão histórica, observava que a ditadura, “instituição eventual da república romana, tornou-se permanente com o império”. E terminava com um desprante, calculado para escandalizar os sentimentos mais íntimos de seu interlocutor:

O chefe resulta de uma necessidade vital, e a força a única garantia positiva de viver. Viver é conquistar vitalidade alheia para incorporá-la. E assim a hierarquia fundada na força, a servidão dos vencidos e dominados, é irrevogável fora do domínio dos sonhos. Nasce-se leão ou nasce-se ovelha, ninguém sabe por quê. Mas o que nasce leão come o que nasce ovelha, simplesmente porque nasceu leão.

Ayarragaray não considerou que valia a pena responder esta carta. Quanto a Lugones, com essa visão do mundo, não é estranho que, em um ataque de depressão, tenha decidido, uns bons anos depois, tomar duas decisões completamente contraditórias: abandonar suas convicções ateias, convertendo-se ao catolicismo, e acabar com sua vida com um tiro de revólver. Definitivamente, um grande poeta.

A problemática sucessão de Alvear

Até o final do governo de Alvear era óbvio que o retorno de Yrigoyen se fazia inevitável. O próprio Alvear tratava de não participar na luta entre yrigoyenistas e antipersonalistas, mesmo que a maior parte da gente de sua equipe estivesse com estes últimos. O conservadorismo seguia fraco, estruturado fundamentalmente em partidos provinciais e, na província de Buenos Aires, governava um yrigoyenista. O elenco ministerial nacional fez insistentes tentativas de intervenção. Em 1925, o tema havia motivado a renúncia do ministro do Interior, Vicente Gallo, que queria fazê-lo enquanto o Congresso estava em recesso, como de costume. Alvear não queria cair nesse hábito, em parte porque ainda esperava chegar a uma reunificação das duas facções radicais e enviou então o projeto ao Congresso, onde estava quase certo de não contar com apoio suficiente, pois a única forma de armar uma

maioria anti-yrigoyenista era somar os votos de conservadores, radicais antipersonalistas e socialistas. Este “contubérnio”, como o chamava Yrigoyen, implicava passar por cima de fortes diferenças ideológicas e programáticas, sobretudo referente aos socialistas, ainda que também os radicais antipersonalistas abrigassem velhos rancores contra os conservadores.

Em 1927, pareceu emergir um tema que poderia mobilizar os socialistas, em função de suas preocupações éticas. Na província, difundiam-se o jogo e as corridas, permitidos pelo governo, pois eram parte da estrutura oculta de financiamento de sua máquina política. Juan B. Justo chegou a propor a intervenção, sobre esta base, sem ter suficientemente em conta, que, para a maior parte da gente, tratava-se de uma simples desculpa, com o objetivo de preparar um triunfo oficialista. Nessa ocasião, o “Peludo”, como Yrigoyen era chamado, saiu de sua cova e foi conversar com Juan B. Justo, assegurando-lhe que em breve o tema seria controlado na província. Assim foi feito, e então o bloco socialista retirou seu apoio à intervenção que não pôde efetuar-se.

No Partido Socialista, havia um setor que tinha atitudes mais pragmáticas que as dos militantes iniciais e desejava entrar plenamente na política de alianças e coalizões. Esta era, por outro lado, a prática em quase todos os países do mundo. Contudo, era ainda malvisto por considerável porção da direção e, principalmente, da militância de base do partido. O pequeno episódio desencadeador foi o casamento pela Igreja de Federico Pinedo, deputado socialista com destacada trajetória no partido, especialista financeiro, bem como membro de uma tradicional família da classe alta do país. Longas discussões terminaram com sua expulsão por tão condenável entrega aos “preconceitos burgueses”. O mal-estar, somado a muitos outros fatores que se vinham acumulando, terminou com a separação de um grupo

robusto, que formou em 1927 o Partido Socialista Independente. No início do ano seguinte – ano eleitoral – morreu Juan B. Justo, substituído na condução do partido por Nicolás Repetto, que não inovou quanto à rigidez doutrinária e ética da agrupação.

Os socialistas independentes logo se viram arrastados no turbilhão da política “pragmática”, atraídos pela tentação de formar parte de uma coalizão vitoriosa anti-yrigoyenista que, sem dúvida, contaria com apoio oficial. Para as eleições, a chapa dos radicais antipersonalistas foi votada pelos vários partidos conservadores provinciais. Mas seus candidatos, Leopoldo Melo e Vicente Gallo, não puderam competir contra o prestígio de Yrigoyen, que venceu com uma margem grande, ao que seus partidários chamaram “plebiscito”.



CAPÍTULO 15

A SEGUNDA PRESIDÊNCIA DE YRIGOYEN (1928-1930)

O “plebiscito” e a chegada tardia de Yrigoyen ao poder

A campanha eleitoral havia sido bastante violenta e os setores conservadores do país estavam muito alarmados ante o que parecia ser uma orientação mais de esquerda, nacionalista e revolucionária da UCR. Yrigoyen, desta vez, tinha uma maioria simpatizante de deputados, embora não no Senado. A preocupação nos círculos conservadores refletia-se também entre os representantes estrangeiros. A embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires informava a seus superiores em Washington, ao saber da vitória eleitoral de Yrigoyen:

A atitude demonstrada por seu suposto porta-voz no Senado Dr. Molinari, e a franca hostilidade expressada pelo diário yrigoyenista La Época em relação aos interesses da Standard Oil Co. na Argentina são claros indícios do que se pode esperar nos próximos seis anos. A psicologia dos argentinos é de uma natureza tão particular e tão pouco compreendida nos Estados Unidos, que um ato que

*seria completamente normal e justificado em qualquer parte produz reações desfavoráveis. Soube que quem está à frente de importantes interesses britânicos neste país está muito preocupado pelo que possa acontecer com respeito a seus investimentos na Argentina*¹⁶⁴.

Em San Juan e Mendoza, a situação continuava muito violenta. O predomínio dos Cantoni (Federico e Aldo) e dos filhos do “gaúcho” Lencinas seguia sendo muito firme por seu grande apoio popular, apesar da violência e perseguição a opositores em ação. As intervenções enviadas por Yrigoyen em 1929 enfrentaram resistência armada nada fácil de vencer. Carlos Washington Lencinas, membro eleito do Senado nacional, ainda que não aceito por esse órgão por irregularidades em sua eleição, foi assassinado ao voltar à sua província. O fato – que na prática liquidou o lencinismo – contribuiu para criar a atmosfera de círculo vicioso de violência que certos grupos opositores desejavam alimentar. Outras províncias também sofreram intervenção, o que era estratégico para, a partir de uma situação local controlada, poder designar os senadores nacionais e conseguir uma maioria na câmara alta.

O tema do petróleo foi um dos mais importantes durante esse período e, já no final da presidência de Alvear em 1927, a Câmara dos Deputados havia aprovado um projeto yrigoyenista para nacionalizar toda a exploração do ouro negro. A concentração da atividade no Estado fazia parte das declarações doutrinárias da UCR, mas antagonizava fortemente todo o conjunto de investidores estrangeiros. Grande parte do próprio partido Radical – a começar pelos alvearistas – não compartilhava desse critério estatizante. Para Yrigoyen, ao contrário, era essencial evitar neste tema um esbanjamento de recursos equivalente ao que

164 Relatório de 5/10/1928, reproduzido em Roberto Etchepareborda, *Antecedentes de la crisis de 1930*, publicado junto com Gabriel del Mazo com o título *La segunda presidencia de Yrigoyen*. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1984, p. 127.

havia ocorrido em relação às terras públicas. Agora, já no novo período presidencial, correspondia ao Senado aprovar ou rejeitar o projeto. Por sua maioria opositora, era quase impossível que o aprovasse, mas para evitar um enfrentamento com a opinião pública – entusiasmada com a nacionalização – o Senado achou melhor demorar no tratamento do assunto. Por outro lado, como a Argentina não era ainda autossuficiente, era necessário importar o combustível, ofertado pelas grandes empresas internacionais que, dessa maneira, pressionavam o governo. Para evitar esse jogo, Yrigoyen decidiu realizar uma grande importação de petróleo russo, firmando um convênio comercial e creditício com esse país.

O golpe militar de 6 de setembro de 1930 ocorreu justamente no dia em que deviam realizar-se as eleições em San Juan e Mendoza. A vitória radical, quase certa, imediatamente se traduziria na designação de senadores yrigoyenistas, o que talvez pudesse destravar a sanção da lei do petróleo, caso se conseguisse em alguns votos extras, incluindo os democratas progressistas e os socialistas.

Polarização política e golpe

Nos ambientes conservadores, ante as poucas perspectivas eleitorais, recrudesciam as teses autoritárias e “nacionalistas”. Em 1927 um grupo de intelectuais liderado pelos irmãos Julio e Rodolfo Irazusta, fazendeiros de Entre Ríos, lançou o jornal *La Nueva República* para apresentar um programa alternativo à democracia facilmente degenerada em demagogia e que poderia levar insensivelmente ao socialismo. Entre seus colaboradores, estavam Ernesto Palacio, César Pico e o ex-anarquista Juan Carulla. Paralelamente, formaram grupos de ação estruturados em formações reminiscentes dos grupos fascistas italianos e preparados para a luta de rua. O general José Félix Uriburu – conhecido por seus amigos como “Von Pepe” por suas simpatias alemãs – tinha

grande prestígio nas Forças Armadas e estava muito ligado à classe política. Como membro da aristocracia saltenha, tinha amplos contatos em ambientes conservadores incluindo alguns bastante renovadores. Seu interesse pela política provinha dos tempos de Noventa, quando havia participado na Revolução do Parque junto a Lisandro de la Torre e outros com quem manteve sólida amizade ainda que seus passos divergissem. Uriburu vinculou-se aos jovens nacionalistas de simpatias fascistas de *La Nueva República* e com eles preparou-se para um golpe que permitisse pôr em prática as ideias de regeneração nacional que seus editores abrigavam. Elas implicavam em transformar a constituição de um modelo liberal em outro de tipo corporativo, com proibição de partidos políticos e representação por meio de associações ocupacionais controladas pelo Estado. Nesse discurso, colaborava o diário *La Frontera*, de Francisco Uriburu, primo do general.

Entretanto, para unir forças era necessário aportar mais elementos, e um deles foi o general Agustín P. Justo (parente próximo do líder socialista, desaparecido em 1928), vinculado aos radicais antipersonalistas. Tanto esse grupo, como muitos dos tradicionais políticos do conservadorismo, desconfiavam das soluções corporativistas e acreditavam que havia que manter o sistema existente de eleições e partidos, ainda que ocasionalmente “corrigido” com um pouco de fraude até que o povo acabasse de adquirir consciência cívica. Os militantes médios e baixos do radicalismo organizaram-se em grupos de ação das ruas chamados Klan Radical. Essa “nova *mazorca*”¹⁶⁵, segundo exagerava a oposição, hostilizava seus adversários empregando uma violência que considerava defensiva, mas que frequentemente seguia a tática napoleônica de que um bom ataque é a melhor defesa. Em fins de

165 N.T.: O governo de Juan Manuel de Rosas tinha uma polícia política com grupos de ação que perseguiram os opositores de maneira extralegal, chamada *La Mazorca*, que ficou como símbolo de um grupo político popular de ação violenta apoiado pelo governo.

1929, um atentado contra o carro do presidente errou o alvo e o agressor foi instantaneamente morto pela guarda.

Yrigoyen teve que enfrentar também a oposição de boa parte do movimento operário e da esquerda, assim como dos estudantes. De fato, e sem que fosse necessariamente proposto, muitos destes convergiram para o golpismo de direita em seu antagonismo contra o que consideravam um governo corrupto, não exatamente na figura do presidente, mas sim de muitos colaboradores que não eram adequadamente controlados. Os conservadores, radicais antipersonalistas e socialistas independentes (dissidência de direita do partido), haviam chegado a atitudes claramente golpistas em contato com chefes militares. Os socialistas do partido tradicional e os democratas progressistas, ainda que repudiassem esta intenção, de fato contribuíam fortemente para criar um clima de desestabilização ao criticar implacavelmente o governo. Os estudantes universitários realizaram uma grande manifestação que percorreu as ruas centrais deixando Yrigoyen de molho, resistindo ao que se considerava sua ditadura. Proibida a sua passagem até a Casa Rosada, houve tiros e morreu um manifestante. As mortes violentas de participantes em batalhas de rua tornaram-se comuns nos últimos tempos da presidência como resultado de enfrentamentos entre grupos rivais ou com a polícia.

O diário *Crítica*, dirigido por Natalio Botana, havia-se transformado em instrumento de grande tiragem com foco sensacionalista. A princípio, apoiou Yrigoyen na campanha presidencial, mas logo deu marcha atrás e contribuiu substancialmente para seu desprestígio. Nos primeiros meses de 1930, houve eleições de deputados nas quais se diluiu a grande maioria radical de dois anos antes. Em parte isso se devia à natureza caudilhista do fenômeno yrigoyenista, que não se transmitia facilmente a outros dirigentes médios, especialmente para cargos

de deputados. De toda forma, a crise mundial iniciada no final de 1929 afetou o país fortemente, ocasionando paralisação de atividades e desemprego. Os dois partidos socialistas emergiam como as principais forças eleitorais na Capital, ainda que o Independente fosse em boa parte votado por gente da direita, que o usava como veículo anti-yrigoyenista, ante a falta de capacidade de agregação de seus próprios candidatos. Finalmente, em 6 de setembro, Uriburu dirigiu um levante com algumas forças do Campo de Mayo e, diante da passividade dos demais setores das forças armadas e da pouca resistência civil, derrubou o governo constitucional. Era a primeira vez que uma intervenção armada tinha êxito na Argentina, desde 1862: quase setenta anos de tradição legalista chegavam ao fim e uma longa odisseia se abria para o país.

CAPÍTULO 16

O REGIME MILITAR: JOSÉ FÉLIX URIBURU (1930-1932)

As linhas internas

Uriburu cercou-se de ministros civis, com exceção dos da Guerra e da Marinha. Seu elenco combinava conservadores tradicionais com nacionalistas de direita, mistura que refletia as alianças pactuadas de modo a conseguir apoio suficiente para dar o golpe. Os nacionalistas estavam encabeçados pelo ministro do Interior, Matías Sánchez Sorondo, e pretendiam estabelecer um regime corporativo ao estilo fascista com apoio de grupos de ação na rua. O conflito entre ambos os setores logo se evidenciou, e o general Agustín P. Justo, chefe do Exército, emergiu como a figura mais visível dos que queriam simplesmente uma recuperação da república elitista do passado sem inovações perigosas. Uriburu, que tinha em grande conta Lisandro de la Torre, com quem havia compartilhado as lutas de Noventa, pensou em um primeiro momento – antes da explosão do golpe – em fazer a transferência do poder ao líder democrata progressista. Não achou eco, mas persistiu na ideia de que seu antigo amigo poderia retornar ao papel que havia assumido em 1916, como chefe inovador das

forças conservadoras. Esses projetos acabaram por não convencer De la Torre que, mesmo mantendo seu antiyrigoyenismo, havia evoluído a posições mais reformistas e aproximava-se do socialismo moderado¹⁶⁶.

A ideia de introduzir elementos corporativos na constituição com uma representação de associações patronais, culturais e operárias teve que ser deixada de lado, mesmo sendo uma das estrelas do setor ideológico próximo ao general. Formaram-se, contudo, brigadas de choque denominadas *Legião Cívica Argentina*, na linha de alguns eventos da década anterior. Agora esses grupos teriam forte apoio oficial e poderiam armar-se como voluntários para a manutenção da ordem treinando nos quartéis. Seus desfiles marcaram época e pareceu, por um momento, que a evolução para um sistema fascista era uma possibilidade real. A confusão nos setores independentes era muito grande, pois alguns haviam dado seu apoio ao movimento revolucionário acreditando que este se limitaria a exigir a renúncia de Yrigoyen e de seu vice-presidente Enrique Martínez para, imediatamente, passar o poder possivelmente à Corte Suprema, segundo previa a constituição. Contudo, um dos mais convencidos representantes da orientação corporativista era Carlos Ibarguren, interventor em Córdoba, que esboçou claramente os objetivos de seu grupo. Isso motivou uma resposta aberta dos políticos ligados ao conservador Partido Democrata de Córdoba, principalmente Miguel Angel Cárcano. O projeto corporativista tornou-se impossível, devido à resistência do espectro tradicional de forças políticas. Afinal, aceitou-se a pressão social que demandava eleições, outrora prometidas na proclamação revolucionária.

166 Raúl Larra, *Lisandro de la Torre, el solitario de Pinas*. 6a ed. Buenos Aires: Hemisferio, 1956.

A atitude do sindicalismo

A oposição foi muito cautelosa, pois desde o início a repressão a quem quisesse enfrentar com decisão e violência o regime foi muito dura. O tema era particularmente quente no movimento operário. Já antes do golpe produziu-se uma tentativa de unificação das centrais sindicais da qual ficaram fora os anarquistas (que ainda seguiam com a FORA do Quinto Congresso) e os comunistas, que se agrupavam em um Comitê de Ação Sindical Classista, nenhum dos quais controlava importantes estruturas operárias.

As duas principais centrais eram a *União Sindical Argentina* (USA), de orientação sindicalista revolucionária, e a *Confederação Operária Argentina* (COA), socialista. Ambas, e mais alguns grêmios autônomos, uniram-se para formar a *Confederação Geral do Trabalho* (CGT). A fundação desta entidade, que se vinha deliberando há mais de um ano, concretizou-se poucos dias depois do golpe. Foi necessário acelerar as infindáveis cabalas que acompanhavam essas tratativas para poder enfrentar com uma política unificada o governo militar.

A ideia era que a CGT se mantivesse independente perante os partidos políticos, e não permitir que estes interferissem em seu funcionamento. Era complicado chegar a um entendimento que pudesse ser subscrito por uma ampla gama das correntes ideológicas que atuavam no movimento operário e, de fato, a grande maioria dos anarquistas e dos comunistas ficou fora. Para tranquilizar as entidades influentes, já algo burocratizadas, foi necessário estabelecer que não se poderia declarar greves gerais sem a aprovação de um congresso onde estivessem representados todos os sindicatos afiliados. Ou seja, negava-se ao Comitê Central Confederal o poder de adotar, por si só, essa decisão.

Durante os primeiros momentos do regime militar, na vigência do estado de sítio e da Lei Marcial, parecia que vários

militantes anarquistas seriam fuzilados. A reação pública foi muito grande, pois o país não estava acostumado a esse proceder. Em seu desejo de salvar os militantes anarquistas, a CGT, com maioria sindicalista, teve que fazer declarações de solidariedade ao novo governo que logo lhe seriam jogadas na cara por seus opositores de esquerda.

A eleição presidencial de 1931

O governo propôs-se a realizar as eleições por províncias, de forma gradual, para verificar o estado de sua reputação. A primeira, em Buenos Aires, em abril de 1931, resultou em fracasso, pois ganharam os radicais yrigoyenistas. Com o argumento de impedir o retorno do regime deposto, a eleição foi invalidada e proibiu-se a apresentação de candidatos ligados ao governo anterior e também foram suspensas as outras consultas provinciais. Os radicais voltaram à sua tradicional política de abstenção revolucionária. Poucos dias depois da anulação das eleições, o coronel Gregorio Pomar fez uma tentativa de levantar a guarnição local em Corrientes, com apoio civil, mas sem sucesso. Em Córdoba, Entre Ríos e Tucumán houve movimentos similares, principalmente baseados em grupos civis e, como resultado, foram realizadas dúzias de detenções. Muitos militantes políticos sindicais foram enviados ao presídio de Ushuaia e a tortura começou a generalizar-se como método de obter informações. Setores do público que haviam apoiado o golpe, como o diário *Crítica*, de enorme influência popular, passaram à oposição e seu diretor Natalio Botana foi preso.

A luta dentro do regime militar entre os que desejavam impor uma nova constituição corporativista e os que queriam celebrar eleições com o sistema tradicional definiu-se a favor destes últimos. Chegou-se assim à convocação de eleições gerais para o final de 1931. Pelo oficialismo foi organizada uma Federação

Democrática Nacional, que logo se transformaria em Concorde, composta por conservadores (Democratas Nacionais), radicais antipersonalistas e socialistas independentes, que tinha o general Justo como candidato presidencial, deixando aos eleitores optar entre o conservador Julio A. Roca (filho do presidente) e o antipersonalista José Nicolás Matienzo para a vice-presidência. Com a eliminação da UCR, o resultado não era muito problemático, mas permanecia a incógnita: os radicais poderiam decidir votar maciçamente em outro candidato opositor e retroceder todo o processo ao marco zero. Alvear, que recém retornava da França, abandonou sua posição antiyrigoyenista e assumiu a direção do partido, o qual tratou de reunificar. Yrigoyen, que passou grande parte do tempo preso até sua morte em 1933, aprovava a nova condução.

Os outros dois principais partidos opositores, o Democrata Progressista e o Socialista, fizeram uma aliança que apresentou a chapa Lisandro de la Torre – Nicolás Repetto. Sua campanha teve, como correspondia às atitudes dominantes em os ambos partidos, um alto conteúdo antiyrigoyenista. De la Torre inclusive proclamava-se continuador do espírito das jornadas revolucionárias de setembro, quando parecia que só se ia derrotar um regime visto como corrupto, para imediatamente recuperar a legalidade. A única possibilidade de ganhar apoiava-se na proibição dos votos radicais, que seriam absorvidos, pois os Democratas Progressistas e os Socialistas tinham votos próprios somente em Santa Fé e na Capital Federal. Tanto De la Torre como Repetto estavam conscientes de que essa forma de chegar à presidência seria moralmente objetável, ou – igualmente grave – uma ofensa para seu futuro político, mas argumentavam que, mesmo com esse vício formal, sua vitória facilitaria um posterior retorno completo às liberdades públicas, do qual também os radicais se beneficiariam. Entre a abstenção radical e uma boa dose de fraude

– especialmente na província de Buenos Aires – o general Justo triunfou e conseguiu ocupar a cadeira de Rivadavia. Julio A. Roca o acompanharia.

CAPÍTULO 17

A PRESIDÊNCIA DE AGUSTÍN P. JUSTO (1932-1938)

A nova equipe governante: a frente política e sindical

Agustín P. Justo era um militar com forte vocação política. Ele havia participado da Revolução do Parque em 1890, seguindo as orientações do general Mitre e, tendo sido ministro de Guerra durante a presidência de Alvear, estava bem ligado aos radicais antipersonalistas que ocupavam uma posição que lembrava em alguns aspectos à dos mitristas. O ministério do Interior foi confiado a Leopoldo Melo, candidato presidencial antipersonalista derrotado em 1928 por Yrigoyen. Nas Relações Exteriores, ficou Carlos Saavedra Lamas, reconhecido internacionalista. Na Agricultura (que incluía a indústria) assumiu o socialista independente Antonio de Tomaso, substituído, ao falecer, pelo mais ortodoxo conservador, Luis Duhau, poderoso proprietário rural. No ministério da Fazenda, depois de uma primeira etapa a cargo de Alberto Hueyo, atuou a maior parte do tempo Federico Pinedo. Estava representada toda a gama dos partidos da Concordância. As relações com os países vizinhos mereceram particular atenção, especialmente a guerra na qual se enfrentaram Paraguai e Bolívia de 1932 até 1935 pela posse do Chaco Boreal, ou seja, a zona ao

norte do rio Pilcomayo. O conflito implicou em grandes perdas de vidas para ambos os países, e a pior parte coube aos bolivianos, forçados a lutar em condições inóspitas muito distintas às do Altiplano. Saavedra Lamas promoveu políticas de pacificação, que afinal tiveram êxito e lhe valeram o Premio Nobel da Paz.

Justo teve que enfrentar várias tentativas dos radicais de levantes armados, descobertas no período de 1932 a 1933, entre elas a do tenente coronel Atilio Cattáneo. Houve torturas e encarceramentos maciços, tanto de opositores políticos quanto sindicalistas. Finalmente, a UCR, sob a direção de Alvear, optou por uma linha opositora, porém não violenta e, no começo de 1935, decidiu pôr fim à abstenção. Preparava-se para tentar sua sorte na renovação presidencial, no ainda distante ano de 1938, quando seguramente Alvear seria seu defensor, pois se tratava de um candidato muito aceitável para as classes conservadoras do país, apesar de seus vínculos com o conjunto do partido radical ainda predominantemente yrigoyenista. Decerto no radicalismo havia grupos que desejavam revitalizar uma linha mais confrontacionista. Um deles estruturou-se no próprio ano de 1935, sob a inspiração de Arturo Jauretche, Gabriel del Mazo e Luis Dellepiane, com o nome de Força de Orientação Radical da Juventude Argentina (FORJA), da qual logo aproximou-se Raúl Scalabrini Ortiz. Seu discurso caminhava cada vez mais em direção a posições anti-imperialistas, especialmente contra os ingleses¹⁶⁷. Outro setor radical antagônico à política de Alvear era o dirigido em Córdoba por Amadeo Sabattini que, imitando um pouco as práticas de Yrigoyen, recusava-se a sair de sua terra natal de Villa María e cultivava um ar de mistério ao redor de sua pessoa. De maneira mais complexa, começavam a acontecer algumas estranhas estratégias de alianças nas periferias do radicalismo, aproximando-se de alguns grupos nacionalistas.

167 Miguel Angel Scenna, *FORJA, una aventura argentina*. 2 vols. Buenos Aires: La Bastilla, 1972.

O nacionalismo havia colaborado com Uriburu e tinha ficado decepcionado por não ter conseguido uma transformação institucional do país. Por outro lado, a política econômica adotada pelo presidente Justo, longe de aplicar um programa anti-imperialista, era de cooperação expressa com os interesses britânicos e norte-americanos. Foi assim que emergiram duas figuras opositoras nesse ambiente: Juan P. Ramos e Juan Bautista Molina. Ramos foi um intelectual que chegou a ser visto como o “chefe do nacionalismo”, à frente da Aliança da Juventude Nacionalista, organização com características paramilitares derivada da Legião Cívica Argentina criada por Uriburu. O coronel Juan B. Molina, admirador do regime recentemente instalado por Adolf Hitler (1933), voltou da Alemanha em 1936 decidido a aplicar as experiências lá vistas. Praticamente assim que desceu do barco, conspirou em repetidas ocasiões em um movimento que incluía Diego Luis Molinari, convencido yrigoyenista que logo evoluiria para o peronismo. O plano desse movimento combinava medidas radicalmente anti-imperialistas, controle da economia e organização política corporativista. Em outras partes da América Latina, esse tipo de combinação estava na ordem do dia, especialmente no Brasil, na Bolívia e no Paraguai¹⁶⁸.

Os conceitos de “direita” e “esquerda” começavam a ser confundidos e misturar-se. Muita gente de origem direitista, ao entrar no nacionalismo, ficava em oposição às potências anglo-saxônicas, repetindo argumentos parecidos aos do comunismo pró-soviético, mesmo que por motivos diversos. Por outro lado, a persistente depressão econômica mundial e a sucessão de crises políticas que as democracias ocidentais enfrentavam enfraqueciam

168 Robert Potash, *El ejército y la política en la Argentina*, vol. 1. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986, p. 145, 2 vols. Juan B. Molina não deve ser confundido com Ramón Molina, chefe do Exército naqueles anos, cuja orientação era oposta, tendente ao Radicalismo, que foi afastado por Justo. Ver também Alain Rouquié, *Poder militar y sociedad política en la Argentina*, 2 vols. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

as convicções de quem, em condições mais normais, houvesse acreditado na reforma gradual e evolutiva do sistema capitalista. Os projetos de golpe militar, dirigidos por Juan Bautista Molina, foram constantes durante os últimos anos da presidência de Justo e, apesar deles, não foi considerado oportuno afastar o militar de seu cargo nas forças armadas. Com o apoio do grupo mais “rígido” uruburista, agora o que propunham os golpistas era um governo militar sem limite de tempo com a eliminação dos partidos políticos e severa censura, assim como controle no campo cultural e educativo. Uma verdadeira “regeneração” do país, na qual não faltava apelação aos valores morais. Para esse setor, o próprio governo do general Justo era visto como uma expressão do liberalismo cosmopolita, que inevitavelmente abriria espaço ao socialismo ou ao comunismo. A corrupção que às vezes aflorava e as vantagens que o governo se via obrigado a conceder ao capital estrangeiro eram também usadas como argumento para demonstrar sua pouca preocupação pelo interesse nacional. Convergiu assim uma crítica da direita filofascista com outra lançada de posições de esquerda ou de nacionalismo renovador, como o da FORJA, que terminaram alcunhando para o período o mote de “década infame”.

No âmbito da política legal, houve mudanças importantes a partir de 1936. Como resultado de seu retorno às urnas, o radicalismo ganhou em 1936 uma ampla bancada na Câmara dos Deputados e alguns governos estratégicos, como de Córdoba, assumido por Amadeo Sabattini (1936-1940). Nessa província, uma corrente renovadora do conservadorismo, dirigida por José Aguirre Cámara, rejeitava recorrer à fraude e, ainda que não pudesse ganhar as eleições, mantinha a fidelidade de um apreciável setor do eleitorado. No movimento operário, fortaleceu-se durante a década de trinta a influência socialista e começou a do comunismo. Os antigos sindicalistas, que haviam encaminhado

a CGT a uma aliança instável com os socialistas, tiveram que tomar para si a responsabilidade pela política muito moderada da central operária, apelidada de colaboracionista.

A União Ferroviária era o principal sindicato do país, com importante sede na rua Independência¹⁶⁹, filiais por todo o país e uma complexa organização de seccionais e comissões em diversos níveis, do local ao nacional. Ela possuía também algum pessoal pago e os membros de maior destaque da Comissão Diretora recebiam retribuição por seus serviços. Uma espécie de “burocracia” potencial ainda que embrionária. Logo conseguiram um Hospital Ferroviário com contribuições estatais e possuíam muitos serviços sociais. A principal força da União Ferroviária estava nas oficinas de reparos, entre as quais havia uma muito importante em Remedios de Escalada¹⁷⁰, nas imediações de Buenos Aires, e outras espalhadas pelo país desde Rosário até Tafí Viejo, subúrbio de Tucumán. Também agruparam os guardas de trem e outro pessoal de estação. Os maquinistas e foguistas das locomotivas, muito qualificados, tinham um sindicato especial, La Fraternidad. Os anarquistas consideravam a todos “amarelos”¹⁷¹, mas constituíam um dos principais baluartes sindicais do país. No grêmio ferroviário, havia uma luta entre Antonio Tramonti, caudilho de origem *sindicalista*, ainda que muito “pragmático”, e José Domenech, mais moderno, ligado ao Partido Socialista. A luta terminou com alguma violência e os socialistas, alegando falhas na organização e falta de cumprimento dos estatutos, tomaram pela força a sede da União Ferroviária e a própria CGT, ocasionando uma divisão da central. Desde então houve por um tempo duas CGTs, a da rua Independência (no local da União Ferroviária) e a

169 N.E.: Importante avenida de Buenos Aires.

170 N.E.: Distrito da municipalidade de Lanús, província de Buenos Aires.

171 N.T.: Pessoa ou agremiação que apoia a política patronal.

da rua Catamarca. Nesta última, refugiavam-se os *sindicalistas* e logo mudaram seu nome adotando o de União Sindical Argentina (USA), que foi declinando. Luis Gay, telefonista, era um de seus principais chefes. Os socialistas eram fortes também entre os Gráficos e Empregados do Comércio, agremiação frágil naquela época e muito necessitada de apoio legislativo para poder impor aos patrões algumas conquistas já que seu pessoal, empregados de grandes lojas, não era muito combativo. Tinha como dirigente Angel Borlenghi, afiliado socialista. Situação parecida dava-se no grêmio de Operários e Empregados Municipais, cujos batalhões mais proletários estavam entre os catadores de lixo, mas que também incluíam a gente de “colarinho branco”, mais difícil de sindicalizar. O socialista Francisco Pérez Leirós, que por intermédio de sua atividade sindical chegou à Câmara dos Deputados, os capitaneava. No início da década, os comunistas haviam adotado uma política muito sectária seguindo diretrizes internacionais segundo as quais havia que se opor aos reformistas e moderados. Depois do acesso de Hitler ao poder, em parte consequência dessa estratégia aplicada ao caso alemão, os comunistas passaram a favorecer uma estratégia de aliança com as forças antifascistas, deixando então seu exclusivismo expressado nos agrupamentos “classistas” e entraram para a CGT. Em seguida, conseguiram muita força nos grêmios da Construção e da Carne. Nas novas indústrias, sobretudo a têxtil e a metalúrgica, a agremiação se fazia mais difícil.

Caudilhismo conservador e fraude eleitoral

Quase todo o período do retorno conservador, entre 1930 e 1943, caracterizou-se pela tergiversação da vontade popular por meio da fraude, realizada em quase todos os distritos. As principais exceções eram a Capital Federal e Córdoba, mas o lugar onde mais abertamente se praticava era a província de Buenos Aires. Nessa província, Marcelino Ugarte havia montado uma máquina famosa

em sua época, tanto por sua efetividade em conseguir clientelas genuínas – mesmo que não necessariamente convencidas – pela troca de favores, quanto por sua habilidade em comprar cadernetas de alistamento ou, se tudo isso desse errado, colocar envelopes diretamente na urna. A prática era, seguramente, velha. Segundo se diz, uma vez o italiano Cayetano Ganghi foi à casa de Pellegrini com um carrinho cheio de papeletas para votar, derivadas seguramente de documentos de naturalização que havia tramitado para seus conacionais, seguindo o exemplo norte-americano. Emocionado, o patrício o congratulou: “Sois positivamente um caudilho, Ganghi!”¹⁷².

Mas quem elevou essas práticas ao nível de arte – com algumas vítimas fatais – foi Alberto Barceló, poderoso chefe de Avellaneda, na periferia industrial de Buenos Aires, de 1910 até 1943, que chegou inclusive a merecer algum tango que celebra seus feitos, se porventura a História chegasse a esquecer dele. Sua mão direita era Esteban Habiague, inspetor de Polícia, antes diretor de um hipódromo. Um de seus colaboradores de base foi Juan Ruggiero, Ruggierito para os amigos, que morreu de um tiro. Quando jovem, Carlos Gardel cantava nas campanhas políticas de Barceló, o que obviamente melhorava o nível artístico e atraía enlevados ouvintes. Barceló conseguiu para ele papéis para que figurasse como se fora nascido em Avellaneda em vez de na francesa Toulouse, o que facilitava as coisas nos trâmites. Alberto Barceló, sucedendo a seus irmãos, esteve à frente da municipalidade de 1910 até 1917, quando veio a intervenção mandada pelo “Peludo” [o presidente Yrigoyen]. Não havia porque desesperar-se, Alberto já era então senador provincial e, como sempre, sob a sombra protetora de dom Marcelino Ugarte. Todavia, agora isso iria acabar e convinha abrir o caminho sozinho

172 Norberto Folino, *Barceló, Ruggierito y el populismo oligárquico*. Buenos Aires: De la Flor, 1983, p. 85.

e foi assim que fundou em 1922 o Partido Provincial, separado do Conservador ao qual só retornaria em 1930. Em 1924, já nos tempos de Alvear, com sua própria estrutura partidária, ganhou as eleições e voltou à Intendência, e até 1943 não a abandonaria, ocupando-a diretamente ou por meio de uma pessoa interposta. Durante o interregno entre a intervenção de 1917 e seu retorno em 1924, ensaiou várias táticas. Uma delas foi em 1919, quando quase se igualou em votos aos radicais, que também tinham sua máquina e seu caudilho, ainda que principiantes por comparação. Nessa ocasião, fez com que votassem para Intendente em Jacinto Oddone do Partido Socialista, que havia obtido menos de 20% do voto popular e que durou dois anos à frente da comuna¹⁷³.

Barceló editou, desde La Plata, seu próprio diário, *El Provincial*. O regime de Uriburu o teve, é claro, como partidário e, ao se reagruparem as forças de direita no novo partido Democrata Nacional, em 1931, Barceló integrou-se tomando a direção do distrito bonaerense, embora Federico Martínez de Hoz fosse governante. Como oposição interna, Barceló tinha um grupo mais “ilustrado”, formado por Rodolfo Moreno, Vicente Solano Lima e Alberto Espil, apoiados pelo presidente Justo. Barceló usava uma mistura de fraude, corrupção e intimidação de adversários para chegar a seus altos números eleitorais, mas não se pode negar que tinha certa popularidade. À sombra de Barceló formava-se o jovem médico Manuel Fresco, que com ajuda do caudilho conseguiu uma boa posição no Hospital Fiorito. No Partido Democrata Nacional, havia uma luta surda entre o setor mais tradicional dirigido por Barceló e Fresco e o mais renovador, com figuras como Rodolfo Moreno e Vicente Solano Lima, que queriam limpar um pouco a cara do partido. Barceló não fazia muitas declarações e era quase mais esquivo que Yrigoyen quando se tratava de falar em público.

173 Para interpretar o significado desta exígua cifra de votos socialistas, é preciso recordar que a grande maioria da classe operária era estrangeira, sem carta de cidadania.

Já Fresco adorava os discursos. Este, orientado para uma nova época, quis sistematizar em uma política de “justiça social” a tática de seu mentor e aderiu fervorosamente ao fascismo, no qual via uma alternativa válida, adaptada a nosso gênio latino, entre o comunismo “russo” e o capitalismo selvagem “ianque”.

Em 1936, usando métodos habituais, Fresco chegou à frente do governo de Buenos Aires, onde tratou de pôr em prática suas ideias, sem muito êxito. Em 1940, deveria deixar o lugar para Barceló, que mesmo com idade bem mais avançada que ele, justo nesse momento atrevia-se a sair de seu recanto. Estava tudo pronto para que don Alberto saísse de sua toca, enquanto Fresco se reservava para posições futuras mais importantes. As urnas – senão os votos – deram a vitória a Barceló e o escândalo foi maiúsculo, visto que já eram outros tempos. O presidente Ortiz, ele próprio fruto de fraude, assim como antes o fora Roque Sáenz Peña, mas decidido a eliminá-la, fez uma intervenção fulminante, e o velho caudilho nunca chegou a mandar em toda a província. As novas eleições deram a vitória ao grupo renovador, com Moreno no governo, acompanhado por Vicente Solano Lima na Secretaria. Fresco então, tendo rompido relações com a Concordância no poder, repudiado pelos próprios setores modernos e reformistas do PDN, seguindo o exemplo de Barceló dos anos vinte, formou seu próprio agrupamento, a União Nacional Argentina, de clara ideologia fascista e ligada ao jornal *Cabildo*. O peronismo deixaria Barceló de lado, a fábrica de cerveja que este havia instalado quebraria e, ao morrer em 1946, só um pequeno grupo de correligionários se despediria dele no cemitério. Seu palacete, na praça de Avellaneda, é hoje uma repartição nacional.

A intervenção estatal na economia

Na frente econômica, o artífice das numerosas iniciativas concretizadas no governo de Justo foi Federico Pinedo. O ministro

havia deixado para trás suas convicções socialistas, mas guardava uma orientação de intervencionismo econômico, que considerava necessário para sair da aguda crise de desemprego existente. De Tomaso, da Agricultura, colaborou na organização de novas instituições de planificação na área rural e, para evitar oscilações excessivamente bruscas no mercado e nos preços, fundou-se a Junta Nacional de Carnes, as Juntas Reguladoras de Cereais, do Algodão, do Açúcar, de Vinhos, da Erva Mate e da Indústria Leiteira. Essas entidades garantiam um preço mínimo ao produtor e mantinham reservas em seus depósitos para, em seguida, exportar. Também foram instalados frigoríficos, para os quais se estabeleceu a Corporação de Produtores de Carne (CAP). Para facilitar o transporte das colheitas, foi dado um impulso à rede de estradas pavimentadas, que complementava a das ferrovias, competindo, é claro, com estas. A Direção Nacional de Vias ficou a cargo desta tarefa que enfrentou a hostilidade dos interesses britânicos, enquanto era aplaudida pelos exportadores norte-americanos de automotores, alguns dos quais tinham terminais de montagem instalados no país.

Para paliar as dificuldades com a Grã-Bretanha, projetou-se intervir nos transportes de ônibus e coletivos, que, em mãos privadas, entravam em uma guerra de preços, deixando pouco rentáveis os bondes e trens suburbanos britânicos. O tema animou muito a opinião pública, com grande oposição ao projeto. Este só pôde ser concretizado em 1942, com a criação de uma Corporação de Transportes da Cidade de Buenos Aires, que passaria a ser a proprietária das linhas de coletivos, reguladora de suas tarifas e da qual as antigas empresas seriam acionistas. A situação fiscal era difícil, pois as importações e as conseguintes entradas de divisas haviam baixado muito. Para compensar essa diminuição, estabeleceu-se o imposto sobre a renda, seguindo as linhas universalmente aceitas sobre as fontes que deve ter o

gasto público. Esse imposto, que afetava os mais abastados, gerava uma redistribuição de renda, sempre, é claro, que se pagasse. As crises haviam deixado um monte de problemas nos bancos, frequentemente incapazes de cobrar seus créditos. Então, para ordenar o sistema, criou-se, com assessoramento inglês, o Banco Central, dotado de grande autonomia para que não se visse forçado a emprestar seus fundos ao governo, o que estimularia a inflação.

A combalida economia mundial obrigou todos os países a tomar medidas de defesa contra os desajustes produzidos por um mercado descontrolado. A Grã-Bretanha reuniu os integrantes de seu Império e na Conferência de Ottawa (Canadá), em 1932, decidiu instituir uma barreira alfandegária contra as importações provenientes do resto do mundo. Dessa maneira, protegia o comércio entre a metrópole, os Domínios, como Canadá e Austrália, e as colônias, principalmente da Ásia e da África. Essa barreira implicava que a carne, daqui em diante, já não poderia chegar da Argentina em condições competitivas com a Austrália ou a Nova Zelândia. O preço local desmoronou, ameaçando de ruína a maior parte dos produtores de gado do país. O governo de Justo decidiu negociar, aproveitando a importante posição da Argentina como mercado para a produção britânica. O vice-presidente Julio A. Roca foi a Londres e chegou a fazer um acordo, conhecido como Tratado Roca-Runciman, em 1933. Por esse tratado, permitia-se à Argentina enviar certa quantidade de sua melhor produção de carne resfriada (*chilled beef*) a Londres, livre de gravames, e, em troca, aceitar-se-ia também na Argentina, em condições privilegiadas, o carvão e certos produtos industriais britânicos, e o país se comprometeria a dar um bom tratamento aos investimentos que viessem da ilha. Quem pagava o esquema? Havia vários interesses prejudicados:

1. Os produtores de carne de menor qualidade, assim como os criadores que proviam os “invernadores”¹⁷⁴ de novilhos e vitelos do pampa úmido.
2. Os industriais argentinos, assim como os estrangeiros já radicados no país, que perdiam a proteção que poderiam ter ante a competição inglesa.
3. Os exportadores dos Estados Unidos (e de outros países) à Argentina, que agora se viam em dificuldades por não gozar do acesso preferencial que teriam os britânicos a nosso país.

A situação merece um tratamento mais detalhado, que veremos no próximo capítulo.

174 N.T.: Produtores de gado que compram bezerros e os engordam (em sua origem, “para passar o inverno”), ou seja, levam os animais para áreas ou fazendas de recria de gado. Eles engordam o gado jovem até que se tornarem novilhos de 400 quilos para o abate.

CAPÍTULO 18

ECONOMIA E SOCIEDADE DOS ANOS TRINTA ATÉ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A produção de carne: criadores e “invernadores”¹⁷⁵

O processo de produção de carne bovina tem duas etapas, a da criação e a da engorda ou invernada. A criação de vitelos até um ano de idade, é feita nos campos não muito bons, ou seja, muitos do interior e alguns do pampa úmido. A segunda etapa, que exige melhores campos e pastagens artificiais, é realizada por empresários que compram os vitelos e os levam até os dois anos de idade, engordando-os à razão de quase um quilo por dia. Uma vez obtido o produto terminado, ou seja, o novilho de 400 ou mais quilos de peso, ainda falta outro pequeno detalhe: enviá-los ao mercado de fazenda, onde são adquiridos pelos frigoríficos, trabalhados e transformados em reses médias que devem ser imediatamente refrigeradas. Sem perder um minuto de tempo, há que enviá-las em barcos a todo vapor para chegar ao mercado de Smithfield em Londres antes que os australianos. Não é tão simples, como pode parecer, por um bife no prato de um consumidor inglês.

175 N.T.: Ver nota 173.

Esse esquema, basicamente, segue sendo aplicado, ainda que com numerosas variações. Na época a que nos referimos, a divisão do trabalho entre criadores e *invernadores* era mais nítida que na atualidade. Um terceiro na discórdia eram os arrendatários, pequenos produtores familiares, que em geral produziam cereais, e que depois de uns anos de rotação deixavam instalado um alfafal para ser devorado pelos novilhos. Os empresários locais mais fortes eram os *invernadores*. Mais acima, entretanto, vinham os frigoríficos, quase todos de propriedade estrangeira. Os interesses em conflito nessa cadeia produtiva podem ser caracterizados da seguinte forma:

1. *Os invernadores*: grupo muito poderoso e bem conectado politicamente, organizado na *Sociedade Rural Argentina*. Era base do Partido Democrata Nacional, e decerto apoiava o Pacto Roca-Runciman, que lhe assegurava colocar a maior parte ou mesmo o todo de sua produção.
2. *Os criadores*: setor menos influente, mais local. Não conseguiam um tratamento especial com o Pacto e, portanto, era mais fácil que entre eles se difundissem atitudes nacionalistas de rejeição. Organizaram-se na *Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e La Pampa* (CARBAP).
3. *Os arrendatários e outros produtores agrícolas médios*: formavam uma classe média rural, sempre em dificuldades para colocar sua produção, ante a intermediação dos grandes cerealistas, como Bunge e Born, Dreyfus, De Ridder e outros. Entre eles, aqueles que eram arrendatários tinham o problema adicional da instabilidade de suas posses. Muitos estavam organizados na *Federação Agrária Argentina* (FAA), criada em 1912 depois do Grito de Alcorta. AFAA havia ocupado posições de esquerda e inclusive firmado pactos

de ação conjunta com a FORA, que logo se tornaram mais moderadas. Suas simpatias tendiam para o radicalismo, ou, em Santa Fé, para a Democracia Progressista.

4. *Os frigoríficos*: constituíam um dos principais fatores de poder econômico do país, e se beneficiavam de seu papel de intermediação, assim como de suas reservas financeiras. Influenciavam os governos, ainda que por sua condição de estrangeiros. O vínculo com os partidos era menos direto que no caso dos *invernadores* ou criadores.
5. *Os grandes comerciantes cerealistas*: estes tinham em sua cúpula três ou quatro grandes empresas, algumas base de grupos transnacionais. Eram propriedade de residentes argentinos, alguns de recente imigração, e estavam ligados ao mundo político mais estreitamente que os frigoríficos.

O tema das carnes teve um final dramático em 1935, durante um debate em que participava Lisandro de la Torre, que impugnava a política oficial, resultado do Pacto Roca-Runciman. As acusações eram muito fortes e geravam palavras ásperas por ambos os lados, incluindo os ministros presentes à sessão de interpeação. De repente, ressoou um tiro em pleno Senado, dirigido a De la Torre, mas que matou seu colaborador Enzo Bordabehere, recentemente eleito senador também por Santa Fé. O responsável, embora apontado pela opinião pública, nunca foi devidamente identificado pela Justiça e ficou em liberdade.

O crescimento da indústria argentina e seus problemas

Durante os anos trinta a indústria argentina emergiu como importante fator de poder no país. A crise a afetou de maneira inesperada. Efetivamente, a queda dos preços de exportação e a contração da demanda internacional deixaram o país com grande carência de divisas. Tornavam-se difíceis as importações

e estimulava-se, sem necessariamente haver intenção, a indústria argentina. Isso era particularmente estratégico para os novos ramos. Nos setores têxteis, o pessoal ocupado, na Capital Federal, passa de 100 em 1929 a 298 em 1943. No país, em sua totalidade, os operários têxteis passaram de 52.576 em 1935 para 103.600 em 1943. A mão de obra era em sua grande maioria pouco qualificada, formada por mulheres e jovens em uma proporção de mais de dois terços¹⁷⁶.

Segundo o Censo Industrial de 1935, havia mais de 6 mil estabelecimentos têxteis na Argentina, mas uns 1.600 destes não empregavam pessoal em relação de dependência e outros 3.200 tinham menos de cinco empregados. Esses “boliches” constituíam um aspecto importante da indústria e formavam um estrato intermediário entre a verdadeira classe patronal e os operários, constituindo uma via de ascensão social para muitos trabalhadores. Havia importantes concentrações de pequenos produtores caseiros em Chacarita (Villa Crespo) e em Villa Lynch e outros bairros do partido de San Martín¹⁷⁷. Ali trabalhava grande quantidade de imigrantes da Europa Oriental, tanto empresários como operários. Alguns vinham com tradições sindicais e políticas, mas a atividade nesse pujante setor brindava oportunidades de ascensão social a militantes, fazendo-os abandonar o sindicalismo, se não a política. Para muitos ativistas, o fato de empregar-se em um pequeno negócio era uma maneira de conseguir trabalho ao abrigo das listas negras que circulavam entre as empresas maiores, e não era raro que terminassem instalando-se por conta própria, ou que chegassem a capatazes. Uma boa parte dos pequenos empresários (alguns somente trabalhando com ajuda familiar)

176 Dados do Departamento Nacional do Trabalho, *Investigaciones Sociales*, Buenos Aires, 1941, e do Censo Populacional de 1947, vol. 3, p. 26-27.

177 N.E.: Um dos 135 “partidos” da província de Buenos Aires. Para a Constituição da Argentina, “partido” é o equivalente de “município” no Brasil.

eram os chamados *façonnières*, que possuindo um par de teares ou pouco mais, tomavam trabalho das empresas grandes. Estas lhes davam fios e encomendas, pois não podiam atender a todos os pedidos, já que preferiam evitar comprometer-se com maiores custos fixos. Logicamente isso criava uma enorme instabilidade nos campos dos *façonnières*¹⁷⁸, mas também fortes oportunidades de enriquecimento, especialmente aproveitando a maior demanda gerada pela guerra, uma vez superados os problemas de desabastecimento dos primeiros anos. A parte concentrada da indústria consistia em uns 200 estabelecimentos, com um total de 62 mil operários. Mas a verdadeira ponta era formada por monstros como Alpargatas, com uns 7 mil assalariados, onde o sindicato tinha grande dificuldade em estabilizar-se. O patriarca da indústria têxtil, naqueles anos trinta e quarenta, era Miguel Campomar, dono de uma fábrica em Valentín Alsina (Avellaneda) com 2.500 operários, outra em Belgrano com uns 2.000, e uma terceira perto de Colonia, Uruguai, com 2.300 trabalhadores. Dizia-se que a empresa havia começado, em 1882, com dois teares.

Miguel Campomar era presidente da Confederação Argentina de Indústrias Têxteis, com predomínio da lã, afiliada à União Industrial. Outro membro da família que cumpria funções gerenciais na empresa, dom Jaime, “tinha cansado o pessoal” com sermões, segundo se queixava o jornal sindical, mas estava determinado a salvar suas almas, orientando-as pela boa via do sindicalismo católico de empresa. Entre 8 e 11 de maio de 1941, convidou a monsenhor De Andrea, bispo liberal e algo operário, a que pregasse seu evangelho aos trabalhadores. O jornal sindical aproveitava para dizer que os padres agora aceitavam o direito dos empregados a sindicalizar-se: bom, então, que o fizessem na União Operária Têxtil. A verdade é que não era fácil estabelecer bases

178 N.E.: Profissionais que trabalham, atendendo às encomendas de clientes (muitas vezes empresas) que fornecem a matéria-prima.

nessa empresa paternalista e católica, e em momentos menos cuidadosos o jornal admitia a falta de militância de seu pessoal¹⁷⁹.

Em Valentín Alsina, bairro de Avellaneda, havia uma grande presença têxtil, ao redor da fábrica de Campomar e outras tecelagens de lã. Em 1937, o sindicato fez um esforço notável para organizar a área, aproveitando a grande concentração de bairro que se produzia ali, pois a quase totalidade dos povoadores do lugar eram têxteis. A agitação fracassou, segundo logo se informou, por falta de consciência e pelas táticas apressadas de alguns, terminando tudo na consolidação da influência dos “elementos inconscientes e agentes dos caudilhos que operam na zona”, interessante comentário que pode referir-se aos Barceló e outros, que, por diversos meios, cooptavam a população humilde¹⁸⁰. Esse “populismo oligárquico” é um fenômeno às vezes considerado precursor do peronismo, mas se diferencia marcadamente deste, pois sua liderança não é do tipo arregimentador e carismático, mas sim meramente paternalista e clientelista.

Em Bernal, havia também um núcleo têxtil, centrado em duas importantes fiandeiras de algodão, La Bernalesa e a Companhia Geral Fabril Financeira. Em La Bernalesa, o sindicato têxtil havia conseguido estabilizar-se desde 1939, mediante o apoio do Departamento Provincial do Trabalho, dirigido por Armando J. Spinelli, durante o governo de Manuel Fresco. Até esse momento atuava na área uma Sociedade de Melhoramento de Operários Fiandeiros de Bernal, cujo nome é bastante indicativo de suas módicas intenções. Entre outras atividades, organizava uma Academia de Corte e Confecção, cujas alunas completavam seu

179 *El Obrero Textil*, out. 1942, nov. 1942, out-nov. 1943.

180 *La Voz Textil, Órgano de los Obreros Textiles de Valentín Alsina*, ago. 1937, encadernado na coleção de *El Obrero Textil* usada para este trabalho.

curso fazendo provas na Academia de Arte Profissional María Auxiliadora.

A indústria siderúrgica viu-se impulsionada pela Fabricações Militares¹⁸¹, onde atuava o general Manuel Savio. Esta empresa tinha uma fábrica militar de aço, na Grande Buenos Aires, e um alto forno em Zapla, aproveitando o mineral de ferro extraído na vizinha Palpalá, ambas na Província de Jujuy. No setor privado, a empresa Acíndar, dirigida pelo engenheiro Arturo Acevedo, instalou uma fábrica de chapas de aço. O petróleo era produzido pelo setor estatal, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), e por empresas privadas, especialmente as dependentes da Standard Oil dos Estados Unidos e a Shell da Grã-Bretanha. Em YPF, havia se destacado o general Enrique Mosconi, muito ativo nos anos vinte, cujo trabalho foi continuado pelo general Alonso Baldrich. Ambos defenderam a produção estatal de combustível. A eletricidade na cidade de Buenos Aires era gerada por duas empresas estrangeiras, a Companhia Hispano-Argentina de Eletricidade (CHADE) e a Cia. Ítalo Argentina de Eletricidade. As concessões de serviços eram outorgadas pela municipalidade. Em 1936, quando esses contratos estavam vencendo, foram prorrogados, por meio de influências que causaram um escândalo político. Mais tarde uma comissão investigadora, em 1943, produziu um relatório que foi silenciado pelo governo militar e só anos mais tarde foi publicado.

O sindicato têxtil: seu início e expansão

O sindicato, concentrado, como a indústria, na cidade de Buenos Aires e arredores, tinha que enfrentar uma forte oposição patronal e condições políticas pouco propícias, especialmente na província de Buenos Aires. Como resultado, os afiliados eram

181 N.E.: Indústria estatal argentina destinada à produção de material bélico. Foi criada em 1941 e é ligada às forças armadas do país.

recrutados especialmente nas empresas médias, e em algumas de pequeno porte onde as condições de bairro o facilitavam. Nas grandes fábricas, as listas negras e a organização patronal de entidades “amarelas”^{182, 183} dificultavam a ação sindical. A época do predomínio comunista na União Operária Têxtil (UOT) coincidiu com condições de crescimento tanto na indústria como no sindicato têxtil, apesar da relativa recessão em alguns de seus ramos devido ao desabastecimento de insumos antes importados durante os dois primeiros anos da guerra. O ano de 1940 foi aberto com a notícia de que a organização “amarela” de Ducilo, o “Conselho do Trabalho”, criado originalmente pela patronal, ia afiliar-se ao sindicato. Ao mesmo tempo, denunciava-se a difusão de uma revista chamada “Rol”, presumidamente apoiada pelos empresários, e que fazia propaganda anticomunista e antissindical, favorecendo as manobras divisionistas a que já começavam a dedicar-se os socialistas, afastados da direção da UOT. Em 1941, deu-se a sindicalização dos trabalhadores de Masllorens, em Tandil, que formaram a Sociedade de Operários Têxteis, sob os auspícios da UOT, mesmo não sendo ainda afiliada a esta. Em abril de 1941, a continuada militância levou a uma prolongada greve na Manufatura Algodoeira Argentina, de Bernal, que durou 100 dias. A repressão por parte da polícia da província de Buenos Aires foi tão intensa que, segundo o sindicato, até o vice-presidente, em exercício da Presidência da Nação, Ramón Castillo interessou-se em evitar os excessos, enquanto no congresso o deputado socialista Julio V. González conseguiu que se criasse uma comissão parlamentar para investigar a indústria têxtil. O conflito da Manufatura Algodoeira Argentina terminou com a assinatura de um convênio em sete de maio de 1941, no gabinete do ministro do Interior.

182 N.T.: Ver nota 170.

183 Equivalente aos sindicatos “pelegos” no Brasil, ou seja, submissos ao patronato ou ao governo.

A militância da nova direção da UOT, não acompanhada pelo êxito nesses primeiros ensaios, levou à separação dos socialistas, mais apoiados na CGT, e que tinham à sua disposição o argumento de que os comunistas haviam abandonado a luta antifascista desde a assinatura do pacto germano-soviético. Foi assim que durante 1940 e 1941 foram-se dando passos que convergiram na formação de um novo sindicato com sede na rua Independência, baseado no ramo “Cotton” de operários qualificados do algodão e em empresas como Salzmann e a fábrica de Piccaluga da Rua Suárez, os antigos baluartes iniciais da UOT, mas menos arraigada nos setores de mais recente sindicalização da Grande Buenos Aires ou no ramo da seda e das pequenas empresas de Villa Crespo e Villa Lynch.

De qualquer forma, os dirigentes comunistas da UOT não deixaram de seguir empregando o método mais reformista de influir nas autoridades, e buscavam alianças com setores “progressistas” do “establishment”. Para levar água a seu moinho, “El Obrero Textil” citava, em novembro de 1941, as declarações do ministro de Agricultura da Nação Daniel Amadeo y Videla, no sentido de que o salário já não era suficiente para o custo da vida. Invocava-se também a opinião do general Casinelli, que, ao inaugurar as manobras de “nosso grande exército nacional”, convocava todos os cidadãos a colaborar na defesa do país. Na mesma época, eram denunciados projetos de golpe de Estado inspirados pelos “nazi-onalistas”. Por outro lado, na província de Buenos Aires o oficialismo havia mudado devido à intervenção decidida pelo presidente Ortiz, que desfez a máquina fresquista, impondo o mais democrático, mas igualmente conservador, Rodolfo Moreno. Este levou como secretário de governo Vicente Solano Lima, muito interessado em dialogar com os sindicatos, interesse que, com o tempo, levá-lo-ia por caminhos imprevisíveis, e que foi bem recebido pelos dirigentes operários. Em setembro de 1942, as

autoridades bonaerenses ofereceram à UOT que designasse dois membros para uma Junta de Abastecimento que se iria formar.

Enquanto isso, a sindicalização estendia-se a áreas do interior do país, ainda que a distância e a dificuldade de estabelecer comunicações tornassem difícil uma estrutura organizativa comum. Em 1940 já haviam começado a se associar os operários fabris de El Chaco, onde empresas como Fabril Financiera, Manufatura Algodoeira Argentina, Anderson Clayton e Dreyfus tinham descaroçadeiras de algodão. No ano seguinte, sindicalizaram-se os trabalhadores de outras empresas menores, criando-se um Sindicato de Operários Fabris de Resistência, em sua maioria de descaroçadeiras. Em 1942, somaram-se os trabalhadores de azeiteiras da região, estando já a sindicalização estendida a Barranqueras, Resistencia e Vilela, ainda que sem afiliar-se à UOT. As perspectivas de industrialização maciça do Norte do país começaram a se mostrar alucinantes, e o sindicato não foi alheio a elas. Em novembro de 1941, seu órgão jornalístico afirmava que para criar trabalho no interior e resolver a falta de bolsas (um gargalo para nossa exportação) era necessário industrializar o país. Nesse mesmo número, comentava elogiosamente a proposta do ministro de agricultura Daniel Amadeo y Videla de criar, em El Chaco, uma fábrica nacional de bolsas de algodão para substituir as de juta da Índia. Calculava o sindicato que, precisando de 35 milhões de bolsas, seria necessário empregar uns 30 mil operários, o que implicaria uma transformação total do número e distribuição espacial do grêmio têxtil. No mês seguinte, em dezembro de 1941, registrava o fato de que o poder executivo, por decreto de 18 de dezembro, havia atribuído 10 milhões de pesos para essa fábrica, que seria administrada pela Junta Nacional do Algodão. Agregava, junto a uma foto do ministro, que era necessário assegurar-se de que o controle estivesse nas mãos dos produtores, tirando-o dos monopólios.

Já em 1942 organizou-se formalmente a União Operária Têxtil (Autônoma) na rua Independencia. A UOT comunista, da rua Entre Ríos, respondeu com uma assembleia de “delegados e ativistas” (instância institucional não prevista pelo estatuto, mas muito usual na prática) que convidava os insubordinados a voltarem à união. A filiação continuava avançando de todas as maneiras e, em 1942, foram criadas novas seccionais em Lanús, Lomas de Zamora e Morón. Reflexo do grande aumento de filiados reais ou potenciais foi um ato realizado no sábado, 29 de agosto de 1942, no Luna Park, ambiente ao qual o sindicato tinha acesso pela primeira vez, saindo das usuais salas de teatros e clubes de capacidade média. O motivo era um protesto contra as infrações à lei de sábado inglês e, para assegurar a assistência, declarou-se uma greve no grêmio a partir das 13 horas desse dia. Usaram da palavra, além dos dirigentes têxteis, Mariano Cianciardo e Enrique Porto, da CGT, e o deputado Enrique Dickmann, os três socialistas, contribuindo para criar o ambiente necessário de convergência de esquerda e popular¹⁸⁴.

O triângulo Argentina - Estados Unidos - Grã-Bretanha

A economia argentina anterior à Segunda Guerra Mundial, em suas relações externas, formava um problemático triângulo com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. O país exportava fundamentalmente alimentos, sobretudo para a Grã-Bretanha. A nossos grãos e carnes era mais difícil o acesso aos Estados Unidos, porque este também os produzia e criava barreiras protecionistas, em parte com argumentos sanitários relativos à febre aftosa, enfermidade do gado considerada infecciosa. Com relação às importações, por outro lado, a maior parte dos bens manufaturados e semimanufaturados

184 Torcuato S. Di Tella, *Sindicatos como los de antes...* Buenos Aires: Biblos/Fundación Simón Rodríguez, 1993.

vinha dos Estados Unidos, que eram mais baratos. Por isso, no Tratado Roca-Runciman, a Grã-Bretanha tratou de proteger-se, assegurando-se de que as divisas obtidas pela Argentina através de suas vendas à ilha só fossem usadas para comprar produtos industriais nela fabricados. Assim, pois, a Argentina tinha permanentes déficits com os Estados Unidos e superávits com a Grã-Bretanha. Estes últimos acumularam-se de maneira muito significativa durante a guerra, gerando até o fim do conflito um grande crédito congelado, que se usou para a compra dos trens. O déficit com os Estados Unidos era compensado com a entrada de capitais desse país, que se utilizava para financiar as importações de maquinário e outros produtos industriais dessa origem.

CAPÍTULO 19

AS PRESIDÊNCIAS DE ORTIZ E CASTILLO (1938-1943)

A tentativa de abertura de Ortiz

Ao terminar a presidência de Agustín P. Justo, a Concordância lançou como candidato presidencial Roberto Ortiz, radical antipersonalista, que ocupava há pouco tempo o ministério da Fazenda em substituição a Pinedo, e que havia sido ministro com Alvear. Além disso, estava muito ligado ao capital estrangeiro, especialmente às empresas ferroviárias, de quem era advogado. Para vice, optou-se pelo democrata nacional Ramón Castillo, senador por Catamarca que havia tido uma longa carreira na Justiça e na Universidade. A oposição não pôde se unir: apresentou-se Alvear pela UCR e, pelo socialismo, Nicolás Repetto. A vitória de Ortiz foi fraudulenta, sobretudo na província de Buenos Aires, onde o governador Manuel Fresco (1936-1940) manipulava as urnas, já que não tinha o eleitorado na mão. Apesar dessa origem, quando no poder, Ortiz tentou mudar as coisas e acabar com a era da fraude. Estava motivado por um desejo de regeneração, mas ao mesmo tempo era inevitável dar-se conta de que se acumulavam forças de protesto de todos os recantos ideológicos, e que em algum

momento podiam explodir em um movimento armado, com ou sem apoio popular. Para evitá-lo, seria necessário abrir as comportas eleitorais, estratégia já ensaiada em diversas oportunidades de nossa história por outros governos que se sentiam inseguros. Por outro lado, por haver impedido, mediante uma fraude muito evidente, o acesso ao poder de uma figura tão respeitável como a de Alvear, havia irritado um amplo setor da opinião pública moderada que não via nenhum perigo nessa troca de autoridades. O programa de Ortiz viu-se afetado primeiramente pela Segunda Guerra Mundial, declarada em setembro de 1939 e, por sua enfermidade, que o obrigou a afastar-se do comando em seguida.

Os fantasmas da Segunda Guerra Mundial

Desde antes do início do conflito mundial, previa-se seu desencadeamento quase certo, e não se poderia eliminar a possibilidade de que ele se estenderia à América. O jornal nacionalista *La Fronda*, forte simpatizante do nazismo, regozijava--se com o fato de o presidente Ortiz haver reconhecido que existia o perigo de invasão da América do Sul pelos “estados totalitários”. O diário, para o qual a palavra “totalitário” não tinha nenhuma conotação negativa, não achava que tinha que defender-se contra esse perigo (o único real era o comunista), mas implicitamente esperava, amedrontar a opinião pública indecisa, para que esta aceitasse dar as boas-vindas a tão potente beligerante. Roosevelt, de sua parte, segundo o próprio diário, desde o começo de 1939 advertia sobre a necessidade de estar preparado para uma invasão fascista, porque “sabe de boa fonte que Alemanha e Itália têm “Sudetos”¹⁸⁵ (ou seja, minorias étnicas) no Brasil e na Argentina respectivamente”. Um país muito próximo a nós, como a África do Sul, estava também ameaçado de ver-se envolvido na contenda, mas de outra forma,

185 Alusão à região à oeste da República da Tchecoslováquia, povoada de alemães, anexada por Hitler à Alemanha nazista, sob ameaça de invasão, em 1938.

já que lá “o judaísmo e o comunismo são o maior perigo”. De sua parte, Mario Bravo, da esquerda moderada, em setembro de 1942, delineava uma cena trágica para depois do conflito, talvez com o objetivo de fazer com que a classe dirigente fosse mais permeável às mudanças. Dirigindo-se a seus colegas na Câmara dos Deputados, dizia-lhes:

É possível que o presidente da república acredite que quando termine a guerra virá uma delegação dos países vencedores solicitando audiência para estudar aqui as possibilidades de enviar algumas famílias para colonizar a Patagônia ou para introduzir alguns novos métodos industriais para poder explorar suas minas. Aqui haverá revolução. Estão já latentes as causas da revolução e é do interesse dos governantes preverem-na. A revolução aqui será igual à revolução na Inglaterra, à revolução nos Estados Unidos, à revolução na França; fará parte da revolução universal. Não estourará ao mesmo tempo, mas estourará a seu tempo. Estas revoluções virão depois da guerra. E cuidado, Sr. Presidente, se as forças de previsão que devem estar no seio de todos os partidos políticos não souberem preparar-se para o tempo que virá! Chegará a hora da revolução do pós-guerra: revolução na economia, revolução nas finanças, revolução na política¹⁸⁶.

Em sua opinião, se os que governam não se preparam, eles “serão os responsáveis por terem deixado o país sem os recursos necessários, sem as previsões indispensáveis para canalizar as imensas correntes que, de todos os lados, irão agitar a vida social argentina”. Passada a tempestade, o gráfico Juan Pallas, ex-anarquista convertido peronista, retornaria ao tema, afirmando que havia no país naquela época um estado revolucionário e que,

186 Citado por Dardo Cúneo, *Mario Bravo, poeta y político*, p. 118-119.

se não fosse pelo golpe salvador de 1943, teria havido uma guerra civil¹⁸⁷.

Efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a economia argentina

Em um primeiro momento, a guerra produziu sérias dificuldades para a economia argentina. A falta de transportes afetou a exportação, e não podiam vir do exterior os maquinários e outros insumos industriais necessários à produção local. Foi assim que se chegou a usar milho e óleo de linho como combustível. Com o tempo, outras saídas foram encontradas para estes problemas. A indústria siderúrgica foi impulsionada pela empresa bélica *Fabricaciones Militares*, onde atuava o general Manuel Savio. No porto, havia grande quantidade de barcos mercantes pertencentes às potências do Eixo, sobretudo da Itália, que não podiam sair para não ser apreendidos pela esquadra britânica. O presidente decidiu expropriá-los e formar com eles uma empresa estatal, a Frota Mercante Argentina, que chegou a contar com uma cinquentena de naus. As empresas locais, obrigadas a produzir de tudo para evitar o desabastecimento, depararam-se de súbito com uma grande demanda e a qualquer preço. Por motivos estratégicos, os militares também promoviam a industrialização, para poder produzir armamentos. O presidente Castillo (empossado depois da morte de Ortiz), amigo dos nacionalistas, não estava suficientemente convencido de que os Aliados ganhariam a guerra e preferia estar bem posicionado para qualquer situação. Diante da pressão dos Estados Unidos para uma ruptura com a Alemanha e depois de longas discussões, o ministro de Relações Exteriores Enrique Ruiz Guiñazú redigiu uma declaração que só “recomendava” a ruptura, a qual logo foi postergada *sine die*. Logicamente, ante essa

187 CGT, 1/12/46.

desconsideração, os Estados Unidos não enviariam armamentos como faziam para o Brasil, que terminou entrando no conflito bélico e enviando forças à frente italiana. Os grupos fascistas estavam exultantes com a atitude de Castillo e pretendiam ver em seu governo um partidário da “justiça social”, antigo conceito muito usado tanto pelo pensamento social cristão como pelo social democrático. Para a revista nacionalista *Cabildo*, nunca um governo argentino havia estado “tão bem disposto a dirimir de forma justa um conflito de trabalho, como o do Dr. Castillo no caso dos condutores de veículos coletivos”. Na questão de fundo, que era “o pleito que os condutores de coletivos sustentavam junto à Corporação de Transporte”, dizia

Estamos hoje, como sempre estivemos ao lado daqueles. Há uma razão de justiça social ultrajada, que motiva toda nossa simpatia para com milhares de operários, a quem se pretende arrebatar seu instrumento de trabalho mediante uma manhosa e extorsiva interpretação da Lei 12.311. Não se deve converter ‘legalmente’ em assalariado o homem que encontrou a maneira de se emancipar no sentido econômico pela via do trabalho útil e produtivo.

Pede-se logo que o Estado intervenha na economia para promover o social e um maior império da justiça e da dignidade¹⁸⁸. Os empresários industriais tinham como principal entidade representativa a União Industrial Argentina (UIA), presidida por Luis Colombo. Sua grande preocupação era o que ocorreria ao terminar a guerra, pois naquele momento era previsível que a importação voltaria a preços mais baixos, produzindo a perda das experiências de todos esses anos de proteção automática. Já em 1940, Federico Pinedo, ministro da Fazenda, havia elaborado

188 *Cabildo*, 1/12/42.

um projeto (chamado Plano Pinedo) para estimular a indústria, sobretudo a que transformava matérias-primas nacionais, com base na oferta de créditos baratos a longo prazo e na construção de casas populares para gerar demanda na indústria da construção. Mas, para consolidar as vantagens adquiridas durante a guerra, seria necessária uma proteção tarifária muito alta, ao menos por um tempo. Era difícil que um governo conservador muito influenciado pelos exportadores agropecuários adotasse essa medida. O próprio Plano Pinedo encontrou diversas fontes de oposição e não pôde ser aprovado pela Câmara dos Deputados, onde havia uma maioria radical que não desejava colaborar com o programa governamental. Entre os militares, um dos mais decididos a favor de uma política de industrialização a todo vapor era o coronel Manuel Savio, nessa época diretor-geral da empresa Fabricações Militares. Em uma conferência pronunciada na UIA, em 1942, sobre *Política metalúrgica*, prognosticava o “caos econômico”, que seguramente se seguiria ao término da guerra caso nada se fizesse para preveni-lo. Em outra conferência no mesmo lugar, o general José M. Sarobe, um dos mais importantes homens de armas daquele período, advertiu que era “necessário conquistar certa autonomia econômica para se conservar a independência política”. Acrescentou, com certo exagero, que ante a formação, a seu ver permanente, de quatro grandes blocos (os Estados Unidos, a Alemanha incorporando a Ucrânia, a União Soviética e o Japão controlando todo o Oriente), a Argentina poderia chegar a dirigir um quinto bloco mundial, com base na América Latina¹⁸⁹.

O temor do desemprego que se produziria ao terminar a guerra era muito forte na época. Leopoldo Melo, candidato

189 Manuel N. Savio, *Política de la producción metalúrgica argentina*. Buenos Aires: Unión Industrial Argentina, 1942, p. 33; José María Sarobe, *Política económica argentina*. Buenos Aires: Unión Industrial Argentina, 1942, p. 16, 17 e 31; Juan José Llach, *La Argentina que no fue*. Buenos Aires: IDES, 1985.

presidencial antiyrigoyenista em 1928, falando na UIA, previa que o pós-guerra poderia “fazer mais vítimas que a própria guerra”, o que era dizer muito. Em uma obra coletiva editada pelo Instituto Bunge, que reunia artigos publicados no diário católico *El Pueblo* entre junho de 1943 e dezembro de 1944, expressava-se o temor ante os “exércitos de desocupados” que se poderia gerar no país¹⁹⁰. Todas essas vozes de Cassandra estavam certamente interessadas em criar apreensão sobre com o que se poderia deparar no futuro para extrair do governo medidas convenientes à indústria local, de maneira que seguramente exageravam na gravidade do espectro que rondava o futuro próximo. Contudo, seria demasiado simples, por essa razão, ignorar suas genuínas preocupações sobre a desestabilização econômica e social que a reconversão à paz poderia acarretar. Estavam sendo criadas as condições sociais que facilitaram o emergir do peronismo, e era significativo que na Comissão Diretiva da UIA figurassem, entre outros, Miguel Miranda, empresário metalúrgico interessado nos problemas macroeconômicos, que chegaria a ser o czar da economia sob a primeira presidência de Perón; Rolando Lagomarsino, da área têxtil, que também desempenharia funções como secretário de Indústria e Comércio nessa presidência; e Ernesto L. Herbin, designado presidente do Banco de Crédito Industrial em 1944.

No ambiente da direita autoritária e da Igreja havia também convergências para programas econômico-sociais que inovassem sobre o tradicional esquema agroexportador. Os modelos econômicos “ortodoxos” de cunho liberal tinham, ao contrário, grande fé nas virtudes do mercado. Portanto, davam menos atenção aos problemas sociais gerados pela grande aglomeração, que estava

190 Leopoldo Melo, *La postguerra y algunos de los planes sobre el nuevo orden económico*. Buenos Aires: Unión Industrial Argentina, 1942, p. 15; Instituto Alejandro Bunge de Investigaciones Económicas y Sociales, *Soluciones argentinas a los problemas económicos y sociales del presente*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945, p. 112.

ocorrendo com muita gente recém-vinda do interior do país para trabalhar nas indústrias em expansão. O temor anticomunista era com certeza predominante na direita, leiga ou eclesiástica. Assim, por exemplo, o padre Virgilio Filippo, que logo se filiaria ao peronismo, dizia em emissões radialistas de 1938 que tinha que enfrentar aqueles que “dançam tranquilos sobre um vulcão a ponto de entrar em erupção”, acrescentando que suas numerosas condenações à ação dos judeus “não eram antissemitismo, mas sim nacionalismo sensato”. Fazia suas as palavras do conhecido estadista Francisco Latzina, que já em fins do século dezenove alertava que “não seria impossível que víssemos, algum dia não distante, gente desesperada agarrar-se à política como um pretexto para tumultuar o país. As aglomerações que então se formarem não saquearão as fazendas por razões políticas, mas sim por razões de estômago”. Filippo acrescentava que quando ele falava “contra o capitalismo usurário era fácil tratá-lo de socialista, comunista ou revolucionário”, mas isso era um erro. Da mesma maneira, ele não devia ser considerado fascista por atacar o comunismo, nem antissemita por denunciar repetidamente as manobras do judaísmo internacional¹⁹¹.

O movimento operário e os partidos políticos

O movimento operário foi se consolidando durante os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, e durante o transcurso desta. Afastada a corrente *sindicalista*, a hegemonia havia passado ao Partido Socialista, com uma séria concorrência por parte do Partido Comunista. Esta era significativa na Construção, na Carne, e em agremiações mais novas, como dos Metalúrgicos ou dos

191 Virgilio di Filippo, *El monstruo comunista*: Conferencias radiotelefónicas irradiadas el año 1938 por LR8 Radio París de BsAs. Buenos Aires: Tor, 1939, p. 7, 473, 457. Ver também Benito Agulleiro, *Técnica de la infiltración comunista*. Buenos Aires: La Mazorca, 1943, escrito por um autoproclamado ex-militante de esquerda, agora redator de *Crisol*, jornal de extrema direita nacionalista.

Têxteis, onde a maior perseguição patronal e oficial só favorecia a que uma minoria dos trabalhadores se associasse. Nos sindicatos novos e pequenos, a autoridade máxima era a Assembleia de todos os sócios, que elegia a Comissão Diretora. Os teóricos do Partido Socialista eram particularmente opostos a essa forma organizativa, já que não se sentiam muito seguros em controlar esse tipo de reunião, mesmo que contassem com o apoio da maioria dos filiados, que com frequência não iam a essas reuniões ou se retiravam cedo, cansados das intermináveis discussões. Os militantes de base, ao contrário, inclusive os do próprio Partido Socialista, as preferiam por considerá-las uma forma direta de democracia, mesmo quando uma pequena parte participava do pessoal associado.

Uma característica importante de muitos sindicatos da época era sua organização de bairro, com filiais em cada área de influência. Um passo mais além do “assembleísmo” direto se dava quando cada filial designava representantes para uma Assembleia de Delegados, habitualmente chamada Congresso, proporcionalmente à quantidade de afiliados. Quando se alcançava uma organização em nível nacional esse mecanismo era, certamente, o único possível. Para proteger os dirigentes de uma demissão pela entidade patronal, era necessário atribuir-lhes um salário, o que criava um modo de vida muito distinto do comum dos operários, que os consideravam “burocratas”. O Partido Comunista, com muitos recursos à sua disposição, quase sempre remunerava seus militantes, o que os ajudava a dedicar-se plenamente às tarefas da organização e a não se preocuparem com demissão por sua militância.

A interferência da política partidária fez com que durante a reunião do Comitê Central Confederal de dezembro de 1942 a janeiro de 1943, a CGT se dividisse em duas. Ficou de um lado a CGT Nº 1, relativamente apolítica, baseada na União Ferroviária, chefiada por José Domenech, que, mesmo sendo filiado socialista,

era bem independente das diretrizes que vinham do partido. E de outro, a CGT mais politizada, a Nº 2, com socialistas e comunistas, direcionada à formação de uma Frente Popular como na França e no Chile. Esta era dirigida por Francisco Pérez Leirós, dos Operários Municipais, e por Ángel Borlenghi, dos Empregados de Comércio, ambos socialistas e mais ligados ao partido que Domenech. As associações controladas pelos comunistas estavam todas nesse setor. Em áreas mais periféricas do movimento operário surgiam novas iniciativas, com a formação de um significativo movimento de “sindicatos autônomos”, ou seja, que não pertenciam a nenhuma das duas CGTs, nem ao que restava da velha USA *sindicalista*. Frequentemente, eram de simpatia anarquista ou simplesmente acaudilhadas por novos personagens que, assim como os primeiros ativistas do sindicalismo, resistiam em adaptar-se a um mundo mais industrializado e burocratizado.

Em 1942, os anarquistas conseguiram organizar quatro sindicatos autônomos nos grandes frigoríficos de Avellaneda, dissidentes dos controlados pelos comunistas, e logo estenderam sua ação à Berisso¹⁹² nas imediações da cidade de La Plata. Ali se vincularam a Cipriano Reyes, que tinha muita simpatia por eles em temas de filosofia da vida e da arte, e talvez de política. Então propuseram a Reyes que fosse secretário-geral da Seccional, ainda dentro da Federação Operária da Indústria de Carne (FOIC) comunista, ou do novo sindicato autônomo que se criaria. Como segurança, estaria ladeado na Comissão Diretora por Antonio Gerez, um libertário, o que continuaria sendo até o final de seus dias e pelo radical – que tampouco mudaria de orientação – Julio López. A ideia era concorrer em uma assembleia na qual se impugnaria a direção do popular dirigente comunista José Peter, projeto muito difícil e cheio de perigos de todo tipo. Ao que parece

192 N.E.: Um dos 135 “partidos” da província de Buenos Aires, fazendo parte da Grande La Plata. Sua sede é a cidade de mesmo nome.

– há diversas versões da história – a Assembleia voltava-se contra o oficialismo comunista e, nesse momento, “alguém” (segundo os anarquistas, um próprio afiliado do PC) informou à polícia que havia uma situação de violência em que a Comissão Diretora poderia ser atacada fisicamente. Isso não era impossível, dados os costumes da região, e então as forças da ordem adentraram o local com grande efetivo, com o que se frustrou a tentativa de tirar a condução do PC. Um dos rebeldes, um militante anarquista algo *apaisanado*¹⁹³ nascido em Berisso, Carlos Clemente, que sempre andava de bombachas do campo e patrocinava projetos culturais – tinha uma biblioteca *Alborada* com outros correligionários, dos quais nunca se afastou – conseguiu esquivar-se do cerco policial e buscou reverter a situação entre a militância. Segundo outro militante anarquista, o portuário Antonio Palazzo, era fácil para Clemente fazer-se de bobo, a ponto de que os agentes “o viram tão lerdo e tão infeliz que o deixaram passar. Naquela noite, na seção de *Picada*, levanta a totalidade de sua composição, põe-na em pé de greve e leva toda a gente às ruas, com a informação de que a assembleia havia sido tomada por uma denúncia policial da própria Comissão”, com o que se inicia uma greve de 19 dias, que só termina quando o governo libera Cipriano Reyes, concede um aumento de cinco centavos a hora, “o que era uma barbaridade na época” e a Associação declara sua autonomia da FOIC dirigida por Peter, aclamando a Cipriano como secretário-geral. Daí começa sua meteórica ainda que breve carreira sindical, em clara aliança com a militância anarquista, e como alternativa ao predomínio comunista.

193 N.T.: A expressão *apaisanado* é usada nas zonas rurais e se refere ao modo de falar dos camponeses *criollos*.

O continuísmo conservador de Castillo e a candidatura de Patrón Costas

A atitude reformadora de Ortiz, concretizada na intervenção na província de Buenos Aires em 1940, valeu-lhe a simpatia da oposição. Mas aquele verão passou logo. Por causa da enfermidade do presidente, este teve que delegar o cargo a Castillo, provisoriamente no mesmo ano de 1940, e pouco depois de maneira definitiva. O novo mandatário reorganizou o gabinete, dando-lhe um teor mais claramente conservador, decidido a perpetuar o partido no governo através da fraude eleitoral. Entre os opositores proliferavam atitudes de unidade, inspiradas pelo exemplo da guerra, especialmente desde a ruptura entre Stalin e Hitler, em 1941. Uma Unidade Democrática entre radicais, democratas progressistas, socialistas e comunistas reproduziria as experiências das Frentes Populares, sobretudo vividas na França, na Espanha e no Chile desde antes do conflito bélico. As negociações encontravam resistências no setor mais “intransigente” da UCR, dirigido por Amadeo Sabattini, que não desejava dissolver a tradição radical. De qualquer forma, a pressão para uma unificação dos partidos opositores era forte e vista como ameaçadora pela direita mais alarmista.

A necessidade de unidade contra o que se via como influência fascista no governo de Castillo foi reforçada por algumas medidas deste. A mais impactante foi o fechamento da câmara de vereadores da Capital por denúncias de corrupção que afetavam alguns membros do corpo. Castillo optou por fechá-la provisoriamente até que se esclarecessem os fatos. Com pouco tato, afirmou perante os jornalistas que se no Congresso houvesse semelhantes suspeitas não vacilaria em trancá-lo também. Mas a gota d’água que fez transbordar a taça foi a decisão tomada pelo Partido Demócrata Nacional, em meados de 1943, de nomear para candidato às eleições

de setembro desse ano Robustiano Patrón Costas, um usineiro de açúcar do norte ligado ao lado mais tradicional e menos renovador do partido, e, além de tudo, muito pró-inglês. Com isso, Robustiano não resolvia nada, mas piorava as coisas, pois agora o PDN ofendia a todos: à potencial União Democrática, por sua solidariedade com as práticas fraudulentas; e aos nacionalistas de direita, por suas simpatias britânicas, no que se diferenciava de Castillo.



CAPÍTULO 20

O GOVERNO MILITAR (1943-1946)

As primeiras etapas do regime

No começo dos anos quarenta, havia se formado uma maçonaria militar secreta, especialmente difundida entre coronéis, denominada Grupo Obra de Unificação, ou, segundo outros, Grupo de Oficiais Unidos (GOU). Tratava-se de um grupo com orientação nacionalista, fortemente influenciado pelas ideias de direita prevalentes nesse campo intelectual naquela época, e com simpatias pelos países do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, ao qual atribuíam fortes possibilidades de ganhar a guerra. Muitos de seus membros, contudo, eram mais pragmáticos e procuravam desenvolver uma política que permitisse ao país assumir uma categoria importante no mundo, como líder de uma área econômica sul-americana¹⁹⁴. O complô pretendia, com espírito de disciplina, levar ao poder o ministro da Guerra de Castillo, general Pedro P. Ramírez. Este havia evidenciado certa independência em relação ao regime conservador e por isso havia sido também abordado pelos radicais, sem resultados concretos. Por outro

194 Juan V. Orona, *La logia militar que derrocó a Castillo*. Buenos Aires, 1966; Roberto Potash (org.), *Perón y el GOU: los documentos de una logia secreta*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

lado, caminhava um projeto independente, dirigido pelo general Arturo Rawson. Diante da crise desatada pela perspectiva de continuísmo conservador sob o comando de Patrón Costas, ambos os projetos confluíram e uma revolta militar rapidamente derrocou o presidente em 4 de junho de 1943, com pequena resistência e aproximadamente trinta mortos. O resultado desta dupla origem foi uma situação confusa, pois, em um primeiro momento, assumiu a presidência provisória o general Rawson, mas em três dias já havia sido substituído por Ramírez. Atrás deste havia um grupo de poder que incluía como elemento importante o coronel Juan D. Perón e outros três ou quatro colegas do GOU. O ministério foi lotado com militares, quase todos do GOU, divididos entre os que eram fortemente neutralistas (ou simpatizantes do Eixo) e os que preferiam que o país se aproximasse dos Aliados. Por razões de técnica e de vinculação com o empresariado, designou-se o civil Jorge Santamarina para a Fazenda.

Em um primeiro momento os radicais e alguns setores operários e de esquerda pensaram que o novo governo poderia dar resultados positivos, acabar com a fraude e devolver rapidamente o poder aos civis. Não foi assim, e logo em seguida esses grupos passaram à oposição. Houve uma sucessão de medidas repressivas: censura de imprensa, dissolução dos partidos políticos, intervenção de sindicatos, aprisionamento de dirigentes, intervenção nas universidades nacionais, busca de intelectuais notáveis simpatizantes do fascismo para posições chave. A intervenção em Tucumán foi confiada ao intelectual Alberto Baldrich (filho do general), que pretendia realizar ali uma experiência piloto que não hesitava em chamar de “nova ordem”, expressão posta em voga pelo regime alemão. Dizia que “para que a Argentina não fosse comunista, era necessário que fosse cristã, não só na ordem da fé, mas também na da organização social”. Previa em um futuro próximo “convulsões sociais” que estenderiam à Argentina o

previsível caos social que dominaria a Europa, como havia ocorrido depois do conflito mundial anterior¹⁹⁵.

A preocupação com os “exércitos de desempregados” era compartilhada pelos intelectuais católicos que publicavam o diário *El Pueblo* e estavam concentrados no Instituto Bunge de Pesquisas Econômicas e Sociais, que previa para um futuro próximo “uma competição que levaria a ruínas boa parte da indústria nacional, provocando o desemprego industrial e o estancamento da atual diversificação da produção”. Com base na doutrina social da Igreja, acrescentavam que havia que aplicar elementos de planificação para evitar “um verdadeiro cataclisma econômico e social do país”. Deixado a si mesmo, o capitalismo era, em sua concepção, “inimigo da propriedade”, ou seja, da pequena e média propriedade, em favor dos monopólios e grandes empresas internacionais¹⁹⁶.

O temor ao comunismo era amplamente sentido, alimentado pelas experiências internacionais e pela perspectiva de reproduzir, na Argentina, Frentes Populares que nasceram em outros países parecidos com o nosso. O então coronel Humberto Sosa Molina, membro do GOU, conta como poucas semanas antes do golpe ficou impressionado ao ver milhares de manifestantes marcharem, no Primeiro de Maio, com punhos cerrados para o alto e cara de poucos amigos para o regime conservador imperante. Para combater esse perigo, os militares consumiam livros, conferências e folhetos que lhes distribuíam ideólogos como Jordán Bruno Genta e José Luis Torres, que combinavam autoritarismo com nacionalismo e preocupação pelo social. Até fins de 1943, a inclinação do regime

195 Intervenção Federal na Província de Tucumán, *Causas y fines de la Revolución Libertadora del 4 de junio: nueve meses de gobierno en la Provincia de Tucumán*, Tucumán, 1944; Loris Zanatta, *Del Estado liberal a la nación católica: Iglesia y ejército en los orígenes del peronismo, 1930-1943*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

196 Instituto Bunge, *Soluciones argentinas para los problemas económicos y sociales del presente*, Buenos Aires, 1945.

para a direita fez-se mais patente. Esse processo coincidiu com o estouro de uma rebelião militar bem-sucedida na Bolívia, onde a maçonaria militar “Razão da Pátria” (RADEPA), aliada a um grupo político de criação recente, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), levou ao poder o general Gualberto Villarroel. As suspeitas nos círculos próximos aos Estados Unidos de que a Argentina iniciava uma estratégia de hegemonia continental acentuaram-se. Houve uma crise de gabinete ocasionada pela descoberta de negociações destinadas a obter armas da Alemanha, mediante um funcionário que era também agente secreto alemão, o que reforçava a mesma impressão. Santamarina renunciou do ministério da Fazenda, para o Interior foi designado o general Luis Perlinger, e na Educação assumiu Gustavo Martínez Zuviría (Hugo Wast, escritor católico tradicionalista de notórias simpatias fascistas). Para evitar ficar totalmente deslocado, e contra suas preferências, o governo de Ramírez viu-se obrigado a decretar a ruptura de relações com o Eixo no final de janeiro de 1944. Isso cortou seu apoio entre seus próprios simpatizantes, que agora o viam como inclinando ao bando contrário. A confusão gerada por esse episódio foi aproveitado pelo grupo inspirado por Perón, que destituiu Ramírez da presidência, substituindo-o pelo general Edelmiro J. Farrell, então ministro da Guerra. Basicamente, a nova equipe era mais pragmática que a anterior e estava disposta a evitar uma política muito estrita de neutralismo, que causaria prejuízo ao país se vencessem os Aliados, como já parecia que ia acontecer. Os Estados Unidos, de todas as maneiras, seguiam com sua política de ilhar diplomaticamente a Argentina e obrigar seus líderes a adotar uma estratégia mais claramente favorável à sua causa.

Perón e o movimento operário

Uma das primeiras coisas que fez o novo governo militar foi determinar a intervenção em grande quantidade de sindicatos,

incluindo as duas poderosas agremiações ferroviárias (União Ferroviária e Fraternidade) e um dos dois ramos em que se havia dividido a CGT, o mais politizado e influenciado por socialistas e comunistas: a chamada CGT Nº 2, à frente da qual estavam Francisco Pérez Leirós, da União Municipal, e Ángel Borlenghi, dos Empregados do Comércio. Na União Ferroviária atuou como secretário da intervenção Benito Agulleiro, ex-militante comunista convertido ao lado oposto, redator de temas sindicais do jornal nacionalista *El Crisol*. Ele acabava de publicar um livro intitulado *Técnica de la infiltración comunista*, por uma editora chamada significativamente de *La Mazorca*, onde além de tudo denunciava a infiltração subversiva no próprio exército. Não tinha o intuito de atrair simpatias entre a militância sindical. Perón foi nomeado, no final de 1943, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, logo transformado em Secretaria de Trabalho e Previdência Social, e para lá levou como técnico o espanhol José Figuerola, que havia sido funcionário durante a ditadura de Primo de Rivera, e havia emigrado ao ser declarada a República em 1931. Como resultado de sua vinculação com aquele regime, tinha uma sólida experiência de administração de programas de solidariedade social, dentro dos lineamentos da Doutrina da Igreja, ainda que levados à prática sob regimes de tipo autoritário. No Trabalho e Previdência rodeou-se da gente mais diversa, incluindo funcionários que já haviam tratado de conseguir apoios ou pelo menos simpatias operárias para o regime conservador de Fresco e Barceló. Humberto Correale, o militante anarquista, recorda:

Todos os malfeitores que estavam a serviço do partido Conservador para as eleições: cafetões, bandos, jogadores, trapaceiros... que sei eu... começando por Guillermito Ruggero, o irmão de Juan, e seguindo com

*o pequeno Casares, quando veio o 4 de junho, todo o mundo foi e se meteu no ministério do Trabalho*¹⁹⁷.

Toda essa gente não era necessariamente contrária ao projeto de atrair apoios populares, o que não é exatamente igual a cultivar a frente sindical. Para isso, Perón mandou como interventor seu amigo, o coronel Domingo Mercante, filho de um operário dos trilhos. Na frente educacional, determinou-se o ensino religioso obrigatório, vetando alguns textos – como o de Alberdi, *El crimen de la guerra* – e tratou-se de estabelecer uma disciplina social beirando o ridículo, que chegou a proibir a reprodução de certas letras de tango, por motivos óbvios. Com esse tipo de ambiente não é estranho que a maior parte dos políticos e intelectuais do centro liberal até a esquerda se tenha voltado para a oposição. Dentro do regime, de toda forma, havia lutas de tendências em torno de dois núcleos temáticos:

1. *Atitude internacional*: as alternativas iam desde um neutralismo de simpatia alemã até uma posição favorável aos Aliados, passando por um neutralismo mais genuíno.
2. *Atitude em relação ao movimento operário*: uma boa parte dos militares e seus assessores de direita temiam que o movimento operário fosse uma base para a subversão comunista; outros, ao contrário, pensavam que se poderia convertê-lo em um elemento de consolidação do regime, se lhe outorgassem conquistas sociais no decorrer do tempo.

Perón tornou-se chefe de um setor que percebeu que o Eixo perderia a guerra e que, portanto, havia que aproximar das potências ocidentais. Por outro lado, buscou cooptar o movimento operário conhecido por sua pouca simpatia pelas forças armadas, uma jogada arriscada porque afastava a boa vontade de grande parte dos

197 Entrevista com Humberto Correale, Arquivo do Movimento Operário, Instituto Di Tella.

uniformizados, e desde já a das classes altas civis. Perón e Mercante, em uma luta interna ao regime, conseguiram que a intervenção agressiva na União Ferroviária e na Fraternidade se convertesse em ação amigável, e terminaram convocando eleições que ratificaram as anteriores. Haviam adquirido alguns amigos, especialmente na União Ferroviária (os da Fraternidade eram um osso muito mais duro de roer). Em alguns casos, aplicaram o punho de ferro, mas sempre acompanhado de uma estratégia dual. Em seguida, depois do golpe de 1943, o governo havia decidido fechar os sindicatos de carne da área de Avellaneda dirigidos pelos comunistas e mandar preso seu dirigente José Peter a Neuquén. Houve resistência a essa medida e, apesar de suas diferenças, os sindicatos autônomos de Avellaneda, Berisso e Zárate, onde militavam anarquistas e o mais novel Cipriano Reyes, participaram de greve lançada pelos correligionários do líder comunista Peter para obter melhorias e protestar contra as medidas do governo militar. Depois, via negociação com Perón e Mercante, chegou-se à famosa assembleia na quadra do Deportivo Dock Sur, na qual os comunistas, em troca da liberdade de seu líder, fizeram parar a greve. Os anarquistas e grande parte das bases consideraram isso uma “entrega”, apesar das promessas do governo de melhorar as condições de trabalho no futuro. Como lembraria anos mais tarde, Mercante ficou impressionado pela grande concentração de grevistas reunidos no estádio de Dock Sur e por suas expressões de ódio em consequência de sua condição de militar. Mas o resultado do término da greve foi o estímulo do crescimento das entidades paralelas que já tinham um par de anos de vida e cujo futuro era ainda incerto. Cipriano Reyes, desde então, começou a se aproximar do regime militar, embora este o houvesse prendido durante a etapa de protesto¹⁹⁸.

198 Juan Carlos Torre, *La vieja guardia sindical y Perón: sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990; Torcuato S. Di Tella, *Perón y los sindicatos: el inicio de una relación conflictiva*. Buenos Aires: Ariel, 2003.

Em outras associações levou-se a cabo uma estratégia diversificada. Conta Lucio Bonilla, dirigente socialista do setor têxtil, que um dia o visitaram na sede sindical dois policiais que convidaram os dirigentes a participar de uma reunião na Secretaria de Guerra. Lá foi Bonilla, encontrando muitos outros, igualmente convidados, a quem lhes foi pedido que apresentassem as demandas que tinham paradas no Departamento de Trabalho. Surpresos com a inesperada boa vontade das novas autoridades, os dirigentes participaram de sucessivas reuniões até que afinal tinham um escritório instalado onde despachavam numerosos assuntos, convocando os empresários que agora se viam obrigados a conceder qualquer coisa que se lhes pedisse. Bonilla e outros dirigentes se deram conta da tentativa de cooptação, mas aproveitavam a oportunidade, apesar de que as autoridades perseguiram certos setores, especialmente os comunistas. Ao se difundir nas fábricas a nova atitude oficial, o pessoal antes apático começou a filiar-se ao sindicato em quantidades nunca vistas e, em maio de 1944, o governo apresentou aos sindicalistas a fatura: se lhes propunha participar de um ato maciço na Praça de Maio, dia 24 de maio, para agradecer à Revolução de Junho sua luta pela justiça social. Bonilla e outros se opuseram e, desde então, começaram a perder suas posições de influência e a sofrer ameaças de serem mandados presos (como os comunistas), ou, se fossem estrangeiros, voltar a seus países de origem, onde não seriam muito bem tratados. Nesse primeiro ano de governo, de fato, a quantidade de filiados ao sindicato têxtil que Bonilla dirigia aumentou enormemente, enquanto seu rival comunista estava preso desde o final de 1943. Havia grande afluência de gente com escassa ou nula experiência prévia nas lides sindicais, para quem de súbito ir ao sindicato era como participar de uma repartição pública para cumprir uma formalidade necessária para receber benefícios. Entre esses novos membros, difundia-se a simpatia para quem dispensava tantos

favores, ainda que entre os dirigentes houvesse muito menor predisposição a juntar-se ao novo movimento que se estava gestando¹⁹⁹.

Apesar de tudo, a direção de ambos os sindicatos têxteis manteve-se em atitude opositora ao governo. Ante essa resistência, formou-se, com o apoio da Secretaria de Trabalho, a nova Associação Operária Têxtil. Mariano Tedesco, um jovem operário da Sudamtex que simpatizava com a FORJA, nacionalista e radical de esquerda, convocou uma assembleia para formar um novo sindicato, com a participação de outros jovens militantes. Aos poucos conseguiu o apoio da maior parte do pessoal incorporado ao movimento que estava sendo preparado pelo coronel Perón. A antiga direção havia perdido a luta ante a estratégia do secretário de Trabalho e Previdência Social, ainda que por anos mantivesse um forte apoio na associação, mas, de qualquer forma, decidiu dissolver suas organizações e entrar no novo sindicato para lutar desde dentro.

As agremiações nas quais o elenco prévio ao peronismo resistiu mais à cooptação podem ser situadas em dois extremos do ponto de vista do tipo de trabalhador de que se compunham:

1. De um lado, os sindicatos altamente qualificados, como a Fraternidade, os Gráficos, ou o Calçadista, pouco afetados pelas migrações internas, que formavam uma espécie de “aristocracia operária”, com forte predomínio socialista e algumas tendências apolíticas pragmáticas. Não é difícil compreender sua reação, proveniente de um meio bastante afastado do que constituiu a caixa de ressonância do populismo peronista. Entre eles, não só os líderes, mas uma boa parte dos filiados se manteve em suas posições tradicionais.

199 Entrevista com Lucio Bonilla, *Programa de Historia Oral*. Instituto Di Tella, Caixa 1, Caderno 2.

2. Do outro, condições quase opostas de indústrias novas ou em expansão, onde uma grande parte dos trabalhadores era de baixo nível educacional e pouca experiência sindical, ainda que houvesse uma minoria altamente motivada em geral, mas nem sempre comunista. É o caso dos trabalhadores do setor têxtil, dos metalúrgicos, dos operários da construção e dos frigoríficos. Nesses quatro casos, a diferença entre os ativistas e as bases era muito grande, porque tanto as condições sociais quanto as políticas (a perseguição pelo governo, especialmente da província de Buenos Aires) dificultavam muito a atividade sindical e geravam amplos setores não sindicalizados. O setor de onde emergiam ativistas a posições de liderança era muito selecionado, de forte incidência ideológica (comunista ou não). Também nessas associações a diretoria tradicional resistiu ao peronismo, ainda que os trabalhadores – muitos deles não afiliados e em geral muito renovados pelas migrações internas – em sua maioria se submetessem ao novo movimento de massas.

O 17 de Outubro

Dentro do governo, como vimos, o grupo “pragmático”, dirigido por Perón, que considerava conveniente chegar a um entendimento com os Estados Unidos, impôs-se em fevereiro de 1944, quando Ramírez foi derrocado e substituído pelo general Edelmiro J. Farrell. O custo disso foi que os grupos nacionalistas começaram a considerar-se traídos por Perón, que estava por trás das novas autoridades. A política adotada por estas teve um êxito parcial, até o final do ano de 1944. Nos Estados Unidos, houve uma mudança de secretário de Estado e o novo funcionário decidiu recompor as relações com a Argentina. A resposta foi que nosso país declarou guerra ao Eixo em março de 1945, um pouco tarde, pois

a rendição da Alemanha se daria três meses depois. A relação com os Estados Unidos, de qualquer maneira, não se recompôs porque dentro do governo da revolução continuava havendo diversas facções. Os setores ainda favoráveis à neutralidade desde a queda de Ramírez estavam concentrados ao redor do general Luis Perlinger, ministro do Interior, e opunham resistência a uma estratégia de alinhamento com os Aliados. Em maio, chegou à Argentina o novo embaixador Spruille Braden que em seguida tomou uma posição de aberto enfrentamento com Perón e intervenção direta na política nacional. Ele estava convencido de que a luta contra o regime militar argentino era uma continuação da que acabava de terminar na Europa e o mesmo pensava grande parte da oposição. Esta havia formado uma Junta de Coordenação Democrática, que englobava desde o conservador Partido Demócrata Nacional ao comunismo, passando por radicais, democratas progressistas e socialistas. A justificativa para unir setores tão diferentes era o fato de que na opinião de seus dirigentes o que se enfrentava era uma ameaça fascista, e contra ela se fazia necessária a unidade dos mais diversos grupos, como se havia dado durante a guerra na Europa.

A política social de Perón estava antagonizando, por outro lado, o empresariado local, especialmente o rural. Não só os grandes fazendeiros, mas também os agricultores médios se viram afetados. Isso era grave, porque nos primeiros momentos da Revolução de Junho os “chacareiros”, principalmente os arrendatários, haviam sido muito beneficiados pelas medidas do ministro de Agricultura, general Diego Mason. Este havia congelado os valores dos arrendamentos e estabelecido a renovação automática, por três anos, dos contratos existentes. Mas, em meados de 1944, foi sancionado o Estatuto do Peão Rural, que assegurou níveis mínimos de retribuição, permanência no emprego e cobertura sindical aos assalariados do campo. Chegou-se inclusive ao extremo de proibir que os filhos dos “chacareiros” ajudassem na colheita para

não tirar trabalho dos peões. A nova situação foi vista como uma fonte de abusos e de encarecimento antieconômico da mão de obra por quase todos os empresários do setor, incluindo os médios e pequenos, associados na Federação Agrária Argentina (FAA), que então se orientou para a oposição.

O fim da guerra estimulou a mobilização dos partidos políticos que realizaram maciças demonstrações pedindo a convocação de eleições, sem candidatos oficiais. A tensão cresceu, especialmente ao se descobrir um complô dirigido pelo general Rawson. O governo aumentou a repressão, chegando a ocupar a sede da Sociedade Rural Argentina e a encarcerar por várias semanas suas diretorias, e o mesmo ocorria com dirigentes políticos e culturais, enquanto a campanha presidencial de Perón seguia a todo vapor com apoio governamental. Finalmente, em 8 de outubro de 1945, os comandos do Campo de Maio pronunciaram-se pedindo a retirada de Perón de todos os seus cargos oficiais. O general Eduardo Ávalos, chefe daquela guarnição e antigo membro do GOU, ainda que algo inquieto pela política – a seu ver – excessivamente agitacionista de Perón, cedeu ao movimento, talvez em parte para moderá-lo e evitar derramamentos de sangue. A ele se uniu o almirante Vernengo Lima, que trouxe o apoio da Marinha, sempre desconfiada do inovador coronel que brincava com fogo. Perón se viu obrigado a retirar-se e no dia seguinte foi preso, supostamente para protegê-lo das iras de seus inimigos. Todo o ministério também renunciou e começou uma semana de vazio de poder, pois os diversos grupos da oposição não conseguiam entrar em acordo. Alguns queriam que o comando fosse entregue à Suprema Corte de Justiça, outros aceitavam que Farrell continuasse na presidência, ou que fosse substituído por uma junta.

Enquanto isso, os partidários de Perón começaram a se organizar para a resistência. Entre a massa da população mais pobre, a

rejeição à nova situação era muito nítida, intensificada por certas medidas tomadas pelas entidades empresariais, que decidiram não cumprir com as leis sociais recentemente decretadas, que em sua opinião eram ilegais e destrutivas para a economia nacional. Já há algum tempo a CGT se havia reconstituído sobre a base de sindicatos favoráveis a Perón, e outros que haviam sido criados como entidades paralelas quando as mais antigas resistiam. Em 1945 o sindicalismo estava muito trabalhado pela influência do novo movimento em gestação. Desde os primeiros momentos do regime militar foi ditado um decreto que controlava a atividade sindical, mas este foi derogado quando Perón assumiu a Secretaria do Trabalho, para reconciliar-se com o movimento operário. Em 1945, o governo voltou a sancionar uma regulamentação de Associações Profissionais sobre o reconhecimento de sindicatos, menos estrita que a de dois anos atrás. Agora se permitia a formação livre de entidades operárias, mas eram outorgadas muitas vantagens às mais “representativas” e que cumprissem com certas normas, especialmente quanto a serem as responsáveis por negociar com as entidades patronais. O governo podia se encarregar de dificultar as coisas às associações opositoras.

Diante da agitação popular pelo retorno de Perón, reuniu-se o Comitê Confederal da CGT. A central estava bastante fragilizada pela desfiliação de vários sindicatos antiperonistas e pela presença de entidades paralelas às antigas, algumas de duvidosa representatividade, fruto da aplicação do decreto sobre Associações Profissionais. Muito abalado por atitudes contraditórias com relação à estratégia a adotar, finalmente o Comitê Confederal decidiu convocar uma greve geral para o dia 18 de outubro. No entanto, alguns grêmios muito influenciados pelo novo movimento, assim como militantes políticos mais entusiastas, já estavam organizando manifestações sem esperar as ordens da CGT, tanto em Buenos Aires quanto em outras

idades com concentrações industriais. Berisso, centro industrial de La Plata, onde quase todo o povo trabalhava em dois grandes frigoríficos, era o baluarte de Cipriano Reyes que havia organizado ali um Sindicato Autônomo da Indústria de Carne que começou a ser apoiado pela Secretaria de Trabalho, em concorrência com o sindicato comunista de Peter, mais enraizado em Avellaneda. Em brigas ocorridas mais recentemente, o irmão de Cipriano, Doralio, havia morrido dando um mártir à causa e alicerçando o prestígio de Cipriano como homem decidido. Desde 15 e 16 de outubro os operários de Berisso realizavam manifestações, dispersas sem muita convicção pela polícia dirigida por simpatizantes de Perón. Na madrugada de 17, depois de passar toda a noite na sede do sindicato, os ativistas cercaram os frigoríficos com piquetes para que ninguém entrasse, e capotaram vários caminhões e bondes que vinham de La Plata, com o que o bairro ficou ilhado. Na tarde do dia 17 a população de Berisso juntou-se a outros que estavam esperando no Bosque em La Plata, e avançaram para o centro da cidade ocasionando numerosos destroços em negócios e clubes, e na casa do reitor da universidade local, assim como no diário *El Día*, sem descartar um generoso saque aos depósitos de cerveja da fábrica Quilmes. Os organizadores tentaram em vão evitar esses excessos, o que se dificultava por estarem eles, em sua maioria, na Praça de Maio em Buenos Aires. A atmosfera era de uma grande festividade, uma violação ritual dos tabus sociais, e não se via a polícia por nenhum lado. Em uma relojoaria cujos vidros quebrados permitiam que cada um se servisse de seus pertences, um manifestante armado de um revólver gritava orgulhoso mostrando aos demais sua aquisição: “Nunca em minha p... vida tive um relógio!”. Assim conta um homem de boa memória ao investigador Daniel James, que também recolhe outros testemunhos, em geral algo mitificado pela nostalgia:

Foi um dia maravilhoso, famílias inteiras saíram às ruas. Minha filhinha veio conosco: carreguei-a nos ombros grande parte do trajeto. O povo estribilhava e cantava, fazia brincadeiras e jogos. A comida e as bebidas passavam de mão em mão. O tempo estava esplêndido, e quando chegamos ao Passeio do Bosque era como um enorme piquenique. Não, não houve cenas de violência, as pessoas estavam contentes²⁰⁰.

Finalmente, os manifestantes chegaram à Casa do Governo de La Plata, onde vários dirigentes tiveram entrevistas com o novo interventor pedindo-lhe a libertação de Perón. Passaram a noite dormindo nas praças do centro e no dia seguinte se repetiram fatos semelhantes. Foi a versão local do 17 de Outubro, mas os acontecimentos mais importantes se desenrolavam em Buenos Aires. Na Praça de Maio, congregava-se uma grande massa que vinha de todos os lados e especialmente de Avellaneda, apesar da tentativa de levantar as pontes para que não pudessem passar o Riachuelo. A heterogeneidade das forças que apoiavam as novas autoridades militares, acrescida ao fato de que ainda restavam na administração muitos simpatizantes do “coronel do povo”, incluindo o chefe de Polícia, fazia impossível a repressão. No final dessa desgastante jornada, Ávalos aceitou que havia perdido a partida, Perón foi liberado e foi levado à Casa Rosada, de onde se dirigiu ao povo pedindo que se desconcentrasse com calma, pois tudo estava de volta à normalidade. Combinou-se que Perón, por sua própria vontade, retirar-se-ia das posições de governo, mas mantendo sua candidatura e ficando no regime todos seus amigos. Foi uma vitória decisiva que lhe permitiu lançar uma campanha com todas as vantagens do oficialismo e do Estado de sítio que

200 Daniel James, “17 y 18 de octubre de 1945: el peronismo, la protesta de masas y la clase obrera argentina”, em H. Gaggero (org.), *Estructura social y conflicto político en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 1989, p. 191 e 192.

se manteve até quase o dia da votação. Para as eleições, foram formados dois partidos favoráveis a Perón, um era o Trabalhista, outro a UCR Junta Renovadora. Menor e com alguns setores conservadores e nacionalistas era o Partido Independente.

O Partido Trabalhista foi organizado por vários líderes sindicais da antiga militância que haviam aderido ao novo movimento. Entre os maiores destaques de apoio a Perón no setor das associações estavam Ángel Borlenghi, dirigente socialista de Empregados do Comércio, Luis Gay, telefônico da corrente *sindicalista*, e Cipriano Reyes, que tinha uma trajetória em posições menores no movimento operário. Estes dirigentes, especialmente Luis Gay, o mais principiante deles, quiseram organizar um partido parecido ao britânico de igual nome, cujos estatutos outorgavam uma forte ingerência nos sindicatos, o que contrastava com a estrutura mais ideológica e centralizada do Partido Socialista. Na prática, conseguiram um grande aporte de votos, mas seus partidários seguiam mais a Perón do que a eles e, portanto, não puderam manter por muito tempo a autonomia que pretendiam²⁰¹.

Quanto à UCR Junta Renovadora, nela se reuniam políticos radicais que aceitaram cooperar com o regime militar, entre eles o correntino Hortensio Quijano (candidato a vice-presidente com Perón), J. I. Cooke e Armando Antille, além da maior parte dos jovens da FORJA e intelectuais como Diego Luis Molinari. No campo conservador, vários dirigentes submeteram-se a ele, especialmente caudilhos locais, e houve também o aporte, mais significativo ideologicamente que propriamente de votos, de Manuel Fresco. Em geral, no velho Partido Democrata Nacional,

201 Elena Susana Pont, *Partido Laborista: Estado y sindicatos*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984; Darío Macor e César Tcach (orgs.), *La invención del peronismo en el interior del país*, Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2003; Aixa Bona e Juan Villaboa (orgs.), *Las formas de la política en la Patagonia. El primer peronismo en los Territorios Nacionales*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

a ala liberal definiu-se opositora, enquanto a que combinava preferências nacionalistas e autoritárias sensibilizou-se com novo modelo em gestação.



CAPÍTULO 21

AS DUAS PRIMEIRAS PRESIDÊNCIAS DE PERÓN (1946-1955)

Trajetória política

O avô de Perón havia sido um distinto médico de origem italiana. O pai era administrador de fazendas, primeiro na província de Buenos Aires e depois na Patagônia, e a mãe uma pessoa de condição social muito mais modesta. Juan Domingo foi enviado à Capital Federal para fazer a escola secundária e logo entrou no Colégio Militar. A situação econômica do lar não era brilhante, e a carreira das armas oferecia uma boa perspectiva ocupacional e facilidades econômicas para completar os estudos. Em 1930, como jovem oficial (tinha 35 anos) participou no golpe de Uriburu, e logo obteve uma posição como ajudante do ministro da Guerra, muito interessado no treinamento de tropas de montanha. Desde o final de 1936, esteve no Chile como adido militar, o que lhe brindou com uma abertura à realidade latino-americana. Eram os tempos de Lázaro Cárdenas e sua reforma agrária no México, assim como

da nacionalização das companhias estrangeiras de petróleo levada a efeito em 1938, chamando muita atenção em todo o mundo²⁰².

A influência do pensamento nacionalista argentino em suas várias vertentes era forte em Perón. Segundo Fermín Chávez, estudioso e difusor de sua obra, também recebeu a marca do filósofo democrata-cristão Jacques Maritain, que esteve em Buenos Aires em 1936, e cujas ideias eram bem conhecidas na Argentina. Através do nacionalismo – Lugones, Carlos Ibarguren, José Luis Torres, Alejandro Bunge – vinham também as ideias do corporativismo, ou como o chamava Ibarguren, a “democracia funcional”, substituindo a democracia liberal excessivamente baseada no indivíduo. No início da Segunda Guerra Mundial, esteve como adido militar na Itália e ficou impressionado pelo que via ali: a organização de todo um povo direcionado ao que parecia ser um objetivo nacional comum e a aplicação de normas de segurança social e de desenvolvimento para regiões atrasadas. Nos anos posteriores, ao retornar ao país em 1973 depois de um longo exílio, recordaria pelas câmeras da televisão esses tempos em que havia visto como os italianos construía sua própria forma de “socialismo”.

A palavra estava um pouco abusada e na observação do que ocorria em regimes como o de Mussolini passava por cima de muitos aspectos ligados às liberdades públicas. Mas, nessa mesma época, os visitantes vindos de outro hemisfério ideológico que chegavam à União Soviética não se revelavam muito mais críticos. A necessidade de acreditar, naqueles anos desesperados, era tão grande que inclusive os esposos Sidney e Beatrice Webb, sólidos ideólogos do mais reformista trabalhismo inglês, acreditaram entrever na URSS as bases de uma “nova civilização”. Também

202 Ver Fermín Chávez, *Perón y el peronismo en la historia contemporánea*, 2 vols. Buenos Aires: Oriente, 1975 e 1984; Joseph Page, *Perón: una biografía*, 2 vols., Javier Vergara, Buenos Aires, 1984; Carlos Piñeiro Iñiguez, *Perón: la formación de un ideario*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

não pôde resistir Perón à tentação de ver o exército alemão em ação. Era um cultor das teorias do estrategista do século XIX, Von der Goltz, que falava do “povo em armas” e não das meras forças armadas como fator capaz de vencer as guerras. Para que um país fosse forte era preciso que sua população tivesse um bom nível de vida, de modo a agir solidariamente e com eficácia em caso de combate. A influência das doutrinas fascistas em Perón é inegável, e ele mesmo o admitiu, sobretudo, falando de Mussolini. Essas ideias estavam muito difundidas na América Latina entre importantes pensadores, que iam desde Vasconcelos no México a Oliveira Vianna no Brasil, e dois fatores se sobressaíam entre os que faziam o fascismo atraente:

1. A formação de um poder hierárquico e firme, capaz de impor ordem e dar segurança para os investimentos e a atividade produtiva, independentemente de oscilações eleitorais ou efêmeras alianças parlamentares.
2. A representação de interesses organizados, em vez de eleitorados anônimos, através do sistema corporativista.

Mesmo sendo o fascismo a principal forma de expressão do corporativismo como fenômeno de massas no século XX, é uma simplificação confundir ambos os termos como se fossem a mesma coisa. O tema vale uma exploração mais detalhada.

Corporativismo, “comunidade organizada” e industrialização

A crise da democracia e de todo o sistema liberal tanto na área econômica como na política era muito evidente nos anos trinta. Ainda que alguns espíritos observadores já a pressentissem bem antes, durante esses anos a capacidade do sistema existente de outorgar paz, segurança e bem-estar à massa da população parecia muito questionada. O desemprego resultante da grande crise

iniciada em 1929 fazia estragos por todas as partes. Na Alemanha e nos Estados Unidos, uma significativa quarta parte da população economicamente ativa estava sem trabalho no início da década, e essa cifra só havia baixado a pouco menos que 20% nos Estados Unidos às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Foi realmente a guerra que pôs fim a essa situação com o estímulo que implicou na produção industrial. O corporativismo oferecia um modelo de planejamento social e representação de grupos ocupacionais ou culturais, muito aceito em ambientes social-católicos. Menos conhecido é o auge que essas posições tiveram entre pensadores liberais e socialistas. Assim, Émile Durkheim, sociólogo francês independente, mas próximo a posições socialistas, escrevia já em 1902 que nas relações entre capital e trabalho

sempre a lei do mais forte é a que direciona os conflitos e o estado de guerra é contínuo. Para o estabelecimento de uma ética ocupacional e uma legalidade nas diferentes ocupações econômicas, a corporação deveria de novo transformar-se em um grupo organizado e definido: em uma palavra, uma instituição pública [...] com representantes dos empregados e dos empregadores, como já é o caso nos tribunais dos ofícios qualificados. A corporação será a fundação ou uma das bases essenciais de nossa organização política, a unidade política fundamental. Enquanto houver ricos e pobres de nascença não poderá haver contrato justo, nem uma justa distribuição de bens sociais. Mas a reforma corporativa, se não dispensa as outras, é a primeira condição para sua eficácia²⁰³.

Herbert Spencer também faz referência a uma representação dos interesses econômicos, em vez dos partidos políticos, como

203 Émile Durkheim, "Prefacio de la segunda edición", *La división del trabajo social*. Madrid: Akal, 1982.

mais capaz de refletir a opinião qualificada da sociedade. Na América Latina, Víctor Raúl Haya de la Torre, criador em 1924 do APRA²⁰⁴, partido político da esquerda nacionalista e mais tarde de inclinação social-democrata, também propôs que as câmaras de deputados e de senadores fossem complementadas por outra corporativa. Nesta deveria haver uma representação “qualitativa” do Trabalho, do Estado e do Capital formando o que ele chamava de “Estado dos quatro poderes”, ou seja, agregando o econômico aos três clássicos definidos por Montesquieu²⁰⁵. Na Argentina, Ingenieros combinou uma apreciação do sistema de representação ocupacional com seu entusiasmo pelas primeiras etapas da Revolução Russa em um folheto intitulado *La democracia funcional en Rusia*, onde considera que os *soviets*, órgãos eleitos dentro das principais estruturas produtivas do país, são os mais adequados órgãos para expressar a vontade popular:

Não é ruim o sistema representativo, mas sim sua atual forma parlamentar. O aperfeiçoamento da vida política consistirá em caminhar para formas cada vez mais eficazes do sistema representativo, empenhando-se para que todas as funções da sociedade tenham uma representação nos corpos deliberativos. Nas atuais assembleias parlamentares, quem representa a produção, a circulação e o consumo das riquezas e quem a agricultura, a indústria, o comércio e os bancos? E dentro de cada função, quem representa os capitalistas? E os trabalhadores? Quem representa as funções educacionais, morais e jurídicas? Quem

204 A Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) é um dos mais importantes partidos políticos do Peru. É identificado, no espectro político peruano, como sendo de esquerda e é filiado à Internacional Socialista.

205 Víctor Raúl Haya de la Torre, *Treinta años de aprismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956, p. 78 e 129.

as funções culturais e estéticas, as universidades, os institutos científicos, as letras e as artes? O eleitor é um zero à esquerda depois de eleger como representantes os políticos profissionais que dirigem o partido de suas simpatias. O eleitor não lhes confere a representação de funções definidas; os eleitos não necessitam competência especializada para representar nenhuma função²⁰⁶.

De fato, depois da Segunda Guerra Mundial, o sistema representativo liberal se reconstituiu nos principais países do Ocidente, e desde então teve exitosa difusão até em lugares onde sua aceitação havia sido considerada mais problemática, especialmente na América Latina e na órbita soviética. A revitalização dos partidos foi acompanhada, em muitos casos, pela proliferação de associações empresariais, sindicais e culturais, que criaram uma trama de caráter quase corporativo. Nesse sistema, os interesses “corporativos” estão em parte representados nos partidos, sobretudo onde partidos trabalhistas ou social-democratas mantêm relações privilegiadas com o sindicalismo, enquanto os conservadores ou liberais o fazem com o mundo empresarial. Por outrolado, por quase todos os lados estendem-se órgãos consultivos, mas de grande influência, como o são os Conselhos Econômicos, Câmaras de Conciliação e Arbitragem, e outras instituições de planejamento com participação da comunidade. Este sistema é chamado de “neocorporativista” e frequentemente supõe certa supervisão ou controle por parte do Estado sobre as associações voluntárias, ainda que sem interferir em sua autonomia. Esta é a base da democracia moderna, na qual as liberdades públicas derivam de um equilíbrio de poder entre setores organizados, ou seja, entre associações patronais, sindicais, profissionais, culturais e religiosas, cada uma com acesso a recursos e influência próprios,

206 José Ingenieros, *La democracia funcional en Rusia*. Buenos Aires: Editorial Adelante, s.d.

sem por isso ter representação direta nos órgãos legislativos, como no corporativismo clássico. No pensamento de Perón o equivalente a esse conceito é o de “comunidade organizada”. Em sua versão, especialmente pensada para um país em vias de desenvolvimento, o componente de intervenção estatal na criação desses interesses é maior que na experiência pluralista moderna europeia, norte-americana ou japonesa. Isso acontece porque a prática da participação em associações representativas que estejam livres de excessivo faccionalismo é ainda escassa, e então a tutela do Estado é vista como necessária. Ao assumir seu cargo de secretário do Trabalho e Previdência, em dezembro de 1943, Perón havia dito:

A tática do Estado abstencionista era encontrar-se frente a cidadãos ilhados, desamparados e economicamente débeis. A contrapartida foi o sindicalismo anárquico, simples sociedade de resistência sem outra finalidade que a de opor-se à intransigência patronal e à indiferença do Estado, uma concentração de ódios e ressentimentos. A carência de uma orientação inteligente da política social, a falta de organização das profissões e a ausência de um ideal coletivo superior, retardaram o momento em que as associações profissionais conseguiram fundamentar-se na regulamentação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. O ideal de um Estado não pode ser a carência das associações. Quase afirmaria que é exatamente o contrário. Sucede que unicamente podem ser eficazes, frutíferas e benéficas as associações quando, além de um arraigado amor pela pátria e um respeito inquebrantável pela lei, vivem organizadas de tal maneira que constituem verdadeiros agentes de ligação que levam até o Estado as inquietações

*do mais longínquo de seus afiliados e façam chegar a este as inspirações daquele*²⁰⁷.

Para complementar e tornar possível a incorporação da massa operária ao sistema político era necessária a industrialização, sobretudo dadas as condições especiais criadas pela guerra. A interdependência entre o fomento à indústria e a preparação para a defesa é, por outro lado, muito estreita. Assim o explicava Perón em sua célebre “carta magna” ao inaugurar a cátedra de Defesa Nacional na Universidade Nacional de La Plata, em meados de 1944:

*Gastamos no estrangeiro grandes somas de dinheiro na aquisição de material bélico. Pagamos sete vezes o seu valor e todo esse dinheiro sai do país sem benefício para sua economia. Uma política inteligente nos haveria permitido montar as fábricas para produzi-lo no próprio país, e o montante investido passaria de uma mão a outra: todas elas argentinas. O que digo sobre o material de guerra pode ser extensivo ao maquinário agrícola, ao material de transporte e a qualquer outra ordem de atividade. A defesa nacional exige uma poderosa indústria própria e não uma qualquer, mas decerto uma indústria pesada. Para isso é indubitavelmente necessária uma ação oficial do Estado, que proteja nossas indústrias caso seja preciso*²⁰⁸.

Durante o regime militar foi formado o Conselho Nacional de Pós-Guerra, com a tarefa de planejar a ação econômica necessária para evitar os transtornos previsíveis com a volta da paz. Muitas

207 Juan D. Perón, “Se inicia la era de la política social”, discurso radialístico de 2/12/1943, em Fermín Chávez, *Perón y el justicialismo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984, p. 23-24.

208 J. D. Perón, “El Estado y la industrialización”, *ibidem*, p. 28-29.

de suas diretrizes são os que logo se impuseram como política econômica do governo constitucional.

A experiência de governo

Ao assumir a presidência, Perón estava em posição de grande concentração de poder, com mais de dois terços das bancadas de deputados e a quase totalidade do Senado, pois só as votações de San Juan e Corrientes foram vencidas pela oposição (bloquista e conservadora). O movimento político que o havia apoiado, somando o recentemente criado Partido Trabalhista à União Cívica Radical Junta Renovadora, foi transformado em um novo organismo único, com condução vertical. Os dissidentes Luis Gay e Cipriano Reyes afastaram-se e mantiveram um Partido Trabalhista Independente, mas com pouco apoio entre os deputados eleitos ou nas estruturas sindicais e partidárias. Em 1947, por causa de uma visita de sindicalistas norte-americanos, Luis Gay foi destituído da Secretaria-Geral da CGT, acusado de ser demasiado receptivo à suas perquisições. O objeto da visita era estabelecer um entendimento entre as forças operárias de ambos os países para lançar uma federação continental, oposta à que com apoio comunista dirigia, a partir do México, Vicente Lombardo Toledano. Para isso era necessário, primeiramente, que os dirigentes ianques dessem sua avaliação positiva ao grau de autonomia de que gozava o movimento na Argentina, tema fortemente questionado pela oposição. O mínimo que podiam fazer era visitar os dirigentes operários socialistas e isso terminou pondo fim às relações amigáveis. Desde então, o movimento operário passou a ser ferrenhamente dirigido pelo poder e o Secretariado-Geral da CGT adjudicado a personalidades pouco relevantes.

No ministério, Perón empregou em importantes posições dois antigos socialistas: Juan Atilio Bramuglia, assessor legal de sindicatos, como chanceler, e Angel Borlenghi, dirigente de

Empregados de Comércio, como ministro do Interior. A Fazenda foi ocupada por Ramón Cereijo, um brilhante egresso da Faculdade de Ciências Econômicas, amigo do yrigoyenista Diego Luis Molinari, ladeado no Banco Central por Manuel Miranda, que se transformaria até 1949 no verdadeiro gestor da política econômica. Na Agricultura pôs o fazendeiro e membro da Sociedade Rural (ambiente no qual não abundavam os simpatizantes de Perón) Juan Carlos Picazo Elordy. Uma das primeiras medidas inspiradas por Miranda foi a criação do Instituto Argentino de Promoção do Intercambio (IAPI), que obteve o monopólio do comércio de exportação de grãos, substituindo as tradicionais casas de cereais. Fato grave para os produtores agropecuários era que lhes pagavam menos da metade do preço internacional, que, naquele momento, estava particularmente alto. A diferença foi empregada para fomentar a industrialização com créditos baratos. Também se usou para importar massivamente material que sobrou da guerra, principalmente caminhões. O IAPI, acusado também de corrupção, não valeu muitos amigos a Perón no setor agrícola. Certo é que boa parte da produção de cereais era realizada pelos modestos chacareiros mais do que pelos fazendeiros, e que a carne, produto em que estes se especializavam, sofria menos a intervenção oficial. Mas como, ao mesmo tempo, continuava o congelamento de arrendamentos rurais, a situação para os grandes proprietários de campos em geral não era boa, e seus investimentos e modernização viram-se paralisados durante esses anos.

Houve, nos primeiros momentos do regime, algumas tentativas de promover uma reforma agrária através da aquisição de grandes extensões pouco ou mal usadas e sua distribuição em parcelas. Isso provocou grande resistência no próprio governo, e Perón pôs logo fim a esses projetos, que criavam um sério mal-estar em agentes de poder que já estavam bastante indispostos em relação a ele, e que detinham importante influência na opinião

pública. No serviço público, realizaram-se várias importantes estatizações de empresas estrangeiras. Os trens, principalmente ingleses, foram comprados usando os grandes excedentes que estavam se acumulando no comércio com a Grã-Bretanha. Isso se definiu como uma recuperação de soberania, mas os próprios investidores ingleses desejavam findar com esse setor, no qual os ganhos já eram muito reduzidos ou inexistentes. Para o governo, por outro lado, o imenso sistema ferroviário transformou-se em uma fonte quase inesgotável de novos empregos, com os quais poderia pagar dívidas políticas e obter novas clientelas. Foi criada uma empresa de Gás do Estado, que nacionalizou a companhia que produzia esse elemento na Capital Federal e instalou o primeiro grande gasoduto, entre Comodoro Rivadavia e Buenos Aires.

Na área cultural, várias universidades nacionais receberam intervenção e foram logo reorganizadas com muito escassa autonomia. Foi sancionada uma lei de ensino religioso, tornando-o praticamente obrigatório, ainda que os pais pudessem pedir que seus filhos dele fossem dispensados. Mas, por ser lecionada nos horários de aula, só os muito convencidos usavam esse recurso. A relação com os grupos nacionalistas viu-se fragilizada pela atitude “pragmática” de Perón relativa ao neutralismo. Na verdade, a relação piorava, pois o presidente estava decidido a melhorar as relações com os Estados Unidos, ainda que isso não fosse fácil por causa da desconfiança que existia nesse país com relação às intenções geopolíticas do governo argentino. Já nas eleições de 1946 a maior parte dos nacionalistas (salvo Ernesto Palacio e J. Díaz de Vivar) não havia aceitado participar nas listas de deputados promovidas por Perón. O núcleo principal e mais extremado concentrou-se na Aliança Libertadora Nacionalista (ALN), dirigida por Alberto Queraltó e Alberto Bernaudo, cujas atitudes em relação ao governo oscilavam e refletiam uma independência pouco apreciada pelo oficialismo daquele tempo.

Dentro das Forças Armadas Perón sabia que a Marinha lhe era hostil, mas no Exército e na Aeronáutica tinha muitos apoiadores. Para consolidar suas relações, favoreceu uma política de compra de armamentos e enviou o general Carlos von der Becke aos Estados Unidos para as correspondentes aquisições. Contudo, no país do norte via-se a Argentina como pouco confiável, dada toda a trajetória do regime militar e suas antigas simpatias neutralistas, o que impossibilitou o aprovisionamento. Razão mais que suficiente para investir na produção nacional, ou seja, no estímulo de todo tipo de indústrias a qualquer custo. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas relações diplomáticas com a União Soviética, o que foi chover sobre o molhado no tocante ao entendimento com os Estados Unidos. A política de industrialização concentrou-se em um Plano Quinquenal (lançado formalmente em 1947) e foi acompanhada de um rigoroso controle de importações. Estava praticamente proibida a entrada da maior parte dos bens de consumo duráveis que se produziam no país, ou se lhes aplicavam fortes impostos de aduana. Com isso, as empresas locais tinham um mercado assegurado e puderam se expandir sem dificuldades. O volume físico da produção industrial argentina já vinha em expansão desde os anos trinta, quando passou de um índice 37 em 1932 a 61 em 1939 (com base 100 para 1950). Durante a guerra, os indicadores continuaram seu aumento, passando a 76 em 1945. O volume rapidamente subiu a 101 no ano de 1948, o de máxima prosperidade no pós-guerra. Desde então ficou estancado, em parte devido às dificuldades produzidas pela grande baixa dos preços de exportação de cereais e carne²⁰⁹.

O governo peronista, ainda que aparentemente muito sólido nas urnas, em realidade sofria de uma séria fragilidade, devido à

209 G. Di Tella e M. Zymelman, *Las etapas del desarrollo económico argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1967, p. 508; e Carlos Díaz Alejandro, *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1975, cap. 4.

oposição com a qual se defrontava na grande maioria dos setores endinheirados e ainda da classe média e da intelectualidade do país. Os produtores agropecuários estavam na primeira fila da oposição. Os comerciantes e industriais, ao contrário, estavam mais divididos entre posições contraditórias: por um lado, não gostavam da política de agitação social e promoção do ativismo sindical, mas, por outro, beneficiavam-se do protecionismo e da expansão do consumo popular, que criava uma ativa demanda. A Sociedade Rural foi sempre um centro opositor, mesmo que houvesse uma mudança interna de autoridades para facilitar o diálogo com o governo. O termômetro das relações entre os grandes fazendeiros e o governo foi sempre a inauguração da Exposição Rural em Palermo, onde as longas vaias baseadas no anonimato de milhares de espectadores poderiam ser, se não mortíferas, pelo menos graves. Picazo Elordy disse aos novos diretores da Sociedade Rural que levaria o Presidente ao ato se eles se comprometessem a agir como gente educada, o que se esforçaram em fazer, mesmo que nunca pudessem estar certos do comportamento de suas “bases”, ou seja, seus filhos e esposas. Como o contaria depois a Hugo Gambini, no dia da inauguração acompanhou o presidente, que

acreditava que com seu uniforme de general iria neutralizar o clima, e se enfeitou. Entrou enrijecido e lhe pedi que saudasse com a mão e um sorriso. Fez-me caso e recolhemos os primeiros aplausos. Minutos depois chegou sua esposa em meio a um silêncio sepulcral. A tensão ia aumentada até que Martínez de Hoz (o novo presidente da Sociedade Rural) começou a falar e seu tom mesurado tranquilizou Perón. Depois foi a minha vez, mas encurtei o discurso para não alongar o sofrimento. Ao nos retirarmos, uma multidão nos esperava na rua

*dizendo em coro o nome de Perón e este, aliviado, me disse: Aqui me sinto melhor, estou entre os meus...*²¹⁰

Em meio aos industriais, a contraposição entre os que se opunham e os que se beneficiavam com o novo governo era intensa e refletia-se na União Industrial. Esta, entretanto, refletia as grandes empresas tradicionais e, em boa parte, a indústria de alimentos. Durante a campanha eleitoral, foi muito divulgado o episódio do “cheque”, pois um destes, assinado pela UIA em favor da União Democrática, foi detectado e trazido a público, o que lhe valeu a aversão oficial. Logo, o novo governo interveio na entidade empresarial tratando de conseguir apoios internos, mas, ao considerar que estes não eram suficientes, optou por dissolver a organização e criar uma nova entidade. Foi assim que nasceu a Confederação Geral da Indústria, por iniciativa do empresário catamarquenho José Gelbard que logo iria se tornar um forte industrial. Iniciativas paralelas criaram as Confederações do Comércio e da Produção, mesmo que estas nunca fossem significativas, a não ser como sigla de sentido político com a união na Confederação Geral Econômica (CGE), sobretudo radicada na pequena empresa, a do interior, e outros setores próximos ao oficialismo.

Segunda presidência, confrontação e queda (1952-1955)

Os anos dourados do regime não se estenderam muito além de 1950. Já em 1949 houve uma mudança de guarda. Miranda perdeu sua posição oficial, substituído por uma equipe dirigida por Alfredo Gómez Morales, aliado a uma reorientação para o agronegócio. Em 1950 a necessidade de obter um empréstimo dos

210 Declarações de Picazo Elordy a Hugo Gambini, no livro deste, *La primera presidencia de Perón*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985, p. 118.

Estados Unidos obrigou o Congresso a confirmar o Tratado do Rio de Janeiro, de solidariedade continental, que implicava no apoio de todos os países do continente àquele que fosse atacado desde fora (ou seja, aos Estados Unidos), o que era importante política e economicamente, e não pelo aporte de tropas que poderiam fazer. O congresso, liderado por setores nacionalistas, demorava na aprovação, mas agora, com a influência financeira, deu seu braço a torcer. No mesmo ano de 1950, foi levada a termo uma ofensiva contra a imprensa independente, quase toda silenciada, com a desculpa de que os opositores haviam resistido em incluir, depois da data, a aclaração “Ano do Libertador General San Martín”. Já a rádio era praticamente em sua totalidade controlada pelo Estado. Faltava agora a educação, contra a qual também houve uma tentativa orquestrada de subordinação, levada a cabo principalmente durante a segunda presidência, a partir de 1952.

Em 1949, o Congresso convocou uma Assembleia para sancionar uma nova constituição, que permitia a reeleição, assegurava as conquistas sociais e, além disso, em seu célebre artigo 40, estabelecia que os recursos naturais não poderiam ser entregues a empresas estrangeiras. A realidade das pressões econômicas aguçada pela crise devida à diminuição de preços de exportação logo forçou a reinterpretar essas disposições. Para a eleição presidencial de 1951, houve uma forte pressão, acima de tudo sindical, para que Eva Perón fosse candidata à vice-presidência. A resistência de toda a oposição, muito forte nas classes altas que não perdoavam a origem humilde de Evita, proveniente do meio artístico do rádio e do cinema, e já muito sensível em ambientes militares, impossibilitou essa saída. Em pouco tempo Evita morreria, vítima de câncer, cedo, aos trinta anos de idade.

A diminuição da prosperidade econômica, acompanhada de inflação, gerou protestos no ambiente sindical, sempre influenciado

pelos antigos dirigentes antiperonistas e alguns outros novos ativistas de esquerda, incluindo peronistas descontentes. No final de 1950, iniciou-se uma séria greve ferroviária, que continuou em janeiro de 1951, e obrigou o governo a decretar a incorporação dos grevistas ao exército, para serem submetidos à disciplina marcial. Já em 1949 havia ocorrido uma greve no setor açucareiro, em Tucumán, conduzida pela habitualmente fiel Federação Operária de Trabalhadores da Indústria do Açúcar (FOTIA).

A “peronização” da educação, o uso como material oficial de leitura do livro autobiográfico de Evita e de outros materiais oficiais começou a antagonizar também a Igreja. Em 1953, durante uma das habituais concentrações maciças na Praça de Maio, explodiu uma bomba que causou várias mortes. A reação popular, que Perón não fez nada por atenuar, terminou em uma série de atentados vandálicos com o incêndio do Jóquei Clube, considerado centro de “oligarcas” antiperonistas, e das sedes dos partidos opositores, o Radical e o Socialista, incluindo esta última uma importante biblioteca. O regime que assim agia antagonizava um amplo espectro da opinião pública, tanto a direita como a esquerda. Em 1954, deu-se uma nova e fatal frente de confronto: a Igreja. Esta, talvez tratando de evitar a excessiva identificação com um regime do qual se previa a instabilidade, começou a distanciar-se e como primeira medida decidiu treinar dirigentes sindicais em escolas próprias. Isso era atacar o regime em sua parte mais sensível. Ao mesmo tempo, começa-se a falar na formação de um Partido Democrata Cristão, como na Europa, que constituísse um canal mais seguro e sólido de defesa dos interesses eclesiásticos do que o regime visto como já demasiado personalista e autoritário do general Perón.

O governo contra-atacou: entre 1954 e 1955 sancionou leis que relembravam os tempos de Roca e Juárez Celman. Principalmente,

a lei de divórcio e eliminação da Educação Religiosa como matéria obrigatória, que seria substituída por uma disciplina de moral baseada nos textos de Evita e outros do oficialismo. Unido ao fomento de reuniões espíritas e de protestantes evangélicos, isso ultrapassava o limite: a excomunhão recaiu sobre a cabeça dos governantes. O resto da oposição, expectante, redescobria sua sensibilidade pelos direitos da religião. Os nacionalistas católicos, nada convencidos da solidez do regime peronista, que não era suficientemente autoritário nem hierárquico para eles, agora aderiram maciçamente aos protestos. Em junho de 1955, a atmosfera opositora estourou, com uma sublevação de setores das forças armadas que chegaram a bombardear a Praça de Maio, onde uma concentração popular se dispunha a defender o regime com armas na mão, ocasionando várias centenas de mortos. Essas armas, apesar de serem solicitadas pelos militantes mais radicalizados, e a setores de esquerda já associados a eles, não foram entregues. A matança foi numerosa e produziu uma reação popular, semelhante à de 1953. Desta vez as principais igrejas da cidade de Buenos Aires, bem como a Curia, sede das autoridades da Igreja, na Praça de Maio, seriam purificadas pelo fogo.

Perón certamente não aceitou a responsabilidade por esses excessos, ainda que não os houvesse reprimido com suficiente energia. Aplicava, mesmo que muito tarde, o preceito de Napoleão de que “quem controla a desordem tem mais poder do que o que mantém a ordem”. Fez uma tentativa decidida de liberalizar o regime permitindo a aparição de um ou outro semanário moderadamente opositor e o uso da rádio pelos principais dirigentes dos partidos, a quem o público já se tinha esquecido de escutar por esse meio. A confrontação, de qualquer forma, prosseguiu. Finalmente, em setembro outro complô militar teve êxito em mobilizar forças suficientes, concentradas em Córdoba e na Marinha, reunida no porto de Bahía Blanca. O general Eduardo Lonardi e outros

militares influenciados pela prédica católica e nacionalista dirigiam esse movimento, batizado de “Revolução Libertadora”, e que contou com o apoio de quase todo o espectro político do centro até a esquerda e das entidades estudantis universitárias.

CAPÍTULO 22

CAOS CÍVICO-MILITAR (1955-1966)

A transição militar (1955-1958)

O novo regime, autodenominado Revolução Libertadora, teve, como outros anteriormente, uma ala nacionalista e outra liberal. Ambas eram fortemente antiperonistas, pois haviam participado na derrubada do regime, mas tinham distintas estratégias em relação a como encontrar uma alternativa. O setor nacionalista, que predominou no começo, estava ideologicamente próximo do corporativismo, e pensava poder integrar em um sistema desse tipo os sindicatos, vistos como a coluna dorsal do peronismo. Foi assim que a princípio não se interveio na CGT esperando entrar em algum entendimento com seus líderes, sempre desejosos de ter autonomia em relação ao líder do movimento e, portanto, capazes de escutar proposições políticas. Entre os nacionalistas que participavam no governo, havia muitos que tinham orientações de intensa direita, sobretudo no campo cultural. A reação do espectro liberal e de esquerda foi muito forte, até conseguirem promover um golpe interno, dirigido pelo general Pedro E. Aramburu, com o apoio do Almirante Isaac Rojas. As novas autoridades, acompanhadas de uma Junta Consultiva, onde havia representantes

dos partidos políticos (salvo o Comunista) e dos leigos católicos, empenharam-se em conseguir uma “desperonização” a fundo do país. A interpretação que faziam do movimento justicialista²¹¹ era de que se tratava de uma criação artificial, devida aos efeitos da propaganda e à corrupção oficiais. Se fossem cortadas essas fontes e se aplicasse uma séria repressão à ação das minorias que eram as que, em sua opinião, controlavam as estruturas de apoio popular do regime caído, a mudança seria completa. Fazia-se um paralelo com o que havia ocorrido na Alemanha e na Itália, onde efetivamente o apoio aos regimes caídos foi muito escasso depois da guerra. Mas não se levaram em conta as grandes diferenças entre os casos europeus e o argentino, começando pelo tipo de regime e passando pelo fato de que lá houve uma derrota maciça no campo de batalha, acompanhada de indizíveis privações, suficientes para desfazer qualquer nostalgia.

Intervieram na CGT, assim como em quase todos os sindicatos, e os novos interventores, frequentemente militares, cercaram-se do assessoramento dos antigos dirigentes antiperonistas que foram mantidos, autointitulados “livres”. Em alguns casos esses velhos dirigentes, tinham apoios significativos e, além disso, usando das influências oficiais e da apatia de grande parte dos filiados, conseguiram controlar várias entidades. Esse foi, particularmente, o caso dos Empregados do Comércio e da União Ferroviária, além dos mais confiantes Gráficos e A Fraternidade. Mas, nos sindicatos baseados nas novas indústrias, como de Têxteis e Metalúrgicos, não houve forma de evitar o predomínio peronista. Nas universidades nacionais que sofreram intervenção, grande parte dos docentes comprometidos com atos de submissão ao governo anterior foi expulsa de suas cátedras e estas abertas a novos concursos. No processo, foram cometidos abusos, mas a

211 N.E.: Justicialismo é a doutrina oficial do peronismo.

universidade conheceu um período de grande florescimento pela chegada a postos de diretoria de toda uma geração que havia estado no exterior ou em um exílio interno e que formava o que havia de mais selecionado da intelectualidade do país. Em Buenos Aires, depois do período de intervenção a cargo do historiador José Luis Romero, foi normalizado o governo universitário sob o reitorado de Risieri Frondizi, irmão de quem logo seria presidente da nação. O novo Estatuto universitário estabelecia o governo tripartido com uma representação nos Conselhos de cada Faculdade, de 50% para professores concursados, 25% para estudantes, e outros 25% para egressos.

Em 1956 houve uma tentativa de rebelião peronista dirigida pelo general Juan José Valle. Ao ser descoberta, a reação oficial revelou o temor que se tinha a uma virada da situação: ordenou-se o fuzilamento de numerosos implicados começando por seu chefe, cometendo um ato já em desuso no país. O peronismo, que havia gozado por uma década das vantagens do poder, maltratando frequentemente seus opositores, agora recebia a retribuição aumentada de seus excessos. Paralelamente, ao transformar-se ante a opinião pública de perseguidor em perseguido, começou a angariar simpatias de setores que não concordavam com a política do novo regime militar.

Para combater a inflação e reorganizar a economia do país, contratou-se Raúl Prebisch, economista argentino, secretário da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo de estudos e assessoramento econômico das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile. O Plano Prebisch recomendou medidas privatizadoras e de estímulo aos investimentos externos e internos, controlando as demandas salariais. Isso provocou uma resistência do associativismo e estendeu o protesto sindical, que passou por etapas de violência conhecidas como “Resistência Peronista”. Em

1957, foram realizadas eleições para um congresso constituinte, com o propósito de convalidar a anulação da constituição peronista de 1949 e a adoção de outra ou o retorno à de 1853, eventualmente modificada. O Partido Peronista, sob qualquer novo nome que este adotasse, ficou excluído por ser considerado de propensões totalitárias. A eleição também serviria como termômetro da opinião pública.

Enquanto isso, na UCR, que, com toda razão, era vista como principal força dentro do espectro antiperonista, começou uma luta interna pelo controle do partido, que terminou em uma divisão entre um setor dirigido por Arturo Frondizi, denominado UCR Intransigente (UCRI), e outro capitaneado por Ricardo Balbín, que adotou o nome de UCR do Povo (UCRP). Frondizi favorecia um entendimento com Perón e reunia em torno de si um numeroso grupo de intelectuais e profissionais de esquerda e nacionalistas, desejosos de encontrar um canal partidário, onde pudesse expressar-se além dos pequenos agrupamentos em que tradicionalmente haviam militado²¹².

Operonismo ordenou que se votasse em branco para o congresso constituinte, mas grande parte de seus simpatizantes desejosos de não perder o voto, deram-no à Frondizi e à sua UCRI, vistos como a oposição ao regime militar. O maior bloco de votos resultou ser o dos sufrágios em branco, seguido de perto pelo da UCRP e logo o da UCRI de Frondizi, que havia ficado com uma minoria do eleitorado tradicional radical, mas estava já incorporando as preferências do setor menos “rígido” do peronismo e de grupos independentes. A constituinte logo enfrentou a oposição sistemática da UCRI e de

212 Julio E. Nosiglia, *El desarrollismo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983; Daniel Rodríguez Lamas, *La presidencia de Frondizi*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984; Eugenio Kvaternik, *Crisis sin salvataje: la crisis político-militar de 1962-63*. Buenos Aires: IDES, 1987; Catalina Smulovitz, *Oposición y gobierno: los años de Frondizi*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988; Rosendo Fraga, *El ejército y Frondizi (1958-1962)*. Buenos Aires: Emecé, 1992.

outros grupos nacionalistas, que se retiraram e a deixaram sem quórum. Somente foi sancionado, sobre a base da Constituição de 1853, um aditivo, o artigo 14 bis, que incorporava direitos sociais como o de greve aos clássicos estabelecidos no artigo 14 original.

O passo seguinte foi realizar eleições para preencher todos os cargos constitucionais, convocadas para o começo de 1958. Nesse momento o confronto entre Frondizi e o governo militar era muito intenso. A UCRI, ainda que acusada de ser um canal para criptocomunistas e pró-peronistas, tinha suficiente legitimidade para não ser posta fora da lei. Sobre esta base, Frondizi pôde negociar com Perón e assinar um pacto no qual participaram ativamente os assessores de ambos os dirigentes, Rogelio Frigerio e John W. Cooke. Por meio do pacto, Perón dava a Frondizi seus votos em troca de obter a legitimação de seu partido e de uma legislação favorável para o retorno dos sindicatos às mãos peronistas. A vitória da UCRI, dado este pacto, era inevitável. A ordem de Perón para que se votasse em Frondizi, prevista há algum tempo, foi formalmente anunciada poucos dias antes da votação para impedir algum veto por parte dos setores mais antiperonistas do governo.

A presidência de Frondizi (1958-1962)

Frondizi havia desenvolvido, através de uma longa carreira política, um perfil com claras conotações nacionalistas e de esquerda. Sua obra *Petróleo y política* (1954), em que condenava a ação imperialista ligada a esse combustível e promovia sua exploração pela empresa estatal YPF, era uma das bases desse prestígio. Não deixar de haver tentativas de não lhe entregar o poder por parte do regime militar, com o argumento de que ele era uma máscara por trás da qual se escondia o retorno de Perón. A ação do mais conciliador, Aramburu, finalmente se impôs e foi realizada a transferência do comando. Frondizi tinha, durante a campanha

e logo em seguida, duas equipes trabalhando no plano de governo. A mais próxima a ele era a que organizava Rogelio Frigerio, homem de empresa que há algum tempo havia abandonado seu esquerdismo juvenil e estava agora orientado de maneira pragmática, disposto a revisar seus enfoques anteriores para conseguir apoio do capital internacional para a industrialização acelerada do país. O outro grupo, que tinha no economista Aldo Ferrer uma de suas cabeças, era formado por gente mais jovem, muitos com experiência em organismos internacionais, e mais estatistas e distribucionistas em suas atitudes básicas, influenciados pelas teorias da CEPAL. Chegando ao governo, Frondizi claramente deu sua preferência ao grupo de Frigerio, ficando este como secretário de Relações Econômico-sociais da Presidência, uma espécie de eminência parda do novo gabinete. O grupo de “cepalinos”, ao contrário, foi enviado para dirigir a economia da província de Buenos Aires cujo governador, Oscar Alende, mantinha-se mais fiel – dentro do que permitia a disciplina partidária da UCRI – às bandeiras tradicionais da esquerda da UCR.

Frigerio, por seu passado e sua habilidade para idealizar estratégias – considerada maquiavélica por seus adversários – era muito antagonizado pela direita e pelas forças armadas. Em poucos meses, Frondizi, permanentemente fustigado por levantes e “motins” militares, teve que se desfazer de seu colaborador na secretaria, mas o designou para as mesmas funções em qualidade privada. Mais adiante mesmo esse papel lhe seria negado, mas suas ideias, que não tinham nada a ver com as posições de esquerda que se lhe atribuíam, foram as vigentes na nova política econômica adotada, de apoio à modernização por meio do capital estrangeiro. O que se temia de Frigerio era que, em suas estratégias para manter-se no poder, seguisse com a prática de fazer alianças inesperadas como a que o havia levado ao pacto com Perón. Em algum momento, ele poderia perder o controle por jogar com excessivo

risco e então o país se veria de novo em mãos do peronismo, talvez mais radicalizado pela perseguição. A direita via, pois, Frondizi e Frigerio como os “Kerensky” de um possível estouro revolucionário social no país.

No âmbito cultural, Frondizi tentou cooptar um grupo de esquerda, concentrado ao redor da revista *Contorno*, que se autodefinia como “denuncista”. Criada há uns anos, expressava as atitudes de busca de novas orientações por parte de intelectuais que começavam a fazer nova análise do peronismo, mas ainda mantinham fortes resistências contra esse movimento. A UCRI, ou o que começava a se chamar “frondizismo”, por outro lado, lhes parecia uma forma de inserir-se no poder e dali influenciar na abertura intelectual da população para projetos parcialmente socialistas. As posições na área oficial outorgadas a este grupo, de qualquer forma, não duraram muito, pois ante a direitização da política governamental decidiram retirar-se, e os que persistiram foram afastados, salvo, naturalmente, os convertidos ao novo pragmatismo.

Particularmente irritante para a esquerda universitária foi a proposta do governo de uma Lei de Ensino Livre que permitia o estabelecimento de universidades privadas, o que na prática implicava que, na maioria dos casos, seriam católicas. A controvérsia, conhecida como “a laica contra a livre”, agitou grande quantidade de gente, com manifestações maciças que ocuparam por semanas as ruas das principais cidades do país. Finalmente, a lei foi sancionada e este foi o preço de uma reconciliação de Frondizi com a Igreja que desde então passou a apoiar decididamente sua gestão.

No campo sindical, Frondizi acelerou as eleições nas associações e promoveu a formação de uma CGT unificada, mas o antagonismo entre os dirigentes peronistas (de uma nova

geração, pois os outros estavam ainda inabilitados) e os “livres”, que haviam tomado posse em várias organizações durante a Revolução Libertadora, determinou a ruptura. Em um congresso supostamente de unificação, ficaram 62 associações do lado peronista e 32 do outro. Essa foi a origem do que os agrupamentos peronistas reconheceram como sua entidade coordenadora por muito tempo, “as 62 organizações”, ou simplesmente “as 62”. Os antiperonistas, ao contrário, formaram um núcleo denominado “os 32 grêmios democráticos”. Depois de uns anos, a falta de apoio oficial e de simpatia entre as bases determinou a volta ao controle peronista da maior parte dos sindicatos, incluindo os baluartes das “32”, como Gráficos, A Fraternidade, Municipais, Empregados do Comércio e União Ferroviária.

Uma Lei de Associações Profissionais, baseada principalmente na do regime peronista, favoreceu a manutenção da unidade em cada setor ocupacional, deixando praticamente impossível a coexistência de vários sindicatos competitivos em cada um deles. O modelo alternativo favorecido pelos chamados sindicalistas livres era o vigente em vários países europeus, especialmente na França e na Itália. Nesses países, a presença de um forte gremialismo comunista, impossível de reprimir pela força, fez com que as leis favorecessem a coexistência de entidades rivais (social-democratas e democrata-cristãs). No caso argentino, tanto o frondizismo quanto o peronismo, entretanto, consideravam melhor fomentar a unidade e ter então um diálogo mais fácil com os dirigentes favorecidos pelo calor oficial.

A economia foi o setor no qual as mudanças instrumentadas pelo governo de Frondizi, em relação a seu projeto, foram mais significativas. Para a “batalha do petróleo”, foram realizados contratos de perfuração com empresas estrangeiras, o que era visto como anátema pelo setor nacionalista, interno ou externo à UCRI,

mas que teve que ser aceito por quem permanecia no governo. Para evitar a inflação, o governo enfrentou as demandas de aumentos salariais, acompanhadas por greves que logo proliferaram. A repressão desses movimentos foi o principal componente da ruptura entre o governo e o peronismo, sobretudo sua ala sindical, e realimentou a Resistência Peronista acompanhada de sabotagens e greves violentas e ainda mais violentamente reprimidas. A estratégia de Frondizi e seus assessores sempre foi a de tentar recompor a aliança com um “peronismo razoável”, logo que passasse a tempestade das primeiras adequações às condições econômicas vistas como temporárias. Essa busca de interlocutores peronistas moderados levou, sobretudo nas províncias do interior menos desenvolvido e em alguns sindicatos, a encontrar dirigentes dispostos a chegar a uma “integração” do peronismo, a qual passou a ser um dos pontos estratégicos da ideologia do governo e, para conseguí-la, usaram generosamente as arcas do Estado.

Nas eleições de deputados de 1960, havia que enfrentar a opinião do eleitorado em função de todo esse novo pacote. O que ocorreu foi praticamente uma inversão de alianças. Boa parte da direita ou centro-direita que tinha uma grande desconfiança da imagem esquerdista de Frondizi, agora o via como um valioso aliado e votou nele, permitindo-lhe figurar muito bem nas urnas e superar a UCRP, que antes havia sido a receptora das preferências desse setor político. O peronismo dividiu-se entre o voto em branco e o apoio a partidos locais chamados neoperonistas, que regularmente não eram reconhecidos pelo líder exilado. Em conjunto, o governo podia considerar que sua estratégia rendia frutos. Agora, apesar da ruptura com o peronismo rígido e o sindicalismo combativo, Frondizi mantinha seu domínio no congresso e encontrava interlocutores que lhe permitiam dizer que buscava um caminho intermediário para o país.

Em 1959, teve que enfrentar uma tentativa de rebelião por parte do general Carlos Severo Toranzo Montero, líder antiperonista que não pôde ser reprimido. O governo, que havia querido destituí-lo de sua posição de chefe do Exército, teve que dar marcha à ré e perder seriamente seu prestígio. Episódios similares se repetiriam ao longo de sua gestão, somando, entre pequenos e grandes, uns trinta. Para por limites a esses protestos e buscar apoio no empresariado neoliberal, em 1959, Frondizi decidiu outorgar a condução da economia ao capitão engenheiro Álvaro Alsogaray, que poderia transferir-lhe a confiança da direita, tanto econômica quanto militar. Certamente que com isso contrariou ainda mais o peronismo e a esquerda e desconcertou muitos de seus apoios ideológicos originais. A conversão ao pragmatismo e à busca maquiavélica de insuspeitadas alianças tomava um ritmo vertiginoso. O problema era que sua base própria, original, ou seja, o setor UCRI do radicalismo era muito fraco e, em parte, sentia-se desorientado pelo que estimava ser uma traição aos princípios. O voto ou o apoio da opinião pública que Frondizi conseguiria não eram tão débeis, mas dependiam de uma soma de pactos ou decisões táticas que não envolviam muita simpatia genuína.

A grande afluência de capitais estrangeiros, mesmo prejudicando algumas empresas nacionais ao criar para elas uma competição interna muito mais modernizada e financiada, produziu um incremento da produção e uma expansão em geral, que gerou uma sensação de prosperidade. O teste desse programa viria nas eleições seguintes, de 1962, onde haveria que renovar não somente a metade da Câmara dos Deputados, mas também os governos em quase todas as províncias. E isso era grave, porque o governador é quem manipula a polícia local. Poderia correr-se o risco de que os peronistas tivessem o controle da polícia, cuja responsabilidade era manter a ordem no cordão industrial da Grande Buenos Aires? Era

necessário ser muito ousado, nas condições da época, para apostar a favor. Frondizi o fez e perdeu.

As eleições e o golpe (1962)

Para as eleições o governo havia autorizado, na prática, a apresentação do peronismo por meio de partidos locais, agora já muito controlados por Perón desde seu exílio em Madri. Frondizi tentou captar o voto de centro-direita como dois anos antes e, de fato, o conseguiu em grande parte, ainda que a UCRP fosse preferida por parte dos setores centristas cujo antiperonismo não lhes permitia aceitar as manobras realizadas pelo oficialismo. A diferença em relação à eleição anterior era que agora o justicialismo estava em campo e brigando por cargos para governador, onde a concentração em um candidato introduzia o fator personalista que estimulava com facilidade seu eleitorado e que estava ausente nas eleições legislativas. Visto por uma perspectiva histórica e com calma filosófica, o resultado foi bastante bom para o governo. O peronismo venceu o governo em algumas províncias estratégicas como Buenos Aires, mas sem a maioria absoluta. Parecia, sob condições de relativamente genuína liberdade eleitoral, que essa força se reduzia de suas grandes maiorias históricas a um mais modesto 40% do eleitorado, ou ainda menos em certas províncias pobres cujos caudilhos eram facilmente manipuláveis pelo calor oficial. Mas continuam sendo a maior das formações partidárias, dada a irremediável divisão das outras em direita (com poucos votos), frondizismo (concentrando um centro-direita pragmático), Radicalismo do Povo (centro antiperonista) e esquerda (por sua vez fragmentada). Se tivessem sido respeitados os resultados eleitorais de 1962, o mais provável seria que a integração de que falava o oficialismo houvesse efetivamente ocorrido, pois grande parte da bancada de deputados, assim como muitos governadores, estavam todos no papo. O difícil era a província de Buenos Aires

com o irritante Andrés Framini, sindicalista têxtil de orientação esquerdista dentro do justicialismo, como novo governador. Isso, as vestais do antiperonismo e da Revolução Libertadora, as memórias dos abusos e das perseguições que, sem dúvida, tinha havido no regime derrubado – ainda que cada vez mais igualadas por seus sucessores – não podiam deixar passar. Depois de dias de angústia e de desesperadas tentativas de Frondizi de evitar o golpe mandando intervenções às províncias mais estratégicas, as tropas se moveram e forçaram a renúncia do presidente e sua substituição pelo vice José M. Guido, puro formalismo para esconder o governo direto das forças armadas.

O regime militar provisório (1962-1963)

O objetivo das forças armadas era reconstituir o sistema de eleições e de partidos políticos, convocando em breve à votação. Porém, em sua opinião, era necessário corrigir a legislação e outras práticas corruptas, que continuavam favorecendo o peronismo nos sindicatos e nos municípios que controlavam. Imediatamente formaram-se duas facções militares: uma delas favorecia uma posição negociadora com o peronismo, o qual se podia canalizar, mas não eliminar; a outra era mais dura no enfrentamento e esperava poder destruir as bases de apoio social do movimento se combatido com decisão. O general Juan Carlos Onganía foi o chefe do setor negociador e, antes do final de 1962, houve um conflito armado entre os dois grupos. O negociador denominou-se “azul”; o outro, “colorado”. Depois de alguma violência, chegou-se a um acordo de coexistência, mas a luta voltou a estourar em abril de 1963, dessa vez mais intensa. Houve mais tiros e algumas mortes entre os militares, enquanto a população civil de todas as posições olhava de fora essa deterioração progressiva do prestígio da instituição militar e da imagem do próprio país. Finalmente, no segundo “encontrão”, foram os azuis e Onganía que se

impuseram e suscitaram a saída eleitoral, pensando, obviamente, que poderiam armar alguma estratégia que evitasse entregar o poder ao peronismo. Onganía, ideologicamente nacionalista e corporativista, tinha mais do que algumas coincidências com o enfoque mental do peronismo, salvo, é claro, em relação à disciplina social. Comunidade organizada, sim, mas sob o controle da autoridade estatal e das hierarquias sociais, preferencialmente com um sistema de representação corporativista, ou senão com algum equivalente dele, baseado em acordos entre as principais forças políticas.

Houve negociações febris para armar uma Frente Nacional e Popular, com Onganía a candidato presidencial com o apoio do peronismo e da UCRI, além de setores católicos, tanto da variante nacionalista como da democrata cristã. O projeto fracassou, assim como outros em que poderia ter havido um candidato ultramoderado ou ainda conservador, designado pelos peronistas. Pensou-se nesse momento no conservador popular Vicente Solano Lima, que havia evoluído e se separado do velho tronco Democrata Nacional. As tratativas não chegaram ao fim e não houve outro remédio além de proibir no último momento qualquer candidatura peronista, o que levou o movimento ao voto em branco. Um dos candidatos que circulavam no ambiente político era Aramburu, que havia lançado uma União do Povo Argentino (UDELPA), claramente moldada no partido de nome parecido que apoiou De Gaulle em seu bem-sucedido acesso ao poder em 1958. Foi feita uma tentativa de que Aramburu fosse o candidato da transação, mas os militantes peronistas o odiavam por seu papel durante a Libertadora, apesar de ter sido quem assegurou a transferência do poder a um Frondizi apoiado pelos justicialistas em 1958. A eleição para preencher todos os cargos constitucionais foi vencida pelo Dr. Umberto Illia, médico cordobês, da UCRP, que apenas conseguiu um quarto do eleitorado. A UCRI dividiu-se entre os partidários

de Frondizi (que logo fundariam o Movimento de Integração e Desenvolvimento, MID) e os de Oscar Alende (que a seguir criariam o Partido Intransigente, PI). Os frondizistas abstiveram-se, enquanto Alende apresentou-se como candidato e colheu muitos votos peronistas, mas somente chegou ao terceiro lugar, atrás dos votos em branco e, em quarto lugar, chegou Aramburu. O panorama completava-se com partidos provinciais, de direita e centro-direita, e uma esquerda dividida.

A presidência de Illia (1963-1966)

Illia chegou à Casa Rosada com muito pouca legitimidade devido ao escasso caudal de votos que teve e a forçada abstenção do Peronismo nas quais baseou sua vitória. De qualquer maneira, podia parecer que o peronismo reduzia a uma quantidade mais manipulável, com esse quarto fiel do eleitorado, que havia votado em branco, ao que se podia – ou não – somar outro quarto, que era “integrável” de maneira temporária ou permanente em outras formações políticas. Esse cálculo estimulou todo tipo de possíveis combinações, em que políticos ou militares, com um pé no sistema reconhecido de poder e outro na contestação, podiam esperar ser o novo foco de lealdade que canalizasse para si as preferências dessa massa vacante de representação. Entre os militares, Onganía seguiu cultivando a imagem de sucessor mais moderado de Perón, realizando talvez o que havia sido o primeiro projeto do velho general de incluir, em um só feixe, tanto empresários quanto operários, profissionais ou eclesiásticos, especialistas junto a intelectuais pragmáticos. Entre os políticos a aspiração de integrar-se às massas peronistas, difundiu-se entre os católicos independentes (de direita), os democrata-cristãos e os socialistas, estimulando divisões nesses partidos. Illia tentou redemocratizar a cena, assegurando a vigência das liberdades públicas e o direito do peronismo de apresentar candidatura às eleições com certos

condicionamentos, entre os quais o principal era que Perón nunca poderia ser candidato a nada. O próprio líder, para por à prova a disposição do governo, tentou uma volta ao país, no final de 1964, mas foi interceptado pelas autoridades do Rio de Janeiro, a pedido das argentinas, e teve que retornar a Madri.

As relações com o sindicalismo foram um constante problema para Illia. Os dirigentes operários estavam decididos a erodir o governo radical, mesmo ao preço de criar uma situação de ingovernabilidade. As greves gerais proliferaram e logo foram acompanhadas por ocupações de fábricas e sequestros de empresários, aos quais se lhes impedia de sair de suas fábricas enquanto durassem os conflitos. As atitudes violentas estavam crescendo em todos os ambientes do país. O exemplo da Revolução Cubana (no poder desde janeiro de 1959) foi determinante nesse sentido, pois fez ver a muitos que o que haviam tido como uma longínqua esperança tornando-se logo perfeitamente realizável. A influência difundiu-se não só na esquerda clássica, determinando sua ruptura, mas também no peronismo, sobretudo o que havia levado desde 1955 a responsabilidade da resistência.

A convergência entre um peronismo de militantes de base, dirigentes médios do próprio movimento e setores juvenis de origem diversa foi cada vez maior. A transmutação foi particularmente chamativa entre os jovens, em geral de classe média ou ainda mais alta. Em meio a uma revisão e condenação total de valores burgueses, redescobriam o peronismo, como típico fenômeno revolucionário do Terceiro Mundo. Perón estimulava essa fermentação intelectual, misturando em sua doutrina os ensinamentos de Che Guevara e de Mao Tse Tung, como grandes estrategistas da luta anti-imperialista. Diferentemente dos pensadores da social-democracia europeia, ou do aburguesado comunismo soviético, estes eram valorizados como “socialistas nacionais”. Essas ideias eram atraentes não só

para os rapazes de orientação esquerdista, mas também para os católicos. Inclusive os nacionalistas de direita sofreram o feitiço. Tacuara, uma organização dedicada a pintar cruces esvásticas (inclusive nas pernas de alguma moça judia), emulativa de outras formações bastante comuns no passado argentino, terminou dividida em três grupos: um, batizado como Guarda Restauradora Nacionalista, manteve-se em sua linha de direita; outro foi para a esquerda e terminou lutando no Vietnã do Norte contra os ianques, dirigido por José Baxter; e o de centro aproximou-se do peronismo, e dentro dele de posições cada vez mais radicalizadas, absorvendo militantes de outras origens, chamando-se Movimento Nacionalista Revolucionário “Montoneros”.

Ainda que alguns desses fenômenos estivessem ainda em formação, as tendências já agiam durante a presidência de Illia, produzindo uma reação de alarme em setores cada vez maiores da população. O peronismo clássico era brincadeira de criança se comparado a esta nova ameaça de uma revolução social, cujos exemplos difundiam-se na América Latina. Dentro do movimento peronista em suas esferas mais oficiais havia também uma divisão entre os grupos mais verticalizados, ligados a Perón, e os que obedeciam ao setor de sindicalistas, e às vezes de políticos provinciais, que desejavam ter um pouco mais de autonomia em função da ausência do chefe. Augusto Vandor, dirigente metalúrgico, era dos principais inspiradores da linha autonomista em relação a Perón. Este, para voltar a controlar o movimento, enviou sua esposa, María Estela Martínez (“Isabelita”²¹³), como representante pessoal. Nas eleições em Mendoza, em abril de 1966, ocorreu um enfrentamento entre essas duas tendências. O justicialismo apresentou-se dividido e o setor verticalizado avantajou por uma módica diferença do autonomista, permitindo assim que vencesse

213 N.E.: Depois da precoce morte de sua popular esposa Eva Péron (Evita), Juan Domingo Péron casou-se com María Estela Martínez, que ficou conhecida como “Isabelita”.

o Partido Democrata (conservador), tradicionalmente sólido nessa província. Ante a opinião pública, o chefe havia voltado a se impor. Para 1967 correspondiam eleições de governadores, ou seja, equivalentes às que haviam sido fatais para Frondizi em 1962. Agora todos davam por certo que o peronismo triunfaria, sobretudo devido à divisão de seus rivais. As forças armadas, receosas do que poderia ocorrer, ainda que dirigidas pelo “integracionista” e negociador general Onganía, decidiram que era melhor intervir *antes* e não *depois* das eleições. O golpe efetuou-se em meados de 1966, e assim o general Onganía ocupou a cadeira presidencial da Casa Rosada.

O desenvolvimento cultural dos anos sessenta

A década de sessenta ficou escrita na memória coletiva como um período de grande florescimento cultural, modernização de pautas de vida e relativa prosperidade, sobretudo para a classe média. Esta e os intelectuais, que se viram muito censurados e bloqueados durante o regime peronista, agora tinham um grande campo de ação pela frente. A liberdade de expressão era muito maior que em épocas anteriores, ainda que uma minoria da *intelligentsia*, de simpatias peronistas, não gozasse plenamente dela e certos grupos militantes desse movimento fossem seriamente reprimidos. A “década” em realidade começou um pouco antes de 1960, em 1957 ou 1958, quando se normalizou a universidade e já se generalizava o retorno dos exilados. O êxodo econômico, contudo, seguiu produzindo o que se chamou o “brain drain” ou drenagem de cérebros. Essa perda, de qualquer forma, a seguir tomou proporções alarmantes com o golpe de Onganía, que parecia querer pôr fim à experiência de liberdades públicas no país, tratando de imitar o já anacrônico modelo de Franco. A “década” com esforço arrastou-se por mais uns anos, mas já em 1971 ou

1972 estava morta, diante do avanço da violência guerrilheira e da repressão militar.

O grupo de cientistas e literatos de tradição liberal e de esquerda que assumiu a Universidade de Buenos Aires e de muitas outras estatais realizou, com fundos suficientes à sua disposição, uma atualização do ensino e da pesquisa. Rolando García, na Faculdade de Ciências Exatas, usava fundos de qualquer origem para modernizar as estruturas e formar no exterior centenas de bolsistas. Da Eudeba (Editorial Universitário de Buenos Aires) o incansável Boris Spivacow entrava na marra no repertório livresco internacional e local, fazendo proliferar as edições baratas, que alcançavam quantidades nunca antes vistas no país. O Estado nacional, por iniciativa do biólogo e Prêmio Nobel, Bernardo Houssay, criou um Conselho de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), tendo como modelo seu homônimo francês. Nas universidades católicas, assim como em centros privados de pesquisa, emulou-se este processo. Na Fundação Campomar, trabalhou o também futuro prêmio Nobel argentino, o biólogo Luis Leloir. As exposições de arte moderna conseguiam entusiasmar os jovens, embora com risco de escandalizar muito mais. A criatividade, está claro, foi acompanhada em mais de um caso pelo esnobismo, ou o entusiasmo arregimentado ante qualquer novidade. O cineasta peronista Pino Solanas estigmatizou essas atitudes e todo o âmbito social da época, em seu filme *La hora de los hornos*, onde enfatizou a característica terceiro-mundista que a seu ver tinha a Argentina, onde só existia uma pequena ilha flutuante de prosperidade, concentrada em Florida e Viamonte²¹⁴, esquina situada no clássico centro-portenho.

Nem tudo ocorrera nesse circuito encantado, que houvera necessitado o Dostoiévski de *Os Possuídos* para ser adequadamente

214 N.E.: Famosas ruas do centro de Buenos Aires.

descrito. Porque as visões que incubava essa mistura de sonhadores, eruditos, profissionais em busca de ascensão social, e homens e mulheres do mundo à caça de excitações, terminaram fabricando uma verdadeira bomba relógio na sociedade argentina. A mais de um explodiu-lhe literalmente entre as mãos e a quase todos figurativamente. Tão irresponsável foi essa geração intelectual que, para compensar os erros de seus antecessores, que haviam acreditado ver Paris em cada esquina, descobriam agora as serras de Cuba em qualquer favela ou no Aconquija. O curso de Sociologia foi criado e, logo depois de recuperada, na Universidade de Buenos Aires, justamente para analisar a estrutura social do país e, para dar-lhe um fundo temporal, organizou-se o Centro de História Social. Gino Germani e José Luis Romero formaram numerosos pesquisadores nesses centros, mas não puderam transmitir-lhes sua visão moderada e reformista da problemática nacional. A nova geração desejava um Evangelho mais demandante e totalizador, que foi construído buscando seus textos nos bancos da Rua Corrientes, mais do que nas ainda pouco populosas prateleiras das bibliotecas de pesquisa. Sua radicalização era aguçada por um sentimento de culpa diante de seu prematuro envolvimento “gorila” (ou seja, antiperonista extremado), ao ver a massa do povo agora submetida a maus-tratos em nada mais brandos do que o que eles mesmos haviam sofrido no regime deposto. Incomodava-lhes, muito compreensivelmente, ver seus pares transformarem-se de perseguidos em perseguidores, ou em beneficiários da perseguição. Muitos redescobriam o peronismo, Jauretche, Hernández Arregui e os autores em voga na Europa. O exemplo da Revolução Cubana e, logo, a revolucionária Paris de 1968 fizeram o resto.

A juventude intelectual não quis saber nada dos partidos políticos tradicionais do centro e da esquerda moderada ou do peronismo clássico e, de certa forma, os abandonou a si mesmos, absorvida pelas verdades alucinantes das seitas e dos minúsculos

partidos situados às margens da legalidade. Dostoiévski haveria dito que, fascinados pelo escaravelho francês, não viam o elefante russo.

CAPÍTULO 23

A “REVOLUÇÃO ARGENTINA” (1966-1973)

As complexas alianças

No regime de Onganía, que subiu ao poder pelo golpe de 1966, como em tantos outros governos militares, conviviam duas tendências. A mais próxima ao presidente era a nacionalista católica, “preconciliar”, ou seja, resistente à renovação produzida na Igreja pelo papa João XXIII, desde os tempos do Concílio Vaticano II no início dos anos sessenta. Essa corrente não confiava demasiado nas forças do mercado, nem nos mecanismos liberais da política. Tinha como modelo a Espanha de Franco, onde em vez de partidos eram as corporações empresariais ou sindicais – controladas pelo Estado – que deviam refletir a opinião pública, tudo, sob o forte controle ideológico da Igreja, com pouca ou nenhuma liberdade nos âmbitos da cultura e da educação. Esse modelo já era visto por alguns de seus próprios partidários como difícil de impor, e em alguma medida era um ideal que estavam abandonando ante a necessidade da Argentina incorporar-se à ordem econômica internacional. Na mesma península, a ordem religiosa Opus Dei, inspiradora das equipes governantes, adaptava essas ideias um tanto anacrônicas às necessidades do capitalismo moderno e

da integração europeia. Para essa corrente nacionalista católica em estado de experimentação de novas fórmulas, o peronismo, conduzido de maneira moderada e dialogista, podia fazer parte do sistema que pensavam estabelecer. Seria reservado a ele um lugar em segundo plano, como representante do sindicalismo e sem acesso ao poder, mas aceito como sócio menor da coalizão governante. A outra corrente que operava dentro do regime de Onganía era a liberal conservadora, que tinha como objetivo o retorno ao sistema de partidos políticos e eleições, uma vez que se houvesse assegurado que o peronismo fosse transformado em minoria, ou deixasse de lado suas práticas de agitação popular. As duas correntes pensavam que havia que “domesticar” o peronismo, mas a nacionalista católica estava mais disposta a entrar em pactos com ele, reservando-lhe um lugar dentro de um regime não necessariamente democrático, mas que tivesse apoio da população. Para o grupo liberal conservador, mais que negociar com o peronismo havia que debilitá-lo, talvez fomentando um associativismo livre, como em alguns países da Europa onde em cada setor ocupacional para dois ou três sindicatos (em geral, socialistas, comunistas e católicos)²¹⁵.

Na frente econômica, depois de uma curta experiência com um empresário inovador e desenvolvimentista Héctor Salimei, Onganía optou pelo mais conhecido Adalbert Krieger Vasena, fortemente respaldado pelas associações empresariais tradicionais. Nas áreas culturais e de manipulação da política – ministérios da Educação, do Interior e do Bem-Estar Social – experimentou, ao contrário, receitas do catolicismo social e da integração dos peronistas moderados. Entre os sindicalistas, destacaram-se dois importantes dirigentes, o metalúrgico Augusto Vandor e o alfaiate

215 Natalio Botana, Rafael Braun y Carlos Flórida, *El régimen militar*. Buenos Aires: La Bastilla, 1974; Rubén M. Perina, *Onganía, Levingston, Lanusse: los militares en la política argentina*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1983.

José Alonso. Ambos, já um tanto desentendidos com Perón e com o ramo especificamente político do justicialismo, decidiram assistir à cerimônia de posse da presidência por Onganía para diferenciar-se da oposição radical e de esquerda e dar um sinal de que se fossem bem tratados eles estariam dispostos a apoiar o novo regime. Isso era algo estranho, uma vez que justamente um dos objetivos desse regime era impedir o acesso do peronismo ao poder. Porém, afetava especialmente os políticos e não tanto os dirigentes dos grêmios. A mentalidade dos sindicalistas os levava a enxergar-se como representantes de um setor da população que sempre estaria na base da sociedade, provendo o trabalho, quem quer que fosse o governante. Onganía lhes tirava o que, de todas as maneiras, já não pensavam poder alcançar: o governo. Por outro lado, assegurava-lhes seus postos à frente das organizações operárias e o respeito a muitas das conquistas sociais justicialistas. Estavam então vendendo sua primogenitura por um prato de lentilhas? Não necessariamente, porque não eram nem se sentiam primogênitos, senão mais precisamente filhos caçulas e ainda por cima deserdados. Distinta era a posição para Perón ou para os políticos que o acompanhavam: para eles, a única forma de exercício de alguma parcela de poder era serem reconhecidos como partido legalizado.

Dentro desta diferença básica de atitudes cabiam muitas combinações táticas, criando um verdadeiro emaranhado de alianças possíveis, tentadas ou realmente estabelecidas. De fato e não obstante, a necessidade maior do governo era a de contentar os setores economicamente poderosos, nacionais e estrangeiros, necessitados de uma política social que limitasse o poder dos sindicatos. O confronto então foi inevitável. A poucos meses de assumir o comando, a cooperação com o setor "participacionista" – como era chamado – do sindicalismo se mostrou ilusória. As greves voltaram a ocorrer, mas agora, diferentemente daquelas da

época de Illia, a repressão se fez sentir acompanhada de algumas intervenções em sindicatos. A maior parte da liderança peronista adaptou-se a essa nova relação de forças. Muitos, rejeitando a luta frontal, fizeram do participacionismo uma ideologia e conseguiram que seus sindicatos não sofressem intervenção. Outros, mesmo depois da intervenção, puderam colocar seus procuradores como assessores ou retornaram eles mesmos nesse papel. Definitivamente, houve um constante aperta e afrouxa, com etapas mais repressivas e outras de maior cooptação. Tanto Onganía como os dirigentes sindicais aplicavam a tática de combinar a luva com o punho de ferro, pensando que o sangue não chegaria ao rio. Essa política sinuosa da diretoria sindical produziu dissidências no próprio ambiente peronista, alimentando uma corrente de protestos de base dentro do movimento. Por outro lado, setores da antiga esquerda, ou mutações novas dela – inspiradas na Revolução Cubana – conseguiam consolidar-se em algumas agremiações ou em seccionais, ou como listas opositoras. Esses grupos eram cuidadosamente vigiados pelo governo que, no entanto, os deixava proliferar até certo nível de modo a ameaçar a direção tradicional, demonstrando que ela necessitava do favor oficial para evitar ser superada pelos ativistas mais radicalizados.

A economia nacional vinha se desenvolvendo com bastante dinamismo durante a década de sessenta, mesmo evidenciando alguns sinais de crise. A política de Frondizi de abrir as portas ao capital estrangeiro, sobretudo em relação ao petróleo, petroquímica e automotores, havia gerado empregos e prosperidade para os setores técnicos e de mão de obra qualificada. A instalação de empresas estrangeiras havia afetado negativamente algumas nacionais, que dispunham de menos financiamento para competir com as recém-chegadas, mas, no conjunto, havia tido efeitos expansivos. O interlúdio militar de 1962-1963 gerou incerteza sobre a estabilidade do panorama social argentino. Logo, a

agitação dos anos de Illia contribuiu para a desconfiança por parte do capital internacional, impressionado pela falta de autoridade do governo e da direção empresarial para manter a disciplina laboral nas fábricas. Esse caos corporativo prometia distúrbios de todo tipo e retraía os investimentos. Em função disso, para Onganía e sua equipe econômica, o mais urgente era reverter essa situação, aplicando medidas repressivas ao setor sindical. A reação dos ambientes financeiros internacionais ante o programa de Onganía foi muito positiva. O governo projetava uma sequência, na qual primeiro viria um *tempo econômico*, ou seja, uma reordenação do sistema produtivo, logo um *tempo social*, que se evidenciaria por uma melhora dos níveis salariais, e somente mais tarde um *tempo político*, onde se transferiria o poder a alguma forma de governo compartilhado (corporativo ou democrático, isso seria visto em seu devido momento).

Krieger Vasena teve bons resultados na luta contra a inflação e em lançar certa reativação econômica. No começo de 1969, a impressão nas esferas financeiras era tão boa, que um alto funcionário de um banco britânico declarou que Onganía era exemplo de governante, não só para os países subdesenvolvidos da América do Sul, mas também para a Europa. Nisto o banqueiro reagia, aproveitando a ocasião, contra o mal-estar que se notava em muitas partes do velho continente, e que produziu as sublevações estudantis e juvenis de 1968 em Paris e outras capitais europeias, precedidas no ano anterior pelos protestos nos *campi* universitários dos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã. Certo tipo de anarquismo intelectual parecia difundir-se em muitos países do Primeiro Mundo, alcançando inclusive o Leste da Europa. Ali o impacto foi especialmente intenso na Tchecoslováquia, onde uma mutação interna do regime comunista parecia levar a um florescimento das liberdades públicas, até que estas foram reprimidas pela intervenção russa. Na América Latina os efeitos

desses episódios também se fizeram sentir. Mas no México elas terminaram tragicamente com uma manifestação estudantil reprimida no chamado “massacre de Tlatelolco”, com centenas de mortos. Na Argentina, um protesto mais amplo, com bases não só estudantis, mas principalmente operárias, estourou em Córdoba, em meados de 1969.

O *Cordobazo* e a violência

Devido às diferenças de estratégia de luta ou de conflitante cooperação com o governo, a CGT havia se dividido em duas em meados de 1968. Uma delas, dirigida por antigos chefes peronistas como Vandor e Alonso, era a *CGT Azopardo* (por causa da rua onde tinha sua sede tradicional), que buscava o entendimento. A outra, a *CGT dos Argentinos*, dirigida por Raimundo Ongaro, justicialista de esquerda influenciado pelas novas correntes cristãs, dirigia a resistência contra a política econômica oficial e contra a diretoria sindical moderada. Em Córdoba, havia ocorrido um intenso crescimento industrial recente, sobretudo ligado à fabricação de automóveis, caminhões e tratores. Um dos polos industriais da zona eram as fábricas da FIAT (Concord e Materfer). Normalmente, seu pessoal deveria estar agremiado no Sindicato de Mecânicos (SMATA), ou na União Operária Metalúrgica (UOM), entidades nacionais protegidas pela legislação existente. Mas diante da dúvida entre estas duas sindicalizações, a empresa havia tentado dividir a associação, estimulando a criação de sindicatos independentes de fábrica, aproveitando o fato de que seus operários ganhavam muito bem em comparação com os demais da área. No começo, esses sindicatos, SITRAC e SITRAM, foram maleáveis à política patronal, mas logo se evidenciou um fenômeno novo. Ao não estar sob o controle da experiente direção “burocrática” peronista, foi se produzindo uma esquerdização de suas bases, estimulada em parte pelo influxo de ativistas externos à classe operária, que entravam

para trabalhar nesse promissor ambiente. O fato é que logo SITRAC e SITRAM transformaram-se em exemplo de sindicalismo combativo, com constantes assembleias e reuniões de delegados e líderes como René Salamanca, de orientação marxista extrema. Algo parecido ocorreu em outros grêmios locais, como a seccional de Luz e Força dirigida por Augustín Tosco, já com autonomia em relação à condução nacional, e os metalúrgicos da mesma cidade, inspirados por Atilio López, peronista "combativo".

Que esse fenômeno tenha ocorrido mais em Córdoba do que em outras partes do país é digno de análise e não existe uma única explicação a respeito. Fato é que, no cinturão industrial dessa cidade estava se formando um complexo industrial muito avançado. É possível que algo tivesse a ver por se tratar de uma área de desenvolvimento recente e, portanto, formada em boa medida por recém-chegados de outras partes da província ou do interior. Esse tipo de origem – como o de procedência ultramarina no começo do século ou o que acompanhou os princípios do peronismo – em geral está associado a atitudes mais radicalizadas, devido à difícil adaptação a um meio novo, especialmente quando a economia não está muito florescente, ou passa por notáveis altos e baixos, ou quando se experimenta uma perseguição patronal ou do governo²¹⁶.

A agitação que levou ao *Cordobazo* originou-se em problemas estudantis, aparentemente de pouca importância, como os preços que se cobravam em refeitórios universitários, subsídio que não obstante permitia a muitos prosseguirem com seus estudos. O tema teve início em Corrientes, no começo de 1969, ocasionando uma morte, passando logo a Rosário, onde houve outra vítima fatal.

216 Juan Carlos Agulla, *Diagnóstico social de una crisis*: Córdoba, mayo de 1969, Editel, Córdoba, 1969; Francisco Delich, *Crisis y protesta social*: Córdoba. 1969-1973. 2ª ed., Siglo XXI, México, 1974; Beba e Beatriz Balvé, *El 69: huelga política de masas*, Contrapunto, Buenos Aires, 1989; Oscar Terán, *Nuestros años sesentas*, Puntosur, Buenos Aires, 1991.

A repressão governamental, fora de toda proporção, originou uma enorme fúria dos ânimos e a influência do fidelismo, por outro lado, já era grande, tanto entre os estudantes em geral, como em setores da esquerda e do justicialismo. O protesto prosseguiu em Córdoba, combinando-se ali a solidariedade estudantil com problemas econômicos específicos dos trabalhadores locais. Uma greve declarada pelas diretorias de Córdoba teve uma primeira expressão parcial em meados de maio. Logo se convocou outra paralisação com protesto e mobilização nas ruas, por 36 horas, a iniciar-se em 29 de maio de 1969. O governo proibiu essa paralisação que, não obstante, aconteceu, mas a repressão foi imediata. A reação popular não se fez esperar e tomou um aspecto violento, com queima e saqueio de sedes de empresas. Quando tudo terminou, restaram várias dezenas de mortos e numerosos feridos. Onganía e seu grupo de assessores e aliados civis que tratavam de integrar e cooptar o movimento operário, viram-se abatidos por este episódio. Tentaram, uma vez passada a briga, recompor as alianças, mas já estava difícil. Havia perdido prestígio e seus inimigos podiam argumentar, ante as “forças vivas”, que o oficialismo era incapaz de manter a ordem como resultado de sua política contemplativa.

A crise do regime

Onganía ainda durou quase um ano, mas já em xeque por todos os lados. Finalmente, em meados de 1970 um golpe interno, dirigido pelo comandante em chefe, o general Alejandro Lanusse, depôs o presidente e o substituiu pelo general Norberto Marcelo Levingston, da seção de Inteligência, ou seja, dos que planejam as grandes linhas de ação estratégica militar e se ocupam dos serviços secretos. Levingston era um indivíduo de fortes convicções de direita, mas estava orientado para o nacionalismo e preocupado em fortalecer a indústria local, a qual via excessivamente desprotegida pela política de Krieger Vasena, favorável ao capital estrangeiro.

Levingston, para renovar a imagem do regime, designou como ministro de Economia Aldo Ferrer, um especialista de centro-esquerda que fazia parte das equipes do frondizismo original. Sua posição era claramente a de estimular a industrialização, mediante proteção alfandegária, empréstimos baratos subsidiados, e uma regulamentação de "compre argentino", que obrigava as repartições públicas, em seus contratos de aprovisionamento, a adquirir produtos nacionais. Havia nesse momento dois exemplos latino-americanos que impactavam não só sobre os militares, mas também sobre os importantes grupos da intelectualidade e da classe política. Um era o brasileiro, o outro o peruano. No Brasil, um governo militar de direita havia se instalado em 1964, mas diferente do argentino, havia mantido uma apreciável unidade e gerado um processo muito dinâmico de crescimento econômico, que atingiu percentuais de 10 ou 11 anuais, visto como "o milagre brasileiro". No Peru, por outro lado, diante da proliferação da guerrilha, um golpe militar, em 1968, havia inaugurado a chamada Revolução Peruana. Ainda que seu objetivo fosse o de combater a subversão de esquerda e a ameaça aprista (partido com algumas semelhanças com o peronismo), havia optado pela estratégia de introduzir sérias reformas sociais como forma de pacificar o país.

Assim como nos primeiros momentos da presidência de Onganía um setor do peronismo pensou que poderia chegar a um entendimento benéfico com o general triunfante, agora eram os especialistas de centro-esquerda os que se forjavam esperanças parecidas, atrás do modelo nasserista, ou seja, inspirados no exemplo de governo militar desenvolvimentista e popular criado por Gamal Abdel Nasser no Egito desde 1952. No sindicalismo também se abria um ritmo de expectativas favoráveis, depois da desilusão com a etapa onganiísta. Contudo, o novo modelo não foi aceito. Desde já, enfrentou a oposição de amplos setores empresariais, que temiam justamente pelas mesmas razões que

aos outros davam esperança. Além disso, ao mesmo tempo em que promovia a indústria, Levingston tinha como objetivo manter a disciplina social e, na frente cultural, sua perseguição às expressões independentes intensificou-se. Com isso, minguiu o apoio que podia conseguir graças à sua política de industrialização e a seu enfrentamento, ainda que modesto, com os grandes interesses internacionais. O protesto estourou outra vez em Córdoba e tomou uma forma cada vez mais violenta. Já em 1969, havia se evidenciado a existência do grupo guerrilheiro Montoneros, de contraditória extração social e ideológica, mas que agia em combinação com a liderança peronista do mais alto nível. O próprio Perón fomentava essa estratégia, buscando diversificar suas frentes de batalha contra os vários regimes cívico- militares que o mantinham fora da lei.

Nesses anos, o chefe justicialista, estreitamente ligado ao ideólogo de esquerda John William Cooke, redefinia seu movimento como fazendo parte dos fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo, que iam desde o maoísmo da China até o fidelismo cubano. Diferentemente dos marxistas soviéticos (ou de alguns ocidentais) Mao ou Castro eram vistos como dirigentes nacionais mais que classistas. O peronismo deveria ser uma manifestação argentina, com variantes locais, desse tipo de força. Além disso, para lutar contra a direita econômica aliada aos militares, era necessário em sua opinião promover a luta armada, pelo menos de uma facção do movimento, para desestabilizar qualquer governo que não permitisse o retorno às urnas²¹⁷.

Perón combinou nessa oportunidade três forças muito dissímiles: (i) o sindicalismo, basicamente negociador; (ii) um movimento popular de liderança personalista, e (iii) o extremismo

217 Juan Domingo Perón e John William Cooke, *Correspondencia*. 2 vols. Buenos Aires: Parlamento, 1984-1985; Richard Gillespie, *J. W. Cooke: el peronismo alternativo*. Buenos Aires: Cántaro, 1989.

guerrilheiro. Com esta difícil *ars combinatoria*, gerou uma grande força social, capaz de impor-se ante o regime militar. Não o derrubou por uma vitória armada – como ocorreu em Cuba ou Nicarágua – mas sim através do ataque combinado de suas diferentes formações, lutando como um boxeador que emprega tanto a direita como a esquerda para golpear o adversário. Nessa política de alianças, o peronismo incluiu outra principal formação guerrilheira, de origem marxista, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), com o qual não tinha coincidências ideológicas, mas sim táticas ou estratégicas. Por outro lado, chegou a entendimentos com o radicalismo, para formar uma aliança chamada *La Hora del Pueblo*.

Na vanguarda da violência, durante o ano de 1969, os montoneros se distinguiram pelo sequestro e posterior assassinato do general Aramburu e do sindicalista metalúrgico Augusto Vandor, seguidos de numerosas outras operações desse tipo. Finalmente, ante uma violência maciça, aparentemente incontrolável apesar da repressão, Lanusse e o setor mais liberal do exército propuseram o retorno a um regime civil. Pensavam ser necessário realizar uma operação do tipo Roque Sáenz Peña em sua época, quando ao abrir o caminho das urnas aos radicais e aos socialistas legalistas, conseguiu separar estas forças de toda convergência possível com os anarquistas e outros extremistas que recorriam à violência. Agora o necessário era entender-se com o peronismo, tanto em seu setor estritamente político (Perón e os caudilhos de província) como no sindical, que, por outro lado, tinham uma difícil convivência, tornada ainda mais instável pela presença da Juventude e dos montoneros nesse estranho casamento.

Finalmente Lanusse derrubou Levingston mediante outro golpe de Estado e assumiu diretamente o poder. De imediato convocou um radical independente, Arturo Mor Roig, para

ministro do Interior, com o que dava um claro sinal à UCR de que esta poderia considerar-se herdeira do regime se aproveitasse algumas vantagens oficiais que estavam à sua disposição e que de qualquer forma as eleições aconteceriam sem dúvida alguma. Não obstante, optou por abolir o ministério da Economia, subdividindo suas funções entre vários outros ministérios não coordenados, para impedir qualquer retorno ao dirigismo estatista. Com esta última decisão, Lanusse ganhava para si a direita econômica clássica, agroexportadora, ainda que ao preço de perder prestígio entre os setores da indústria que precisavam de maior estímulo governamental. No entanto, Lanusse não pôde tomar medidas totalmente contrárias às de seu antecessor, justamente devido à grande força de resistência que tinham os setores que poderiam ver-se afetados por uma maior abertura ao mercado internacional.

No âmbito educacional, relaxaram as restrições que operavam sobre as universidades e centros culturais, assim como sobre os meios de comunicação e a imprensa. Foi possível novamente deixar crescer o cabelo, ouvir rock e ler as revistas humorísticas, restritas durante a etapa “séria” da ditadura. No campo estritamente político, a nova concepção opositora foi chamada Grande Acordo Nacional (GAN). Não se conseguiu o que tinha sido o objetivo ideal de Lanusse: o de fazer converger todos os partidos em um candidato único moderado e amplamente aceitável (por exemplo, ele mesmo). Por fim, as eleições foram convocadas, com a principal restrição da candidatura de Perón, que seguia vetada. Isso não era um pequeno detalhe insignificante, mas foi aceito para facilitar o processo. Como tentativa de reassurar-se, Lanusse impôs uma modificação constitucional de fato, pela qual o presidente seria designado por voto direto (não mediante colégios eleitorais) e se ninguém obtivesse 50% dos votos, convocar-se-ia um segundo turno ou “ballottage”. A esperança era que se o justicialismo não alcançasse a metade do eleitorado, poderia ser abatido em uma

segunda instância pelos radicais, a quem muito provavelmente se curvariam tanto a direita quanto a esquerda, movidos por seu tradicional antiperonismo.

O justicialismo propôs para a presidência, por ordem do chefe máximo, um político de escassa relevância e antecedentes conservadores, Héctor Cámpora, que não obstante foi em seguida cercado pela esquerda e por grupos de superfície ligados aos montoneros. Como vice, figurava Vicente Solano Lima, antigo conservador dos tempos da fraude, que havia reconsiderado seu passado e fundado o Partido Conservador Popular, aliado do Justicialismo. Entre os radicais houve uma luta de tendências, que opôs o tradicionalismo de Ricardo Balbín contra a inovação de Raúl Alfonsín. Balbín ganhou a interna, mas não a eleição nacional. Nessas eleições, no início de 1973, a UCR apenas juntou algo mais que 20% dos votos. O peronismo, com seus aliados no frondizismo (Movimento de Integração e Desenvolvimento, MID) e em setores democratas cristãos e socialistas, conseguiu arrebanhar os 50% do total. Francisco Manrique, importante funcionário do governo de Lanusse separado no último momento do oficialismo, obteve quase 15% dos votos, enquanto um pequeno carimbo autoproclamado sucessor do regime apenas somou 2% das vontades populares. A esquerda organizou uma Aliança entre o Partido Intransigente (PI) de Oscar Alende, separado da UCRI frondizista, o Partido Comunista e um setor da Democracia Cristã liderado por Horacio Sueldo, chegando quase a 10% do total. A direita liberal, com Alsogaray e outros candidatos menores e provinciais, completavam o quadro com apenas uns poucos pontos percentuais. Definitivamente, uma grande fragmentação no hemisfério não peronista da política argentina, como sucedia quase sempre, dando a impressão de uma esmagadora vitória justicialista. De fato, a vitória não era tão grande, pois não ia mais além da metade do conjunto nacional.



CAPÍTULO 24

O RETORNO PERONISTA (1973-1976)

A heterogeneidade da força vitoriosa

A força que chegava ao poder mediante as eleições de 1973 era extremadamente heterogênea. Já desde seus inícios o peronismo unia elementos muito diversos, aparentemente ou realmente contraditórios, e essa característica havia se intensificado pelas alianças necessárias para ganhar a luta contra Lanusse. Como dizia o general Perón, nessa ocasião ele precisava passar por uma vala de três metros de largura e só tinha uma tábua de dois metros e meio. Devia pagar um alto preço por um par de outras tábuas se quisesse chegar ao outro lado. No início, quando se lançou na política em 1943, Perón desejou formar um movimento integrador, por cima das classes sociais, não importava se alguns setores extremados na direita oligárquica ou na esquerda internacionalista não se juntassem a ele, seu objetivo era incorporar os grupos mais dinâmicos da sociedade, desde os empresários e profissionais modernos aos cientistas, a classe média e os operários. Com uma força desse tipo devidamente disciplinada e hierárquica, terá podido talvez conduzir um processo de industrialização e de unidade nacional, parecido aos de Taiwan, Coreia ou Japão. Mas a

realidade não se curvou a esse esquema, e longe de haver formado um movimento superior aos conflitos de interesses, Perón gerou uma das experiências mais intensas de enfrentamento de classes da história argentina. Seu partido foi claramente percebido pelos setores altos da sociedade argentina e por quase toda a direita econômica e política do país, como uma ameaça a seus interesses, e essa ameaça teve momentos de particular gravidade durante os episódios de 1953, de ataque ao Jóquei Clube e às sedes partidárias radical e socialista e, durante 1955, na ocasião da queima das igrejas e da cúria eclesiástica. Certo é que em ambos os casos tratava-se de represálias ante uma feroz violência opositora, mas isso não tira a gravidade do enfrentamento.

Perón era visto por muitos como o líder capaz de controlar e moderar essa força popular, mas obviamente ele não era imortal, e não se podia descartar a possibilidade de que a força que havia gerado lhe escapasse das mãos. Era isso que parecia ocorrer no dia 25 de maio de 1973, quando Cámpora assumiu a Casa Rosada, ante uma grande multidão na qual se entremeavam livremente, e com clara identificação de bandeiras e distintivos, toda classe de grupos guerrilheiros, e, um pouco mais afastados, os sindicalistas. Para deixar mais claro o simbolismo, os dois principais convidados que compartilhavam o balcão com Cámpora, eram Salvador Allende, chefe do muito esquerdista governo da Unidade Popular no Chile, e o presidente cubano Dorticós, representando Fidel Castro. Essa noite, durante a desconcentração, numerosos grupos marcharam até o cárcere de Villa Devoto para impor a libertação de dúzias de guerrilheiros e outros presos políticos que Cámpora decidiu por decreto, validado por uma lei de anistia sancionada pelo Congresso a toque de caixa três dias depois.

A esquerda peronista concentrava-se principalmente na Juventude Peronista (JP), por sua vez dividida em facções,

algumas das quais eram praticamente a estrutura de superfície dos Montoneros. Na Juventude incluía-se uma grande quantidade de gente – algumas pessoas bastante avançadas em anos – que havia passado por outras posições, sobretudo da esquerda clássica ou do movimento estudantil universitário e que agora ingressava no peronismo para estar com as maiorias populares. Também havia grande aporte dos setores renovadores da Igreja Católica, muitos dos quais estavam a caminho da adoção do marxismo como ideologia capaz de expressar as inquietações do cristão com preocupação social. A massa do peronismo estava bastante distante dessas posições. Dentro dessa maioria havia um setor de clara identificação, o sindicalista, dirigido por funcionários burocratizados, muito acostumados ao uso da violência para manter suas posições frente aos embates de seus rivais. Há que se reconhecer que essa orientação teve certa necessidade histórica nos momentos em que o movimento tinha que defender-se contra os assaltos realizados por gremialistas rivais, apoiados pelos vários governos antiperonistas, começando pelo de Aramburu. Mas, com o tempo, a necessidade de defesa transformou-se em um sistema muito aperfeiçoado de repressão a minorias dissidentes, usado para fazer calar todo tipo de protesto interno. Nesse ambiente, a corrupção não fazia menos que proliferar. Não obstante, essa liderança, com seus hábitos caudilhistas, estava em geral referendada por um histórico de luta dos dirigentes, que, além de tudo, eram muito hábeis na negociação coletiva por salários e condições de trabalho.

Os dirigentes da “burocracia” sindical, ante uma assembleia comum as quantas centenas de membros, recrutados entre os ativistas (e, portanto, com grande participação de oponentes) podiam facilmente sofrer uma derrota. Mas, em uma eleição de todo o sindicato, as coisas eram bem diferentes, e lá, em geral, eram respaldados, mesmo que tampouco votasse um alto percentual

de afiliados, mas sim bem mais do que os que concorriam às assembleias. Ante uma perspectiva de greve, sempre havia grupos mais militantes que não queriam saber nada de negociações, mas a massa de filiados, em geral, seguia as diretrizes de seus chefes, mais experimentados em julgar o que se podia e o que não se podia conseguir. Os grupos guerrilheiros, pouco conscientes do grau de enraizamento da direção sindical, pensavam que, com sua eliminação física, a base ficaria livre para poder se expressar e que isso seria feito de maneira revolucionária. De fato, no entanto, para cada Vandor, Rucci ou Alonso assassinados emergiam outros iguais para substituí-los. Era a estrutura social que os reproduzia constantemente. Como exemplo das ideologias e atitudes enfrentadas entre a burocracia e os militantes, assim como do clima intelectual da época, são muito proveitosos os seguintes fragmentos de um debate que se realizou em fevereiro de 1973, pelo Canal Onze de televisão, no programa *Las dos campanas*, entre José Rucci, dirigente peronista “ortodoxo” da UOM e nesse momento secretário-geral da CGT, e Agustín Tosco, esquerdista independente da Luz e Força da Córdoba.

O jornalista que conduzia o debate em dado momento pergunta a Rucci se existia a “burocracia sindical”:

Rucci: Eu gostaria de primeiramente distinguir. Porque às vezes as palavras, quando são expressas superficialmente, soam vazias. Burocracia sindical, e o que é a burocracia sindical? O que é que temos que fazer para não sermos burocratas sindicalmente? Primeiro, quero saber o que é burocracia.

P: Vamos perguntar a Tosco.

Tosco: A burocracia sindical é reduzir tudo a administrar, desde posições de poder, benefícios sociais, de discutir especialmente as convenções coletivas de trabalho,

de manter-se dirigindo o movimento operário desde posições administrativas. Significa não assumir a projeção geral da luta do movimento operário como fator de libertação nacional e social, na militância concreta fora da oficina, nas ruas, na luta com os companheiros. Isso é ser representante sindical e não simplesmente burocrata.

P: Qual é a sua opinião, Rucci?

Rucci: Isso é burocracia, mas não alcança o sindicalismo argentino. Porque graças ao sindicalismo argentino temos um movimento operário politizado que sabe o que quer e sabe aonde vai. Esses qualificativos são rebuscados para efetuar ataques que não tem nenhum sentido.

P: Ninguém desconhece o incidente do frigorífico Swift [que teria que fechar as portas, despedindo grande número de pessoas]. O que tem a dizer a CGT?

Rucci: Pergunte o que fez a Federação da Carne. A CGT não tem faculdades para tratar de problemas de organizações sindicais. São as que representam os trabalhadores que devem assumir a defesa, de acordo com os dirigentes que tenham, mas não a CGT. Acontece que a Federação da Carne em nenhum momento o assunto o trouxe ao seio da CGT.

P: Tosco, você está de acordo com a colocação de Rucci?

Tosco: Não. Nós acreditamos que a CGT deve cumprir uma função de coordenação orientadora, de promoção da luta do movimento operário. Nós temos solicitado insistentemente à CGT nacional a convocação do Comitê Central Confederal. Não fomos sozinhos, e sim as vezes

que foram necessárias, mas previamente pedimos a convocação do Comitê Central Confederal.

Rucci: Quero esclarecer. Talvez nunca o Comitê Central Confederal (CCC) tivesse reunido mais vezes do que sendo eu secretário-geral. O que acontece é que o CCC, integrado por quatrocentos secretários-gerais e dirigentes das organizações confederadas, onde também está o companheiro Tosco, tomou resoluções de acordo com a estratégia que se impunha esse mesmo CCC. O que implicaria que se o companheiro Tosco houvesse ido, ou estivesse integrado a esse CCC e dentro do jogo democrático que se deve dar nos corpos orgânicos, teria que aceitar o que fosse resolvido.

O jornalista pediu a ambos os debatedores que propusessem medidas concretas de mudança. Tosco havia falado em estabelecer o controle de câmbio de moedas, o monopólio estatal do comércio exterior e a nacionalização dos bancos, ao que Rucci assentiu, mas depois este marcou sua diferença no tocante à transferência das fontes de trabalho, ou seja, a estatização das empresas privadas, assinalando que apoiava a existência de “um capital ao qual o governo faça ajustar as regras do jogo para que esse capital esteja a serviço da comunidade e cumpra uma função social”. Isso sugeria o tema do “socialismo nacional”, ao que o próprio Perón havia dado sua aprovação, ainda que o definisse de maneira diferente da concepção que tinham os militantes de esquerda. No mesmo programa televisivo, ocorreu o seguinte intercâmbio a respeito:

P: O peronismo propõe a luta de classes?

Rucci: O peronismo propõe a unidade de todos os setores. O socialismo que se propõe neste momento na Argentina se nutre também no propósito da evolução dos povos. O peronismo não é um movimento estático. Evolui, e dentro

dessa evolução dá lugar a um processo que vai acabar no socialismo nacional.

P: Poderia defini-lo?

Rucci: O socialismo tem, em diferentes países do mundo, diversos matizes. O socialismo que eu idealizo é uma integração de uma sociedade onde, fundamentalmente, acima de setores ou grupos, prime o respeito à dignidade e também aos fundamentos em que está baseada nossa sociedade. Tosco: Nós queremos resgatar os meios de produção e de câmbio que estão nas mãos dos consórcios capitalistas, fundamentalmente dos monopólios, para o povo, socializá-los e colocá-los a serviço do povo. Nosso ponto de vista é que devem desaparecer as classes e que deve existir uma classe, a de quem trabalha. E não como agora, que existe a dos explorados que trabalham e a dos exploradores que só vivem do esforço dos demais.

Rucci: Na minha concepção isso não é socialismo e sim marxismo. P: Rucci, você tem muito medo do marxismo?

Rucci: Não, não tenho medo. Mas considero que neste momento o marxismo já não tem mais vigência no mundo²¹⁸.

O papel mediador de Perón

Grande parte do eleitorado peronista, sobretudo nas províncias mais pobres e menos sindicalizadas do interior, seguia caudilhos políticos, que não provinham dos grêmios, mas sim das classes médias e altas locais. Esses líderes constituíam um setor pragmático que podia oscilar entre a direita (sua posição

218 Jorge Osvaldo Lannot e Adriana Amantea (orgs.), *Agustín Tosco, presente en las luchas de la clase obrera*: selección de trabajos. Buenos Aires: Edigraf, 1984, p. 283-287 e 274-276.

mais natural) e a esquerda (quando a tática o aconselhava), e que dependiam, para referendar sua posição, do respaldo de Perón. Nesse sentido, eram mais dependentes dele que os chefes sindicais, que emergiam das bases, ainda que logo se distanciassem bastante delas. Finalmente, temos que levar em conta os intelectuais, muitos de origem nacionalista, e certos empresários que se aproximavam do peronismo, em busca de uma política mais protecionista de seus interesses do que a que se poderia esperar de uma direita dirigida pelo setor agroexportador do país. No empresariado, sobretudo o industrial, o cruzamento de interesses e atitudes era tão confuso, que gerava inumeráveis fraturas na organização política desse setor. Este fenômeno é típico dos países periféricos ou subdesenvolvidos, onde há uma proliferação de linhas cruzadas de interesses, o que não se dá de maneira tão extrema em nações de mais longo assentamento industrial. Nessa extrema fragmentação de interesses industriais e de outros setores da classe alta, o clero ou os militares, sempre há alguns que optam em sua luta pelo poder por uma estratégia de mobilização de massas. Por isso a diversidade de componentes dos movimentos populares em quase todo país da América Latina é muito maior que nessas outras partes do mundo, e isso se expressa tanto em sua origem social como em suas expressões ideológicas. A conseqüente coexistência de extrema esquerda e extrema direita que ocorreu no peronismo de maneira muito nítida naquela época é um fenômeno que se reproduz em muitos outros casos no continente. Perón tinha suficiente trajetória e capacidade de diálogo e de chegar a acordos para integrar muitos e diversos componentes de sua aliança política. Requereu seu máximo esforço, de todas as formas, para poder pôr em pé de guerra esta última e tão ampla coalizão, com componentes sindicais e empresários, e grupos ideológicos que

iam desde o filofascismo de José López Rega²¹⁹ (secretário privado de Perón e logo ministro de Bem-Estar Social) até o socialismo guevarista da juventude. A mistura, no entanto, não pôde ser mantida por muitos meses depois do acesso ao poder²²⁰.

Perón regressou de maneira definitiva ao país pouco tempo depois de Cámpora ser ungido presidente e sua chegada desencadeou uma luta interna de grandes proporções. No caminho do aeroporto de Ezeiza, em 20 de junho de 1973, congregou-se mais de um milhão de pessoas para dar as boas-vindas ao líder ausente, transformado em um verdadeiro messias que os remontava a tempos idos de maior prosperidade ou juventude. Uma concentração de tanta gente é por si só motivo de potencial violência, como em qualquer partida de futebol onde fenômenos de pânico podem produzir avalanches mortais. Mais grave que o milhão de participantes, de qualquer forma, eram os *barras bravas*²²¹, dezenas de milhares de ativistas, de todas as orientações concebíveis, que estavam dispostos a posicionar-se de maneira preferencial frente ao palco a partir do qual Perón ia dirigir-se a seu povo finalmente reencontrado. O resultado era previsível: várias centenas de mortos em enfrentamentos internos com quase total ausência da polícia e Perón descendo em outro aeroporto para não estimular mais ainda a luta, ou receber ele algum dos numerosos tiros disparados nessa ocasião.

Logo ficou muito óbvio que o entorno de Perón, manipulado por seu secretário López Rega, estava dominado pelos setores de

219 N.E.: Conhecido como “El Brujo”, José López Rega era uma espécie de “Rasputin argentino” já que, como o monge russo, afirmava ser dotado de poderes místicos e influenciava bastante o casal Juan Domingo e Isabelita Péron em questões políticas.

220 *Correspondencia Perón-Cooke*. 2 vols. Ediciones Parlamento, Buenos Aires, 1985.

221 N.T.: *Barra brava*: torcedores violentos de futebol, conhecidos por incentivarem suas equipes com cantos intermináveis e fogos de artifício. Na Argentina, em geral, têm numerosos benefícios dados pelos dirigentes do clube.

direita do movimento. A posição de López Rega nesse panorama era um pouco estranha, porque ainda que Perón confiasse nele, ideologicamente estavam bastante afastados. O velho líder havia evoluído durante sua longa estada na Europa para uma aceitação do sistema democrático de governo, ou seja, para o liberalismo político, com seus partidos, eleições e equilíbrio de poderes, deixando de lado as veleidades corporativistas que pode haver tido no passado. Para canalizar os sentimentos da Juventude, falava do “socialismo nacional” como forma de sociedade que superaria o capitalismo, sem cair no comunismo soviético. Sob esse regime a propriedade privada de meios de produção só seria aceita na medida em que cumprisse uma função social claramente perceptível, acompanhada de um forte setor estatal ou cooperativo, ou de gestão operária. Exemplos desse “socialismo nacional” podiam ser encontrados nos países árabes que haviam realizado revoluções anti-imperialistas, estatizando amplas áreas produtivas, além da expropriação de quase todas as terras em mãos de grandes proprietários. Era bastante óbvio, de qualquer maneira, que esse projeto ideológico – bastante distinto do original de suas primeiras presidências – era para consumo juvenil e externo, e que o que se propunha era uma versão muito mais moderada de Estado de Bem-Estar Social, com um setor estatizado, que basicamente seria o já existente das ferrovias, do petróleo, da eletricidade e outros serviços públicos, incluindo manufaturas militares e aço, por motivos estratégicos. Suficiente, por assim dizer, para alarmar o empresariado nacional. Tornava-se inevitável fazer algumas concessões ao modelo socialista especialmente nas transações políticas.

A presença de López Rega no ambiente do general era um sinal direcionado a esses setores de homens de negócios e aos militares. A direita lopezreguista, em contraposição, estava aliada aos “burocratas” sindicais, que se sentiam ameaçados pela Juventude e pelos Montoneros, que efetivamente assassinaram

alguns de seus mais conspícuos membros. Decerto que a reação normal destes era a de prover-se de todo um arsenal, com o que enchiam os sótãos dos locais sindicais e que tiravam para reluzir em qualquer assembleia de fábrica para evitar as investidas de seus adversários. A Juventude, em uma tentativa de trazer o equilíbrio político, acreditava – ou melhor, aparentava acreditar – que Perón estava acima das facções e que ele lhes asseguraria um lugar protegido dentro da coalizão governante. Perón os animava em suas convicções, com meias palavras, até que finalmente rompeu com eles pouco antes de morrer. Antes disso deu-se a consolidação do poder mediante a forçada renúncia de Cámpora e Solano Lima, obrigando a novas eleições presidenciais. Como era muito provável que Perón morreria antes de terminar seu mandato (tinha 78 anos), a eleição do companheiro – ou companheira – de chapa era essencial. Tratava-se nada menos que de resolver o problema da sucessão, enigma digno da Esfinge de Tebas, que no passado havia desafiado a imaginação dos mais poderosos homens públicos do país. Perón acreditou cortar pela raiz as brigas entre facções elegendo sua esposa “Isabelita”, com o que só conseguiu empurrar para adiante o problema pavoroso da luta de todos contra todos para ficar com a herança.

Luta interna e declínio

A eleição, para substituir o renunciante Cámpora, que cedia seu posto ao chefe, realizada em setembro desse mesmo ano de 1973, deu 62% dos votos a Perón, porque a coalizão de esquerda, que havia obtido meses atrás quase 10%, decidiu somar-se ao “plebiscito”. Não obstante, a figura do ancião líder, diferente da de Cámpora, exercia um efeito especial sobre um setor do público que não era peronista, mas que estava disposto a ceder ao entusiasmo generalizado e sentir-se uma vez ganhador e partícipe em uma grande festa popular. A festa, contudo, logo se transformou em

luto, com a violência reiniciada ante a luta sem quartel entre a guerrilha e os setores armados do Estado, assistidos por formações paramilitares, algumas de raiz sindical, outras manipuladas por López Rega, como a “Triple A”. O sequestro, a tortura e o assassinato estavam na ordem do dia. Perón, finalmente em uma concentração multitudinária ante a Casa Rosada, no dia 1º de maio de 1974, repreendeu os Montoneros e a JP, ocasionando sua retirada maciça, o que deixou um grande vazio na praça, além da algazarra que acompanhou a ruptura. Apesar da nostalgia, já não eram os tempos de antes. Para não afetar sua saúde debilitada, Perón falava afundado em um grosso sobretudo e atrás de um vidro blindado para proteger-se das balas que mais de um franco atirador suicida poderia querer dirigir-lhe. Era para se pensar que o peronismo estava, como seu criador, vivendo seus últimos dias. Ao morrer Perón, em 1º de julho de 1974, o poder de López Rega cresceu graças a sua influência sobre Isabelita e sua aliança com o sindicalismo. Finalmente pôde controlar o ministério da Economia, de onde pensava ser necessário implementar uma política de choque e não a gradualista que estava sendo seguida contra a inflação. Colocou ali, em junho de 1975, seu colaborador Celestino Rodrigo, que propôs um programa de austeridade que incidiria principalmente sobre o setor assalariado, pondo limite aos aumentos que se podia dar por convênios coletivos, enquanto duplicava o valor do dólar, liberava os preços e aumentava as tarifas de serviços públicos e transporte. Ante estas medidas, a rebelião sindical generalizou-se orquestrada pelo veterano dirigente da União Operária Metalúrgica Lorenzo Miguel, peronista da maior ortodoxia. Essa resistência convergiu com outras correntes de protesto contra o sistema de governo armado pelo todo poderoso ministro de Bem-Estar Social. A CGT convocou para 27 de junho uma grande concentração na Praça de Maio, que se canalizou contra López Rega, apelidado “o bruxo”. A violência ameaçava estourar agora entre grupos que até ontem

havam sido aliados, o que debilitaria sua luta comum contra a guerrilha ou sua resistência contra um eventual e sempre possível golpe militar. Em poucos dias, a CGT decretou uma greve por 48 horas para forçar a liberação dos aumentos de salários sancionados por comissões paritárias entre empresários e sindicatos. O ministro Rodrigo teve que ceder ante os pedidos de aumento em que cada agremiação competia com as outras, gerando um pico de inflação que era o maior – até o momento – da história argentina, somando em um ano quase 300%. Esse processo, chamado de “Rodrigazo”, devorou as economias de muita gente que não tinha suficiente experiência ou assessoramento para fazer as constantes mudanças de colocação necessárias para proteger-se. Rodrigo teve que renunciar e o mesmo ocorreu com López Rega que, em seguida, exilou-se para evitar ser vítima do tipo de violência que ele mesmo havia promovido²²².

O descrédito de Isabelita levou alguns de seus assessores, dentro do mesmo peronismo, a propor que renunciasse para deixar espaço ao muito moderado aliado democrata cristão José Antonio Allende ou ao peronista “tolerável” Ítalo Luder. Mas os setores mais entusiastas (“verticais”) opuseram-se a essa manobra, qualificando-a de traição ao movimento. Como alternativa, a presidenta tirou férias curtas, acompanhada pelas esposas dos comandantes das três forças, que a tinham virtualmente presa. O controle das forças armadas sobre o governo e sua ação praticamente autônoma na luta antiguerrilheira transformavam o governo constitucional cada vez mais em uma ficção. O golpe que se vinha preparando cuidadosamente desde algum tempo finalmente estourou em março de 1976. A presidenta foi detida e substituída por uma junta militar, formada pelos três comandantes, do Exército,

222 Liliána de Riz, *Retorno y derrumbe: el último gobierno peronista*. Buenos Aires: Folios, 1981; Guido Di Tella, *Perón-Perón, 1973-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1983; Juan Carlos Torre, *Los sindicalistas en el poder: 1973-1976*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

da Marinha e da Aeronáutica. Estes, em seguida, designaram Jorge Rafael Videla presidente de fato.

A ditadura, a pior da história, pensava legitimar-se caso conseguisse iniciar uma experiência de crescimento econômico acelerado, como no Brasil, onde o regime militar (de 1964 a 1985) já em 1976 tinha uma trajetória de êxito econômico e estabilidade institucional, certamente não democrática, mas com certas regras de funcionamento regulamentar. Na Argentina, a violência e a luta interna dentro do regime militar fizeram com que não se reproduzisse o “milagre” brasileiro, coisa que já havia ocorrido durante o regime inaugurado por Onganía (1966-1973). O maior equilíbrio de forças existente na Argentina entre fatores de poder – incluindo o sindicalismo – fazia com que o modelo de desenvolvimento dinâmico sob a direção autoritária, efetivo no país vizinho e em outros do Leste Asiático, não funcionasse. Ou seja, o poder estava na Argentina demasiadamente distribuído entre diversos setores sociais para permitir um crescimento capitalista selvagem, baseado em grandes massas de mão de obra barata e submissa. Não é que a distribuição do poder na Argentina fosse parelha, ou justa, entre os diversos estratos da sociedade, mas pode-se dizer que havia elementos de poder suficientes nas mãos dos setores populares de modo que estes tivessem uma importante capacidade de resistência ante os projetos padronizados desde as altas esferas sem seu consenso.

CAPÍTULO 25

A ditadura do “Processo” (1976-1983)

As facções no novo regime

O novo governo implicava, em certo sentido, um retorno à época da Revolução Argentina, ainda que agora se autodenominasse Processo de Reorganização Nacional, em breve, “o Processo”. Mas as condições estavam muito piores devido ao progressivo descrédito, que agora havia alcançado também o peronismo. Não obstante, Videla estava longe de possuir o prestígio, em círculos militares e civis, que em seu momento rodeava Onganía. E o regime que ele inaugurou, assim como o de seus sucessores – depois de golpes internos – Leopoldo Galtieri e Reynaldo Bignone, caracterizou-se pela mais intensa experiência de terrorismo de Estado que experimentou a Argentina, com um número de vítimas mortais – assassinatos, torturados e “desaparecidos” – estimado, por diversas fontes, entre 10 mil e 30 mil pessoas²²³.

223 Comisión Nacional de Desaparición de Personas, *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 1984; Marisa Ruiz, “Invisibles hasta para ellas mismas. Las mujeres y las dictaduras en Argentina, Chile y Uruguay”, em Laura Bermúdez *et al.*, *Aproximaciones multidisciplinares a lo femenino y a lo masculino*. Papeles de Trabajo. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2002.

Dessa vez não existia uma facção organizada de orientação nacionalista católica. Não é que faltassem indivíduos envolvidos nessa escola, mas tinham muito menos peso que na experiência anterior. O novo regime nunca se propôs a uma nova constitucionalização do país em um regime corporativo, de eliminação de partidos. Aceitava a vigência, a longo prazo, de um retorno a instituições liberais. O prazo nunca foi especificado, mas implicitamente podia-se pensar em vinte ou mais anos, ou seja, dados nossos costumes políticos, o infinito. De fato, no entanto, a experiência chilena de Pinochet durou mais ou menos (de 1973 a 1989) e mais ainda a do Brasil (1964-1985). Nesse momento, nada de partidos, muito pouca liberdade de imprensa e de associação, controle na frente universitária e cultural e terrorismo de Estado contra a atividade guerrilheira ou a quem se considerasse seus aliados. De toda maneira, os conflitos da sociedade civil refletiam-se em enfrentamentos entre militares, baseados nas rivalidades das três armas ou em personalismos. As propostas alternativas existentes podiam ser esquematizadas em três dilemas.

O primeiro dilema era:

- a. continuar apoiando a industrialização protecionista do país, com toda sua estrutura de subsídios e de estatismo ou
- b. orientar-se para uma economia mais aberta às correntes internacionais, dando entrada ao capital estrangeiro e estimulando a competição de maneira que só sobrevivessem as empresas mais eficientes. Não importava que se gerassem focos de desemprego, porque se pensava que ao longo do tempo as forças do mercado os reabsorveriam; além do que, um pouco de desemprego contribuiria para enfraquecer o sindicalismo, fazendo com que a mão de obra fosse mais disciplinada.

O segundo dilema:

- a. reprimir ao máximo qualquer expressão opositora, incluindo a do sindicalismo tradicional, condenável como fonte da distorção que a economia nacional havia sofrido por obra do peronismo ou
- b. diminuir um pouco a repressão, para evitar excessivas reações da opinião pública internacional, sempre influente sobre os governos das grandes potências e sobre os possíveis investidores estrangeiros.

O terceiro dilema:

- a. fazer com que o sindicalismo se dividisse ao máximo para debilitá-lo ou
- b. entender-se com o diretório peronista moderado dos sindicatos, mantendo seus monopólios de representação para motivá-los a colaborar e para que eles se encaregassem de reprimir as potencialmente ameaçantes alternativas de esquerda.

Diferindo do ocorrido durante a "Revolução Argentina", o regime foi predominantemente militar quanto a seus funcionários, ministros e governadores. Exceto, obviamente, no setor da economia, onde se deu grande poder a uma equipe formada por José Alfredo Martínez de Hoz, muito ligado a fortes interesses econômicos do país e do estrangeiro. Esse grupo fundamentava-se, sobretudo, nos três dilemas referidos, para abrir a economia à competição internacional, diminuir em algum nível a repressão, enfraquecer os grêmios através da pluralidade sindical e do desemprego. Uma boa parte do diretório militar apoiava este enfoque. Mas havia importantes setores de fardados que davam preferência a defender a indústria existente, principalmente aquela ligada à defesa e que favorecia um diálogo privilegiado

com o peronismo “razoável”. Em relação à repressão, havia uma ampla gama de atitudes, ainda que não se pusesse em dúvida a necessidade de apelar-se para um terrorismo de Estado, por mais que violasse direitos humanos fundamentais, o que se considerava inevitável em uma guerra.

A magnitude da ameaça subversiva ou o mundo daquilo que não foi

Ao iniciar-se o novo regime militar, a maior parte da opinião conservadora, dos círculos empresariais e da classe média do país, deu-lhe seu apoio, ao menos passivamente. Em geral, considerava-se que o terrorismo de Estado era necessário para evitar uma alternativa revolucionária que desencadeasse, ao chegar ao poder, medidas radicalmente expropriatórias. É necessário que se pergunte, aqui, se realmente houve uma condição revolucionária desse tipo no país. Não há uma resposta segura em tema tão escorregadio, mas vale a pena fazer uma tentativa exploratória.

Como o projeto subversivo fracassou e afundou em um abismo de sangue, é ainda muito comum, entre os que naquele momento simpatizaram com ele, considerar que a possibilidade não existiu, que foi uma loucura embarcar nele. Contudo, as “loucuras” com frequência são as que movem a história, de modo que o tema merece atenção mais detalhada. Buscando aproximar-se de uma resposta, é necessário começar olhando o que ocorreu em outras sociedades. Em nosso continente, houve dois casos de revolução de origem guerrilheira, moderna, claramente expropriatórias, que tiveram êxito: a cubana e a nicaraguense, e que também tiveram que enfrentar um terrorismo de Estado, o de Fulgencio Batista e o dos Somoza. Em períodos anteriores, tanto a Revolução Mexicana (iniciada em 1910) quanto a Boliviana (1952) produziram alterações muito radicais no sistema de propriedade, ainda que

sem alcançar a intensidade das duas mais recentes, ou as da Rússia e da China em sua época. Por que não na Argentina?

Às vezes se diz que os grupos guerrilheiros eram uma pequena minoria. Efetivamente o eram, se comparados à população total, ainda que seu número em termos absolutos fosse bastante impressionante, já que quase seguramente alcançavam algumas dezenas de milhares ou mais²²⁴. Além do mais, tem que ser levado em conta que as revoluções em geral não são feitas pelas grandes massas, mas sim por minorias muito dedicadas que conseguem certa inserção em setores mais amplos (não necessariamente majoritários) da população. Isso não foi conseguido pelos grupos guerrilheiros argentinos, uma vez que o peronismo rompeu abertamente com eles. Entretanto, ainda nesse momento gozavam de bastante simpatia em ambientes intelectuais, estudantis e artísticos. Ainda com relação aos princípios, durante vários anos (1969-1973) estiveram estreitamente aliados ao principal movimento de massas do país, que de fato os gerou em seu seio. Sem dúvida, os “montoneros” (e o mais marxista Exército Revolucionário do Povo, ERP) estavam bastante conscientes de que em algum momento o enfrentamento com o general e seu entorno se daria, mas seu cálculo era que até lá eles já haveriam conseguido apoio suficiente para criar empecilhos ao velho líder, especialmente se antes o destino o eliminasse fisicamente da cena. No entanto, subestimaram a solidez interna do movimento peronista, e o grau de enraizamento das lideranças sindicais e caudilhistas. Justamente, uma das diferenças entre a Argentina e países como Cuba e Nicarágua (ou Rússia e China antes) é que nestes o movimento sindical não era tão forte – em relação ao conjunto da população – do que em nosso país e o sistema de partidos

224 Roberto Baschetti (org.), *Documentos de la resistencia peronista, 1955-1970*. Puntosur, Buenos Aires, 1988; Richard Gillespie, *Soldiers of Perón*. Clarendon Press, Oxford, 1982; Pablo Giussani, *Montoneros: la soberbia armada*. Sudamericana-Planeta, 1984.

políticos muito mais flutuante. Nesse sentido, um dos fatores de maior impedimento da repetição de uma experiência subversiva na Argentina é a consolidação de um sistema democrático com partidos estáveis e organizações sindicais respeitadas. Não se pode esquecer que o início do fenômeno revolucionário onde ele foi bem sucedido – como nos outros casos mencionados mais acima – se deu em períodos em que, por muitos anos, ou décadas, a cidadania, ou um importante setor dela, não podia expressar-se através da livre ação política.

Outro aspecto do “mundo que não foi” é o do conflito de limites com o Chile. O que estava em jogo eram três ilhas do extremo sul, sobre o Canal de Beagle. Estas haviam sido objeto de uma arbitragem, confiada à Corte Internacional de Justiça de Haia em 1971. Em 1977, depois de uma longa análise, essa corte expediu a favor dos reclamos chilenos. Os militares resistiram em aceitar esta decisão, juntamente com o setor nacionalista da opinião pública, com forte repercussão no peronismo. Mesmo que as convenções internacionais impusessem que fosse aceito o que fora sancionado por um árbitro escolhido de comum acordo, os espíritos mais entusiastas opunham-se a essa concessão. Obviamente, se o governo entregasse as ilhas, a oposição, sobretudo a peronista, aproveitaria para condená-lo como pouco zeloso dos interesses nacionais. Houve incidentes de fronteira e um agravamento de tensões, até que em fins de 1978, quase se chegou à guerra. Nesse momento, houve uma intervenção mediadora papal, aceita por ambos os países, que levou ao Tratado de Montevideú, no início de 1979, ficando então o tema temporariamente arquivado.

A política econômica

A nova política econômica propôs-se a criar condições adequadas para o investimento de capital, aumentando a rentabilidade das empresas. Um dos mecanismos imediatamente

implementado foi o de reprimir a atividade sindical, o que em tempos de inflação alta (46% mensais em março de 1976) implicou em uma forte redução do salário real em poucos meses. Sobre a base de um número índice 100 para 1974, o salário real, que já havia baixado um pouco em 1975, desabou a um valor de 63 em 1976. A porcentagem da entrada nacional que correspondia aos assalariados, de 49% em 1975, baixou a 32% no ano seguinte e permaneceria em valores parecidos até o fim do regime²²⁵. Apesar dessas medidas, a inflação nunca pôde ser realmente controlada. É certo que, no final de 1976, havia baixado, das cifras quase hiperinflacionárias de março, para níveis mais normais de 6% ou 7% mensais, mas nesse ponto estagnou-se e voltou a subir, alcançando, em 1977, os 150% anuais. A luta intersetorial continuava, incluindo os sindicatos debilitados, mas não mortos. Ainda por cima, figuravam os grandes donos de terras e agroexportadores, os pequenos produtores rurais, os empresários, os financistas e a classe média em geral, além dos setores não especificamente econômicos, como a Igreja, as forças armadas e o mundo da cultura e da Universidade. As forças armadas, por sua vez, experimentavam sérios enfrentamentos entre armas.

Um dos mecanismos que alimentam a inflação é a luta por fatias do ingresso nacional entre setores fortemente organizados, em condições nas quais o governo tem pouco poder para impor-se. Ainda que pareça estranho, um regime pode ser ditatorial, inclusive terrorista e, no entanto, não ter suficiente autoridade para impor suas decisões ao conjunto da sociedade. Essa fragilidade está associada às agudas divisões internas em seu próprio seio, que fazem com que qualquer decisão imediatamente seja impugnada

225 Jorge Schvarzer, *Martínez de Hoz: la lógica política de la política económica*. Buenos Aires: Cisea, 1983, e do mesmo, *Implantación de un modelo económico: la experiencia argentina entre 1975 y el 2000*. Buenos Aires: A-Z Editora, 1998; Arturo Fernández, *Las prácticas sociales del sindicalismo, 1976-1982*. Buenos Aires: Cedral, 1985.

por algum setor interno com suficiente força obstrucionista. Logo, os opositores externos ao regime aliam-se a esse opositor interno e armam um conjunto capaz de paralisar o governo. Estas alianças eram flutuantes, o que gerava uma sensação de estar à deriva. O resultado desta luta intersetorial foi a inflação, pois, por não exercer o governo uma verdadeira arbitragem, ficava obrigado a ceder ante as pressões de cada grupo, contentando-os com medidas que implicavam sempre em um aumento de preços. Pode ser resultante do preço do salário, ou da carne, ou das tarifas de proteção ou subsídio, ou do valor do dólar: tudo termina em uma espiral inflacionária. Para reequilibrar a distribuição entre os setores em pugna, nunca se podem baixar os preços que cobra o que momentaneamente saiu favorecido. A única forma é aumentar os dos outros. Em um país com suficiente distribuição social básica do poder, como a Argentina, não há possibilidade de cortar essa luta interna a não ser mediante certo consenso, e isso exige um sistema de maiores liberdades públicas e discussão por meio de entes representativos, que possam ao menos incluir os partidos políticos e desde logo as associações empresarias e sindicais.

A política econômica optou por dois alicerces centrais na luta contra a inflação: (a) a manutenção de uma taxa alta de juros para empréstimos e depósitos em pesos, e (b) a fixação de um valor predefinido e relativamente baixo para o dólar, o que se chamava de “tablita”.

1. *alta taxa de juros*: havendo uma alta taxa de juros em pesos, os investidores (nacionais ou estrangeiros) transformavam seus dólares em pesos, atraídos pelos ganhos. Isso fazia baixar o valor do dólar, pela aplicação da lei da oferta e da demanda. O perigo para os investidores era que, ao cobrar seus juros e querer convertê-los novamente em dólares, deparavam-se com a impossibilidade de fazê-lo, ou com o

fato de que o dólar (no mercado oficial ou no negro) havia inesperadamente aumentado muito de valor e, neste caso, terminavam tendo menos dólares que antes. Para evitar esse perigo era necessário o mecanismo da tablita, como se verá a seguir.

2. *a tablita*: a tabelinha era uma lista dos valores com base nos quais o Estado venderia dólares, publicada para os seguintes trinta dias ou mais. Dada a alta taxa de inflação (vários pontos percentuais por mês) não era possível fixar um valor absoluto do dólar, como havia feito Onganía, que o teve muitos meses fixo em 350 pesos. Agora se predizia certa inflação (que quase sempre resultava ser algo menor que a real) e, de maneira proporcional, fixava-se o valor futuro do dólar. Assim, se um investidor sabia que podia investir seus pesos a uma taxa maior que a da inflação implícita na tabelinha, estava seguro de que ao sair de sua operação (que era medida por semanas) teria uma quantidade assegurada de dólares. Negócio redondo; sempre que o governo cumprisse, obviamente.

O governo durante um longo tempo foi cumpridor. Os investidores, então, que calculavam ganhos e perdas em moeda estrangeira, começavam digamos com mil dólares. Os convertiam em pesos, recebendo juros que eram de um ou dois pontos percentuais acima da inflação prevista para os próximos meses. A tabelinha fazia com que não lhes importasse qual seria a inflação real: ao terminar sua operação, converteriam os pesos em dólares à taxa da tabelinha, e ao cabo de um ano deparar-se-iam com seus dólares iniciais convertidos em 1.200, 1.300 ou mais. Havia várias outras facetas desse negócio. Uma era que ante esta perspectiva, ninguém iria investir em atividades produtivas. A outra era que os produtores que se viam obrigados a recorrer ao crédito tinham que

pagar taxas colossais que inevitavelmente os levavam à bancarrota, salvo, é claro, se conseguissem empréstimos especiais de promoção, o que podia chegar a ter um preço, não necessariamente registrado na parte branca da contabilidade. O motivo pelo qual havia taxas tão altas de juros no país era o que se chamava o risco argentino. Caso se tratasse de um banco que emprestava a um empresário, o risco era que este não pudesse devolver o dinheiro, com o que os ganhos do banco (ou de seus depositantes) se evaporariam. Se fosse um poupador que investisse com a garantia da tabelinha, o risco era que o governo anulasse sua validade e que o dólar subisse até as nuvens, então o que o investidor ganharia ao final da operação seria menos que o colocado, calculado em dólares, ou em pesos indexados.

Havia ainda, a saber, outra faceta mais grave deste processo: a supervalorização do peso. Esse é um processo algo contraditório, que levava um tempo ainda para os empresários e financistas estrangeiros entenderem, acostumados a uma situação muito distinta em seus países de origem. Por um lado, o peso se desvalorizava muito rapidamente em termos reais, uma vez que a inflação o erodia à razão de 5% ou 10% mensais. Mas a maior parte dos operadores econômicos, principalmente os mais fortes, mas também os trabalhadores sindicalizados, faziam de tal maneira que indexavam suas vendas, ou seja, que estas fossem corrigidas a cada mês ou a cada par de meses pela inflação. Resultava, então, que seus ingressos indexados significavam cada vez mais dólares, sempre que o valor do dólar subisse a uma taxa menor que a inflação, ou seja, ao ritmo da inflação prevista sempre menor que a real. Com esse processo, a Argentina terminou sendo um dos países com custo de vida, medido em dólares, mais alto no mundo. Com esses custos internos ficava difícil exportar qualquer coisa que não fossem cereais ou carne. O resultado de todos esses processos foi uma grave desindustrialização do país, a conversão de operários

qualificados em trabalhadores por conta própria, frequentemente marginais, e a proliferação de bolsões de miséria nos bairros pobres das grandes cidades²²⁶.

A longo prazo, não era possível que se mantivesse uma situação desse tipo. A curto prazo, o que a permitia era a existência de amplas reservas em dólares, com as quais o governo prosseguia entregando moeda estrangeira a quem a quisesse a valores baratos imperantes, marcados pela tabelinha. Essas amplas reservas, a seu turno, eram devidas a dois fatores: um genuíno, o outro não. O genuíno foi que estava aumentando bastante a produção rural, facilmente exportável, e o não genuíno era que uma das fontes de dólares do governo eram as altas taxas de juros pagas localmente, o que atraía moeda estrangeira. Mas este era um remédio que não fazia mais que agravar a enfermidade: o risco argentino tornava-se cada vez maior. A dívida externa, por outro lado, passou de 13 bilhões de dólares no fim de 1978 a quase 30 bilhões em março de 1981. O ministro, logicamente, sabia que isso estava ocorrendo, mas pensava que poderia tratar-se de um fenômeno superável com o tempo. Sua ideia era que as novas condições de segurança, dadas por um controle político que eliminasse a subversão e disciplinasse a força de trabalho, atrairiam o investimento genuíno. As muitas empresas antieconômicas que haviam se estabelecido em épocas de protecionismo indiscriminado seriam agora substituídas por outras que realmente pudessem competir internacionalmente com preços e qualidade adequados, e assim se geraria, por obra de suas exportações, outra corrente de entradas genuínas em dólares. Ao diminuir o risco argentino, as taxas locais diminuiriam, tornando possível que os empresários pedissem empréstimos para encarar projetos de expansão.

226 Marta Bellardi e Aldo de Paula, *Villas miseria: origen, erradicación y respuestas populares*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986.

A luta contra a ditadura

A resistência da sociedade civil sempre existiu, ainda que nunca adquirisse um grande volume. Isso era em parte resultante do temor suscitado pela repressão, que não se deteve ante torturas, sequestros e desaparecimentos. A teoria daqueles que planificavam a repressão era que ainda que fosse necessário eliminar dez pessoas, que não tinham nada a ver, por cada guerrilheiro ou simpatizante próximo abatido, a operação seria justificada. E foi isso que se fez. O sindicalismo, muito abatido pela redução do nível de vida de seus afiliados e a perseguição de ativistas nas fábricas e nas associações, tardou em reagir. Como ocorria antes com frequência, havia entre os dirigentes as mais variadas estratégias, motivadas por razões tanto genuínas como acomodatórias. A maior parte dos sindicatos passava por intervenções, mas, em geral, os antigos diretórios davam um jeito para colocar seus partidários nas novas posições administrativas, ou como colaboradores e assessores dos interventores militares, e outros tomavam atitudes mais contestadoras, ou faziam ambas ao mesmo tempo. Havia também os que buscavam detectar as divisões dentro do regime, para jogar uns contra os outros, o que era facilitado pela natureza dividida e internamente antagônica que sempre tiveram no país os governos autoritários, muito mais intensa do que no Chile e no Brasil. A mesma estratégia complexa foi seguida por muitos dirigentes políticos dos diversos partidos.

Em um plano mais moral, as organizações de direitos humanos tiveram sempre um discurso que conseguiu convertê-los na consciência do país, com impacto cada vez maior na opinião pública, que no início se negava, em grande medida, a “ver” o que se passava. Particularmente efetivas foram as chamadas Mães da Praça de Maio, que organizavam semanalmente demonstrações diante da Casa Rosada, exigindo informações sobre o paradeiro de

seus filhos desaparecidos. Tendo impacto reduzido no começo, sua persistência e sua decisão de enfrentar qualquer tipo de riscos para demonstrar seu repúdio ao terrorismo de Estado lhes permitiu chegar ao coração de amplos setores do país. No sindicalismo, ao contrário, a resistência foi sempre mais encoberta, com a usual combinação de estratégias duras e brandas.

A luta interna dentro do regime

O programa econômico do ministro Martínez de Hoz provocava ressentimentos em numerosos setores das forças armadas, que prefeririam uma maior defesa da indústria nacional e, sobretudo, das empresas ligadas direta ou indiretamente à fabricação de armamentos, começando pela Fabricações Militares. Também o nacionalismo sempre vigente em alguns desses setores os levava a opor-se às ideias oficiais a respeito da privatização de serviços públicos e energia e por isso o governo não pôde avançar praticamente nada nessa frente. A oposição de grande parte da opinião pública civil, principalmente no peronismo, também deixava difíceis as mudanças. O general Videla, que iniciou sua gestão como presidente da junta e presidente interino do país, passou a desempenhar desde 1978, por um período de três anos, segundo um regulamento confeccionado pelas próprias forças armadas. Isso estava estabelecido no Estatuto da Revolução, que fazia às vezes de corpo legal máximo, complementar e substituto da constituição. Quando chegou o momento de nomear outro presidente, o eterno problema da sucessão voltou a ser proposto. A junta dos três comandantes em chefe deveria fazer a designação pela maioria, mas preferivelmente por unanimidade. Quando, em outubro de 1980, sendo dado um mês para tomar a decisão, venceu o prazo sem que tivesse havido uma decisão, tornou-se evidente que as opiniões eram divergentes. Haveria um novo golpe interno como tantas outras vezes?

O almirante Emilio Massera havia se transformado, de um dos principais diretores da repressão, em crítico de alguns aspectos do governo. O exército tinha seu candidato, o general Roberto Viola, que pretendia iniciar uma maior institucionalização do regime, uma espécie de “saída à brasileira”. Finalmente, para evitar mais especulações, a junta decidiu-se apressadamente por Viola, sem especificar os votos a favor e contra, mas todos sabiam que havia sido um apertado dois a um.

Viola, que assumiu em março de 1981, iniciou sua tentativa de abertura distribuindo os principais ministérios entre personalidades civis ligadas a grupos econômicos. Também nomeou embaixadores de partidos ou setores políticos que mantinham uma atitude de expectativa ante as promessas do governo de uma eventual liberalização e progressiva democratização. Como interventores de grande número de municipalidades foram designados políticos com prestígio local, ou seja, apartidário, mas muitos outros do setor dialogista da UCR e alguns do peronismo. Com os sindicatos, intensificou-se a política de entendimento com os diretórios tradicionais, que voltaram a ocupar seus antigos postos de comando.

Em um dado momento, não foi possível manter a tabelinha e o dólar disparou a valores siderais. Por ser a cidade mais cara do mundo, Buenos Aires tornou-se a mais barata (para quem tinha dólares) e, para evitar a quebra de muitos empresários, o governo assumiu os compromissos dos devedores com o exterior e transformou-se em credor deles, mas em pesos indexados, que então se tornaram relativamente baratos em comparação ao dólar. Isso implicava uma “socialização” da dívida privada, cuja carga ia pesar sobre toda a população. A progressiva deterioração de muitas empresas e bancos estava originando uma perda séria de prestígio do governo. Como, por outro lado, Viola dava mais liberdades

e estava disposto ao diálogo, o sindicalismo aproveitou para reorganizar-se e lançar movimentos de protesto. Durante toda a ditadura, haviam ocorrido numerosas greves parciais, em geral em forma mais ou menos espontânea e não coordenada. Uma das primeiras foi a de Luz e Força de janeiro de 1977, terminada com sequestro e morte (“desaparecimento”) do peronista moderado Oscar Smith. Outra das mais importantes foi a dos ferroviários de outubro de 1977. Logo houve uma tentativa de paralisação geral, em junho de 1978, convocada pelo Movimento Sindical Peronista (por estar enclausurada a CGT), que não teve muito êxito. Já em fins de 1980, quando havia sido designado o general Viola, mas ainda não havia assumido, a CGT estruturou-se de fato – apesar da proibição legal – sob a direção de Saúl Ubaldini, peronista do grêmio de Cerveceros, que rejeitava a política mais “participativa” ou colaboracionista de outra parte do elenco sindical tradicional. Em julho de 1981, já bastante distendido o sistema repressivo, em pleno período de abertura de Viola, a CGT lançou outra greve geral. Em novembro desse mesmo ano, foi organizado um movimento de protesto com mobilização, que tratava de verificar a vigência da maior liberdade de associação que se estava reimplantando no país.

A possibilidade de que uma eventual expansão econômica permitisse moderar o inconformismo social era agora vista como impossível ou muito distante no tempo. No fim de março de 1982, uma greve geral acompanhada de mobilização popular produziu sérios enfrentamentos com a polícia nas principais cidades do país. Não só os setores populares, mas também muitos empresários afetados pela política econômica demonstravam sua oposição. O discurso dos grupos de direitos humanos e das Mães da Praça de Maio, que manifestavam a cada semana sua demanda de explicações sobre seus filhos desaparecidos, impactavam cada vez mais a opinião pública, antes adormecida.

Havia que começar a pensar em dar por terminado o “Processo”, argumentando que o principal, a guerra contra a subversão, havia sido concluída com êxito. Ia ser impossível encontrar uma saída criando algum movimento político solidário com o oficialismo que pudesse ganhar as eleições e continuar sua obra em um ambiente constitucional. A aspiração para conseguir esse tipo de sucessão, dentro de um esquema partidário renovado, não era tão absurda como pode parecer. Em outros países, especialmente no Brasil e no Chile, havia uma forte seção do eleitorado que estava disposta a votar a favor de candidatos governamentais promovidos pelos regimes militares. Isso não parecia ser o caso na Argentina, mas o general Leopoldo Galtieri tinha ideias próprias a respeito e, para implementá-las, começou por um golpe de Estado em dezembro de 1981, despachando Viola e assumindo o poder. A grande ideia era invadir as Malvinas. Todos os manuais diziam que nesses casos a opinião pública subitamente encaixava-se logo atrás do chefe que toma uma decisão tão audaz.

A guerra das Malvinas, deterioração política e transição (1982-1983)

O conflito com o Chile pelas ilhas do Canal de Beagle, ao qual antes nos referimos, ainda que grave, não havia tido um impacto excessivamente grande como para suscitar uma onda de apoio ao governo. O tema, por mais que entusiasmasse a alguns, deixava impassível grande parte do país e estava bem atrás da euforia produzida nesse mesmo ano pela vitória no Campeonato Mundial de Futebol. Por outro lado, uma eventual guerra com um país com tantos vínculos históricos, econômicos e culturais com o nosso, talvez tivesse efeitos políticos mais negativos, além do que poderia prolongar-se por longo período devido à equivalência de forças. O fato é que os conselhos de moderação e prudência se impuseram nesse momento (fim de 1978). Além disso, eram tempos em que

ainda o regime militar podia esperar êxito em seus programas econômicos e de reconstituição cultural e institucional, sem tomar medidas tão extremas. Agora a coisa era diferente: em 1982 jogar tudo ou nada era talvez a única saída. Foi assim que se decidiu pela ocupação das Ilhas Malvinas e outras do Atlântico Sul, o que foi fácil pela escassíssima guarnição local existente. O tema legal da posse das ilhas ao nosso país vinha sendo exposto constantemente em organismos internacionais, que em geral decidiam em favor da Argentina, mas aconselhando uma negociação que logo não produzia efeitos. De toda forma, havia um sentimento generalizado no mundo e, sobretudo, entre países americanos, da validade da posição argentina que nessa ocasião foi novamente expressada em diversas reuniões. Entretanto, quanto à forma que se havia elegido para fazer justiça, as opiniões variavam muito. Quase todos os países europeus e também os Estados Unidos condenavam a ação argentina, e a Grã-Bretanha mandou uma forte esquadra para recuperar sua possessão.

Na Argentina, a notícia da ocupação das ilhas caiu como uma bomba. Muita gente solidarizou-se com o governo, ainda que a medida não tivesse nada a ver com os problemas que os atenazavam em sua vida diária. Contudo, havia um aspecto que poderia afetar as futuras políticas econômicas e sociais: o governo jogava-se em uma radical mudança de alianças. Efetivamente, invadir as ilhas implicava enfrentar os interesses financeiros e empresariais internacionais, que até o dia anterior eram um dos maiores apoios do governo argentino. Certo é que os problemas econômicos e a instabilidade política haviam ocasionado algum resfriamento nesses círculos, mas continuavam pensando, em sua maioria, que o governo militar marchava em boa direção. Agora essa direção subitamente confundia-se, caindo no que consideravam aventureirismo militar e despreocupação pela economia sã.

Ante a aproximação da frota britânica e fracassadas várias tentativas de mediação, o governo nacional já ameaçava tomar medidas contra residentes e colégios britânicos, e agitava ordens nacionalistas e xenóforas. Setores extremistas da população poderiam, certamente, tomar a seu cargo algumas tarefas nesta área. Era iniciar um caminho do qual não seria fácil retornar. Terminariam esses militares por “peronizar-se”, como haviam feito os de 1943? A pergunta não só era feita nos ambientes da direita, mas também, de maneira simétrica, no peronismo e na esquerda. Quando Galtieri convocou o povo à Praça de Maio, esta se encheu, mas a assistência era majoritariamente de opositores. Proliferavam cânticos como “Um povo unido jamais será vencido” ou “Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”. A desconcentração parecia, em alguns trechos, uma marcha peronista. A confusão era total. Em algum sentido, o povo que concorreu, ou uma grande parte dele, estava estimulando o general Galtieri e, com ele, todo o governo a dar um passo adiante para enforçar-se ou para transformar-se em algo totalmente oposto ao que haviam sido até esse momento. Efetivamente, se Galtieri houvesse tido êxito militar – talvez por mediações internacionais que deixassem a Argentina em posse, ainda que condicionada e compartilhada, do arquipélago – seu governo transformar-se-ia em uma ditadura popular anti-imperialista, com fortes componentes anticapitalistas. Algo parecido aos nacionalismos ou “socialismos árabes”, do tipo de Gadhafi na Líbia ou Sadam Hussein no Iraque. Pelo menos havia uma grande possibilidade de que isso ocorresse. A consequência foi que a direita econômica e social, que havia sido o principal baluarte do regime, redescobriu as virtudes da democracia, que impede estas súbitas mudanças de direção.

Em outras palavras, os militares demonstraram não ser guardiões suficientemente fiéis para defender o sistema econômico existente. Quando, ainda por cima, perderam, todos lhes

jogaram o fato na cara. Os confrontos bélicos nas ilhas duraram pouco, havendo sido precedidos por combates aéreos e navais. Um submarino britânico afundou o navio General Belgrano que navegava longe do palco de operações, mandando ao fundo do mar várias centenas de soldados. Grave violação dos direitos humanos, que ao fim e ao cabo têm que ser respeitados inclusive na guerra... Era realmente estranho ouvir esse argumento da boca de quem havia apoiado qualquer método na Guerra Suja. A situação já não dava para mais nada. As forças armadas, durante a guerra e logo depois, protagonizaram sérios conflitos entre armas sobre a estratégia a seguir, e poucos dias depois do final, o exército desbancou Galtieri, designando em seu lugar o general Reynaldo Bignone, com o encargo de liquidar o regime e preparar as eleições. A marinha retirou-se de sua participação na junta e a aeronáutica restringiu seu apoio. Levou ainda algo mais que um ano para tirar o pó das urnas que, segundo uma célebre declaração de um dos dirigentes do regime, estavam "muito bem guardadas". Um novo Estatuto dos Partidos Políticos deu pautas aceitáveis para a reorganização dessas associações, estabelecendo normas para a filiação e as eleições internas. Em outubro de 1983, já se celebravam eleições nacionais, em um ambiente de liberdade e acesso amplo aos meios de comunicação.



CAPÍTULO 26

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA PARTIDÁRIO ARGENTINO

O sistema político argentino está sofrendo fortes tensões, e muito provavelmente se transformará de maneira quase irreconhecível nos próximos anos, tornando-se, em contraposição, mais parecido ao europeu ocidental ou, para tomar um exemplo mais próximo, ao chileno. Tivemos por muito tempo uma forte organização de grupos corporativos (associações empresariais, sindicais, profissionais, ruralistas, Igreja, forças armadas), como é habitual nos países mais desenvolvidos do mundo, mas havia um sistema de partidos muito peculiar. Este apresenta as seguintes diferenças em relação ao modelo europeu ocidental (ou chileno):

1. A falta de uma direita eleitoralmente forte, coisa que muito pouca gente lamenta hoje em dia, mas que contrasta com o que acontece na maior parte das democracias verdadeiramente existentes.
2. A continuada fortaleza, até há pouco, de um partido de Centro (a União Cívica Radical, UCR), que resiste em abandonar sua independência tanto das organizações empresariais quanto das sindicais.

3. A ausência de uma expressão social-democrática das classes populares, substituída por um movimento nacional e popular de sólidas bases associativas. O sindicalismo na Argentina, durante os anos trinta e início dos quarenta, era muito similar ao do Chile e do Uruguai, países que compartilham muitas de nossas características. Também seguia bem de perto as pautas europeias. Diferenciava-se, no entanto, do que ocorria no resto da América Latina, onde a organização operária dependia muito do Estado e havia sido com frequência gerada e estimulada desde as altas esferas, sobretudo no México e no Brasil. A partir da introdução do peronismo, o movimento sindical argentino passou por mudanças, até diferenciar-se muito nitidamente dos do Chile e do Uruguai, que mantiveram muitas de suas tradicionais formas organizativas e ideológicas, ainda que modernizadas. Entre nós, impôs-se um tipo de liderança caudilhesca que gera grupos dirigentes muito mais afastados das bases do que o que é corrente em países de estrutura democrática. É verdade que, diante dos avanços da vida moderna, os grêmios evoluíram, em todas as partes, como organizações em boa medida burocráticas, mas há limites para isso. A característica associacionista se mantém e a violência, com algumas marcadas exceções – como os caminhoneiros nos Estados Unidos nos tempos de Jimmy Hoffa –, não é endêmica na luta interna. Na Argentina, a proliferação de grupos violentos no sindicalismo foi em parte uma reação ante a ameaça de infiltração por grupos rivais, frequentemente apoiados por governos autoritários, começando pela Revolução Libertadora. Mas, com a consolidação de um Estado de Direito, a possibilidade ou legitimidade de seguir aplicando esses métodos não terá senão a possibilidade de esfumarem-se lentamente.

No Brasil, a transição de uma liderança muito tradicionalmente manipulativa e populista, a dos depreciativamente chamados “pelegos”, a formas de esquerda mais ligadas às bases, foi óbvia. Poderá esse processo repetir-se na Argentina? Talvez possa, ainda que com certas diferenças, pois, no Brasil, o varguismo nunca penetrou tão fundo nas classes populares como o peronismo. Isso se deve em boa medida a que o Brasil era em meados do século XX muito menos urbanizado e educado que a Argentina. As massas rurais apenas tomavam conhecimento do que se passava a nível nacional e, quando chegavam às grandes cidades, tudo era novo para elas. Além disso, a impressionante industrialização da Grande São Paulo gerou uma classe operária nova e altamente qualificada, com enorme concentração, que levará algum tempo à Argentina igualar, ainda que, em nível de índices per capita, o nosso desenvolvimento não seja inferior ao brasileiro²²⁷. Se olharmos agora a classe média, é preciso notar que, longe de apoiar algum partido conservador, com esse ou outro nome – que é o que se faz em quase todo o mundo desenvolvido – ela foi a base da União Cívica Radical, que ostenta excelentes brasões de luta democrática, mas pouca ancoragem em interesses corporativos. Sua força eleitoral esteve caindo até ficar com quase um quarto do eleitorado, ou ainda menos (21% na eleição de Cámpora), até que a condução de Raúl Alfonsín deu-lhe novo vigor, atraindo um grupo robusto de intelectuais e público de esquerda, cansado de sectarismo e de repetidas ilusões sobre o peronismo revolucionário. Mas, se contarmos os votos, Alfonsín ganhou a presidência graças à direita, que preferia sua variante centrista algo inclinada para a esquerda moderada à ameaçadora e imprevisível mobilização popular justicialista. Não obstante, apesar desse apoio, o alfonsinismo não foi conservador o suficiente

227 Adriana Marshall e Laura Perelman, Estrategias sindicales de afiliación en la Argentina. *Desarrollo Económico*, abril-junho 2008; Ernesto Calvo e María Victoria Murillo, ¿Quién reparte? Clientes partidarios en el mercado electoral argentino. *Desarrollo Económico*, janeiro- março 2008.

para converter-se no representante dos interesses corporativos das classes altas, muito menos da Igreja ou das forças armadas. Por outro lado, não tinha características suficientes de esquerda para identificar-se com os setores sindicalizados da população, nem a nível dos diretórios, nem ao das minorias opositoras em cada grêmio.

O peronismo experimentou profundas mudanças praticamente desde sua iniciação. Sua natureza multiforme foi tal que o primeiro a ser surpreendido em ver o que havia criado deve ter sido o próprio Perón. Ele teria preferido mil vezes algo parecido ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, que incorporava quase todo o mundo, desde os empresários industriais e os técnicos até a classe média, incluindo as maiorias camponesas e operárias, mas tudo claramente sob controle. Perón rejeitava veementemente a luta de classes, e todo seu esforço inicial estava direcionado a consolidar a nação e prepará-la para ingentes esforços na frente industrial e possivelmente bélica. Mas, na prática, seu partido viu-se protagonizando alguns dos mais duros enfrentamentos contra as classes abastadas acontecidos na Argentina.

Outros movimentos populistas, típicos de países da periferia e, em primeiro lugar, o varguismo, também passaram por importantes mutações, que os levaram, em movimentos pendulares, de posturas próximas, se não idênticas ao fascismo, até outras de claro viés anticapitalista, como as representadas por João Goulart no começo dos anos sessenta. Em todas as variantes do populismo, a participação de setores das classes altas ou médias, ou bem de grupos funcionais como as forças armadas ou o clero, é central.

São minorias dentro de suas classes de origem, mas muito estratégicas, já que trazem elementos de poder a um movimento que, não contando com eles, ver-se-ia demasiado reduzido a massas

com escassa organização, ou aos séquitos íntimos de seus líderes. No fenômeno social-democrata (ou eurocomunista), também há setores das classes acomodadas que apoiam o movimento, mas seu número é menor, e principalmente sua radicação em suas classes de origem mais problemática. Além do mais, a minoria *déclassée* ou bem oportunista que rodeia como um enxame ao populismo nem sempre é uma garantia de moderação. Muitos deles, perante situações pessoais angustiosas, podem, apesar de sua ideologia de raiz conservadora, mudar subitamente e saltar o espectro ideológico. As origens de direita de muitos ativistas guerrilheiros, na Argentina e outros países, não devem, nesse sentido, surpreender-nos.

Os componentes do peronismo

O peronismo, como partido popular, pode ser considerado partícipe de uma ampla categoria, na qual se incluem outros partidos populares latino-americanos (Aprismo, MNR boliviano, Ação Democrática, e os mais recentes na Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua), o Partido Democrata dos Estados Unidos e a social-democracia europeia ou chilena. Não é que estes fenômenos sejam iguais ou muito parecidos, mas compartilham o fato de ser expressão das classes populares de seus países, com aliados externos a elas. Contudo, há também diferenças importantes. As duas principais são a natureza do sindicalismo e a presença de importantes, ainda que minoritários setores da classe alta e média alta, das forças armadas e da Igreja. Também importante, ainda que em algum sentido derivada do anterior, é a ideologia, que em grande medida é elaborada pelos grupos recém-mencionados, ou seja, as elites não operárias. Tomemos então os diversos componentes em ordem para ver se existem neles tendências à mudança.

(a) O sindicalismo

De todas as variantes do populismo, o peronismo está em uma categoria especial, devido à forte presença do elemento sindical nele, maior que em todos os demais casos conhecidos. A forma de organização desses sindicatos, de qualquer modo, difere muito daquela de seus homólogos social-democratas. Isso se deve à maneira como foram criados, ou radicalmente mudados, na formação do movimento, ou logo depois, como resultado da pressão estatal. A combinação de verticalismo e aceitação popular é justamente a característica do populismo em geral e do peronismo em particular, e somente certas condições sociais permitem gerar essa peculiar combinação. Quando ela se forma, perdura por bastante tempo, às vezes ainda quando as condições que a fizeram nascer mudam. Mas, ao longo do tempo, as novas condições se impõem, e estas exigem hoje em dia um tipo de organização da agremiação menos caudilhista, sem por isso chegar à democracia interna total, com bases plenamente participativas, que não existe em nenhum lugar do mundo. A respeito do Brasil, a menor profundidade da conexão varguista com os estratos populares e a muito mais intensa transformação de seu sistema produtivo industrial explicam porque o panorama social e político nesse nível social mudou muito radicalmente nas últimas décadas.

Ao desaparecer de cena o populismo getulista, este deixa lugar para uma nova esquerda, a do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo berço está na área industrial da Grande São Paulo. Também tem aqui muita influência o papel da Igreja Católica, que gerou no Brasil uma ala de Teologia da Libertação muito mais influente que o que possa haver na Argentina. Essa Igreja das Comunidades de Base contribuiu em grande medida para a expansão do PT, dando-lhe proteção e dedicados militantes. Por outro lado, a competência das igrejas evangélicas e dos ritos afro-brasileiros obrigou em maior

medida o clero brasileiro a renovar-se para conservar sua grei, em contraste com o argentino.

(b) Elites de alto status

A presença no peronismo de numerosos, ainda que minoritários, setores recrutados nos estratos mais altos da sociedade é uma das características que o diferencia da social-democracia. Não é que nesta não existam indivíduos dessa origem, mas são menos numerosos, um pouco mais autocríticos e menos enraizados em sua própria classe social. No peronismo, esse tipo de componente foi em geral muito forte, sobretudo na sua origem, mesmo vendo-se debilitado pelos episódios de confronto dos quais participou. Por outro lado, em níveis de classe média intelectualizada, o apoio ao peronismo é, em geral, muito menor do que o que recebe a social-democracia nos países onde ela predomina. Em vez desses setores de classe média ilustrada, o peronismo esteve, principalmente em sua origem, muito carregado com grupos de orientação culturalmente conservadora e católica, especialmente no interior do país. O setor “alto” do peronismo nem sempre esteve isento de certas simpatias em relação ao modelo fascista. De qualquer forma, por muito tempo, sentiu-se, ideologicamente, próximo à democracia cristã ou a outras variantes social-cristãs do que à social-democracia. Não obstante, de fato a estrutura de apoio do peronismo foi e continua sendo quase o oposto à daquela da Democracia Cristã como, por exemplo, a italiana, que estava enraizada mais nas classes médias e altas do que nas populares. O peronismo em geral identifica-se com um modelo clássico de nacionalismo popular, nostálgico dos anos dourados de Juan Domingo Perón, com sua luta anti-imperialista e antioligárquica, pouco preocupado pela “democracia formal”. No entanto, também há no peronismo numerosos setores, tanto a nível político como

sindical, que veem a si mesmos como mais à esquerda e que vão descobrindo afinidades com a social-democracia.

(c) Ideologia

O potencial das ideias peronistas é suficientemente rico de modo a prover materiais para construir praticamente qualquer outro credo político. No passado já mudou várias vezes e o mesmo pode voltar a ocorrer. Sua heterogeneidade intelectual em parte deve-se à sua contraditória composição social, mas é também o legado da capacidade de seu fundador em integrar elementos diversos dentro de um todo eficaz. Um dos principais componentes da variada gama do corpo peronista é um reformismo pragmático pró-sindicalista, muito parecido ao *New Deal* de Roosevelt. Este se mistura com um caudilhismo latino-americano de tipo populista, com abundantes raízes em nossa história, desde as primeiras décadas de vida independente²²⁸.

A reestruturação dos partidos políticos

Durante a ditadura militar, o peronismo sofreu a natural crise que ocorre com a morte do líder em um movimento muito estruturado em torno de sua chefia. A maior parte da Juventude e setores de esquerda, desiludidos em relação aos modelos com base dos quais haviam atuado, orientavam-se por versões moderadas de seus ideais, ou seja, por alguma forma de social-democracia, para a qual não enxergavam uma via no sindicalismo peronista. No ramo mais especificamente político, ocorria uma assim chamada *Renovação*, que buscava atualizar a doutrina nacional e popular, tomando elementos das experiências europeias da Democracia

228 Silvia Sigal, El peronismo como promesa. *Desarrollo Económico*, julho-dezembro 2008, e sua polêmica com Fernando A. Balbi, ¿Explicar el “peronismo”? Apuntes para un debate pendiente. *Desarrollo Económico*, abril-junho 2009; Ernesto Laclau, *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

Cristã ou do reformismo social democrata. Antonio Cafiero era o principal dirigente decididamente envolvido nessa corrente. Na União Cívica Radical, Raúl Alfonsín estava elaborando uma nova síntese de estratégias e atitudes políticas, que o levou a rodear-se de um setor intelectual e juvenil, frequentemente de origens extrapartidárias de esquerda. Com eles, renovou a imagem do antigo agrupamento e ganhou as eleições internas contra o setor tradicional. Diante de um peronismo enfraquecido e internamente caótico, levantava-se agora um radicalismo rejuvenescido. Quanto à direita, nela estava se firmando a figura de Álvaro Alsogaray, que desde os tempos da Revolução Libertadora tentava ingressar no campo da política eleitoral com agrupamentos de nomes diversos, que nunca haviam conseguido repercussão nas urnas. Agora, com a União de Centro Democrático (UCD), parecia ter maiores perspectivas e atraía setores profissionais e intelectuais, influenciados pelo ambiente internacional de ressurgimento da economia de mercado. Na esquerda, destacava-se o Partido Intransigente (PI), de Oscar Alende, uma divisão da UCRI frondizista, que integrou muitos dos grupos juvenis que ainda mantinham posições revolucionárias.

Ao aproximarem-se as eleições com as quais se reinaugurou a democracia, em 1983, a figura de Alfonsín foi se engrandecendo, com um discurso de sentido civilista e ético, que contrastava com a imagem que transmitia boa parte do peronismo. Ao transformar-se em um candidato com possibilidades de vitória, a maioria do eleitorado de centro- direita e de esquerda o apoiou, movida por seus impulsos antiperonistas clássicos. Na campanha, o peronismo incitou, não intencionalmente, essa convergência, ao colocar em posições importantes figuras de antecedentes muito discutíveis, que eram vistas como ameaçadoras por um amplo setor da opinião pública. Apesar do respeito que impunha a figura do candidato presidencial, Ítalo Luder, a impressão era que ele seria, uma vez

no governo, prisioneiro de grupos fechados, pouco respeitosos da oposição. A queima, talvez com espírito de brincadeira, de um ataúde com as siglas da UCR no último ato pré-eleitoral, ficou como símbolo dessa perspectiva²²⁹.

Na contagem dos votos, em outubro de 1983, o resultado era que Alfonsín havia superado por um par de pontos os 50%, enquanto o peronismo via-se reduzido a 40%. Obviamente, certo setor de antigos eleitores justicialistas havia desertado. Contudo, o que deu a vitória a Alfonsín foi sua capacidade de somar setores tanto da direita quanto da esquerda moderadas ao seu tradicional voto radical e de dar esperanças aos peronistas desalentados. Essa foi sua força, mas que, ao mesmo tempo, indicava uma fragilidade para seu futuro governo, baseado em uma coalizão muito heterogênea de vontades expressas nas urnas, por cima dos partidos para os quais esses votos poderiam haver afluído.

229 Vicente Palermo, *Democracia interna en los partidos: las elecciones partidarias de 1983 en el radicalismo y justicialismo porteños*. Buenos Aires: IDES, 1986; Marcos Novaro e Vicente Palermo (orgs.), *La historia reciente: Argentina en democracia*. Buenos Aires: Edhasa, 2004; José Nun e Juan Carlos Portantiero (orgs.), *Ensayos sobre la transición democrática en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1985; Alejandro Grimson (org.), *Pasiones nacionales. Política y cultura en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

CAPÍTULO 27

UM POUCO DE HISTÓRIA RECENTE

A presidência de Alfonsín (1983-1989)

A campanha de Alfonsín baseou-se em boa parte em acusar o sindicalismo peronista de convergências com os militares e em respeito alcunhou a frase “pacto militar-sindical”. Com isso referia-se à esperança, forte entre os justicialistas, de recriar a aliança entre povo e forças armadas que nos anos quarenta havia gerado o movimento e que parecia haver ressurgido por breves instantes por ocasião do golpe de Onganía. Por outro lado, entre os militares havia alguns setores que podiam abrigar intenções parecidas de reconstituir essa aliança. A esse esquema há de se contrapor o fato de que praticamente todos os golpes militares na Argentina, desde 1945, tiveram como objetivo evitar o acesso do peronismo ao poder ou derrocá-lo quando o exercia. Também há de se levar em conta que, durante a última ditadura, o governo teve mais enfrentamentos com o sindicalismo eo Partido Justicialista, com muitos de seus membros tendo passado longos anos detidos de que com a UCR. É provável que entre os dirigentes e militantes radicais houvesse mais profundas convicções democráticas do que entre os peronistas. O importante, de qualquer maneira, era não

só isso, mas que a característica essencialmente moderada e liberal da UCR não ameaçava ninguém e, portanto, seu governo era ideal para presidir um período de convalescência depois dos tempos de violência vividos.

Paradoxalmente, devido a essa essencial moderação, o presidente Alfonsín inclusive pôde assumir uma atitude mais rígida que os justicialistas perante o tema do castigo aos integrantes das juntas por violação de direitos humanos. Os processos que se iniciaram foram possíveis devido à deterioração que haviam sofrido as forças armadas depois da Guerra das Malvinas, e acabaram com a prisão perpétua ou de longos anos de todos os seus integrantes salvo o último presidente, Bignone, que havia articulado a transição. Vindo dos peronistas, essa mesma medida poderia ser confundida com vingança e, sem dúvida, haveria estimulado reações extremas, não só entre militares como também entre os civis de direita que simpatizavam com eles.

A investigação dos abusos cometidos durante a repressão evidenciou uma lista de pelo menos dez mil desaparecidos sobre os quais se tem informação indiscutível. As associações de direitos humanos sustentavam que a cifra era muito maior, mas, por sua natureza, este é um tema de quase impossível elucidação definitiva. Outra frente de ataque foi contra a “burocracia sindical”, que consideravam entronada em suas posições graças à Lei de Associações Profissionais, que facilitava demasiado as coisas para os núcleos que obtinham reconhecimento do Estado. Em seguida, propor-se-ia uma lei sindical que forçasse o reconhecimento do papel das minorias nos sindicatos, assegurando certo nível de descentralização quanto à manipulação de fundos. A resistência foi muito forte e um ruidoso grupo de ativistas interrompia constantemente as sessões do congresso. Finalmente, a lei não pôde passar no Senado, onde o radicalismo não tinha, diferente

dos deputados, maioria própria. A força do justicialismo em numerosas províncias do noroeste e outras zonas periféricas do país lhe dava um predomínio no Senado, sempre que se associasse aos representantes de outras províncias controladas por partidos locais de posição oscilante. A CGT vingou-se com uma continuada política de paralisações gerais contra o governo, por motivos econômicos, mas com clara intenção política.

A economia demonstrou ser, desde o início, um difícil problema. Diante do fracasso das primeiras medidas, Alfonsín convocou em 1985 um grupo de técnicos dirigidos por Juan Sourrouille para que preparasse um projeto econômico, o qual foi chamado Plano Austral²³⁰. Esse Plano teve muito êxito no início e a inflação caiu a níveis insólitos, de um ou dois por cento mensais, e a confiança retornava. Parecia outro país. As eleições de renovação de deputados desse mesmo ano, em consequência, deram outra vitória à UCR, enquanto o peronismo sangrava em lutas internas entre os renovadores e os tradicionalistas. Entre os renovadores, destacou-se um trio formado por Antonio Cafiero, Carlos Grosso e Carlos Menem. Este último, como governador de La Rioja, caracterizara-se no ano anterior por um decidido apoio ao governo radical, quando se conheceu a decisão papal a respeito das ilhas do Canal de Beagle, que favoreceu o Chile. Alfonsín desejava aceitar essa decisão, mas, para evitar futuras acusações, optou por consultar o povo por meio de um referendo. Durante a campanha, a estrutura oficial do peronismo, junto aos setores nacionalistas independentes, recusou-se a aceitar a decisão do árbitro. A votação favoreceu por uma margem cômoda a assinatura do tratado, que se realizou naquele ano de 1984.

230 N.E.: Plano econômico que tinha por objetivo debelar a hiperinflação argentina através da criação de uma nova moeda, o Austral, e de um choque heterodoxo. No curto prazo, conseguiu reduzir a inflação, mas posteriormente a pressão inflacionária retornou com força.

Em 1987, o tema militar interno reemergiu ao primeiro plano. Uma rebelião de comandos médios, conhecidos como “cara-pintadas” pelo uso de camuflagem regulamentado em campo, paralisou o país durante a Semana Santa. O que pediam era a suspensão das medidas legais contra os militares envolvidos em violações de direitos humanos. As ordens de reprimir os rebeldes não foram seriamente executadas pelos altos comandos. Alfonsín convocou uma grande reunião na Praça de Maio, com o apoio de quase todos os partidos, e pela primeira vez foram vistos no balcão juntos dirigentes dos mais diversos setores, incluindo os peronistas e a liberal União de Centro Democrático (UCD), em solidariedade às instituições. O presidente atuou como interlocutor com os insurgentes, que abandonaram sua atitude depois de uma longa reunião. Ainda que Alfonsín negasse sempre que ele havia prometido concessões, o fato é que antes do fim do ano passou uma *Lei de Obediência Devida*, que livrava de responsabilidades a grande maioria dos imputados por abusos repressivos. Isso distendeu muito a frente militar e ainda provocou protestos em ambientes de direitos civis e de esquerda, assim como em setores do próprio partido oficial.

A situação militar misturou-se com a política e a econômica. Para enfrentar em melhores condições, a renovação de deputados, que coincidia com a mais importante de governadores, o governo cedeu em 1987 à tentativa de tomar medidas aparentemente populares, mas contrárias às necessidades do Plano Austral. Foi assim que a inflação voltou com força e de todas as maneiras as votações deram uma vitória ao peronismo, que tomava posse em numerosas províncias, incluindo a estratégica de Buenos Aires. Desde esse momento era previsível uma repetição do resultado para as presidenciais, de modo que a autoridade do governo começou a desvanecer-se. Ao começar o ano de 1988, outra rebelião “cara-pintada”, dessa vez em Corrientes, deixou em suspense o país.

Mesmo não sendo difícil reprimi-la, ela evidenciou a existência de mal-estar militar que persistia, apesar das leis que abrandavam suas preocupações. O mesmo ocorreu com outro motim no fim do ano, nos arredores da Capital Federal (Villa Martelli). Nesse ano, o peronismo, em eleições internas, deu a vitória a Menem contra Cafiero. Menem, que havia sido um dos primeiros renovadores, havia rompido com eles e se ligado a grande parte do elenco tradicional do partido, incluindo a maioria dos sindicalistas e muitos setores de esquerda. Para a opinião pública independente, esse fato parecia anunciar um retrocesso nas mudanças que se esperavam nesse movimento.

A situação econômica, então, seguia piorando e um plano sucedia a outro, sem conseguir parar a inflação. Até fevereiro de 1989, a poucos meses da eleição presidencial, era evidente, pelas pesquisas de opinião, que Carlos Menem seria o próximo presidente. Sua campanha não tranquilizava os opositores, pois se agitavam muitas das tradicionais figuras de destaque do justicialismo, provocando, por diversos motivos, uma sensação de ameaça em grande parte do empresariado e nos setores intelectuais. A perspectiva do retorno ao poder de um peronismo confiscatório, violento, materializava-se na opinião independente. A reação, nesses casos, era já canônica: comprar dólares, monopolizar produtos, despejar os inquilinos para não perder a propriedade da casa ou do apartamento. Esse pânico, unido a imperfeições do plano econômico e à especulação contra a moeda local, o austral, acabou gerando a hiperinflação, uma vez que os resultados da eleição confirmaram a vitória de Menem, com 47% da vontade popular. O radicalismo juntou 37% para seu candidato, o moderado Eduardo Angeloz, da província de Córdoba. O resto ficou disperso em pequenos grupos de direita, de centro-direita provincialista e de diversos matizes de esquerda.

A primeira presidência de Menem (1989-1995)

O final do período de Alfonsín esteve submetido a fortes tensões políticas e sociais. As eleições ocorreram em maio, com um pouco de antecipação em relação à já bastante significativa imposta pelas instâncias constitucionais. Agora, em condições de hiperinflação (200% em um só mês, o de junho) e de pânico, era impossível esperar os sete meses que faltavam para assumir o comando, em dezembro. O governo radical estava muito abatido e sem autoridade, especialmente ante um sindicalismo sempre disposto a usar suas armas ao máximo. Decidiu-se transferir o poder com antecipação, o que forçou Menem a acelerar os usualmente longos preparativos para formar uma equipe governante. O enfrentamento que acontecia no país nesses momentos, tendo em conta o que havia ocorrido em sua história recente, e as atitudes tomadas por Menem durante a campanha, permitiam prever uma situação de agravamento de conflitos, até terminar em uma reedição dos episódios de 1973-1976, ou do governo da Unidade Popular no Chile em 1970-1973. Menem, diante desta perspectiva, optou por acordar um pacto com a direita para pacificar o panorama político. Como não havia um partido conservador digno de confiança, pois Alsogaray havia tido 5% dos votos, Menem preferiu entender-se diretamente com a maior empresa privada do país, a Bunge y Born. Essa empresa, originada como exportadora de grãos, logo havia se expandido a atividades industriais. Representava, tradicionalmente, junto com outras comercializadoras de produtos agrários, o tipo de economia contra a qual o justicialismo havia lutado desde a primeira presidência de Perón. Precisamente por isso essa aproximação tinha um valor simbólico, como reconciliação entre antigos adversários²³¹.

231 Pablo Giussani, *Los días de Alfonsín*. Buenos Aires: Legasa, 1986; Atilio Borón et al, *Peronismo y menemismo*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1995.

A decisão foi entregar o ministério da Economia a um procurador dessa empresa, que morreu em um mês, e foi substituído por outro, Néstor Rapanelli. Domingo Cavallo, extrapartidário que cooperava com o justicialismo e que também tinha seu programa de corte neoliberal, foi posto como reserva no cargo de Relações Exteriores. Para completar a grande reconciliação, Álvaro Alsogaray foi designado assessor e sua filha María Julia teve também cargos de confiança. Esse pacote iria antagonizar um amplo setor do peronismo e mais ainda o da esquerda. No sindicalismo, um numeroso grupo de associações justicialistas declarou-se em rebeldia e produziu-se a divisão da CGT. A resistência era dirigida pelo secretário-geral Saúl Ubaldini, ao qual secundavam alguns veteranos dirigentes como Lorenzo Miguel, cujo grêmio metalúrgico podia-se ver afetado por uma política de abertura ao comércio mundial.

Essa política estava em parte inspirada pelo exemplo de muitos partidos populares, especialmente na Europa, que, ante as circunstâncias econômicas internacionais modificadas, viam-se também obrigados a pactuar com seus adversários de ontem e lançar programas que continham fortes elementos do arsenal teórico do capitalismo liberal. A desarticulação da economia estatista soviética era outro exemplo importante que se apresentava em favor da nova orientação. A política de pacto com a Bunge y Born, conhecida como “Plano BB”, surtiu efeito em razão de apaziguar os temores que o empresariado tinha em relação ao regime peronista. No setor popular, houve um mal-estar, mas este foi atenuado pela esperança de sair-se da hiperinflação, que, em seu pico máximo, havia gerado uma onda de saques com alguns mortos nos últimos dias do governo de Alfonsín. Além disso, a disciplina partidária e a sensação de que, apesar de tudo, tratava-se do governo votado pela maioria, induziram a um alto grau de aceitação.

A ineficácia com que durante décadas se havia manipulado o aparato estatal produziu uma grande predisposição a privatizações. Seja por isso, ou pela propaganda dos meios de comunicação de massas, a aceitação do mercado e da empresa privada como instrumentos de política econômica estava muito generalizada, inclusive entre quem havia votado em Menem. Nesse quesito, as atitudes eram frequentemente contraditórias. Por exemplo, em 1986, uma grande maioria nos grandes centros urbanos pensava que o Estado deveria controlar os preços (83%)²³² e congelar os aluguéis (75%), assim como dar trabalho a toda pessoa que necessitasse (83%). Isso referendava a pauta de acreditar na ação do Estado quando pode beneficiar alguém, sem pensar necessariamente em sua factibilidade ou em suas consequências secundárias. Ao mesmo tempo, no entanto, acreditava-se na maior eficácia da empresa privada em comparação à estatal. Em uma pesquisa realizada em 1990, 78% das pessoas opinava que era melhor que, em uma sociedade, a maior parte das empresas estivesse em mãos privadas e não nas do Estado, e 71% considerava mais urgente aumentar a produção do que insistir na distribuição²³³.

O fato é que a popularidade do presidente, depois do pacote de medidas, subiu em vez de baixar, mesmo deteriorando-se entre um setor de militantes partidários. Alguns destes separaram-se do Partido Justicialista, mas sem muita resposta eleitoral. Na frente militar, Menem optou por conceder um amplo indulto no final de 1989, no que foi criticado no ambiente de Direitos Humanos, mas deixou quase sem respaldo na corporação militar a quem, como os “cara-pintadas”, continuava fazendo contestações. Quando realizaram um levante, em fins de 1990, foram muito severamente reprimidos, em uma operação que incluiu um bombardeio por

232 Edgardo Catterberg, *Los argentinos frente a la política*. Buenos Aires: Planeta, 1989, p. 33.

233 Manuel Mora y Araujo, *Ensayo y error*. Buenos Aires: Planeta, 1991, p. 73.

parte de vários tanques ao Quartel de Palermo²³⁴. A popularidade assim adquirida pelo presidente lhe permitiu, por motivo das festividades de fim de ano, incluir no indulto os membros das juntas que ainda purgavam suas condenações.

Nos primeiros meses de 1991, o Plano BB havia entrado em crise e a alta inflação retornava. Foi necessário então novo ajuste, dessa vez confiado a Domingo Cavallo. Este assumiu em março o ministério da Economia e lançou o chamado Plano de Conversibilidade, pelo qual se fixava por lei a paridade entre o austral (logo transformado em peso, suprimindo quatro zeros) e o dólar. O efeito foi positivo em função de parar a inflação, que logo desceu a valores oscilantes entre um e dois por cento mensais, cifras bastante incomuns no país. De novo, a opinião pública acompanhou a decisão oficial.

O plano econômico de Cavallo pôde alcançar seus objetivos devido a certos dados da economia nacional que vinham mudando. Há anos experimentavam-se fortes excedentes de exportação, e aumentava a arrecadação de impostos e, com isso, começaram a equilibrar-se as contas fiscais no “operacional”, ou seja, sem levar em consideração os pagamentos de juros da dívida pública externa e interna. A privatização de empresas estatais avançou rapidamente e gerou fundos para pagar parte desses juros. No plano institucional, a oposição denunciava um excessivo fortalecimento do executivo ante os demais poderes, incluindo a ampliação do número de membros da Suprema Corte, logo cheia de partidários do governo. Ademais, a corrupção estava muito generalizada, ainda que certas medidas oficiais e a operação da justiça, punham algum limite a seus excessos. As liberdades públicas foram mantidas e consolidaram-se, em um país que continua sendo muito autoritário nas opiniões básicas de grande parte de sua população. Em 1988, ainda 25% da

234 N.E.: Bairro nobre de Buenos Aires.

população das grandes cidades pensava que os governos militares são mais eficientes que os civis e só a metade dos entrevistados (52%) se negava a subscrever a afirmação de que “a democracia é perigosa porque pode trazer desordem e desorganização”. Não obstante, uma grande maioria (79%) estava convencida de que o melhor sistema para designar os governantes era o das eleições. Que um partido fundamentalmente apoiado no voto dos setores mais desfavorecidos pudesse governar, sem causar mal-estar no grupo empresário, era um avanço importante em nosso estágio evolutivo. Que esse partido o fizesse com um programa distinto, quase oposto, ao que havia sustentado nas urnas gerava consternação entre os militantes, mas era um fenômeno muito comum em outras latitudes com mais experiência cívica²³⁵.

Mudanças nas frentes sindical e partidária

Nas primeiras eleições para a renovação do congresso (1991), o governo manteve aproximadamente 40% dos votos, 10% abaixo das cifras da eleição presidencial. Ubaldini, o sindicalista que rompeu com o partido e apresentou-se independentemente na província de Buenos Aires, apenas arredondou 1% dos votos, e o mesmo ocorreu a um grupo de peronistas dissidentes aliados com outros setores clássicos da esquerda. O voto de protesto concentrou-se no “cara-pintada” Movimento de Dignidade Nacional (MODIN) dirigido por Aldo Rico, que recrutou bastante em setores pobres e marginais, que com frequência compreendiam melhor sua mensagem autoritária e populista do que a mais complexa da esquerda intelectualizada. No âmbito sindical, quem se opunha mais duramente às políticas do governo formou uma central independente, o Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA), onde se encontravam os educadores da CETERA e um dos dois

235 Catterberg, *op. cit.*, p. 57 e 65.

grêmios de empregados públicos (a Associação de Trabalhadores do Estado – ATE), ambos especialmente vulneráveis às reduções orçamentárias e racionalizações da administração pública.

Estranhamente, a primeira vítima da nova imagem dada pelo peronismo (ou o “menemismo”, se preferir), mas o fato é que o partido em sua maioria acompanhou nesse momento o presidente foi a União Cívica Radical, que começou a perder votos em eleições provinciais e nacionais legislativas. Ocorre que, ante o novo perfil do governo justicialista, a “ameaça peronista” começou a desaparecer. No início, a opinião pública duvidava da genuinidade das mudanças, mas à medida que o tempo passava e o presidente pagava o preço de alienar-se de muitos militantes de seu próprio partido e a setores da CGT, o empresariado pôde respirar tranquilo. Só restava a nuvem da dúvida se, ante o grito de “traição!” tão amplamente exclamado pelos militantes, o governo ficaria logo reduzido à nulidade no campo eleitoral. Mas isso não ocorreu, pois, em sucessivas eleições, apenas baixou do nível dos 50% aos 40%, exatamente o mesmo que aconteceu a Felipe González na Espanha. Diante da diminuição dos temores, não só entre a classe empresarial, mas também entre a intelectualidade, cada um no campo tradicionalmente antiperonista viu-se livre para seguir seu próprio caminho ideológico, sem ter que optar como antes pelo mal menor, ou seja, a UCR. Em outras palavras, os eleitorados de centro-direita e de centro-esquerda, base do que o alfonsinismo havia somado ao centrismo radical, ficaram liberados.

O Pacto de Olivos e a reeleição de Menem

Já intermediando a primeira presidência de Menem começou a se apresentar o consabido tema da sucessão. A constituição proibia a reeleição e a natureza muito verticalizada do movimento justicialista deixava difícil a emergência de candidatos alternativos. Convocar uma convenção para mudar a constituição exigia

uma maioria de dois terços que o oficialismo não tinha, mesmo contando com alguns aliados. A situação fez-se particularmente tensa, com versões alarmistas, algumas das quais falavam de um possível golpe do presidente, inspirado no exemplo peruano, onde Alberto Fujimori havia dissolvido o congresso em 1992 (ainda que em seguida fizesse eleger outro). O empresariado nacional e internacional desejava uma continuação do modelo econômico existente, avalizado não só pelo ministro Domingo Cavallo, mas principalmente pelo presidente e sua estrutura partidária, que eram os que provinham o capital político atrás do tecnocrata.

Finalmente, Alfonsín, que estava sendo bastante questionado pela política devido ao mal final de seu governo, decidiu lançar-se diretamente à arena, e iniciou conversações com Menem, primeiramente secretas e em seguida reveladas à opinião pública. Tais conversações terminaram no que se conheceu como Pacto de Olivos, pelo qual o chefe radical comprometia-se em fazer com que seu partido apoiasse a necessidade de mudar-se a constituição, para permitir uma reeleição (por um só período, e havendo-se reduzido a duração deste de seis a quatro anos). Na verdade, o próprio Alfonsín havia tentado isso durante seu próprio mandato, mas não havia conseguido por falta da necessária maioria. Em troca dessas concessões, Alfonsín conseguiu várias contrapartidas:

1. O mais importante: o presidente seria eleito não mais de maneira indireta pelos clássicos colégios eleitorais, mas sim por votação direta. Mas, se não conseguisse mais de 45% (ou entre 40 e 45%, mas com dez pontos a mais que seu principal rival), teria que ir a um segundo turno ou *ballottage* entre os dois mais votados. Isso permitia esperar que, nesse segundo turno, o eleitorado não peronista, dividido em partidos competitivos que não queriam renunciar a seus candidatos, se unificasse ante a perspectiva de derrotar

o oficialismo. Poder-se-ia pensar que dessa maneira se evitaria a reeleição de Menem, ainda quando ela fosse legalmente possível.

2. Decidiu-se pedir a renúncia a dois membros questionados da Suprema Corte, amigos do oficialismo, o que se comprovou.
3. Criar-se-ia uma estrutura chamada Conselho da Magistratura, com membros eleitos por colégios de advogados, outras entidades culturais e pelas câmaras legislativas, que teria como função propor candidatos para renovar os postos da Corte Suprema. Esses postos, segundo a legislação existente, eram propostos pelo Senado (onde o peronismo tinha cômoda maioria) e decididos pelo poder executivo. Agora este teria que se ater aos trios levantados por esse Conselho da Magistratura, que bem poderia cair em mãos da oposição. Essa medida, ainda que adotada na nova constituição, tardou muito em ser implementada.
4. O Senado teria três em vez de dois membros por cada província, com um assegurado à oposição (o que dificultava ao governo obter os dois terços).
5. Criava-se a figura do Chefe de Gabinete, a cargo das tarefas executivas do governo, responsável ante o Congresso, ou seja, que deveria renunciar se não obtivesse ali uma maioria perante questões de confiança. Dessa maneira preparavam-se as condições para aproximar-se de um regime misto parlamentar no futuro, ainda que no momento o chefe de gabinete atuasse de fato como um mero secretário do presidente, que, dadas as características do partido majoritário, detinha a direção do governo.

Esse pacote destravou a situação política, e possivelmente produziu efeitos positivos no panorama institucional. Efetivamente,

era antipático opor-se à possibilidade de uma reeleição, quando esta era permitida em muitos países, começando pelos Estados Unidos, e havia sido sancionada, a nível provincial, por muitas administrações radicais nos últimos anos. Em troca, conseguiam-se importantes concessões que garantissem um melhor funcionamento do poder judicial, e que ajudariam a fazer mais genuína a maioria que abençoasse o presidente. Isso não foi entendido assim por grande parte da opinião pública antimenemista, que considerou o pacto uma traição. O inconformismo alastrou-se também na própria União Cívica Radical, até o dia anterior feroz opositora da reforma constitucional, mas que, sob o império do ex-presidente, terminou aceitando o pacto. Menos dócil foi seu eleitorado, que decidiu castigar o partido, votando nas eleições de constituintes na nova oposição, a Frente Grande, de esquerda algo reciclada, e logo, nas presidenciais, em José Bordón, peronista dissidente unido à Frente Grande em uma aliança denominada Frente País Solidário (Frepaso). Mas Menem conseguiu reeleger--se obtendo 50% dos votos, mais do que todos prognosticavam. O radicalismo passou ao terceiro lugar, enquanto o Frepaso ficava com Bordón em quase 30%.

Em seu novo período, Menem continuou com o programa econômico, sempre dirigido por Cavallo, e com o alinhamento de política exterior com os Estados Unidos, inspirado pelo chanceler Guido Di Tella. Buscou-se solucionar os últimos problemas de limites com o Chile, pela região chamada de Gelos Continentais (na província de Santa Cruz), em um traçado que repartia o território pela metade, firmado pelos presidentes. Houve resistência em ambos os lados da cordilheira, por parte de setores tanto do oficialismo como da oposição, o que atrasou a sanção legislativa desse convênio, mas este afinal foi aprovado. No referente às ilhas Malvinas, chegou-se a alguns acordos de exploração da pesca e do

petróleo, mas praticamente nenhum avanço em temas de soberania, nem sobre criar uma melhor disposição entre os insulanos.

A inflação ficou reduzida a quase zero, mas o golpe recebido pelo “efeito tequila”, gerado em uma crise no México, começou a impactar na Argentina desde meados de 1995, elevando o desemprego, desde valores muito modestos, até os alarmantes que se aproximavam dos 20%. Para combater o desemprego e ativar a economia, foram propostas muitas receitas, sendo uma delas a de “flexibilizar” o emprego, diminuindo ou eliminando os pagamentos por demissão, de maneira que os empresários se sentissem mais livres de obrigações futuras ao contratar gente. Também o governo tratou de reduzir o papel dos sindicatos na manipulação das obras sociais, mas com muito pouco sucesso. A resistência das associações à continuação ou aprofundamento do plano econômico foi se incrementando, sobretudo nas facções mais radicalizadas, separadas da CGT.

Em certos ambientes próximos ao presidente Menem, começou-se a especular sobre a possibilidade de outro mandato, interpretando que os termos deviam começar a ser contados desde a vigência da nova carta magna. Mas isso não prosperou, por ser muito irritante para a opinião independente, não contar desta vez com o apoio extrapartidário, e inclusive enfrentar sérias resistências entre os aspirantes do próprio partido oficial, em primeiro lugar o governador da província de Buenos Aires Eduardo Duhalde. Este se considerava com bastante lógica o candidato natural do partido, ainda que os entendidos dissessem que uma estranha lei empírica estabelecia que nunca um governador de Buenos Aires houvesse chegado à presidência, desde a consolidação do regime federal em 1880, seguramente devido às prevenções provincianas. Duhalde, de toda forma, continuava decidido a romper esse feitiço e cultivava uma imagem de opositor ao modelo econômico, disposto a hastear

as velhas bandeiras do peronismo, cultivando estreitas amizades entre dirigentes sindicais heterodoxos, como Saúl Ubaldini. Em meados de 1997, os dois principais grupos opositores, a UCR e o Frepaso, selaram uma aliança para apresentar candidatos conjuntos nos comícios legislativos e principalmente para dar um sinal de suas intenções para a renovação do executivo nacional.

Manutenção e posterior crise do modelo econômico

O modelo econômico iniciado pelo ministro Cavallo, bem-sucedido no começo, pode ser sintetizado da seguinte maneira:

1. Manutenção da paridade entre o peso e o dólar, que permite a qualquer um que tenha um peso ir aos bancos oficiais e obter um dólar, sem pagar nenhuma comissão nem explicar para quê o quer. Isso só era possível devido a que o país tinha, como consequência do aumento de exportações, uma abundante reserva de divisas, com a qual satisfazer e neutralizar qualquer corrida em que especuladores locais decidissem comprar dólares para proteger-se contra uma eventual desvalorização do peso. Dessa maneira, pensava-se controlar decididamente a inflação, ou até-la à que experimentasse o próprio dólar. Essa disposição, sancionada por lei do Congresso, e só modificável por outra lei, tirava grande margem de manobra do governo. O argumento com que era justificada era o mesmo já ensaiado por Ullises, quando se fez atar ao mastro do barco por seus marinheiros enquanto passava ao lado das encantadoras sereias, impossibilitado de sucumbir a seus encantos.
2. Dava-se ao Banco Central uma importante autonomia, fazendo com que seu diretório dependesse da aprovação do Senado, e durasse em suas funções por longo tempo.

Tem poder para fixar as taxas de juros, com as quais se pode manipular a política de empréstimos dos bancos privados e, portanto, ampliar ou restringir a disponibilidade de fundos nas empresas e no público em geral. Em muitos outros países do mundo, existem disposições semelhantes, ainda que discutíveis, pois tiram a liberdade de ação do governo.

3. Mantiveram-se muito baixos – para o que se costumou por décadas no país – os impostos de importação de divisas, aproximando-os a 10% do valor, salvo algumas exceções. Essa baixa geral da proteção teve impacto principalmente nos setores industriais, que eram os que a necessitavam. Os promotores do modelo sustentavam que só dessa maneira poder-se-ia estimular os empresários a que se reorganizassem e investissem em nova tecnologia, tornando-se competitivos. Quem não pudesse se adaptar teria que fechar suas portas, ou ser adquirido por outros mais eficientes, nacionais ou estrangeiros. De fato, isso ocorreu em muitos casos, gerando desocupação. Além do mais, como frequentemente a nova tecnologia não demanda muita mão de obra, os efeitos sobre o emprego tardam em se fazer sentir.
4. Por razões parecidas com as do ponto anterior, decidiu-se privatizar massivamente todas as atividades produtivas ou de serviços comerciais controladas pelo Estado (de aciarias a correios ou aeroportos), pensando que a empresa privada as controlaria com maior eficiência e, além disso, haveria menos oportunidades de corrupção, ao tirar ingerência dos funcionários públicos, e cortar o uso clientelístico e político do emprego.
5. Os inspiradores do modelo pensavam, ainda, que os encargos sociais eram muito altos, e que eles eram empregados pelo

Estado com muito pouca eficiência, gerando enormes áreas de corrupção, devido a seu controle por entidades sindicais que não se distinguiam por sua transparência. Também afirmavam que a legislação que exige fortes pagamentos por demissão dissuade muitos empresários de contratar pessoal por temor de carregar, no futuro, pessoal desnecessário. Como solução, propunha-se a “flexibilização laboral”, reduzindo os encargos sociais e permitindo para uma ampla categoria de pessoal temporário a demissão sem compensação, ou seja, a proliferação dos chamados “contratos podres”.

6. Além disso, buscou-se tirar dos sindicatos o controle das obras sociais, o que gerou previsíveis resistências, porque se tocava em um componente central do poder de um dos elementos constituintes do partido oficial. Já o radicalismo havia fracassado nesta área, em parte por enfrentar a oposição cerrada de todo o justicialismo unido, sindical e político. Agora o sindicalismo estaria mais sozinho, ante o eventual ataque de seus próprios correligionários, e mobilizou todos seus canhões para defender-se. Isso incluía buscar apoio na oposição, mas não era fácil nessa frente superar décadas de enfrentamentos. Como resultado dessas tensões, foi se gerando um inconformismo nos setores sindicais, incluindo os mais tradicionais e “ortodoxos”.
7. Paralelamente à abertura parcial ao comércio internacional, realizou-se uma abertura total dentro da área, no Mercosul, entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, ao qual se incorporaram de maneira mais marginal Chile e Bolívia. Esta integração econômica realiza-se de maneira gradual ainda que bastante rápida, e exige uma homogeneização do “espaço” nos diversos países, criando condições parecidas

no referente a facilidades de financiamento, impostos, e outros regulamentos, assegurando que não haja subsídios encobertos nem *dumping*.

O modelo econômico de abertura aos estímulos do mercado, a nível local, regional e internacional, produziu uma transformação importante na economia e nas atitudes das pessoas em todos os níveis. O produto nacional bruto foi aumentando de maneira persistente, uma vez passados os primeiros momentos de readequação e inclusive as exportações industriais alcançaram níveis altos, sobretudo para o Brasil. No entanto, tudo isso foi acompanhado de uma forte desigualdade social, que aproximou a Argentina de níveis mais comuns em outras partes do continente e o desemprego subiu a valores preocupantes, perto de 20%²³⁶.

O inconformismo cada vez maior com o modelo econômico neoliberal concretizou-se nas eleições presidenciais de 1999, em que o candidato oficial Eduardo Duhalde, que buscava mudanças, não foi seriamente apoiado pelo presidente Menem. A união das duas principais oposições, o radicalismo e o Frepaso, brindou-lhes a vitória por uma margem cômoda, levando o radical tradicionalista Fernando de la Rúa à Casa Rosada. A coalizão triunfante fazia esperar mudanças no “modelo” e uma maior transparência no controle do dinheiro público. Nenhuma dessas duas coisas realmente ocorreu, independentemente das intenções de seus protagonistas. Longe disso, estouraram vários escândalos, especialmente um ligado ao pagamento de propinas a senadores para conseguir a aprovação de uma lei trabalhista que contribuía

236 Bernardo Kosacoff e Rubén Mercado (orgs.), *La Argentina ante la nueva internacionalización de la producción: crisis y oportunidades*, CEPAL/PNUD, Buenos Aires, 2009; Vicente Donato e María Inés Barbero (orgs.), *Contra viento y marea: historias de pequeñas y medianas empresas argentinas*, Prometeo-Bononiae Libris, 2009; José Nun, *Marginalidad y exclusión social*, Fondo de Cultura Económica, 2001; Julio Berlinski (org.), *Ganancias potenciales en el comercio de servicios en el Mercosur: telecomunicaciones y bancos*. Buenos Aires: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (Canadá), 2008.

para piorar os contratos de trabalho. Diante da acumulação de pagamentos necessários para satisfazer os compromissos com os credores estrangeiros, tornou-se necessário apelar de novo a Domingo Cavallo, a quem se considerava suficientemente bem relacionado com o mundo das finanças de modo a conseguir um trato adequado para a Argentina como país devedor. Isso não ocorreu e o ministro teve que apelar para medidas altamente incômodas, como o chamado “corralito”, que impedia os depositantes em bancos de retirar todo seu dinheiro efetivamente e, além disso, transformava os depósitos em dólares para pesos ao valor nominal, quando a perspectiva era de um forte aumento da divisa norte-americana²³⁷.

A crise de 2001 e a normalização posterior

Ante esta situação crítica, as eleições legislativas de outubro de 2001 deram a vitória ao justicialismo e os mesmos deputados radicais eleitos tinham atitudes de forte rejeição ao presidente. O que houvera correspondido fazer nesse momento, segundo a nova constituição, era que a agora maioria peronista elegeesse um Chefe de Gabinete, que de fato tomaria as rédeas do governo, ficando De la Rúa como figura decorativa. Isso não teve efeito, porque, ante a gravidade da crise, os peronistas não queriam assumir essa responsabilidade e, além disso, não se acreditava na factibilidade do mecanismo constitucional para a mudança de governo. Ante a acumulação de tensões houve um protesto generalizado em duas frentes. Por um lado, os poupadores, que se consideravam enganados e expropriados, iniciaram uma série de protestos, com grande afluência de público, o que concretizava o repúdio que já se havia dado nas urnas. Era a classe média que

237 Pablo Gerchunoff e Lucas Llach, *Los desafíos económicos argentinos*. Buenos Aires: Mercado, 1998; Guillermo Cruces e Leonardo Gasparini, *Desigualdad en la Argentina: una revisión de la evidencia empírica*. *Desarrollo Económico*, janeiro-março e abril-junho 2009.

abandonava o governo que ela mesma elegera. Por outro lado, em bairros pobres e outros da periferia urbana, iniciou-se uma onda de saques, com pouca vigilância policial, o que fez pensar que as estruturas político-clientelistas da Grande Buenos Aires haviam formado um complô para criar “zonas liberadas”. Afinal, a repressão, que se concentrou na Praça de Maio, deixou uns trinta mortos, obrigando o presidente a renunciar. Seu vice-presidente Juan Carlos Chacho Álvarez já havia se retirado antes do governo e, portanto, correspondia ao congresso designar um sucessor. Como nenhum dos principais atores da política queria assumir o cargo, decidiu-se encarregar um ator de menor peso: o caudilho e governador de San Luis Adolfo Rodríguez Saá. A condição era que ao término de dois meses convocasse eleições nacionais. Mas, tentado talvez pelo poder ou considerando que era impraticável e indesejável realizar eleições em meio a tal crise, começou a traçar projetos de maneira a permanecer os dois anos que faltavam para completar o mandato presidencial. Mais ainda: informou que seriam pagos os vencimentos da dívida externa. Tal decisão, nada consensual, fez com que a maioria do congresso lhe retirasse a confiança e, diante da perspectiva de novas mobilizações nas ruas acompanhadas de violência, Rodríguez Saá renunciou uma semana depois de assumir. Agora sim não havia mais remédio para os principais dirigentes, além de encarar sua responsabilidade²³⁸.

Finalmente o congresso nomeou para a presidência Eduardo Duhalde, que iniciou um governo de coalizão, com dois ministros radicais e um do Frepaso. Conduziu uma bem-sucedida transição,

238 Tomás Bril Mascarenhas, El colapso del sistema partidario en la Ciudad de Buenos Aires. Una herencia de la crisis argentina de 2001-2002. *Desarrollo Económico*, out-dez 2007; Isidoro Cheresky, En nombre del pueblo y de las convicciones: posibilidades y límites del gobierno sustentado en la opinión pública. *PostData* (Buenos Aires), n. 9, setembro 2003; e do mesmo, *La innovación política: política y derechos en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Eudeba, 1999; Isidoro Cheresky e Inés Pousadela (orgs.), *El voto liberado*. Elecciones 2003: perspectiva histórica y estudio de casos. Buenos Aires: Biblos, 2004.

enquanto a economia começava a melhorar. Para o início de 2003, foram convocadas eleições presidenciais e diante da dificuldade, no Justicialismo, de designar um candidato, apresentaram-se três de maneira independente: Carlos Menem, Adolfo Rodríguez Saá e o governador de Santa Cruz, o renovador Néstor Kirchner. Os radicais apresentaram um candidato que só conseguiu 2% dos votos, devido ao desprestígio em que havia caído o partido, do qual haviam se afastado dois fortes contingentes, um encabeçado por Ricardo López Murphy, para a direita, e outro dirigido por Elisa Carrió, para o centro-esquerda moralista. No final, houve quase um empate entre Menem e Kirchner, mas o estado da opinião pública fazia de Menem quase seguramente um contundente enfeitado, induzindo-o a renunciar à concorrência e assim foi consagrado Kirchner como presidente (2003-2007). Nessa ocasião, a direita apoiou em parte a Menem (dando talvez a metade dos votos que obteve o ex-presidente), a centro esquerda a Kirchner da mesma maneira e o peronismo dividiu-se entre Menem, Kirchner, e Rodríguez Saá (que captou poucos votos não peronistas). O tradicional caudal radical esparramou-se entre todos, mas principalmente por López Murphy e Carrió. O governo de Kirchner concitou muitas esperanças na população e beneficiou-se com uma forte recuperação econômica. Além disso, avançou na defesa dos direitos humanos, no castigo a culpados da ditadura e na renovação da suprema corte, na qual colocou juízes muito independentes.

Preocupou-se ainda em obter o apoio dos sindicatos e de grupos piqueteiros, que lhe davam um controle das ruas, assim como o dos clássicos intendentes da Grande Buenos Aires, a frente de estruturas clientelistas pouco prestigiadas, mas não muito diferentes das que fortaleceram o apoio popular de Roosevelt

nos grandes centros urbanos dos Estados Unidos. Seu mandato terminou com 60% de aprovação nas pesquisas²³⁹.

Para a sucessão, elegeu-se sua esposa Cristina Fernández, que conseguiu 45% do voto popular, o que tornou desnecessário o *ballottage*. Ela tinha uma longa trajetória política como senadora, inclusive mais conhecida no passado em nível nacional que seu esposo, mas o fato de que o oficialismo apelasse para uma pessoa tão relacionada com o chefe de Estado que deixava o cargo independentemente de seus méritos, evidenciava um enfraquecimento do sistema partidário argentino. Os ventos econômicos começaram a soprar de maneira menos favorável, em parte por causa da crise financeira internacional desatada no começo de sua gestão. Nota-se, contudo, que, nessa ocasião, o impacto na Argentina foi muito menor que nos próprios Estados Unidos, com escasso aumento do desemprego e sem quebras bancárias.

O que acontecerá no futuro só os zelosos deuses o sabem, já que eles proibiram aos humanos conhecê-lo. E se é certo o que dizia Chou-en-Lai, que era muito cedo para ter uma opinião sobre a Revolução Francesa, quanto mais para cobrir com maiores detalhes esses tempos tão recentes. Dessa maneira, amável leitor, me despeço de ti por agora, desejando que leias este livro com alguns tantos comprimidos de calmante à mão e que aprendas dos erros e dos acertos – que alguns houve – desta complicada nação que é a República Argentina.

239 Aldo Ferrer, La recuperación de la economía argentina. *Diplomacia, Estrategia e Política* (Brasília), n. 7, julho-setembro 2007.





Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	10,9 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	AaronBecker 16/22, Warnock Pro 12 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)